

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Jaqueline Silinske

**A Organização do Movimento Sindical Docente no Ensino Superior em Porto Alegre**

Porto Alegre, RS  
2022

Jaqueline Silinske

**A Organização do Movimento Sindical Docente no Ensino Superior em Porto Alegre**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientador: Prof.º Dr.º Davide Carbonai

Porto Alegre, RS  
2022

Jaqueline Silinske

## **A Organização do Movimento Sindical Docente no Ensino Superior em Porto Alegre**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Administração.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.º Dr.º Davide Carbonai - Orientador

Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.º Dr.º Fernando Dias Lopes

Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.º Dr.º Daniel da Silva Lacerda

Montpellier Business School/França

---

Prof.º Dr.º Davide Bubbico

Universidade de Salerno/Itália

Porto Alegre, RS  
2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Silinske, Jaqueline  
A Organização do Movimento Sindical Docente no  
Ensino Superior em Porto Alegre / Jaqueline Silinske.  
-- 2022.  
170 f.  
Orientador: Davide Carbonai.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de  
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,  
2022.

1. Sindicalismo. 2. Movimento Sindical Docente. 3.  
Fragmentação Sindical. 4. Práticas Organizativas. 5.  
Conflitos. I. Carbonai, Davide, orient. II. Título.

*Dedico este trabalho às trabalhadoras e aos trabalhadores do ensino superior  
que lutam diariamente pela educação pública, gratuita,  
de qualidade e socialmente referenciada.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a muitas pessoas que foram importantes para que eu chegasse até aqui. Não teria conseguido se não fosse o apoio e a colaboração de vocês.

Agradeço a minha mãe, Marli, ao meu pai, Ilsemar, e a minha irmã, Micheli. Mesmo estando longe em distância, vocês sempre se fizeram presentes.

A todos os professores e a todas as professoras que me inspiraram desde os meus primeiros anos de estudo. Aos professores com quem tive o prazer de aprender durante o período do doutorado da Escola de Administração. Aos professores que leram e contribuíram com meu ensaio teórico, minha qualificação e defesa de doutorado. Agradeço a Deise Luiza Ferraz, a Rosimeri Carvalho da Silva, ao Fernando Dias Lopes, ao Daniel da Silva Lacerda e ao Davide Bubbico. Agradeço a minha ex-orientadora, Sueli Goulart, com que aprendi a importância de defender a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Peço desculpas pela minha dificuldade de comunicação contigo. Agradeço, muito especialmente ao meu orientador, Davide Carbonai, que em um momento em que pensei que não conseguiria terminar o doutorado, se colocou à disposição e acreditou em mim. Sem você, não teria sido possível terminar este período tão longo de doutorado. Obrigada por me orientar, acolher, escutar, incentivar e, quando necessário, também ir a campo no processo de realização das entrevistas desta pesquisa.

Agradeço a todas as entrevistadas e todos os entrevistados que aceitaram e se disponibilizaram a compartilhar comigo seu conhecimento sobre o movimento sindical docente. A contribuição de vocês foi inestimável e fundamental para a realização desta pesquisa.

Agradeço aos amigos e amigas que fiz durante o doutorado e que compartilhei esta trajetória, a Janiele Peres, a Isabela da Matta, o Roberto Ferreira, o Gean Tomazzoni, a Ana Clara, o Bruno Lessa, o Leonardo Schneider, o Martín Zamora, a Regina Cadore, a Marieli Rodrigues, o Adham Costa e a Ana Paula. Vocês compartilharam comigo angústias, dúvidas, reflexões e momentos de descontração. Obrigada, em especial, a Janiele, por estar constantemente presente no período da pandemia do Covid-19, por sempre torcer por mim, por me aconselhar, por compartilhar horas e mais horas de estudo conjuntas, de modo presencial e online. Levo nossa amizade para além dos muros da universidade. Obrigada por tudo.

Agradeço as minhas amigas de Santa Maria, do período que fiz mestrado na UFSM, a Tatiane Lopes Duarte, a Denise Quattrin, a Damiana Almeida, a Maríndia Brachack, a Aline Armanini

e a Andressa Schaurich. Obrigada, em especial, a Tati, por ter me acolhido no mestrado em Santa Maria, por ter sido minha companheira de morada e trabalho em Santana do Livramento, por ter me acompanhado de perto no doutorado e pelas trocas que ainda virão.

Aos meus amigos e amigas, saibam que por mais distante que estive nestes últimos anos, guardo muito carinho e admiração por vocês.

Agradeço meus colegas de mestrado e doutorado, que tornaram possível que eu fosse representante discente junto à Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração. Em especial, ao amigo Martín Zamora, que esteve ao meu lado na Comissão Coordenadora e compartilhou comigo angústias e vitórias coletivas.

Agradeço também aos companheiros e companheiras do Movimento Correnteza, que tornaram possível nossa atuação conjunta e coletiva na Diretoria da APG UFRGS. Nossa luta, mesmo que com dificuldades, também teve muitas vitórias. Creio que dentre todas as lutas que travamos a mais significativa tenha sido a conquista recente das ações afirmativas na pós-graduação da UFRGS. Essa conquista não teria sido alcançada se não tivesse a contribuição de muitos e muitas estudantes que acreditaram e se somaram na Comissão de Ações Afirmativas da APG UFRGS. Por fim, agradeço, em especial, a Mariah Teixeira que também foi coordenadora desta entidade estudantil e que, ao longo de minha trajetória do doutorado foi uma amiga atenta nos momentos difíceis e nas alegrias. Nossa amizade tornou-se duradoura.

Tiago, desde o momento que te conheci durante o doutorado, só posso te agradecer por ser companheiro, seja nas dificuldades que passei, seja nos momentos de alegria. Obrigada por compartilhar as angústias da docência, as dificuldades e as alegrias do dia a dia, as indicações de livros de literatura, as conversas sobre política, os papos sobre filmes e séries, o cuidado de nossas gatas. Obrigada pelas diversas leituras atentas sobre este trabalho. Não tenho palavras para agradecer. Saibas que te admiro pelo professor dedicado que és para teus alunos e alunas.

Agradeço a CAPES pela bolsa de doutorado que me proporcionou a realização deste estudo.

Em tempos de ataques à universidade e à ciência públicas, finalizo ressaltando a importância da luta pelo ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado nos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros, assim como pela luta em prol do financiamento em ciência e tecnologia públicas.

### *A necessidade do Sindicato*

*Mas quem é o Sindicato?  
Ele fica sentado em sua casa com telefone?  
Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?  
Quem é ele?  
Você, eu, vocês, nós todos.  
Ele veste sua roupa, companheiro, e pensa com a sua cabeça.  
Onde moro é a casa dele e quando você é atacado, ele luta.  
Mostre-nos que caminho devemos seguir e, nós seguiremos com você.  
Mas não siga sem nós o caminho correto.  
Ele é, sem nós, o mais errado.  
Não se afaste de nós.  
Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós!  
Que o caminho curto é melhor que o longo, ninguém nega,  
mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós,  
de que serve sua sabedoria?  
Seja sábio conosco, não se afaste de nós!*

*Bertolt Brecht*

## RESUMO

Os sindicatos são um importante espaço de organização da classe trabalhadora na medida em que aglutinam as reivindicações econômicas e políticas destes trabalhadores. Entretanto, os mesmos, desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, estão passando por uma crise (ALVES, 2014), resultado tanto da reestruturação produtiva quanto da emergência da pragmática neoliberal e da financeirização do capital (ANTUNES, 2018). A ANDES surgiu em 1981 a partir de uma ampla organização de Associações Docentes e transformou-se em ANDES-SN em 1988. Mais recentemente, um grupo de docentes optou pela dissidência do ANDES-SN e pela criação do PROIFES-Fórum em 2004, o qual se transformou em PROIFES-Federação em 2012. Em nível nacional existem duas entidades representativas dos docentes do ensino superior (o ANDES-SN e o PROIFES-Federação) e, de modo análogo, a organização do movimento sindical docente no ensino superior de Porto Alegre se dá pela existência da ADUFRGS-Sindical, entidade vinculada ao PROIFES-Federação, e da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, organizada no ANDES-SN. Diante disso, questiona-se: por que existem duas entidades representativas no movimento sindical docente (o ANDES-SN e o PROIFES-Federação)? Está-se diante de um processo de fragmentação sindical? Quais as repercussões da existência destas duas entidades nas práticas do movimento sindical docente no Ensino Superior em Porto Alegre? O desenvolvimento desta pesquisa compreendeu três etapas, sendo elas, a aproximação com o campo de estudo; a realização de pesquisa e análise documental; e a efetivação de entrevistas semiestruturadas e sua análise. A organização do movimento sindical docente é fragmentada, uma vez que existem concepções sindicais díspares no interior do sindicalismo brasileiro. A concepção sindical predominante do ANDES-SN é a classista, enquanto do PROIFES-Federação é a negocial de Estado. As repercussões desta organização fragmentada nas práticas do movimento sindical docente no ensino superior de Porto Alegre foram analisadas em dois níveis, quais sejam: de práticas organizativas distintas e de conflitos que impossibilitam o diálogo intersindical no movimento sindical docente no ensino superior de Porto Alegre. Diante da crise do sindicalismo, a qual se manifesta no movimento sindical docente, entendo que é necessário que as entidades docentes atuem no sentido de aglutinar as reivindicações econômicas e políticas, avancem na construção unitária de lutas docentes por meio de reivindicações convergentes e desenvolvam lutas que aproxime os docentes da totalidade da classe trabalhadora em direção a emancipação econômica, social e política dos trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Sindicalismo; Movimento Sindical Docente; Fragmentação Sindical; Práticas Organizativas; Conflitos.

## ABSTRACT

Trade unions are an important space for the organization of the working class insofar as they bring together the economic and political claims of these workers. However, since the end of the 1980s and the beginning of the 1990s, they have been experiencing a crisis (ALVES, 2014), a result of productive restructuring, the emergence of neoliberal pragmatics, and the financialization of capital (ANTUNES, 2018). ANDES emerged in 1981 from a broad organization of Teachers' Associations and became ANDES-SN in 1988. More recently, a group of teachers opted for dissidence from ANDES-SN and for the creation of PROIFES-Fórum in 2004, which became PROIFES-Federação in 2012. At the national level, there are two entities representing higher education teachers (ANDES-SN and PROIFES-Federação) and, similarly, the organization of the teachers' union movement in higher education in Porto Alegre is due to the existence of ADUFRGS-Sindical, an entity linked to PROIFES-Federação, and of the Union Section of ANDES-SN at UFRGS, organized at ANDES-SN. In view of this, the following questions arise: why are there two representative entities in the teachers' union movement (ANDES-SN and PROIFES-Federação)? Are we facing a process of union fragmentation? What are the repercussions of the existence of these two entities in the practices of the teachers' union movement in Higher Education in Porto Alegre? The development of this research comprised three stages, namely, approaching the field of study; conducting research and document analysis; and carrying out semi-structured interviews and their analysis. The organization of the teachers' union movement is fragmented since there are different union conceptions within Brazilian unionism. The predominant trade union conception of ANDES-SN is the classist one, while of PROIFES-Federação it is the negotiation of the State. The repercussions of this fragmented organization on the practices of the teachers' union movement in higher education in Porto Alegre were analyzed at two levels: distinct organizational practices and conflicts that make inter-union dialogue impossible in the teachers' union movement in higher education in Porto Alegre. Faced with the crisis of unionism, which manifests itself in the teachers' union movement, I understand that teaching entities must act in the sense of uniting economic and political claims, advance in the unitary construction of teaching struggles through convergent claims, and develop struggles that bring teachers closer to the entire working class towards the economic, social and political emancipation of workers.

**Keywords:** Unionism; Teachers' Trade Union Movement; Union Fragmentation; Organizational Practices; Conflicts.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Aproximações com o campo de estudo.....	79
Figura 2 – Pautas de AG's da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS de 2019 e 2022 ....	86
Figura 3 – Consultas Eletrônicas realizadas pela ADUFRGS-Sindical em 2018 e 2019.....	104
Figura 4 – Participação conjunta entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical em mobilizações, manifestações, atividades, debates. ....	141
Figura 5 – Articulação conjunta entre a ADUFRGS-Sindical e a UBES, a UEE, a UNE e a ATENS UFRGS-Seção Sindical. ....	144

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Deliberações do ANDES-SN a respeito das práticas no interior da CUT .....	46
Quadro 2 – Acordos assinados entre o PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, o PROIFES-Federação (2012) e o governo federal. ....	64
Quadro 3 – Entrevistados. ....	81

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Greves realizadas pelo movimento sindical docente nas Universidades Federais na década de 1980. ....	43
Tabela 2 – Greves realizadas pelo movimento sindical docente nas Universidades Federais na década de 1990. ....	47
Tabela 3 – Greves realizadas pelo movimento sindical docente nas Universidades Federais a partir dos anos 2000.....	56
Tabela 4 – As formas de tomada de decisão da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical .....	110
Tabela 5 – As formas de luta da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical .....	121
Tabela 6 – Articulação da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical .....	143
Tabela 7 – Articulação do ANDES-SN e do PROIFES-Federação .....	146

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD's – Associações Docentes  
AG's – Assembleias Gerais  
ALB – Coletivo Docente ANDES de Luta e pela Base  
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações  
ANDES-AD - Andes - Autônoma e Democrática  
ANDES-SIND - Andes Sindicato  
BCB – Banco Central do Brasil  
CAEL - Coletivo ANDES em Luta  
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEDOC – Centro de Documentação  
CEFET's – Centros Federais de Educação Tecnológica  
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CNDU – Congresso Nacional dos Docentes Universitários  
CNES – Cadastro Nacional de Entidades Sindical  
CNESF – Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais  
CNESP – Coordenação Nacional dos Servidores Públicos  
CNG – Comando Nacional de Greve  
CN-SESI – Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria  
CONAD's – Conselhos do ANDES-SN  
CONAE – Conferência Nacional de Educação  
CONAPE – Conferência Nacional Popular de Educação  
CONAT – Congresso Nacional dos Trabalhadores  
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora  
CONCLAT – Congresso das Classes Trabalhadoras  
CONCUT – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores  
CONED – Congresso Nacional de Educação  
CONEDEP – Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita  
CONSUN – Conselho Universitário  
CRES – Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe  
CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores  
DE – Dedicção Exclusiva

DNTE – Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação  
EBTT – Educação Básica, Profissional e Tecnológica  
EC – Emenda Constitucional  
ENE – Encontro Nacional de Educação  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública  
FNE – Fórum Nacional de Educação  
FNPE – Fórum Nacional Popular de Educação  
FNT – Fórum Nacional do Trabalho  
FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
FUTURE-SE – Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras  
GAE – Gratificação de Atividade Executiva  
GEAD – Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico  
GED – Gratificação de Estímulo à Docência  
GEDBT – Gratificação Específica de Atividade Docente do EBTT  
GEMAS – Gratificação Específica do Magistério Superior  
GERES – Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior  
GID – Gratificação de Incentivo ao Desempenho  
GT's – Grupos de Trabalhos  
GTCA – Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte  
GTCarreira – Grupo de Trabalho de Carreira  
GTCeT – Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia  
GTFundações – Grupo de Trabalho de Fundações  
GTHMD – Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente  
GTPAUA – Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental  
GTPCEGDS – Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual  
GTPE – Grupo de Trabalho de Política Educacional  
GTPFS – Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical  
GTSSA – Grupo de Trabalho de Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria

GTVerbas – Grupo de Trabalho de Verbas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEES – Instituições Estaduais de Educação Superior  
IES – Instituições de Educação Superior  
IF's – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
IFES – Instituições Federais de Educação Superior  
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul  
IFSUL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense  
IMES – Instituições Municipais de Educação Superior  
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MAS – Movimento de Ação Sindical  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MEC – Ministério da Educação  
MNNP - Mesa Nacional de Negociação Permanente  
MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade  
NEAB UFRGS – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da UFRGS  
OCC – Orçamento de Custeio e Capital  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OS – Organizações Sociais  
PEC - Proposta de Emenda à Constituição  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência  
PID – Programa de Incentivo à Docência  
PNAC – Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PUCRCE – Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos  
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SNE – Sistema Nacional de Educação  
SPF's – Servidores Públicos Federais  
TA's – Textos de Apoio  
TAE's – Técnico-Administrativos em Educação  
TR's – Textos de Resolução  
UFAC – Universidade Federal do Acre  
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UFMA – Universidade Federal do Maranhão  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
UFPI – Universidade Federal do Piauí  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRR – Universidade Federal de Roraima  
UFS – Universidade Federal de Sergipe  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
UGT – União Geral dos Trabalhadores  
UnB – Universidade de Brasília  
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa  
VPI – Vantagem Pecuniária Individual

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS DE ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, CENTRAIS SINDICAIS E PARTIDOS POLÍTICOS**

ADAFSA-Sindicato – Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior do Município de Pirassununga

ADUFC – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará

ADUFC-Sindicato – Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará

ADUFF – Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense

ADUFG – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás

ADUFG-Sindicato – Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

ADUFMS – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ADUFMS-Sindical – Sindicato dos Professores das Universidades Federais Brasileiras dos Municípios de Campo Grande, Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul

ADUFPEL – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas

ADUFPI – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí

ADUFRGS-Seção Sindical – Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ADUFRGS-Sindical – Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul

ADUFRJ – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ADUFS – Associação de Docentes da Estadual de Feira de Santana

ADUFSCar – Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos

ADUFSCar-Sindicato – Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior do Município de São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri

ADURN – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ADURN-Sindicato – Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

APG UFRGS – Associação de Pós-Graduandos da UFRGS

APROFURG – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande

APUB – Associação Docente de Federal da Bahia

APUB-Sindicato – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia

APUBH – Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte

APUBH-Sindicato – Sindicato dos professores de universidades federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco

APUFPR – Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná

APUFSC Sindical – Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina

APUREMG – Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

APUSM – Associação dos Professores de Santa Maria

ASFOC-SN – Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

ASSIBGE-SN – Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ASSUFRGS – Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

ATENS UFRGS-Seção Sindical – Associação dos Técnicos de Nível Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CBDT-Nacional – Central do Brasil Democrática de Trabalhadores

CESP – Central das Entidades de Servidores Públicos

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CIOSL – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CNTEEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura

CONCLAT – Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino

CPERS-Sindicato – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

CSI – Central Internacional dos Trabalhadores

CSP-CONLUTAS – Central Sindical e Popular Conlutas

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DC – Democracia Cristã

DCE UFRGS – Diretório Central dos Estudantes da UFRGS

DEM – Democratas

FASUBRA – Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras  
FENAJUFE – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União  
FENASPS – Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social  
FITEE's – Federação Interestadual dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino  
FITTEL – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações  
FS – Força Sindical  
IE – Internacional da Educação  
INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MDIA – Movimento Docente Independente e Autônomo  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
NCST – Nova Central de Trabalhadores  
NOVO – Partido Novo  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCO – Partido da Causa Operária  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PL – Partido Liberal  
PMB – Partido da Mulher Brasileira  
PMN – Partido de Mobilização Nacional  
PODE – Podemos  
PP – Progressistas  
PROIFES-Federação – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico  
PROIFES-Fórum – Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior  
PROIFES-Sindicato – Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal  
PROS – Partido Republicano da Ordem Social  
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSC – Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PÚBLICA – Pública Central do Servidor  
PV – Partido Verde  
SEDUFMS – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria  
SESDUF-RR – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima  
SESUNIPAMPA – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pampa  
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica  
SINDIEDUTEC-PR – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná  
SINDIFSE – Sindicato do Instituto Federal de Sergipe  
SINDIQUÍMICA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica  
SINDOIF – Seção Sindical do ANDES-SN no IFRS  
SINDPROIFES - Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal  
SINDPROIFES-PA – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Pará  
SINDUFMA – Sindicato dos Professores das Universidades Federais do Maranhão  
SINPRO's – Sindicatos dos Professores do Ensino Privado  
SINPRO-RS – Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande Do Sul  
SINTIES – Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições de Ensino Superior  
SITTEL – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações  
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas  
UEE – União Estadual dos Estudantes  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNIÃO – União Brasil  
UP – Unidade Popular pelo Socialismo  
UST – União Sindical dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>2. MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO</b> .....	28
<b>3. MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE: considerações sobre sua concepção sindical predominante</b> .....	37
<b>3.1 DA ANDES AO ANDES-SN: a concepção sindical classista</b> .....	37
<b>3.2 DO PROIFES-FÓRUM AO PROIFES-FEDERAÇÃO: concepção sindical negocial de Estado</b> .....	60
<b>3.3 A fragmentação do movimento sindical docente</b> .....	71
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	78
<b>5. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	82
<b>5.1 Estrutura Organizativa do Movimento Sindical Docente em Porto Alegre e suas Práticas de Organização</b> .....	82
5.1.1 Estrutura Organizativa da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS .....	82
5.1.2 Estrutura Organizativa da ADUFRGS-Sindical .....	98
5.1.3 As Práticas de Organização .....	110
<b>5.2 Conflitos no Movimento Sindical Docente em Porto Alegre e suas Repercussões</b> ...	125
5.2.1 Conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação .....	125
5.2.2 Conflitos entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical	131
5.2.3 As Repercussões destes Conflitos .....	140
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	154
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	158
<b>ANEXO I – Roteiro de entrevista semiestruturado desenvolvido com os(as) sindicalizados(as) e os(as) dirigentes sindicais na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS</b> .....	169
<b>ANEXO II – Roteiro de entrevista semiestruturado desenvolvido com os(as) dirigentes sindicais da ADUFRGS-Sindical</b> .....	170

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte de meu interesse em estudar o movimento sindical docente do ensino superior público brasileiro. Ao longo de minha trajetória, sempre estudei em escolas públicas e, assim, acompanhei a organização do movimento sindical docente do ensino superior. Ingressei no curso de Administração, em 2009, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Campus de Palmeira das Missões. Este campus, em conjunto com o Campus de Frederico Westphalen, foi criado, em 2005, como fruto de um contrato assinado pelo Presidente da República Luíz Inácio Lula da Silva com a UFSM que estabelecia o repasse de recursos da União para o início das obras. Durante a realização desse curso, a UFSM aderiu ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, em 2012, acompanhei, como estudante, a realização da greve dos docentes federais organizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) em que, para além das reivindicações salariais, os docentes lutavam por duas pautas centrais: a definição de uma nova carreira para o magistério federal e a melhoria das condições de trabalho que haviam sido precarizadas com a implementação do REUNI.

Anos mais tarde, quando estive como professora substituta na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) entre 2015 e 2016, ocorreu a greve dos docentes federais em 2015, também organizada pelo ANDES-SN, cuja pauta era por valorização salarial dos docentes ativos e aposentados, melhores condições de trabalho, reestruturação da carreira, garantia da autonomia universitária e defesa do caráter público da universidade. Naquele momento, a UNIPAMPA, campus Santana do Livramento, não aderiu a greve nacional, mas lembro-me, com clareza, de conversas com os demais docentes em que os mesmos se indagavam sobre a greve nacional ao mesmo tempo em que mencionavam a existência do ANDES-SN, em greve, e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-Federação), que não estava em greve.

Dois anos após desta greve dos docentes federais, ingressei no curso de doutorado em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No processo de definição do tema de pesquisa, minha orientadora na época sugeriu a possibilidade de pesquisar o movimento sindical docente do ensino superior público, momento em que decidi estudar esse objeto de estudo. As inquietações que estavam presentes naquele momento eram referentes ao

por que os docentes não se enxergavam como trabalhadores<sup>1</sup>? A partir disso construí o ensaio teórico de qualificação do doutorado intitulado Trabalho Docente e Consciência de Classe, no qual abordei o debate acerca do docente como trabalhador no contexto de luta de classes e a constituição de sua consciência de classe. Também qualifiquei o projeto de tese intitulado Organização das Lutas e Consciência de Classe do Movimento Docente. Nesse período, participei como representante discente na Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração e como Coordenadora Geral da Associação de Pós-Graduandos da UFRGS (APG UFRGS), momento em que passei a conhecer e a interagir com o movimento sindical docente de Porto Alegre, mais especificamente, na UFRGS. Lembro-me que em um momento a APG UFRGS participou de uma reunião organizada pelo Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Sindical) e, em vários momentos, construímos mobilizações conjuntas com a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.

Nesse tempo, com a troca de orientação mantive o objeto de pesquisa – o movimento sindical docente do ensino superior público brasileiro – muito embora tenha redimensionado a pergunta de pesquisa da presente pesquisa. O movimento sindical docente do ensino superior público, em âmbito nacional, é composto pelo ANDES-SN e pelo PROIFES-Federação. O rebatimento desta organização nacional no movimento sindical docente de Porto Alegre se dá pela existência da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, organizada no ANDES-SN, e da ADUFRGS-Sindical, entidade vinculada ao PROIFES-Federação. Desse modo, reorganizei o projeto de pesquisa com as seguintes indagações: Por que existem duas entidades representativas no movimento sindical docente (o ANDES-SN e o PROIFES-Federação)? Está-se diante de um processo de fragmentação sindical? Quais as repercussões da existência destas duas entidades nas práticas do movimento sindical docente no Ensino Superior em Porto Alegre?

Ao longo de minha trajetória passei a compreender que um dos espaços de organização dos docentes para construir suas reivindicações econômicas (salários, condições de trabalho, jornada de trabalho, carreira docente, entre outros) em conjunto com suas reivindicações políticas (pela educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e por sua emancipação econômica, social e política) são os sindicatos. Entretanto, esses sindicatos estão

---

<sup>1</sup> Todas as vezes em que for citado trabalhadores, nesta tese, refere-se aos trabalhadores e as trabalhadoras. Do mesmo modo, para delegados e delegadas, observadores e observadoras, sindicalizados e sindicalizadas, filiados e filiadas, pesquisadores e pesquisadoras, entrevistados e entrevistadas, os dirigentes e as dirigentes, diretores e diretoras, candidatos e candidatas, coordenador e coordenadora, relator e relatora, secretário e secretária, entre outros.

passando por um período de crise. Entre os indicadores para refletir sobre esta crise, é notável o decréscimo nas taxas de sindicalização dos trabalhadores. Em 2018, os trabalhadores associados a sindicatos eram 12,5% da população ocupada no Brasil e, em 2019, essa taxa de sindicalização passou a ser de 11,2% da população ocupada, o equivalente a um decréscimo de 951 mil trabalhadores que não eram mais sindicalizados (IBGE, 2019). Destaca-se que mais da metade (531 mil) desse decréscimo ocorreu entre trabalhadores da administração pública, da defesa e da seguridade social, educação, saúde e serviços sociais (IBGE, 2019).

Ainda, a despeito das avaliações que mencionam sobre o fim do trabalho, sobre o fim da classe operária e sobre o fim dos sindicatos, entendo, assim como Antunes (2011), a existência de uma fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho e, por consequência, dos trabalhadores. Assim, se os trabalhadores convivem com um processo de fragmentação e heterogeneidade, ao mesmo tempo, os sindicatos estão desafiados a se revitalizarem. Os desafios postos para os sindicatos se apresentam no seguinte sentido: romper a barreira social que separa os trabalhadores estáveis e aqueles trabalhadores intermitentes, em tempo parcial, precarizados, subempregados e desempregados; articular as dimensões de classe com aquelas referentes ao gênero, à geração, à raça e à etnia; incorporar os novos trabalhadores de serviços, muitos sem experiência de organização em sindicatos; romper com as formas de corporativismo, que privilegiam suas categorias profissionais, e caminhar em direção a atuações classistas<sup>2</sup>; estar atentos à decisiva questão da preservação da natureza e da humanidade; romper com a tendência crescente de institucionalização e de burocratização dos sindicatos<sup>3</sup>; reverter a

---

<sup>2</sup> Um sindicato com atuações classistas ou mesmo um sindicato classista não se restringe somente a defesa dos interesses imediatos de determinada categoria profissional ou ramo de atividade, mas articula estes interesses com os interesses políticos da classe trabalhadora. Em outras palavras, atua para que os trabalhadores lutem em prol de melhores salários e condições de trabalho em conjunto com a luta política mais geral, visando a transformação profunda da sociedade em direção a emancipação da classe trabalhadora. O sindicalismo classista tem como princípios a organização pela base – atua no sentido de propiciar a reunião periódica dos trabalhadores em seu local de trabalho, além de assegurar que as suas decisões e os seus encaminhamentos sejam adotados em suas organizações e nas lutas –, a independência de classe – atua no sentido de garantir a independência dos trabalhadores em relação aos governos, aos partidos políticos e ao patronato –, a autonomia e a liberdade sindical – atua no sentido de combater o imposto sindical, a estrutura sindical vertical organizada em torno de sindicatos, federações e confederações, a interferência nas organizações sindicais, entre outros mecanismos que se constituíram como alavanca utilizada pelo Estado para controlar os sindicatos –, o processo de formação política e teórica – atua no sentido de propiciar a formação política e teórica dos trabalhadores para auxiliar na organização das lutas em favor da classe trabalhadora e em oposição a burguesia –, e, por fim, a luta pela emancipação da classe trabalhadora e a construção de uma sociedade sem exploração.

<sup>3</sup> O fenômeno da institucionalização dos sindicatos diz respeito à sua integração às arenas institucionais, privilegiando-as ao invés da organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho, da soberania dos trabalhadores e de sua autodeterminação nas decisões. O fenômeno da burocratização está associado a forma de administrar e dirigir uma organização, bem como a instituição de uma hierarquia que comanda a tomada de decisões (GALVÃO, 2015). A análise do fenômeno da burocratização é influenciada pela lei de ferro da oligarquia de Michels (1982), a qual considera que qualquer organização (partido político e sindicato) que tenha como objetivo a tomada de poder, independente de quão democráticas tenham sido no início, eventualmente e inevitavelmente desenvolvem tendências oligárquicas (regime em que o poder é exercido por um pequeno grupo

tendência de um sindicalismo verticalizado em direção a um sindicato estruturado de modo mais horizontal possível; resgatar o sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas, impostas pelo capital; desenvolver formas internacionais de ação, solidariedade e confrontação; e romper com a barreira imposta pelo capital entre ação reivindicativa e ação parlamentar, entre luta econômica e luta política, articulando e fundindo essas lutas sociais com feição mais autônoma e mais abrangente (ANTUNES, 2018).

Diante de todos esses desafios postos aos sindicatos, compreendo, ainda, que o movimento sindical docente do ensino superior também está desafiado a organizar a luta em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, uma vez que a educação nunca foi prioridade no Brasil e que o orçamento destinado para as universidades federais vem diminuindo desde 2015. Saviani (2019) menciona, em palestra proferida na UFSM quando do recebimento de seu Título de Doutor Honoris Causa<sup>4</sup>, que a trajetória da educação brasileira, desde o período colonial até o momento presente, jamais foi considerada prioridade nacional haja vista que o orçamento nunca foi suficiente e nem chegou ao estabelecido na Constituição Federal de 1988, apesar dos discursos que repetiam que a prioridade brasileira era a educação. Ademais, o orçamento destinado às universidades federais vem decrescendo, uma vez que alcançou 7.864 bilhões de reais em 2015 e, a partir disso, houve decréscimos anuais chegando a 4.512 bilhões de reais em 2021 (KONCHINSKI, 2022). Soma-se a diminuição do orçamento das universidades federais a busca incessante de privatização por dentro destas instituições, a exemplo da tentativa de implantação do Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (FUTURE-SE)<sup>5</sup> em 2019, entre outros.

A partir da compreensão de que um dos espaços para lutar em prol da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada são os sindicatos; de que o movimento sindical docente no ensino superior público é composto pelo ANDES-SN e pelo PROIFES-Federação; de que o rebatimento desta organização no movimento sindical docente de Porto Alegre se dá pela existência da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, organizado no ANDES-SN, e da ADUFRGS-Sindical, vinculada ao PROIFES-Federação, o objetivo desta pesquisa é:

---

de pessoas). Entretanto, conforme Galvão (2015), vários autores têm questionado o determinismo da lei de ferro da oligarquia.

<sup>4</sup> A pergunta que orientou a palestra proferida por Saviani (2019) foi: a educação no Brasil é considerada prioridade nacional?

<sup>5</sup> Conforme estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) (2019), a finalidade do FUTURE-SE era o “fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das IFEs, por meio de parceria com Organizações Sociais (OS) e do fomento à captação de recursos próprios”. Na prática, o projeto criava a possibilidade que as OS, que são empresas privadas, tenham gerência em diversos aspectos que antes eram de direção exclusiva da instituição pública de ensino e garantiam a autonomia universitária.

**compreender a organização do movimento sindical docente que engloba o ANDES-SN e o PROIFES-Federação, explicitando as repercussões desta organização nas práticas do movimento sindical docente no Ensino Superior em Porto Alegre.**

Com base nesta pergunta de pesquisa argumento que a organização do movimento sindical docente é fragmentada. Essa fragmentação sindical entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação decorre da existência de concepções sindicais díspares no interior do sindicalismo brasileiro e repercute tanto em práticas organizativas distintas quanto em conflitos que impossibilitam o diálogo intersindical no movimento sindical docente no ensino superior de Porto Alegre. Para chegar a este argumento foi realizada esta pesquisa em três etapas, sendo elas, a aproximação do campo de estudo em que participei de um encontro em 2018 e um evento em 2019, ambos sediados em Seções Sindicais do ANDES-SN; a realização de pesquisa e análise dos documentos do ANDES-SN e do PROIFES-Federação; e a efetivação de 15 entrevistas semiestruturadas com docentes integrantes do movimento sindical docente de Porto Alegre durante os meses de fevereiro e maio de 2022, sua transcrição e, posteriormente, análise.

Por fim, este trabalho está organizado em cinco capítulos. Essa Introdução apresenta a problematização da pesquisa, as perguntas de pesquisa que nortearam a realização deste estudo e seus objetivos. O Referencial Teórico (Capítulo 2) contém uma caracterização do que são os sindicatos, um breve histórico do surgimento dos sindicatos na Europa e uma contextualização do movimento sindical brasileiro. No Capítulo 3, sobre o movimento sindical docente, discuto que a concepção sindical predominante do ANDES-SN é a classista e que a concepção sindical predominante do PROIFES-Federação é a negocial de Estado e concluo que a organização do movimento sindical docente é fragmentada em função da existência de concepções sindicais díspares no interior do sindicalismo brasileiro. A seguir, nos procedimentos metodológicos (Capítulo 4), apresento o caminho que percorri para o desenvolvimento da presente pesquisa em três etapas.

Posteriormente, apresento os resultados (Capítulo 5) divididos em dois subcapítulos. No primeiro discuto a estrutura organizativa da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical, além de analisar as práticas de organização de ambas entidades no que diz respeito as suas formas de tomada de decisão e as suas formas de luta. No segundo exponho os conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação, em nível nacional, e entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical, em nível local, além de analisar as repercussões destes conflitos no diálogo intersindical entre estas entidades sindicais. Por fim, no Capítulo 5, apresento as considerações finais da tese.

## 2. MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

Os sindicatos configuram-se como um instrumento de luta dos trabalhadores em torno de suas reivindicações econômicas e políticas e, portanto, são um importante espaço de organização da classe trabalhadora. Conforme Antunes (1980, p. 4), os sindicatos são “associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante”. Assim, a atuação do sindicato baseia-se nas reivindicações econômicas da classe trabalhadora. Mas, além disso, os sindicatos constituem-se também como uma força organizadora da classe trabalhadora na luta pelas suas reivindicações políticas e, por isso, devem ser considerados como um centro de organização dos trabalhadores visando sua emancipação econômica, social e política (ANTUNES, 1980).

Os sindicatos surgiram com o desenvolvimento das contradições do modo de produção capitalista, significando a passagem da dispersão dos trabalhadores para o início da unidade de classe. Engels (2010), em seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, discute as primeiras formas de protestos dos operários em Manchester, na Inglaterra, berço da Revolução Industrial iniciada no século XVIII. A primeira forma de protesto – o crime – foi uma manifestação de revolta que emergiu da constatação do operário de que ele vivia à miséria e à indignação, enquanto que a burguesia desfrutava de uma existência melhor. Logo, o operário percebeu que o roubo representava um protesto isolado e individual. Com a emergência do movimento industrial, os operários deram início a sua oposição à burguesia com a segunda forma de protesto – o luddismo. Os primeiros inventores foram perseguidos e suas máquinas destruídas, seguida por uma série de revoltas contra as máquinas. Mas essa forma de oposição também era isolada, limitada a determinadas localidades e dirigida a um único aspecto da situação.

Houve a necessidade de encontrar uma nova forma de oposição à burguesia, a qual se manifestou na criação de associações secretas dos operários, mas sem a obtenção de resultados significativos. Foi a partir da aprovação da Reform Bill, em 1824, que houve a anulação de todas as disposições anteriores que proibiam os operários de se associarem para a defesa de seus interesses, resultado da luta do operariado por liberdade de associação. Desta experiência emergiu a terceira forma de protesto – a criação das trade-unions – resultado da expansão e do fortalecimento destas associações. Seu objetivo era proteger o operariado contra a tirania e o descaso da burguesia e faziam isso por meio da fixação de salários, da negociação coletiva, da regulação dos salários em relação aos lucros patronais, da manutenção do nível de procura do

trabalho, do combate às estratégias patronais para reduzir salários e do auxílio financeiro para os operários desempregados. Engels (2010) percebeu, na quarta forma de protesto – o cartismo –, a possibilidade da luta se generalizar, em que toda a classe operária se insurgia contra a burguesia e que contrapunha o poder político dos donos dos meios de produção. O cartismo nasceu do partido democrático, partido que se desenvolveu com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado. Ainda, Engels (2010) considerava no cartismo um embrião qualitativamente superior de luta organizada dos operários que desaguaria no comunismo.

Em relação ao movimento sindical europeu, o Brasil tem, pelo menos, cem anos de atraso (ROSSI e GERAB, 2009). A origem da organização sindical no Brasil é marcada pelo período de transformações na economia nacional no final do século XIX e início do século XX. Nesse período, ocorre a proibição do tráfico internacional de escravos e o fim da escravidão no Brasil e, assim, emergem os elementos para o início do processo de industrialização, uma vez que vários fazendeiros que mantinham trabalho escravo passaram a aplicar o dinheiro na aquisição de máquinas (ROSSI e GERAB, 2009). Com o surgimento da indústria, também ocorre a formação de centros urbanos e da classe operária constituída, em sua maioria, por trabalhadores negros – ex-escravizados –, camponeses e imigrantes europeus e japoneses (ROSSI e GERAB, 2009).

Estes imigrantes, vindos da Itália, Espanha, Alemanha, entre outros, fugiam do desemprego em seus países de origem e traziam consigo a experiência da produção industrial e, conseqüentemente, das lutas operárias com ideias anarquistas, socialistas e comunistas (ROSSI e GERAB, 2009). Em conjunto com isso, os trabalhadores negros – ex-escravizados brasileiros – acumulavam formas de resistência contra a exploração brutal dos senhores, tais como as fugas individuais e coletivas, as revoltas contra os feitores e os senhores, a recusa em trabalhar e a criação de quilombos e de mocambos, entre outros. Assim, estes trabalhadores, ao se depararem com baixos salários, condições de trabalho de mulheres e crianças, entre outros, passaram a se organizar em núcleos operários e criar suas próprias organizações.

O ano de 1917 foi emblemático para os trabalhadores do mundo, uma vez que o processo de mobilização popular contra o czarismo se concretizou com a tomada de poder pelos socialistas, os quais constituíram a República Socialista Soviética Federativa da Rússia (ROSSI e GERAB, 2009). No Brasil houve intensa agitação dos trabalhadores, os quais estavam envolvidos na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e amargavam baixos salários em conjunto com altas de preços nos gêneros alimentícios. Estas agitações culminaram em intensas mobilizações em São Paulo – com comícios e passeatas que levaram as ruas 80 mil pessoas – e no Rio de

Janeiro – com inúmeros movimentos grevistas –, chegando a conquista dos trabalhadores de São Paulo do “aumento salarial de 20%, a não dispensa de operários, enquanto o governador e o prefeito da cidade se comprometeram a fiscalizar as condições de trabalho das mulheres e menores, a combater os aumentos dos preços de gêneros alimentícios e a libertar operários presos” (ROSSI e GERAB, 2009, p. 28).

Entretanto, os sindicatos, ao contraporem-se à exploração da força de trabalho imposta pelos capitalistas, sofreram grande repressão do Estado. À medida que os sindicatos se fortaleciam, o Estado passou a buscar meios de assegurar o controle sobre os mesmos. Getúlio Vargas criou uma legislação trabalhista – com implementação a partir da década de 1930 e sua aglutinação por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 – que representou a conquista de algumas das reivindicações dos trabalhadores<sup>6</sup> ao mesmo tempo em que buscou controlar os sindicatos por meio de seu atrelamento ao Estado.

Assumido o poder, Vargas leva o projeto da burguesia à frente. Ao mesmo tempo, cede a certas pressões do proletariado, criando, porém, instrumentos para controlá-lo. O primeiro grande passo foi a criação do Ministério do Trabalho, em 1931, visando a elaboração de plano de controle da classe operária e do atrelamento sindical ao Estado. É também em 1931 que Vargas edita o decreto nº 19.770, que versa sobre a lei de sindicalização, pela qual o Estado assume o controle dos sindicatos (ROSSI e GERAB, 2009, p. 33).

Desse modo, a estrutura sindical brasileira foi criada por Getúlio Vargas com o objetivo de reconhecer e controlar as associações representativas dos trabalhadores (ANTUNES, 1980; ROSSI e GERAB, 2009). Os princípios que constituíam a estrutura sindical brasileira eram: a unicidade sindical, que significava o sindicato único por categoria ou profissão em uma determinada região geográfica; o monopólio de representação em que um sindicato representa todos os trabalhadores da categoria ou profissão, independentemente de serem a ele filiados ou não; a estrutura vertical composta por federações regionais de categoria e confederações nacionais de ramos de atividade, enquanto que as intersindicais de base local ou nacional não eram permitidas; o poder de intervenção do Ministério do Trabalho, o qual possuía a prerrogativa de aprovar a criação de sindicatos e definia seu modelo de estruturação por meio do Estatuto Padrão, fiscalizava as formas de arrecadação e a natureza das despesas, além de contar com o poder de intervenção nas organizações sindicais; e, por fim, o imposto sindical

---

<sup>6</sup> Dentre elas, a lei de férias, a jornada de trabalho de 8 horas, a lei do salário mínimo e a regulamentação do trabalho de mulheres e de menores de 14 anos.

que deduz obrigatoriamente um dia de trabalho por ano de todos os trabalhadores, independentemente de ser filiado ou não a um sindicato (MATTOS, 2011).

Esta estrutura sindical, de caráter corporativista<sup>7</sup>, limitou as orientações classistas dos sindicatos, uma vez que houve o redirecionamento para ações predominantemente assistencialistas, ainda que contassem com o direito de estabelecer negociações salariais de suas respectivas categorias (ANTUNES, 2018). Entretanto, isso não impediu que o sindicato oficial atuasse para além das orientações corporativistas, uma vez que foram registrados movimentos de greves, a existência de organizações sindicais de base, entre outras. O movimento dos trabalhadores, conforme Antunes (2018), logrou abrir caminhos alternativos de organização das suas lutas.

A década de 1950, por exemplo, marca um período de extrema importância nesse sentido. O movimento sindical, capitaneado pela aliança das militâncias do PCB e do PTB reformista, logrou grande avanço em termos de organização e mobilização, “por dentro” e “por fora” da estrutura, na “base” e na “cúpula”, o que resultou em uma forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional. Pode-se mesmo dizer que se viveu um período rico de lutas (ANTUNES, 2018, p. 181).

O sindicalismo, oscilando entre o controle estatal e a prática de resistência, encontrava suas bases de atuação nas empresas estatais – setores que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) possuía avolumada presença e força – e culminou no movimento que levou a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o qual atuou com outras organizações populares visando à realização das reformas de base durante o governo de João Goulart (ANTUNES, 2018). O caráter da CGT<sup>8</sup> era marcadamente político e suas bandeiras consistiam na democratização do poder, nas restrições e no controle do capital estrangeiro, na maior presença do Estado na Economia e na reforma agrária (ROSSI e GERAB, 2009).

Entretanto, a organização dos trabalhadores foi duramente atingida pela ditadura empresarial-militar de 1964. O sindicalismo, devido a sua ambiguidade política, não teve força para realizar greves de resistência e “centenas de sindicatos foram fechados, submetidos à intervenção e inúmeros de seus dirigentes presos ou foragidos. Milhares de delegados sindicais foram perseguidos com prisões, perda de emprego ou obrigados à vida de clandestinidade” (ROSSI e GERAB, 2018, p. 45). O fortalecimento do controle estatal sobre os sindicatos e a intensa repressão sobre os dirigentes mais combativos resultou na desorganização da classe

---

<sup>7</sup> Seu caráter corporativista decorre do fato de que os sindicatos eram considerados órgãos auxiliares do poder público e, dessa maneira, deveriam organizar-se com o propósito da colaboração.

<sup>8</sup> A CGT foi colocada na ilegalidade em 1964 pela ditadura empresarial-militar.

operária e, em conjunto, na reorganização capitalista a partir de 1964 (ANTUNES, 2018). Esta reorganização encerrou a luta em prol da realização das reformas de base, exigiu a reorientação conservadora dos sindicatos e rebaixou os salários dos trabalhadores para avançar no processo de acumulação monopolista e oligopolista dos capitais (ANTUNES, 2018).

Ao longo do período da ditadura empresarial-militar, ampliaram-se algumas tendências na economia brasileira que produziram “uma intensa transformação na face do país como um todo e, principalmente, em sua classe operária” (ANTUNES, 2018, p. 182). A intensificação da introdução de plantas industriais modernas no Brasil e a concentração geográfica destas propiciaram o surgimento do novo proletariado industrial (ANTUNES, 2018). Este, por sua vez, se concentrava no cinturão industrial automotivo e metalúrgico do ABC Paulista<sup>9</sup>. O novo proletariado industrial constitui a base social para o surgimento do novo sindicalismo, o qual encontrava capilaridade nos trabalhadores industriais, nos assalariados rurais, nos funcionários públicos e nos setores assalariados médios urbanos que passavam por um processo de proletarianização (ANTUNES, 2018).

O novo sindicalismo ganha espaço no cenário sindical a partir do vigoroso movimento grevista na região do ABC Paulista, que iniciou em maio de 1978 e vai até o final da década de 1980, buscando a ampliação dos espaços para os interesses da classe trabalhadora. Nesse período, o Brasil chegou a ocupar o topo dos países com as mais altas taxas de greves entre as nações capitalistas (ANTUNES, 2018). Em *O novo sindicalismo no Brasil*, Antunes (1995) menciona que esse período foi marcado por greves gerais por categoria, greves com ocupação de fábricas, por empresas e o reaparecimento das greves gerais dos trabalhadores, os quais reivindicavam interesses específicos dos trabalhadores (melhores salários, fim do arrocho salarial e a luta contra a superexploração do trabalho), culminando na reivindicação de interesses políticos. Esse momento de reorganização da classe trabalhadora caracterizou-se pela oposição à experiência do sindicalismo tutelado pelo Estado, buscando construir a organização dos trabalhadores por local de trabalho, a luta pela autonomia e liberdade sindical e a independência em relação ao Estado. A maior expressão nacional destas lutas se efetivou com a criação de uma central sindical<sup>10</sup> única, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

---

<sup>9</sup> O nome ABC Paulista surge a partir das três cidades que, originalmente, formavam a região, sendo elas, Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano (C). As vezes, Diadema (D) é incluída no nome ABC Paulista.

<sup>10</sup> A central sindical é uma entidade associativa de representação geral da classe trabalhadora organizada em âmbito nacional, sendo composta por sindicatos, federações e confederações. Ela tem como objetivo coordenar a representação dos trabalhadores, organizar manifestações nacionais dos trabalhadores, representar judicialmente seus filiados, realizar negociações salariais, participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social, entre outros.

Assim, na década de 1980, o sindicalismo brasileiro demonstrou bastante vigor (ALVES, 2014) e caminhou no sentido inverso às tendências regressivas de crise sindical ocorridas nos países capitalistas mais desenvolvidos (ALVES, 2014; ANTUNES, 2018). Nesse período, o novo sindicalismo esteve à frente das lutas sociais – em conjunto com o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, esteve presente na campanha por eleições presidenciais diretas, participou da organização de quatro greves gerais (em julho de 1983, em dezembro de 1986, em agosto de 1987 e em março de 1989), atuou na defesa dos interesses da classe trabalhadora durante a Assembleia Nacional Constituinte até a Promulgação da Constituição Federal de 1988 e avançou na defesa da autonomia e da liberdade sindical, no combate à estrutura confederativa e na denúncia do imposto sindical (ANTUNES, 2018).

No que tange aos aspectos da estrutura sindical brasileira a partir da Constituição Federal de 1988, pode-se ressaltar que apesar de conter aspectos limitados (ou de conservação) também houve aspectos de mudança. No que tange aos aspectos de mudança, foi suprimida a necessidade da autorização do Ministério do Trabalho para a fundação de um sindicato, ao mesmo tempo em que este primeiro não pode mais intervir nos sindicatos; foi consagrado o direito de sindicalização dos funcionários públicos, uma vez que antes da Constituição Federal era vetado o direito destes criarem sindicatos; foram estendidos aos trabalhadores do campo direitos sindicais que antes eram restritos aos trabalhadores da cidade; foi assegurado o direito à greve, muito embora cabe a lei complementar estabelecer quais são os serviços ou atividades essenciais e como se procederá em caso de greve nestes setores (ANTUNES, 1995). No que se refere aos aspectos limitados (ou de conservação), houve a manutenção do nefasto imposto sindical e foram ampliadas as formas de contribuição, visando o fortalecimento das Confederações; e houve a manutenção do sindicato único, pois manteve-se a proibição da criação de mais de um sindicato por categoria (ANTUNES, 1995).

A questão central é que a estrutura sindical brasileira possui alguns elementos que podem ser considerados como fundamentais para Boito Jr. (1991), quais sejam, a investidura sindical<sup>11</sup>, a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias<sup>12</sup>. Esta estrutura é

---

<sup>11</sup> A investidura sindical também foi conhecida como carta sindical e, mais recentemente, é chamada de registro sindical. O Registro Sindical é concedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência à organização representativa de categoria econômica, profissional ou específica.

<sup>12</sup> As contribuições sindicais obrigatórias englobam a contribuição assistencial e a taxa confederativa, enquanto que o imposto sindical não é mais obrigatório desde 2017. A contribuição assistencial é uma taxa paga pelos trabalhadores filiados ao sindicato como um apoio assistencial para auxiliar na manutenção da entidade enquanto esta última realiza as negociações coletivas. O imposto sindical é recolhido compulsoriamente uma vez ao ano, no valor correspondente a um dia de trabalho de todos os trabalhadores formais do país, sejam eles sindicalizados a

mantida pela necessidade do reconhecimento do sindicato pelo Estado, ou seja, é o Estado que concede a representatividade e o poder de negociação ao sindicato oficial por meio da investidura sindical (BOITO JR., 1991). Contudo, por si só, ela não assegura a estrita dependência e subordinação do sindicato oficial ao Estado, uma vez que é necessário a existência de dois outros elementos que desempenham um papel nesta subordinação, quais sejam, a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias (BOITO JR., 1991).

Desse modo, Boito Jr. (1991) argumentar que a estrutura sindical brasileira tem como função a desorganização do movimento sindical dos trabalhadores. Essa desorganização decorre do fato de que o Registro Sindical é concedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, e, por isso, essa concessão pode ser perpassada por interesses da equipe governamental. Por exemplo, Marcelino e Boito Jr. (2011) mencionam que na década de 1990, como havia o interesse dos governos neoliberais no crescimento da Força Sindical (FS) em detrimento da CUT, a primeira central sindical obtinha com facilidade o Registro Sindical quando demandava o desmembramento de categorias ou bases territoriais dos sindicatos cutistas já existentes.

Também, esta desorganização decorre da existência das contribuições sindicais obrigatórias, as quais são conforme Boito Jr. (1991) definidas por lei, recolhidas diretamente pelos organismos de Estado ou pelo sindicato oficial com a garantia do Estado. Estas, em muitos sindicatos oficiais, foram a fonte de financiamento que assegurou a vida material dos sindicatos independentemente da filiação e da contribuição dos trabalhadores. Então, muitos dos sindicatos foram criados, não como fruto da livre organização dos trabalhadores, mas em decorrência do recebimento das contribuições sindicais obrigatórias.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, começaram a despontar os indicadores<sup>14</sup> que levaram o Brasil a conviver com a crise do sindicalismo (ALVES, 2014), que foi resultado tanto da reestruturação produtiva quanto da emergência da pragmática neoliberal e da financeirização do capital (ANTUNES, 2018). Neste contexto, o mundo do trabalho passou a conviver com mudanças significativas, tais como com a informalidade, a terceirização, o

---

um sindicato ou não. O caráter compulsório do imposto sindical foi retirado com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) aprovada por Michel Temer em 2017. O imposto sindical passou a ser denominado de contribuição sindical (art. 578) e seu desconto fica condicionado à aprovação prévia e expressa dos trabalhadores de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão (art. 579; art. 582; e art. 583). A partir disso, o imposto sindical passou a ser facultativo ao trabalhador. Por fim, a taxa confederativa é cobrada dos trabalhadores filiados ao sindicato e seu valor varia a depender da definição anual em assembleia, conforme determina a Constituição Federal. Esta taxa destina-se à manutenção dos serviços prestados pelo sindicato aos trabalhadores.

<sup>14</sup> Entre estes indicadores, Alves (2014) menciona o decréscimo do volume de greves e a acentuada queda nas taxas de sindicalização.

subemprego e o desemprego, gerando uma pletera de distintas modalidades de trabalho precarizado e informal” (ANTUNES, 2018, p. 193). Não obstante, essa processualidade trouxe fortes consequências para os organismos de representação da classe trabalhadora, uma vez que passaram a atuar na defensiva, esforçando-se para manter as conquistas adquiridas na década de 1980.

A crise do sindicalismo e a manutenção de aspectos nefastos do modelo sindical brasileiro têm promovido o surgimento de novas entidades sindicais. Estas, por sua vez, se dissociam<sup>16</sup> de sua categoria profissional ou se desmembram<sup>17</sup> de entidades sindicais com configurações mais amplas (EBERT, 2017). A pesquisa sindical realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) resultou em 10.075 sindicatos em 1990 e, onze anos depois, em 2001, registrou a existência de 15.961 sindicatos, um crescimento de 58,4% (IBGE, 2001). Ainda, em 2022, possuem registro sindical no Ministério do Trabalho e Previdência 17.835 sindicatos (MTP, 2022). Dal Rosso (2013) menciona que boa parte desta divisão organizativa, processo que se observa no interior do sindicato dos trabalhadores, corresponde “a uma fragmentação em decorrência de lutas por espaços políticos, por verbas do imposto sindical, por divisão territorial e por puro corporativismo, o que não implica em elevar a capacidade de luta da estrutura como um todo”.

A organização do movimento sindical docente brasileira é tardia quando comparada ao sindicalismo operário. As Associações Docentes (AD’s) começaram a se organizar na década de 1960, uma vez que a educação superior brasileira apresentou sinais de crescimento desde a década de 1950, tanto pelas políticas de federalização anteriores a Juscelino Kubitschek quanto pelas lutas estudantis em torno de sua ampliação (MIRANDA, 2017). Donatoni (1999), em sua tese intitulada *Trajetória do movimento docente do ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES*, demonstra o surgimento das primeiras AD’s<sup>18</sup>, que atuaram como uma força política nas universidades e enfrentaram conflitos em seu interior.

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) foi fundada em 1981 a partir da organização das AD’s e transformou-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) em 1988. Os docentes do ensino superior

---

<sup>16</sup> A dissociação ocorre quando somente parte do setor, ramo ou profissões constituem outra entidade (MORALES, 1999).

<sup>17</sup> O desmembramento se dá quando há o fracionamento da base territorial de uma entidade preexistente para a criação de outra da mesma categoria em outro espaço geográfico (MORALES, 1999).

<sup>18</sup> Na década de 1960, Donatoni (1999) registra a criação da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR) em 1960, a Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (APUREMG) em 1963, na cidade de Viçosa, e a Associação dos Professores de Santa Maria (APUSM) em 1967.

havam se organizado na forma associativa, pois os servidores públicos eram proibidos de se sindicalizar antes da Constituição Federal de 1988. A partir da livre associação sindical, o Sindicato Nacional se tornou, ao longo dos anos, o principal instrumento de organização dos docentes do ensino superior. Entretanto, um grupo de docentes optaram pela dissidência do ANDES-SN e criaram, em 2004, o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES-Fórum). Este, em 2012, transformou-se em Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-Federação).

No próximo capítulo, intitulado Movimento Sindical Docente: considerações sobre sua concepção sindical predominante irei abordar a história do ANDES-SN e do PROIFES-Federação, associando-a a sua concepção sindical predominante. Ao final, irei discutir a fragmentação do movimento sindical docente.

### **3. MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE: considerações sobre sua concepção sindical predominante**

O objetivo deste capítulo é apresentar a concepção sindical predominante do ANDES-SN e do PROIFES-Federação, considerando que existem diferentes concepções de sindicato no interior do sindicalismo brasileiro e, particularmente, no interior do movimento sindical docente. Para isso, foram analisadas as cartas finais dos Congressos e dos Conselhos do ANDES-SN (CONAD's) – quando necessário percorri os relatórios finais destes eventos nacionais deliberativos por conter informações mais detalhadas de suas decisões – e as produções do ANDES-SN – como as circulares dos setores, as circulares nacionais, os materiais produzidos pelos GT's, os InformANDES, a Revista Universidade e Sociedade, as notícias publicadas no site do Sindicato Nacional, os Cadernos ANDES e as cartilhas produzidas. Também foi analisado o documento produzido de 15 anos do PROIFES-Federação, o qual contém informações de sua história.

#### **3.1 DA ANDES AO ANDES-SN: a concepção sindical classista**

O ANDES-SN foi criado em 1981, como Associação Nacional, a partir de uma ampla organização nas AD's no interior das Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas. As AD's vinham se articulando conjuntamente desde os três anos anteriores a fundação da ANDES. Em seu momento originário, elas possuíam atuações políticas diferenciadas, dentre as quais, era possível encontrar AD's com motivações reivindicativas, acadêmico-científicas e culturais (MIRANDA, 2017). A partir da confluência das AD's ocorre a redução de seu caráter reivindicativo, acadêmico-científico e cultural e, em seu lugar, sobressai uma entidade nacional com caráter sindical. A expressão desse movimento é a fundação da ANDES, que se apresenta da seguinte forma:

uma Associação de âmbito nacional, autônoma relativamente ao Estado e à administração universitária, democrática e representativa dos professores das IES de todo o Brasil, e não apenas das diretorias de Associações de Docentes. Esta associação deve respeitar a autonomia das Associações Docentes e incentivar a criação de novas AD's, preservar os interesses regionais e setoriais, buscando, ao mesmo tempo, coordenar e fazer convergir o movimento dos docentes nas iniciativas de alcance nacional. A ANDES não terá caráter político-partidário e buscará efetivamente expressar as reivindicações e lutas dos professores das IES brasileiras nos planos econômico, social, cultural e político, seja em campanhas trabalhistas, seja na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares, buscando interagir com entidades democráticas representativas de professores, trabalhadores e demais

setores sociais, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro (ANDES, 1981)

A literatura acerca das motivações para a fundação da ANDES converge no sentido de apontar a associação entre determinações de natureza sindical (luta por melhores condições de trabalho, salariais e de carreira docente) e de natureza política (luta pela democratização da universidade e da sociedade e pela educação pública e gratuita) (BALDIJÃO, 1991; MACIEL, 1991 e 1992; COELHO, 1996; NAVARRO, 2001). Navarro (2001) colheu depoimentos de dirigentes do movimento sindical docente entre setores das IES públicas federais (autárquicas e fundacionais), IES públicas estaduais e IES particulares (confessionais e não confessionais) para dar visibilidade ao peso para as motivações dos integrantes de cada setor no momento da criação da ANDES. Para os dirigentes entrevistados do setor das IES federais e das IES estaduais os motivos não se diferenciaram substancialmente, ao passo que para os dirigentes das IES particulares haviam especificidades demarcadas. Explicitamente, nas IES federais a defesa da democracia parece ter sido um elemento decisivo na iniciativa de organização local e nacional; para os dirigentes do setor das IES estaduais a luta pela democratização da universidade e da sociedade foram a motivação fundamental; e para os dirigentes vinculados às IES particulares as reivindicações por questões salariais e de carreira eram o ponto de partida para a luta pela democracia interna e pela qualidade da educação ministrada.

Sete anos após a sua fundação, em 1988, a Associação Nacional constitui-se em Sindicato Nacional, passando a ser designada como ANDES-SN. Sua estrutura organizativa, em essência, permaneceu a mesma: o Congresso Nacional (anual), como instância máxima deliberativa; os Conads (semestrais), como instância intermediária deliberativa; a Diretoria, como órgão executivo, eleita pelos docentes sindicalizados. As AD's tornaram-se Seções Sindicais, transformação esta, que manteve sua autonomia ao mesmo tempo em que a redimensionava: as Seções Sindicais foram consideradas a menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SN; seus regimentos internos, aprovados em Assembleias Gerais (AG's) pelos docentes a ela vinculados, foram criados respeitando o estatuto do ANDES-SN; as Seções Sindicais mantiveram sua autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites do Estatuto do ANDES-SN<sup>21</sup> (NAVARRO, 2001).

---

21 O Estatuto do ANDES-SN é ajustado/aprimorado durante os Congressos, com participação dos delegados das Seções Sindicais, conforme as vivências e injunções conjunturais. No Estatuto do ANDES-SN estão contidas as atribuições do Congresso, dos Conads, da Diretoria e das Seções Sindicais. Como as Seções Sindicais são indissociáveis do ANDES-SN devem respeitar suas atribuições, conforme explicitado no Estatuto do ANDES-SN.

A disputa acerca da concepção sindical da entidade nacional representativa dos docentes do ensino superior ocorreu em dois momentos: o da fundação da Associação Nacional e o da transformação desta Associação em Sindicato Nacional. A primeira disputa ocorreu no momento da fundação da Associação Nacional, durante o I Congresso Nacional dos Docentes Universitários (CNDU) (1981), quando os docentes optaram que a entidade nacional fosse organizada pela base, com autonomia sindical e desatrelada do Estado, rejeitando assim a proposta de criação de uma federação, aos moldes do sindicalismo atrelado ao Estado (NAVARRO, 2001; MIRANDA, 2017). Prevaleceu, naquele momento, a fundação de uma Associação Nacional organizada a partir das AD's nos locais de trabalho, a qual defendia a pluralidade e a liberdade sindical, contrapondo-se a unicidade sindical e ao imposto sindical e lutava pela autonomia em relação a governos, partidos políticos e administrações universitárias.

A segunda disputa ocorreu no processo de transformação da Associação Nacional em Sindicato Nacional a partir da possibilidade de livre associação profissional ou sindical dos servidores públicos garantido com a Promulgação da Constituição Federal de 1988. Durante a realização do 2º Congresso Extraordinário (1988) o movimento sindical docente optou em constituir o ANDES-SN com Seções Sindicais autônomas organizadas por local de trabalho, mantendo os princípios de sua criação e com ampla democracia interna. Tal proposta advinda da Diretoria da ANDES, havia sido aprovada como indicativo durante o 18º Conad (1988), intitulada *Direito de sindicalização do funcionalismo público – uma proposta para a Andes* e continha os seguintes argumentos: a proposta de criação de um Sindicato Nacional nos setores público e privado era a forma de organização mais adequada à realidade vivida pelo movimento sindical docente; a proposta havia sido construída considerando a história da ANDES em defesa do ensino público e gratuito, da autonomia da universidade, da carreira docente baseada em critérios acadêmicos e da construção de uma universidade capaz de responder as necessidades da construção de uma sociedade justa sem a existência de exploradores e explorados; a proposta estava embasada no diagnóstico da organização interna da ANDES, levando em consideração a realidade concreta dos setores (no setor das privadas havia dificuldades em função da repressão existente, da inexistência da carreira docente e da contratação por regime de tempo de trabalho, etc., no setor das federais havia conquistas referentes a unificação das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) autárquicas e fundacionais e no setor das estaduais havia crescimento da quantidade de AD's); a proposta mencionava a necessidade de levar em consideração a experiência de luta acumulada pelo movimento sindical docente contra uma postura corporativista, na medida em que suas lutas pautavam a indissociabilidade entre ensino

e pesquisa, a promoção vertical na carreira em função do mérito acadêmico, a defesa do ensino público e gratuito, a autonomia e a democracia da universidade e sua integração nas lutas em defesa dos princípios de democracia e justiça; a proposta significava uma superação das estruturas sindicais ou profissionais do tipo vertical – baseada na organização de Federações e Confederações –, presentes no movimento de massas no Brasil; e a proposta explicitava que era juridicamente viável a criação de um Sindicato Nacional que aglutinasse os docentes do ensino superior do setor público e privado (ANDES-SN, 1988a).

Durante o 2º Congresso Extraordinário (1988) os docentes deliberaram pela aprovação da proposta da Diretoria da ANDES com mais de 80% dos votos favoráveis: 187 votos a favor, 23 contrários e 12 abstenções (MIRANDA, 2017). Dessa maneira, o movimento sindical docente optou por rejeitar tanto a proposta da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ), deliberada em sua AG, quanto a proposta da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF) e da Associação de Docentes da Estadual de Feira de Santana (ADUFS) (ANDES-SN, 1988b). A primeira propunha o adiamento da decisão em torno da sindicalização, a fim de estabelecer uma grande discussão em todas as faculdades e universidades, com a participação dos Sindicatos dos Professores do Ensino Privado (SINPRO's) para decidir sobre sua estrutura sindical. A segunda indicava a transformação da ANDES em um Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições de Ensino Superior (SINTIES) que congregasse organicamente os docentes e os técnico-administrativos em educação (TAE's) visando, em um próximo passo, a constituição de um Sindicato dos Trabalhadores da Educação (ANDES-SN, 1988b).

As AD's que sugeriam aglutinar em um sindicato tanto os docentes quanto os TAE's argumentavam que as lutas do conjunto dos trabalhadores, no sentido da transformação da sociedade brasileira, não se restringiam ao movimento sindical docente. Este, por sua vez, se fortaleceria com a superação do corporativismo e do elitismo e com a articulação com o conjunto dos trabalhadores por meio de um sindicato que congregasse inicialmente os docentes e TAE's para, posteriormente, aglutinar todos os trabalhadores da educação. Esta proposta tinha como aspecto favorável o fato de que tanto a ANDES (1981) quanto a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) (1978) haviam surgido de uma ampla organização por local de trabalho, construído suas entidades com abrangência nacional e ambas congregavam o setor privado. Conforme Navarro (2001), essa proposta não foi aceita pois o debate sobre a transformação da Associação Nacional em Sindicato Nacional havia se polarizado entre aqueles que defendiam uma estrutura sindical baseada em federações

e confederações e, os que a ela se opunham, argumentando sobre a necessidade de partir das estruturas já existentes. Ademais, Navarro (2001) também argumentou que a conquista do direito à sindicalização dos trabalhadores do serviço público não resultou em debates suficientemente aprofundados sobre as formas de organização no interior do movimento sindical docente e do conjunto dos servidores públicos.

Estes dois momentos de disputa acerca da concepção sindical da entidade nacional representativa dos docentes do ensino superior foram perpassados por debates que ocorreram nos locais de trabalho e nos espaços nacionais deliberativos da categoria docente. Em ambos os momentos os docentes optaram pela concepção sindical classista, em um movimento de ruptura com a estrutura sindical atrelada ao Estado. Esta opção do movimento sindical docente esteve associada a um movimento mais amplo da classe trabalhadora, o qual foi denominado por estudiosos do sindicalismo e pelos sindicalistas, pouco a pouco, como novo sindicalismo por ser caracterizado como novidade sindical em contraste ao sindicalismo pelego da ditadura e por se diferenciar do velho movimento sindical do período anterior ao golpe de 1964 (MATTOS, 1998).

Ainda, a ANDES participou ativamente do debate acerca da criação de uma central sindical de âmbito Nacional, uma vez que integrou a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) (1981) e a Comissão Nacional Pró-CUT (1982). Antunes (1995) menciona que na I CONCLAT desenhou-se uma forte polarização: de um lado encontravam-se aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, mais combativo e, de outro lado, aqueles que apregoavam um sindicalismo de perfil mais conciliador e moderado. O primeiro campo foi responsável pela criação da CUT, em São Bernardo do Campo, em 1983, enquanto que, o segundo foi responsável pela criação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em Praia Grande, em 1983, a qual posteriormente foi denominada de Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (ANTUNES, 1995). No contexto desta forte polarização, a ANDES compareceu com delegações plenas nos dois Congressos (em São Bernardo do Campo e em Praia Grande) para defender a unidade do movimento sindical brasileiro como condição essencial para a resistência dos trabalhadores às medidas de arrocho da política econômica; reconheceu a existência da CUT e da CONCLAT como instâncias nacionais de representação sindical, mas se absteve de participar organicamente de qualquer das duas articulações formadas; e debateu as diferentes concepções do movimento sindical e sua filiação à CUT ou à CONCLAT (ANDES, 1987).

Muito embora a ANDES tenha participado ativamente do processo de reorganização da classe trabalhadora sua filiação a uma central sindical somente ocorreu após sua transformação no ANDES-SN. O lento processo que desaguou na filiação do ANDES-SN à CUT<sup>22</sup> foi perpassado pelos argumentos de que havia necessidade de superar com cuidado as resistências tantos dos docentes que se alinhavam às propostas da CONCLAT/CGT quando dos docentes que entendiam que uma organização de docentes universitários não deveria estar filiada a uma central sindical (MATOS, 2011). A deliberação da filiação do ANDES-SN à CUT ocorreu durante a realização de seu 8º Congresso (1989), após amplo debate nas bases, subsidiado pela elaboração do *Caderno ANDES nº 5: A questão sindical* (1987)<sup>23</sup> enquanto um esforço da diretoria para prover um instrumento de discussão política da questão sindical entre os docentes.

Os elementos mais significativos que caracterizaram a filiação do ANDES-SN à CUT em 1989 foram expressos no manifesto *Nossa Filiação à CUT*, documento este que estão sistematizados e contextualizados o processo histórico, as razões e o significado político desta filiação (ANDES-SN, 1989). Neste manifesto, os docentes explicitavam que a ANDES, desde sua fundação, esteve envolvida nas lutas da classe trabalhadora brasileira e, por esse motivo, havia uma significativa aproximação entre as concepções defendidas pelo movimento sindical docente e as concepções da CUT, como segue:

A CUT tem comprovado, desde sua criação (1983), combatividade intransigente na defesa dos interesses dos trabalhadores, afirmando-se como a Central Sindical que pratica o princípio da autonomia e liberdade sindical, luta pela unidade da classe trabalhadora, defendendo sua independência frente ao Estado e aos patrões. A CUT propõe a organização dos trabalhadores em cada local de trabalho, defendendo a construção de uma sociedade democrática e justa, propõe a solidariedade internacional entre os explorados. Princípios, propostas, práticas que guardam identidade com a história do movimento docente (ANDES-SN, 1989, p. 61).

Por fim, o manifesto explicitava o novo patamar que o movimento sindical docente colocava na luta sindical e política a partir de sua filiação à CUT, principalmente ao poder influir mais decisivamente nas diretrizes gerais de sua atuação em conjunto com os trabalhadores (ANDES-SN, 1989). A filiação do ANDES-SN à CUT refletia a identificação do movimento sindical docente com as lutas da classe trabalhadora, quais sejam a organização dos

---

<sup>22</sup> O lento processo de discussão no interior do movimento sindical docente refere-se aos cinco anos desde a fundação da CUT (agosto de 1983) até a filiação do ANDES-SN à CUT (fevereiro de 1989).

<sup>23</sup> Este Caderno continha a história da ANDES e sua articulação com as lutas gerais dos trabalhadores, expressão de sua participação na CONCLAT, que culminou na criação da Comissão Nacional Pró-CUT e, posteriormente, na possibilidade de sua filiação à CUT ou à CONCLAT/CGT (ANDES, 1987).

trabalhadores em cada local de trabalho, a luta pela autonomia e pela liberdade sindical, bem como, a defesa da independência em relação a partidos políticos e a governos.

A concepção sindical classista do ANDES-SN também fora construída, ao longo da década de 1980, a partir da utilização dos instrumentos de luta da classe trabalhadora, como as mobilizações e as greves. A Tabela 1 apresenta o ano, o período e a duração das greves realizadas pelo movimento sindical docente, bem como a quantidade de IES paralisadas, suas pautas de reivindicações e seus resultados.

Tabela 1 – Greves realizadas pelo movimento sindical docente nas Universidades Federais na década de 1980.

Ano; Período; Duração	Número de IES paralisadas	Pauta de Reivindicação	Resultados
1980; 16/11 a 11/12; 26 dias.	19 Universidades Autárquicas e 07 Escolas Isoladas.	Reposição salarial de 48%; Novo plano de Carreira do Magistério; Eleição direta para Reitor (revogação da lei de nomeação de reitores); Crescimento das verbas para educação, até chegar a 12% do Orçamento Federal.	Aprovação de um novo plano de carreira do magistério superior das universidades autárquicas e o reenquadramento dos docentes
1981; 11/11 a 01/12; 20 dias.	19 Universidades Autárquicas e 05 Escolas Isoladas.	Reposição salarial de 45%; Reajuste Semestral igual ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); Enquadramento dos professores colaboradores (discriminados pelo quadro de carreira do MEC); Reformulação do Plano de Carreira; Ampliação da verba da União para a educação para 12% do Produto Interno Bruto (PIB).	Reposição salarial de 30% para os docentes das universidades autárquicas; reenquadramento dos colaboradores discriminados; e fixação de um prazo de seis meses para discutir a reestruturação da universidade.
1982; 18/11 a 20/12; 32 dias.	18 Universidades Autárquicas, 03 Escolas Isoladas. Houve a adesão dos TAE's em 29/11.	Reposição de 23,8%; Reajuste a partir de novembro de 1982, com base no INPC do período; Reajuste semestral sem escalonamento; Direitos iguais para celetistas e estatutários; Correção das distorções de carreira; Contratação dos concursados; Reestruturação da universidade com base na proposta da ANDES.	Recuo do governo na implementação, via decreto, do ensino pago nas universidades federais e da transformação das autarquias em fundações.
1984; 15/05 a 07/08; 84 dias.	IFES autárquicas e fundacionais. Contou com a articulação dos TAE's em inúmeras IES.	Reposição salarial de 64,8%, retroativo a janeiro de 1984; Reajuste semestral igual a 100% do INPC; Décimo Terceiro salário; Quinquênio para os celetistas; Piso de três salários para os servidores; Verbas para o pleno funcionamento das IES Federais Autárquicas.	Encerramento da greve sem o atendimento das reivindicações, com a continuidade das negociações em uma comissão instituída para esse fim. Em janeiro de 1985 os docentes das autárquicas conquistaram reposição salarial de 20%.
1985; 10/08 a 23/09; 45 dias.	16 Universidades Fundacionais. Contou com a participação da FASUBRA.	Reposição de 38,5%; Reajuste igual ao INPC do semestre; Implantação de reajuste trimestral; Aposentadoria integral; Adicional de Dedicção Exclusiva (DE), acima de 50%; 5% de produtividade; Adicional de 5% por quinquênio;	Novo Plano de Cargos e Salários para as IFES fundacionais, a entrar em vigor em janeiro de 1986 (algumas categorias docentes tiveram ganho superior a 50%); e liberação de 60 bilhões de

1987; 25/03 a 07/05; 44 dias.	45 IFES (Autárquicas e Fundacionais).	Verbas de Orçamento de Custeio e Capital (OCC) para as IFES fundacionais.  Adoção do Plano de Carreira Única para Docentes; Isonomia salarial; Aposentadoria integral; Verbas para funcionamento das IFES; Revogação do decreto que proíbe a contratação de pessoal.	cruzeiros para as IFES fundacionais.  Aprovação e regulamentação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), cuja nova tabela salarial teve efeito financeiro retroativo a abril de 1987.
1989; 08/05 a 13/07; 66 dias.	38 IFES. Apoio dos estudantes em 17 IFES e TAE's em 43 IFES.	Aumento do OCC em 27,8% para IFES; Verbas para o sistema de ciência e tecnologia; Reajuste mensal; Reposição salarial de 34,9%; Anuênio de 1% (em substituição ao quinquênio); Aposentadoria integral; Incorporação de gratificação no nível superior; Revogação do decreto que proíbe contratações e abertura imediata de concursos; Plano Único de Carreira para professores de 1º, 2º e 3º graus das IFES.	Reposição salarial de 30% para os Servidores Públicos Federais (SPF's) em maio de 1989; compromisso de liberação de verbas para a manutenção das IFES, no montante de 453 milhões de cruzados novos; alteração no PUCRCE: incentivo para DE para os docentes do 3º grau e aumento da progressão horizontal de 4% para 5%; autorização de contratação de 760 docentes e de 1.340 TAE's; e direito à aposentadoria integral.

Fonte: Adaptado de ANDES-SN [s.d], de SEDUFMS (2014), de Miranda (2017) e de ANDES-SN (2022a).

O movimento sindical docente no ensino superior brasileiro articulou diversas lutas por meio de greves com pautas de reivindicações relacionadas à luta econômica, ou seja, por reajustes e reposições salariais, por ganhos por produtividade, por piso de três salários mínimos, por adicionais por tempo de serviço, por incorporação de gratificação, por décimo terceiro salário, por plano de carreira para os docentes e por valorização da DE, por isonomia salarial, pelo enquadramento dos professores colaboradores, por contratação de concursados, por abertura de concursos, por aposentadoria integral dos docentes, entre outras. Estas reivindicações econômicas foram associadas à luta política, ou seja, pela autonomia universitária, por verbas destinadas à educação pública e às IES públicas, por verbas para a Ciência e Tecnologia, pela reestruturação da universidade sob a ótica dos trabalhadores, entre outras. As greves com pautas de reivindicações relacionadas à luta econômica foram permeadas por um significativo contorno político, no sentido de denunciar a defasagem salarial e de condições de trabalho dos docentes resultante da política de arrocho do regime autoritário da ditadura empresarial-militar. Vale destacar que a associação de reivindicações de natureza econômica com as de natureza política foram uma das características do novo sindicalismo, de corte classista.

As lutas históricas e grandes jornadas de mobilização do movimento sindical docente, em especial nas greves nacionais (desde 1981 nas IFES autárquicas e a partir de 1987 nas

fundacionais e autárquicas) e nas greves estaduais (principalmente nas Instituições Estaduais de Educação Superior (IEES) paulistas), trouxeram os seguintes avanços: obstruíram e evitaram a implantação de uma série de propostas de cunho privatizante para as universidades, como as propostas do governo Figueiredo de reestruturação das universidades, regulamentação da autonomia, criação de Centros de Excelência, entre outras; obstruíram e evitaram os projetos do governo Sarney, com Marco Maciel no MEC, propostos pelo projeto Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES); fizeram avançar o projeto de um padrão unitário de qualidade, com a unificação das carreiras nas IFES fundacionais; conquistaram a isonomia entre fundações e autarquias, com o PUCRCE, em 1987; e inscreveram na Constituição Federal de 1988 o princípio da autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a garantia das verbas públicas para a educação, entre outras conquistas (MATTOS, 2011).

Ao final da década de 1980, o novo sindicalismo confrontou-se com as primeiras manifestações regressivas que começaram a se manifestar com a vitória (e posse) de Fernando Collor de Mello em 1989 (ANTUNES, 2018). Se, ao longo do período da ditadura empresarial-militar e mesmo na chamada Nova República, o Brasil não havia se inserido no processo de reestruturação produtiva do capital comandada pelo neoliberalismo, essa realidade mudou a partir dos dois anos do governo de Collor (ANTUNES, 2018). Após o impeachment de Collor e o curto período governado pelo vice-presidente Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito em 1994 e, com sua reeleição em 1998, parcela significativa do setor produtivo estatal foi privatizada, o que alterou o tripé entre capitais nacional, estrangeiro e estatal, ampliando a internacionalização da economia brasileira (ANTUNES, 2018). O novo sindicalismo, de corte classista, combativo e autônomo em relação a governos e partidos políticos, passava a se confrontar com um contexto de forte pressão interna e externa pelos capitais, objetivando avançar a reestruturação produtiva, a financeirização da economia e a livre circulação de capitais, as privatizações do setor produtivo estatal e a flexibilização da legislação trabalhista (ANTUNES, 2018).

Nesse contexto, as práticas combativas, classistas e autônomas em relação a governos e partidos políticos do novo sindicalismo foram reorientadas por práticas de concertação<sup>24</sup> (ANTUNES, 2018). Essa prática sindical tem na negociação seu instrumento predominante ao priorizar a construção de alternativas propositivas consideradas mais viáveis e realistas ao invés

---

<sup>24</sup> Concertação no contexto mencionado por Antunes (2018) diz respeito a concertar, estar de acordo, conceder, concordar, ou seja, é uma conduta que prioriza os acordos com o capital ao invés de confrontá-lo.

de assumir uma conduta de rejeição às iniciativas dos patrões e dos governos. Outro aspecto que trazia modificações no cenário sindical foi o surgimento e a consolidação da FS, em 1991, orientada pela concepção sindical de resultados, que viria a polarizar com a CUT visando à ampliação e à afirmação de sua base social (ANTUNES, 2018). Em seu manifesto de criação, a FS propugnava ser uma central sindical moderna e ativa, destinada para trabalhadores e para a sociedade como um todo que necessitava de uma central que não fosse revolucionária nem submissa, mas que tivesse como cerne a luta por um modelo de sociedade moderna, competitiva, democrática, competente e progressista (ANTUNES, 1995).

A CUT – que surgiu como expressão das lutas dos trabalhadores no novo sindicalismo – passou por mudanças substanciais na passagem do III Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT) (1988) para o IV CONCUT (1991) ao propugnar uma conduta propositiva e seu corolário, a negociação (ANTUNES, 2018). O ANDES-SN realizou diversas avaliações sobre as práticas no interior da CUT ao longo da década de 1990 e propôs a ampliação da participação das Seções Sindicais na central sindical a fim de fortalecer o campo da esquerda na disputa dos rumos desta, além de combater sua postura propositiva e de negociação, conforme consta no Quadro 1:

Quadro 1 – Deliberações do ANDES-SN a respeito das práticas no interior da CUT

<b>Documento</b>	<b>Deliberações</b>
10º Congresso (1991)	Retirar a participação do Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação (DNTE), da CUT, do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) proposto pelo governo Collor.
11º Congresso (1992)	Rejeitar a filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) por meio da divulgação da posição do ANDES-SN junto à CUT Nacional, ao conjunto do movimento sindical docente e ao movimento sindical cutista e, a partir disso, realizar o debate democraticamente nas instâncias da Central.
24º Conad (1992)	Promover análises e debates sobre a forma de organização verticalizada de federações e confederações que ganhava cada vez mais espaço no interior da CUT, avaliando especificamente como esta polêmica vem sendo enfrentada pela central.
Manifesto do ANDES-SN ao VI CONCUT (1997)	Convocar todos os delegados presentes no 6º Congresso da CUT (1997), favoráveis a um sindicalismo classista de oposição a FHC e seus projetos, para a luta pela greve geral e por um sindicato democrático e de base (contra o sindicato orgânico) e para a construção de um bloco contra o perigoso rumo adotado pela maioria da direção da central sindical.
20º Congresso (2001)	Combater a postura negociadora da CUT frente à Reforma da Previdência de FHC.

Fonte: Adaptado de Miranda (2017).

A realização das avaliações do ANDES-SN sobre as práticas da CUT era respaldada pela compreensão de que o movimento sindical docente deveria tratar sobre as questões específicas de sua categoria sem deixar de elaborar, conjuntamente com o movimento social organizado, as questões mais gerais dos trabalhadores. Assim, em seu 10º Congresso (1991) o

ANDES-SN tomou posição de não participar no PNAC e alertou a CUT em não participar deste Plano, por entender que sua função sindical é incompatível com as propostas do governo Collor. Também, durante o 11º Congresso (1992) a posição do ANDES-SN foi rejeitar a filiação da CUT à CIOSL baseada na compreensão de que esta se caracterizava como uma entidade de caráter anti-comunista criada com base no sindicalismo norte-americano e sustentada pelos sindicatos mais atrasados nos países do Terceiro Mundo. Ainda, a CIOSL representava o sindicalismo de resultados, a política de conciliação de classes e o sindicalismo atrelado apesar de auto intitular-se livre. A filiação da CUT à CIOSL ocorreu durante a 5ª Plenária Nacional da CUT (1992) e era mais um elemento da integração passiva da Central à ordem capitalista (MIRANDA, 2017). Ainda, no mesmo ano, durante o 24º Conad (1992) o ANDES-SN preocupava-se com as tendências que indicavam no campo da Central o crescimento da incorporação de federações e confederações, bem como o nascimento dessas federações e confederações no próprio seio da CUT, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE).

O posicionamento crítico do ANDES-SN em relação aos rumos da CUT só fazia crescer após o início do governo de FHC, momento em que foi aberta uma nova etapa de retirada de direitos da classe trabalhadora. Miranda (2017) cita que, no início de 1996, o presidente Vicentinho da CUT havia aceitado sentar-se à mesa do chamado acordo da previdência, que abriu caminho para a aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional. Naquele contexto, o ANDES-SN passou a rejeitar a concepção de sindicato orgânico – cujo método priorizava a negociação e a conciliação – defendido pela direção majoritária da CUT conforme Manifesto do ANDES-SN ao VI CONCURT (1997); e a combater a postura negociadora desta central sindical frente à Reforma da Previdência de FHC conforme deliberação do 20º Congresso (2001). A adesão da CUT à postura propositiva e de negociação foi combatida, desde a sua origem, por setores da classe trabalhadora, como por exemplo, aqueles organizados no ANDES-SN.

No contexto da década de 1990, mesmo com o arrefecimento da luta sindical em comparação a década anterior, o ANDES-SN manteve sua postura combativa e sua disposição para a realização de mobilizações e greves. A Tabela 2 expõe o ano, o período e a duração das greves realizadas pelo movimento sindical docente, bem como a quantidade de IES paralisadas, suas pautas de reivindicações e seus resultados.

Tabela 2 – Greves realizadas pelo movimento sindical docente nas Universidades Federais na década de 1990.

Ano; Período; Duração	Número de IES paralisadas	Pauta de Reivindicação	Resultados
1991; 05/06 a 20/09; 107 dias.	45 IFES (docentes e TAE's).	Recomposição salarial aos valores reais de abril de 1990, referente a 44,38%; Incorporação aos vencimentos dos docentes das perdas salariais provocadas pelos planos Bresser, Verão e Collor, equivalente a 640,39%; Repasse para as IFES do saldo de verbas previstos no orçamento de 1990 e dos recursos estabelecidos no orçamento de 1991; Abertura de concurso público para preencher as vagas existentes nas IFES e para a expansão do quadro de pessoal, com a imediata contratação dos selecionados; Escolha de dirigentes das IFES por processo de eleições diretas e democráticas, esgotando-se o processo no interior das IFES; Garantia de repasse para o ANDES-SN das contribuições dos docentes por ela representados, conforme a Constituição Federal.	Rejeição, pelo Congresso Nacional, da medida provisória que excluía docentes, TAE's e diversas categorias dos SPF's dos reajustes propostos pelo governo; reajuste salarial de 20% para os SPF's e correção da tabela de vencimentos para os docentes; novo reajuste com índice que variou de 20% a 48,8%; aumento das gratificações por titulação;
1993; 13/05 a 14/06; 31 dias.	43 IFES (docentes e TAE's). 1º Greve Unificada dos SPF's, com apoio dos estudantes.	PAUTA UNIFICADA: Política Salarial, com reajustes mensais; Isonomia salarial; Recomposição do poder aquisitivo; Pagamento dos Passivos Trabalhistas; Incorporação de 84,32% do Plano Collor; Liberação Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Anistia para SPF's punidos em razão das greves.	Anistia dos SPF's em greve; reajuste de 85% de modo escalonado; aprovação de política salarial até junho de 1994; conquista da isonomia salarial por meio da elevação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) escalonada.
1994; 19/04 a 08/06; 50 dias.	38 IFES (docentes e TAE's). Greve unificada dos SPF's.	Reajuste de 139,24% (referente aos planos Bresser e Collor e reajuste 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário); Plano Nacional de Capacitação de Docente; Plano de Carreira para o magistério superior das IFES públicas e privadas; Pauta Unificada SPF's (combate ao arrocho salarial, a conquista da isonomia entre os três poderes – e entre as IFES – e o combate ao novo plano político-econômico).	Abertura de negociação em torno da isonomia entre os três poderes; negada a inclusão das emendas do movimento sindical na medida provisória 482; legitimação do direito de greve no serviço público.
1995 09/05 a 31/05; 23 dias.	Cerca de 15 mil docentes paralisados.	Controle social das empresas e do serviço público; Defesa da Previdência Pública e das aposentadorias por tempo de serviço; Política Salarial; Rejeição do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 101/1993; Reintegração dos demitidos na Reforma Administrativa do governo Collor.	Afastamento da possibilidade de privatização das instituições públicas; e resgate do substitutivo do Senador Cid Sabóia, que foi ao plenário do Senado Federal junto com o substitutivo do Senador Darcy Ribeiro.
1996; 16/04 a 20/06; 56 dias.	45 IFES (docentes e TAE's). Greve unificada dos SPF's.	Reajuste de 46,19%; Retirada dos Projetos de Reforma da Previdência e Administrativa; Incorporação da pauta específica da educação superior (o golpe contra a LDB) discutida com a sociedade, a reforma da educação via Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233, o exame nacional de curso – provão –, a destruição do ensino tecnológico público, a redução orçamentária, a	Decisão do STF favorável aos SPF's sobre o direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congresso Nacional; recuo na posição de enviar ao Congresso Nacional o Projeto de Autonomia das Universidades;

1998; 31/03 a 13/07; 104 dias.	51 IFES (docentes e TAE's, com apoio dos estudantes).	reposição de vagas nas IFES e a reposição salarial de 46,19% na data base de janeiro).  Reajuste salarial de 48,65%; Recomposição do quadro de docentes das IFES; Ampliação de Vagas e Abertura de concursos para docentes IFES; Retirada do Programa de Incentivo à Docência (PID); Verbas para as IFES; Democracia nas universidades.	e a promessa de discussão sobre mais contratações e verbas para as IFES.  Implementação de 60% nas gratificações previstas na lei Federal (Gratificação de Estímulo à Docência (GED)).
---	---	--	--

Fonte: Adaptado de ANDES-SN [s.d], de SEDUFSM (2014), de Miranda (2017) e de ANDES-SN (2022a).

Assim como na década de 1980, as greves do movimento sindical docente da década de 1990 também associaram reivindicações econômicas e reivindicações políticas. As reivindicações econômicas dos docentes diziam respeito a reposição e a reajustes salariais, a incorporação de perdas salariais, a isonomia salarial, a capacitação docente, o plano de carreira tanto nas públicas quanto nas privadas, a contrariedade a formas precárias de complementação salarial, a recomposição do quadro de docentes, a ampliação de vagas e a abertura de concurso público, as gratificações, entre outras. As reivindicações políticas correspondiam a democracia nas universidades, a verbas para as IFES, a contrariedade as políticas educacionais encaminhadas pelos governos, a autonomia sindical, a anistia de punições em razão de greves, a contrariedade aos projetos de reformas administrativa e previdenciária, entre outras. Essas greves contaram com a articulação do ANDES-SN com o conjunto dos SPF's e, por isso, segundo Mattos (2011) as greves aconteceram não apenas nas universidades, mas no conjunto do funcionalismo público federal.

Entretanto, os resultados destas greves foram pouco expressivos quando comparados a década anterior, haja vista o período regressivo que o movimento sindical se encontrava. Nesse período regressivo, mas de maior aglutinação das lutas com o conjunto dos SPF's, desenrolou-se os seguintes acontecimentos: no governo Collor e, posteriormente, de Itamar, as lutas foram responsáveis pela contenção da reforma administrativa, das propostas de nova política para o ensino superior e de um modelo de financiamento para o ensino superior, todas de cunho privatista; as agendas conquistadas no fim do governo Itamar para discutir a autonomia universitária, em um plano específico, e a isonomia salarial, em um plano de todo o funcionalismo, recuaram no governo de FHC; e, no período deste último, foi impossível conter a depreciação salarial e os poucos ganhos econômicos vieram acompanhados de duras perdas em termos de projeto de universidade, como aconteceu com a criação da GED, no setor das federais, que era uma gratificação vinculada a contabilidades produtivistas de tarefas dos docentes (MATTOS, 2011).

Ademais, o ANDES-SN pautou lutas por uma política educacional voltada à defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada nos interesses da classe trabalhadora. Participou ativamente da formulação de propostas para a LDB que aglutinaram os setores da educação no interior do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). No final da década de 1990, também participou da construção dos Congressos Nacionais de Educação (CONED's)<sup>26</sup>, organizados pelo FNDEP, que resultaram na construção do Plano Nacional de Educação (PNE): Proposta da Sociedade Brasileira em 1997, que reivindicava a destinação de 10% do PIB para a educação pública. O embate que ocorreu tanto na elaboração da LDB quanto do PNE foi circunscrito por projetos antagônicos de educação, os quais resultaram na aprovação da LDB em 1996<sup>28</sup> que desconsiderou as formulações no âmbito do FNDEP e na aprovação do PNE 2001-2010<sup>29</sup> baseado na proposta do governo de FHC e do MEC.

As eleições presidenciais de 2002 levaram o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva do PT ao governo brasileiro, depois de suas três candidaturas anteriores a Presidência da República. Em sua ação política eleitoral o PT realizou concessões para vencer, aliando-se, além dos vários partidos de esquerda, ao Partido Liberal (PL) – pequeno agrupamento político de centro-direita (ANTUNES, 2005). O aumento nos leques de aliança trouxe consigo um enorme constrangimento junto à militância de base do PT, aos movimentos sociais, ao sindicalismo de base e ao combativo MST (ANTUNES, 2005). Esta política vista com forte desconfiança pelas bases sociais era ditada pelos setores majoritários do PT, sendo considerada por estes como inevitável para que a vitória política eleitoral fosse efetivada (ANTUNES, 2005).

As eleições presidenciais também foram objeto de análise do movimento sindical docente, o qual registrou durante o 45º Conad (2002) a importância histórica da eleição de Lula, oriundo do proletariado, em um país marcado pela discriminação e o preconceito, assim como

---

<sup>26</sup> Entre a realização do I CONED (1996) e II CONED (1997) o ANDES-SN organizou e aprovou no 35º Conad (1997) uma *Proposta do ANDES-SN para a Consolidação de um Plano Nacional de Educação* para embasar o debate dos delegados durante a realização do II CONED (ANDES-SN, 1997).

<sup>28</sup> Após a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto Darcy/MEC da LDB, os docentes reunidos no 16º Congresso (1997) avaliaram que o processo de sua aprovação foi permeado por irregularidades regimentais, bem como pelo caráter autoritário de sua etapa final de tramitação e pelo personalismo, processo este, que determinou seu conteúdo antidemocrático e repleto de flagrantes inconstitucionalidades (ANDES-SN, 2020a).

<sup>29</sup> O governo de FHC sancionou o PNE 2001-2010 em 9 de janeiro de 2001, transformando-o na Lei 10.172/2001, após ter realizado nove vetos no documento final aprovado pelo legislativo. A partir desta aprovação, os docentes se posicionaram contrários ao PNE instituído por lei e deliberaram por iniciar ações e articulações que reivindicassem a sua revogação (ANDES-SN, 2001a). Além disso, os docentes deliberaram pela realização de um amplo movimento que denunciasse o caráter dos vetos de FHC ao PNE instituído por lei, no que diz respeito ao papel da Lei de Responsabilidade Fiscal, utilizado como justificativa pelo governo para impedir a realização de políticas sociais (ANDES-SN, 2001b).

ênfatiou a vitória imposta pelo povo trabalhador sobre os representantes dos planos do capital, em especial, aqueles que aplicam o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI). Havia, entre os docentes, a compreensão do campo aberto de desafios e possibilidades que exigiriam das organizações e dos militantes do campo popular uma capacidade estratégica de pensar as formas de mobilização para construir as políticas necessárias à reconstrução nacional e à liberação do trabalho face às determinações do capital financeiro (ANDES-SN, 2020b). Entretanto, alguns meses após esta avaliação, durante o 22º Congresso (2003), os docentes ponderaram que as políticas e medidas anunciadas pelo governo chocavam-se frontalmente com as aspirações dos trabalhadores responsáveis pela vitória eleitoral de Lula, como a manutenção do acordo de agosto/2002 firmado por FHC com o FMI e a constituição de ministérios em que foram nomeadas figuras empresarias para suas correspondentes pastas<sup>31</sup>.

O governo Lula (2003-2010) preservou os benefícios aos capitais financeiros, garantiu o superávit primário, manteve a estrutura fundiária concentrada, determinou a cobrança de impostos aos trabalhadores aposentados e manteve as privatizações – sob a forma de parcerias público-privadas –, além de incentivar fortemente a participação dos fundos privados de pensão, tanto na previdência privada quanto nas privatizações em curso (ANTUNES, 2018). O traço característico do governo Lula em comparação ao governo FHC foi a extensão do programa Fome Zero, o qual foi metamorfoseado no Bolsa Família, que foi uma política social focalizada e assistencialista (ANTUNES, 2018). Ao mesmo tempo em que o governo remunerou de forma exemplar as diversas frações do capital (em especial o financeiro, mas também o industrial e aquele vinculado ao agronegócio) também implementou uma política social assistencialista voltada para setores que dependem do Estado para sobreviver, associada a valorização do salário mínimo (ANTUNES, 2018).

Ao favorecer o grande capital e implementar políticas sociais assistencialistas o governo Lula promoveu uma política de conciliação de classes, além de cooptar grande parcela dos trabalhadores e suas organizações. Antunes (2018) menciona alguns pontos centrais que se estabeleceram entre a cúpula sindical e o Estado durante o governo Lula: a cúpula sindical ascenderia a cargos da alta burocracia estatal<sup>32</sup>; a participação dos trabalhadores na construção

---

<sup>31</sup> O governo Lula alçou o administrador e executivo da área financeira Henrique de Campos Meirelles, filiado ao Partido Social Democrático (PSD), ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil (BCB) no período de 2003 a 2011. Da mesma forma, nomeou o administrador de empresas e empresário brasileiro Luiz Fernando Furlan ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) no período de 2003 a março de 2007. Também, designou o engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues ao Ministério da Agricultura no período de 2003 a 2006.

<sup>32</sup> O governo Lula alçou Pedro Jaime Ziller – filiado ao PSD –, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (SITTEL) e da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITTEL), ao

da proposta de reforma trabalhista e sindical, elaborada no órgão tripartite denominado Fórum Nacional do Trabalho (FNT); as verbas foram ampliadas via Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cuja finalidade era a promoção de cursos de qualificação profissional e a criação de centros de atendimento ao trabalhador desempregado; e o reconhecimento das centrais sindicais, o que possibilitava que elas se beneficiassem do imposto sindical.

Antunes (2018), no capítulo *Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial*<sup>33</sup>, buscam compreender as mutações nos organismos de representação da classe trabalhadora – particularmente as experienciadas pelas centrais sindicais – e demonstram que tanto a CUT quanto a FS se aproximaram durante o governo de Lula ao defender uma política sindical voltada centralmente para a negociação e para a defesa da cidadania em detrimento do próprio pertencimento a classe trabalhadora. Mesclando traços da velha e persistente herança sindical peleguista, que a FS sempre conservou, com um sindicalismo institucionalizado, verticalizado e hierarquizado, que a CUT abraçou ao longo da década de 1990, ambas caminharam para o sindicalismo negocial de Estado (ANTUNES, 2018). Desse modo, as duas décadas do século XX empurraram o novo sindicalismo em direção a uma combinação, síntese de ao menos três movimentos, entre a velha prática peleguista, a forte herança estatista e a grande influência do ideário neoliberal (ou social-liberal), impulsionada ainda pelo culto da negociação e da defesa do cidadão (ANTUNES, 2018).

Ao mesmo tempo em que a CUT aderiu gradativamente a uma concepção sindical negocial de Estado, foram criados outros organismos de representação dos trabalhadores com horizonte autônomo, classista e combativo, a exemplo da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) em 2004. A CONLUTAS, conforme Galvão e Trópia (2014), foi a primeira organização oriunda da fragmentação da CUT ocorrida no primeiro mandato do governo Lula. Ela surgiu como uma central de oposição aos governos petistas e as políticas por eles implementadas, buscando aglutinar tanto as forças políticas contrárias aos efeitos das políticas neoliberais aplicadas a partir dos anos 1990 e no início do governo Lula quanto aqueles setores

---

comando da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em 2004; convidou Jaques Wagner, filiado ao PT e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica (SINDIQUÍMICA), para a função de Ministro do Ministério do Trabalho e Emprego em 2003 e para a função de Ministro das Relações Institucionais em 2005; nomeou Ricardo Berzoini, filiado ao PT e ex-presidente do Sindicato de Bancários de São Paulo, Osasco e Região, para o Ministério da Previdência Social em 2003 e para o Ministério do Trabalho em 2004; escolheu Luiz Marinho, filiado ao PT e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, para o Ministério do Trabalho e Emprego em 2005 e para o Ministério da Previdência Social em 2007; designou Jair Meneguelli, filiado ao PT e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e presidente-fundador da CUT, para assumir a presidência do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CN-SESI); entre outros.

<sup>33</sup> Escrito em coautoria com Jair Batista da Silva.

críticos ao aumento da dependência do país ao imperialismo e ao capital financeiro internacional (GALVÃO e TRÓPIA, 2014).

O ANDES-SN não ficou inerte a esse processo de mutações nos organismos de representação da classe trabalhadora. As alterações da direção classista da CUT ao longo da década de 1990, e mesmo ao final da década de 1980, foram objeto de avaliação do ANDES-SN (MIRANDA, 2017) e, foi a partir de 2003, que os posicionamentos da CUT começaram a ser pautados com mais frequência nos espaços de deliberação do Sindicato Nacional, culminando em sua desfiliação durante o 24º Congresso (2005). Esta desfiliação foi perpassada por distintas avaliações acerca da relação do ANDES-SN com a CUT, como pode ser observado nos Textos de Resolução (TR's) sobre a política sindical no temário III<sup>34</sup> durante o 24º Congresso (2005). De um lado, os docentes favoráveis a esta desfiliação avaliavam que a orientação político-ideológica da tendência hegemônica no interior da CUT, a Articulação Sindical, adotava posições contrárias aos interesses da classe trabalhadora ao apoiar inicialmente a Reforma da Previdência em 2003 e ao participar das negociações no interior do FNT que gestava as reformas sindical e trabalhista<sup>35</sup>. Por outro lado, os docentes contrários a esta desfiliação argumentavam que era necessário permanecer na CUT a fim de combater a orientação político-ideológica de sua tendência hegemônica, construindo uma nova direção para o movimento operário a partir das bases.

O *Caderno ANDES nº 21: Crise política e organização dos trabalhadores* (2005) contém as quatro principais evidências do distanciamento da CUT dos princípios da independência, da autonomia, da liberdade de organização e do classismo: 1) a resolução da 11ª Plenária Nacional da CUT (2005) que aderiu a concepção de unicidade sindical; 2) a liderança da CUT, ao lado dos setores governistas do MST, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Central de Movimentos Sociais, na organização de uma manifestação nacional em apoio ao governo Lula frente às denúncias de corrupção e em favor das mudanças da política

---

<sup>34</sup> A Plenária do Tema III: Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe debateu o eixo política sindical em que foram enviadas as seguintes TR's: TR 25 – Relação com a CUT e a luta em defesa da liberdade e da autonomia sindicais; TR 26 – As reformas sindical e trabalhista e a CUT; TR 27 – Ficar ou sair da CUT - uma questão que vai além da crítica à sua direção ; TR 28 – Não à desfiliação da CUT; TR 42 – Defesa da CUT contra esta reforma sindical e contra a divisão; TR 43 – Permanência ativa na CUT; TR 44 – Desfiliação da CUT e o sexo dos anjos; TR 45 – O FST e o ANDES; TR 46 – Unicidade sindical: uma antecipação do futuro; TR 55 – A construção de alternativas para a unidade dos trabalhadores na luta em defesa de seus direitos; TR 61 – O ANDES-SN e a CUT: contribuição da ADUFF-SSind ao debate do XXIV Congresso; TR 62 – O ANDES-SN e a Coordenação Nacional de Lutas (ANDES-SN, 2005a).

<sup>35</sup> O governo Lula optou por pautar inicialmente a Reforma Sindical, no intuito de conceder poder de negociação à cúpula das centrais sindicais em detrimento da capacidade de negociação das entidades de base, para depois debater a Reforma Trabalhista, impondo em sequência, perdas nos direitos trabalhistas com a predominância do negociado sobre o legislado

econômica; 3) a nomeação do Presidente da CUT para o Ministério do Trabalho e Emprego; e 4) o apoio combinado da CUT e do MEC ao paralelismo sindical no movimento docente, com estímulo a criação do PROIFES-Fórum (ANDES-SN, 2005b).

No 24º Congresso (2005) os docentes também deliberaram pela intensificação da participação do ANDES-SN e das Seções Sindicais em fóruns como a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESEF), a CONLUTAS e fóruns estaduais de luta, comprometidos no combate às reformas sindical, trabalhista e universitária propostas pelo governo Lula. Tal fato demonstra que o entendimento do movimento sindical docente organizado no ANDES-SN era de que, enquanto integrante da classe trabalhadora, como este poderia contribuir com o processo de reorganização dos instrumentos de luta dos trabalhadores em um contexto de reconfiguração do movimento sindical brasileiro<sup>36</sup> desde a ascensão do PT ao governo federal.

Diante do desafio de reorganização da classe trabalhadora, os docentes deliberaram, no 25º Congresso (2006), a participação do ANDES-SN como observador do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) da CONLUTAS (ANDES-SN, 2020a). Esta decisão foi baseada na compreensão de que a CONLUTAS era um polo aglutinador da unidade de trabalhadores no campo e na cidade, do setor público e privado, bem como dos trabalhadores formalizados e precarizados. O ANDES-SN reconheceu a CONLUTAS como principal organização dos trabalhadores em construção no Brasil durante o 51º Conad (2006) e, por isso se filiou a esta Coordenação no 26º Congresso (2007). No 1º Congresso Nacional da Conlutas (2008), o ANDES-SN inseriu-se na reformulação do estatuto da entidade e, no 2º Congresso Nacional da Conlutas (2010), contribuiu para a decisão de unificação de uma nova central, classista, sindical e popular. Diante do processo de unificação inconcluso dos setores do movimento sindical e

---

<sup>36</sup> Tal processo de reconfiguração, segundo Galvão (2012), foi provocado por diversos fatores: a) pelo descontentamento de algumas correntes sindicais com as políticas adotadas pelo governo Lula, principalmente em seu primeiro mandato, pois além deste manter os principais elementos da política macroeconômica do governo FHC também promoveu e/ou tentou implementar uma série de reformas que reduziram ou ameaçaram reduzir os direitos trabalhistas; b) pela posição da CUT e da FS diante do governo Lula, as quais na década de 90 passaram por um processo de aproximação embora fosse possível identificar tensões e contradições que dificultavam sua atuação conjunta e a partir de 2003 estas diferenças se reduzem a ponto de ambas constituírem, no segundo mandato de Lula, base de apoio ao governo; c) pelas estratégias do governo Lula em envolver o movimento sindical em sua plataforma política – como a criação de organismos tripartites (o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o FNT) para discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical – na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas e de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas; e d) pelo papel da legislação que consagrou o reconhecimento e o financiamento das centrais sindicais em 2008, culminando em um novo movimento de divisão e fusão de correntes sindicais interessadas em preencher as condições para obter o repasse da parcela do imposto sindical que passou a ser destinada às centrais.

popular durante o I Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT)<sup>37</sup>, realizado em 2010, o ANDES-SN reafirmou, durante o 55º Conad (2010), a necessidade de continuar a contribuir para a unificação do campo classista e combativo, reconhecendo que havia sido criada uma nova central e referendando sua participação na Secretaria Executiva Provisória da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas). Dados estes acontecimentos, o ANDES-SN optou por se filiar à CSP-Conlutas durante o 30º Congresso (2011) e continuou contribuindo para a unificação do movimento sindical e popular.

O ANDES-SN apontou a necessidade de fortalecer sua relação com a CSP-Conlutas tanto no âmbito político quanto financeiro e, a partir disso, ampliar o debate nos Congressos e nos Conads sobre a necessidade de enraizá-la nos estados e nas regiões, cabendo as seções sindicais cumprir importante papel político e financeiro neste movimento. São exemplos destas práticas: a aprovação da ampliação de 3% para 5% da contribuição mensal do ANDES-SN à CSP-Conlutas no 31º Congresso (2012); a participação do ANDES-SN no 1º Congresso da CSP-Conlutas (2012), pautando a necessidade da consolidação desta central nos estados e nas regiões; a realização do 7º Conad Extraordinário (2015) para debater e deliberar exclusivamente a atuação do ANDES-SN no âmbito da CSP-Conlutas; e a participação do ANDES-SN no 2º Congresso da CSP-Conlutas (2015) contribuindo para seu Plano de Ação e suas Questões Organizativas.

A conjuntura se agravou gradativamente – em especial após a deposição de Dilma Rousseff que resultou no governo ilegítimo de Michel Temer e a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 para o governo federal – levando a explicitação de divergências no interior da ANDES-SN acerca de avaliações distintas sobre os rumos da CSP-Conlutas e, por consequência, sobre alternativas para o processo de reorganização da classe trabalhadora. Fato é que os docentes deliberaram, a partir do 36º Congresso (2017), a realização de um balanço político da CSP-Conlutas, o qual se aprofundou durante a realização dos Congressos e dos Conads, culminando na indicação do 14º Conad Extraordinário (2022) de desfiliação do ANDES-SN à CSP-Conlutas durante a realização do 41º Congresso, a ser realizado em

---

<sup>37</sup> O I CONCLAT foi convocado pela CONLUTAS; pela Intersindical: Instrumento de luta, unidade da classe e construção de uma nova central; pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); pelo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL); pelo Movimento de Ação Sindical (MAS); pelo Unidos para Lutar, corrente sindical ligada a tendência Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) que atua partidariamente no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); pela Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo; e pelas oposições sindicais (FONSECA, 2019). Seu objetivo era de unificar as organizações sindicais e populares em uma única central. Foi fruto de mais de um ano de negociações em relação à estrutura, princípios e normas de funcionamento. Em função de disputas políticas que surgiram durante a realização do I CONCLAT a expectativa de criação de uma central única não se concretizou, seja pela polêmica em torno do nome da central única que culminou na retirada da Intersindical, MAS e Unidos para Lutar da plenária final, seja pela existência de concepções políticas divergentes.

fevereiro de 2023. Ademais, no 14º Conad Extraordinário (2022) também foi deliberado a realização de um Seminário em 2023 para debater a organização da classe trabalhadora e a construção de um espaço aglutinador das lutas, com perspectiva de realizar reuniões e seminários para discutir e divulgar a importância das centrais sindicais na organização das lutas em defesa da classe trabalhadora.

Ademais, o ANDES-SN, a partir dos anos 2000, manteve sua postura combativa e classista as realizar mobilizações e greves. A Tabela 3 contém o ano, o período e a duração das greves realizadas pelo movimento sindical docente, assim como a quantidade de IES paralisadas, suas pautas de reivindicações e seus resultados.

Tabela 3 – Greves realizadas pelo movimento sindical docente nas Universidades Federais a partir dos anos 2000.

Ano; Período; Duração	Número de IES paralisadas	Pauta de Reivindicação	Resultados
2000; 24/05 e 17/07; 87 dias.	31 IFES	Isonomia salarial; Reajuste de 63,68% das perdas; Fixação da data-base em 1º de maio; Reposição salarial imediata; Consolidação das carreiras específicas a partir do Estatuto do Serviço Público; Incorporação das gratificações sem discriminação dos professores aposentados e do ensino de 1º e 2º graus.	Interrupção do Projeto de Autonomia do MEC para as Universidades; cancelamento do envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público; e inclusão da elevação da massa salarial na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
2001; 21/08 a 07/12; 108 dias.	52 IFES	Alteração do percentual de Titulação de 50% para 72% para doutores, de 25% para 36% para mestres, de 12% para 18% para especialistas e de 5% para 9% para aperfeiçoamento; Equiparação da Gratificação de Incentivo ao Desempenho (GID) à GED; Extensão de 60% da GID aos inativos das carreiras de 1º e 2º graus; Avaliação e carreira docente; Paridade e isonomia de vencimentos entre ativos e inativos; Recomposição do quadro funcional das IFES.	Reajuste salarial de 12% a 13% no salário base; reajuste de 3,5% para todos os SPF's; repasso de 60% da GID aos professores inativos; contratação de dois mil professores/as ao longo de 2002; criação de grupos de discussão para estudar mudanças na carreira acadêmica, autonomia universitária, entre outros; e conquista da eleição direta para diretor-geral dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's).
2003; 08/07 a 04/09; 59 dias.	35 IFES	Contra a PEC 40/2003 da Reforma da Previdência.	A PEC 40/2003 foi aprovada com modificações. A mobilização evitou prejuízos mais graves.
2005; 30/08 a 19/12; 112 dias	40 IFES	Valorização do trabalho docente; Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada; Contra a mercantilização da educação; Pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES;	O governo federal não atendeu o conjunto das reivindicações dos professores em greve, mas, por força de pressão, acabou aumentando de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões os recursos destinados para

		<p>Reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;</p> <p>Incorporar a GED e a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico (GEAD) aos salários, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;</p> <p>Retomar os anuênios;</p> <p>Implementar a classe especial e a classe associado;</p> <p>Abrir a discussão em torno da carreira única;</p> <p>Realizar concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.</p>	<p>melhorar os salários da categoria.</p>
<p>2012; 17/05 a 17/09; 125 dias</p>	<p>60 IFES</p>	<p>Garantia de condições de trabalho;</p> <p>Carreira única;</p> <p>Aposentadoria integral para todos os docentes das IFES;</p> <p>Cumprimento da constituição federal com a garantia da autonomia universitária;</p> <p>Abertura de vagas para concurso;</p> <p>Incorporação de todas as gratificações ao vencimento e interstício de 5% entre os níveis da carreira.</p>	<p>Acordo assinado entre o governo federal e o PROIFES-Federação. A partir deste acordo e o envio do governo federal do Projeto de Lei nº 4368/2012 ao Congresso Nacional ocorreu o reajuste dos salários base. Ele variou entre 25% e 40% em relação a março de 2012, dependendo do nível da carreira, parcelados em: 50% em 2013, 30% em 2014 e 20% em 2015. O cargo de titular foi incluído com uma classe nas carreiras do Magistério Superior e da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (EBTT).</p>
<p>2015; 28/05 a 13/10; 139 dias</p>	<p>39 IFES</p>	<p>Reajuste salarial de 27,3%;</p> <p>Reestruturação do plano de carreira docente;</p> <p>Lutar contra os cortes no orçamento;</p> <p>Lutar pela ampliação de investimento nas IFES;</p> <p>Concluir as obras inacabadas nas IFES;</p> <p>Abertura de concurso público;</p> <p>Vetar a contratação de professores via OS;</p> <p>Vetar a terceirização na carreira docente.</p>	<p>A principal conquista foi o reajuste de 5,5% para agosto de 2016 e de 5,0% em janeiro de 2017.</p>
<p>2016; 28/11 a 19/12; 26 dias</p>	<p>44 IFES e IEES/IMES</p>	<p>Luta contra a Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (Teto dos Gastos Públicos);</p> <p>Luta contra a Medida Provisória 746 (Reforma do Ensino Médio).</p>	<p>Um dos principais objetivos da greve foi impedir a aprovação da EC 95/2016. Este objetivo foi frustrado.</p>

Fonte: Adaptado de ANDES-SN [s.d], de SEDUFMS (2014), de Miranda (2017) e de ANDES-SN (2022a).

Assim como nas décadas anteriores (década de 1980 e década de 1990), as greves do movimento sindical docente a partir dos anos 2000 também articularam reivindicações econômicas e políticas. As reivindicações econômicas foram por reajustes e recomposições salariais, fixação de data-base, retorno dos anuênios, isonomia e paridade salarial, incorporação das gratificações, implementação da classe especial e classe associado, valorização do trabalho docente, avaliação e carreira docente única, reestruturação do plano de carreira docente, aposentadoria integral para todos os docentes, veto a terceirização na carreira docente, abertura de concursos públicos para repor todas as vagas e vetar a contratação via OS. Estas reivindicações

foram associadas as reivindicações políticas, tais como, autonomia universitária, defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada, ampliação dos investimentos nas IFES, luta contra os cortes orçamentários, luta contra a políticas de retirada de direitos dos trabalhadores, como a reforma da previdência e luta contra as políticas educacionais regressivas, como a reforma do Ensino Médio e o Teto dos Gastos Públicos.

Na década de 2000, o ANDES-SN continuou a desenvolver mobilizações e greves, entretanto, o Sindicato Nacional enfrentou dificuldades na construção de mobilizações na base docente e na constituição de mobilizações mais incisivas, deixando nítido que a frequência e a intensidade das mobilizações decresceram (MATTOS, 2011). Se no governo FHC houve o avanço no processo de conversão das universidades em uma lógica completamente submetida aos interesses do capital, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva esse processo teve continuidade, porém com um salto de qualidade imenso (MATTOS, 2011). Este salto se deu em função, de um lado, da quebra de resistência sindical e estudantil no interior das universidades por meio do controle da maioria das direções dos movimentos e do ataque aos setores que ainda resistiam e, por outro lado, por apresentar um projeto de reformulação do ensino superior que incorporou propostas histórias dos movimentos sociais e ressignificá-las para incorporá-las no processo de privatização por dentro das universidades (MATTOS, 2011).

Na década de 2010, o ANDES-SN realizou três greves nacionais que ficaram marcadas em sua história pela sua dimensão, pelo tempo de sua duração e pela reivindicação de investimentos em saúde, educação, previdência e assistência social, entre outros. A greve de 2012 foi considerada como a de maior dimensão na história do Sindicato Nacional por paralisar mais de 60 IES (58 IFES de um total de 59), mobilizando cerca de 100 mil docentes ativos e aposentados e 1 milhão de estudantes. A greve de 2015, por sua vez, foi avaliada como a mais longa da história do ANDES-SN por durar 139 dias, com início em 8 de maio e encerramento unificado entre os dias 13 a 16 de outubro. Salienta-se que ambas tiveram em comum o fato de que a deflagração da greve foi motivada por um longo processo de negociação entre o governo de Dilma Rousseff e os docentes. Por fim, a greve de 2016 deflagrada pelo ANDES-SN contra a EC 95/2016<sup>38</sup> durante o governo de Michel Temer foi motivada pelo processo nacional de ocupações estudantis (chamado de Ocupa Brasil), pela greve nacional dos TAE's deflagrada pela FASUBRA e pela greve nacional dos docentes e TAE's dos Institutos Federais de

---

<sup>38</sup> A EC 95/2016 foi resultado da PEC 241/2016 e da PEC 55/2016 que tramitaram na Câmara de Deputados e no Senado Federal, respectivamente. Ela congela os investimentos públicos, tais como saúde, educação, previdência e assistência social, entre outros, por um período de 20 anos.

Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) deflagrada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). No governo de Jair Bolsonaro não foi deflagrada nenhuma greve nacional do ANDES-SN, muito embora os docentes tenham realizado mobilizações por reajustes salariais, contra os cortes e os bloqueios orçamentários das universidades federais e nos IF's, contra as intervenções nas universidades, contra a EC 95/2016, contra a tentativa de aprovação da Reforma Administrativa, entre outros.

Nesse período, o ANDES-SN continuou a pautar a luta por uma política educacional voltada à defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada nos interesses da classe trabalhadora. Entretanto, os desafios postos na luta pela política educacional eram maiores, uma vez que, como já citado, houve a aprovação da LDB em 1996, a qual desconsiderou as formulações no âmbito do FNDEP e houve a aprovação do PNE 2001-2010 baseado na proposta do governo de FHC e do MEC. Em 2005, a partir da desarticulação do FNDEP em função das divergências no interior deste Fórum acerca das avaliações dispare sobre as políticas implementadas por Luiz Inácio Lula da Silva, o ANDES-SN fez várias movimentações no sentido de sua rearticulação, entretanto não logrou êxito.

Mais adiante, o ANDES-SN participou ativamente do processo de reorganização das entidades e dos movimentos que defendiam a educação pública e gratuita e que mantêm sua autonomia em relação a governos, culminando na criação do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!<sup>39</sup> em 2013. Este último foi transformado em Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) em 2016. Este Comitê foi responsável pelo lançamento do manifesto nacional intitulado *Por que aplicar 10% do PIB na Educação Pública*, o qual propunha uma ampla campanha em defesa da aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública; pela realização de um plebiscito popular que questionava a concordância dos participantes com o investimento de 10% do PIB na educação pública, já; e pela organização dos Encontros Nacionais de Educação (ENE's)<sup>40</sup>. O ENE foi e é um importante espaço para organizar as lutas sociais em defesa da educação pública e gratuita, para avançar na construção de um projeto de educação pelo viés da classe trabalhadora e para organizar espaços democráticos que proporcionem a criação de propostas alternativas às políticas neoliberais aplicadas no campo educacional.

---

<sup>39</sup> O Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já! reuniu diversas entidades nacionais em torno da defesa da educação pública e do financiamento público exclusivamente para a educação pública.

<sup>40</sup> O I ENE foi realizado no Rio de Janeiro no ano de 2014, o II ENE foi realizado em Brasília no ano de 2016 e o III ENE foi realizado em Brasília no ano de 2019.

Ao longo dos quarenta e um anos (1981-2022) de existência a concepção predominante do ANDES-SN – classista – foi construída por meio da organização pela base a partir da constituição de Seções Sindicais nas IES brasileiras, ou seja, nos locais de trabalho dos docentes do ensino superior público. Sua concepção foi forjada em oposição à estrutura sindical tutelada pelo Estado, na busca por autonomia e por liberdade sindical, na defesa da independência em relação a partidos, governos e administrações universitárias e na defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, além de assumir a defesa de uma sociedade sem exploração e opressão, ou seja, mirando a possibilidade efetiva de auxiliar na construção de uma sociedade socialista. Ao mesmo tempo, a organização da luta da categoria docente com a classe trabalhadora foi construída nos processos de reorganização da classe, seja enquanto participe do novo sindicalismo com corte classista, seja como integrante de um segundo processo de reorganização que aglutina organizações sindicais que defendem um sindicalismo classista e combativo em oposição ao sindicalismo negocial de Estado.

### **3.2 DO PROIFES-FÓRUM AO PROIFES-FEDERAÇÃO: concepção sindical negocial de Estado**

O PROIFES-Fórum foi fundado em 15 de setembro de 2004 no Hotel Alvorada, em Brasília/DF. Ele foi criado por um grupo de docentes que optou pela dissidência ao ANDES-SN ao decidir, conforme PROIFES-Federação (2019), fundar um novo espaço sindical de organização plural e democrática dos docentes das IFES. Fato é que as divergências no interior do ANDES-SN se tornaram mais intensas a partir do final da década de 1990, momento em que este grupo de docentes passa a criticar fortemente “o enrijecimento e a incapacidade do movimento docente daquele período em negociar fora da lógica grevista” (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019, p. 9). Mais especificamente, as críticas eram direcionadas ao enrijecimento político da Diretoria do ANDES-SN frente às negociações com o governo federal, uma vez que suas ações políticas privilegiavam o enfrentamento ao invés da negociação e do diálogo. Este grupo de docentes, em 2001, formaliza a corrente sindical ANDES-Sindicato (ANDES-SIND), a qual fazia oposição à corrente sindical ANDES - Autônoma e Democrática (ANDES-AD)<sup>41</sup>, majoritária no interior do ANDES-SN.

---

<sup>41</sup> A trajetória organizativa de ambas correntes sindicais será tratada no capítulo 5.1.1, denominado Estrutura Organizativa da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.

Oficialmente, conforme a ata de assembleia de fundação do PROIFES-Fórum, participaram de sua criação 23 pessoas que elegeram sua primeira Diretoria Provisória com docentes pertencentes a 14 IFES<sup>42</sup> para representar o PROIFES-Fórum durante os anos de 2004 e de 2005. O objetivo do PROIFES-Fórum era:

1) Defender, intransigentemente e por princípio, o direito à divergência, o respeito à diferença de ideias e opiniões; 2) Manter sempre efetiva e integral autonomia em relação ao Estado, a partidos políticos e a instâncias institucionais de qualquer natureza; 3) Debater as especificidades das IFES e de seus professores, que hoje têm a mesma carreira e remuneração (distorções a serem corrigidas à parte), o mesmo interlocutor para efeito de reivindicações salariais e de financiamento (a saber, o governo federal) – só para citar alguns pontos. E essas questões, que são só nossas, devem ser pensadas a luz da conjuntura e das correlações de forças no plano nacional e internacional, não podendo ser diluídas às custas da negação da nossa identidade; 4) Discutir a essencialidade das IFES: sua missão de fio condutor de um sistema nacional público, responsável pela garantia de ensino, da pesquisa e da extensão, indissociáveis e de qualidade; pela formação crítica e competente de nossos profissionais; pela produção e difusão do conhecimento – atividades essas indispensáveis à construção de uma realidade social mais justa ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país; 5) Representar política, econômica, cultural e socialmente os interesses e os anseios dos professores das IFES associados; 6) Fundar e manter, em conjunto com outras entidades vinculadas à educação superior do país, o Instituto de Estudos Universitários, que reunirá professores e intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, na perspectiva de organizar e divulgar contribuições referentes a temas relevantes; 7) Promover interlocução permanente com a sociedade política e civil, com as pertinentes associações e organizações profissionais, científicas, institucionais e sindicatos, discutindo a importância e o papel da universidade com os diversos atores sociais (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019, p. 239-240).

Os objetivos que chamam atenção na criação do PROIFES-Fórum dizem respeito ao direito a divergência e a diversidade de ideias, a identidade docente e a representatividade dos docentes das IFES. Sobre o primeiro evidencia-se a existência de ideias divergentes no interior do ANDES-SN e que os fundadores do PROIFES-Fórum eram uma voz minoritária no interior

---

<sup>42</sup> Os docentes eleitos para a Diretoria Provisória do PROIFES-Fórum pertenciam a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); a Universidade Federal de Goiás (UFG); a Universidade Federal de Sergipe (UFS); a Universidade Federal do Paraná (UFPR); a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Universidade Federal do Maranhão (UFMA); a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); a Universidade Federal do Acre (UFAC); a Universidade Federal de Roraima (UFRR); a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a Universidade Federal do Amazonas (UFAM); a Universidade de Brasília (UnB); e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). As AD's constituídas nestas universidades não necessariamente apoiaram politicamente a criação do PROIFES-Fórum, pois conforme PROIFES – Federação (2019) as AD's que se vincularam ao PROIFES-Fórum, em 2005, foram a Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos (ADUFSCar), a Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH), a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUFG), a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFMS), a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI) e, posteriormente, a Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Seção Sindical). As AD's que ofereceram apoio político foram a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN), a Associação Docente de Federal da Bahia (APUB), a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC) e a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (SESDUF-RR) (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019).

do Sindicato Nacional e, por isso, consideravam que seus posicionamentos e ideias eram ignoradas, levando-os a criação de um Fórum cujo objetivo era defender o direito a divergência e o respeito à diferença de ideias e opiniões.

No que diz respeito ao segundo fica claro o posicionamento do PROIFES-Fórum no sentido de construir a identidade docente enquanto professor do magistério superior federal, uma vez que os docentes possuíam reivindicações específicas voltadas a questão salarial, a carreira e o financiamento das IFES. Desse modo, ao enfatizar a luta em torno das reivindicações específicas dos docentes ocorre o distanciamento deste último com a classe trabalhadora e, conseqüentemente, de suas lutas. Por fim, no que se refere ao terceiro, a entidade fundada buscava a representação única e exclusiva dos docentes das IFES afim de debater suas especificidades e sua essencialidade, visto que, conforme PROIFES-Federação (2019) havia a compreensão dos fundadores do FROIFES-Fórum de que os dirigentes do ANDES-SN haviam abandonado ou secundarizado a pauta específica dos docentes das IFES<sup>43</sup>.

Assim, o PROIFES-Fórum almejava alterar o panorama do movimento sindical docente ao ser uma alternativa ao ANDES-SN – considerado pelos fundadores do PROIFES-Fórum como asfixiado por sectarismo e aparelhamento político, com práticas decisórias antidemocráticas e descoladas das visões, necessidades e vontade da maioria dos docentes das IFES, além de construir greves como condição preliminar e não como consequência da ausência de negociação como último recurso a ser utilizado – que não abria espaços plurais de discussão e de expressão (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019). Isso pode ser observado nas seguintes passagens:

A necessidade de repensar a luta docente, o aparelhamento progressivo por partidos políticos e a desconexão com as reais demandas dos professores e professoras de IFES que dominavam as reflexões e ações da representação docente são algumas das razões que levaram ao surgimento, em 2004, do Fórum de Professores de IFES, o PROIFES (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019, p. 11).

Ou ainda,

alterar definitivamente o panorama do movimento sindical docente brasileiro, até então asfixiado por sectarismo e aparelhamento político, práticas decisórias antidemocráticas e descoladas das visões, necessidades e vontades da maioria dos docentes de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil incitaram uma

---

<sup>43</sup> Ademais, nas eleições para a Diretoria Nacional do ANDES-SN para o Biênio 2004-2006, a corrente sindical ANDES-AD havia ganho as eleições no cômputo geral, mas perdido no Setor das Federais, o que levou os fundadores do FROIFES-Fórum a argumentar a falta de legitimidade da Direção Nacional do ANDES-SN junto aos docentes do Setor das Federais. Este assunto será tratado mais detalhadamente no capítulo 5.2.1, intitulado Conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação.

resposta que permitisse uma oxigenação e novas perspectivas para o movimento sindical docente, culminando no surgimento do PROIFES (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019, p. 12).

Vale destacar que o surgimento do PROIFES-Fórum contou com forte apoio governamental e do campo majoritário da CUT – maior central sindical do país, da qual o ANDES-SN optou por se desfiliar em 2005 por discordar de seu atrelamento ao governo federal – (MATTOS, 2011). Sobre este surgimento, salienta-se que o mesmo foi rodeado por querelas sindicais conforme elencados no Cadernos ADUFPA (2004)<sup>44</sup>. De um lado, a Diretoria do ANDES-SN, durante o 49º Conad (2004), divulgou um dossiê sobre o processo de ingerência no movimento sindical docente por parte do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em que continha informações sobre a realização de reuniões acerca do surgimento de um organismo, um fórum, que tratava dos interesses exclusivos das IFES com a participação de membros do governo<sup>45</sup>. Por outro lado, os defensores da criação do PROIFES-Fórum argumentam que era falsa essa afirmativa da Diretoria do ANDES-SN acerca da possível participação do governo federal na criação desta entidade. Sem dúvida, está claro que, ao longo da história do PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, do PROIFES-Federação (2012), este buscou espaço nas mesas de negociação com o governo federal e estabeleceu o estreitamento de seus laços com a CUT, como veremos adiante em ambos os casos.

A atuação do PROIFES-Fórum se caracterizou por uma conduta que valorizou o diálogo e a negociação como meio de solucionar conflitos. Ele se colocou como uma alternativa disponível ao diálogo com o governo federal e, por isso, não bastava ser reativo, mas necessariamente procurava alternativas propositivas e abertas à negociação com o intuito de construir conquistas viáveis e realistas para os docentes das IFES. Assim, em sua atuação, o PROIFES-Fórum buscou se consolidar “nas mesas de negociação como interlocutor propositivo dos docentes das IFES, capaz de negociar avanços importantes, em bases sólidas, com propostas reais” (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019, p. 9). Esta prática, pautada pelo ideário e pela pragmática de negociação, foi denominada provocativamente por Antunes (2019) como representativa da concepção sindical negocial de Estado. Dentre as práticas desta concepção, a negociação é considerada um dos instrumentos de ação predominante, combinada com a

---

<sup>44</sup> O Caderno Adufpa (2004) foi intitulado *Governo Lula institui o Neo-Peleguismo Sindical - O Ataque ao ANDES-SN*.

<sup>45</sup> Os membros do governo de Lula que participaram desta reunião foram Tarso Genro (Ministro da Educação), Fernando Haddad (Secretário Executivo do MEC) e Sylvio Pétrus Júnior (Subsecretário de Assuntos Administrativos).

proposição de que o sindicalismo deve construir alternativas propositivas consideradas viáveis e realistas, frente aos dilemas enfrentados pelos trabalhadores (ANTUNES, 2018).

Para se consolidar enquanto interlocutor do governo federal, o PROIFES-Fórum buscou contato com o MEC para discutir assuntos relacionados aos docentes das IFES e, em 2005, foi convidado para dar opiniões em reuniões, em 2006, foi chamado para compor as mesas de negociações e, a partir de 2007, passou a ser reconhecido como uma entidade representativa e, portanto, com possibilidade de assinar acordos (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019). A partir disso, o PROIFES-Fórum assinou o Termo de Compromisso de 2007 e os Termos de Acordo de 2008 e de 2011. Ainda, o PROIFES-Federação assinou os Termos de Acordo de 2012 e de 2015. Por outro lado, o ANDES-SN assinou o Termo de Compromisso de 2007 e o Termo de Acordo de 2011. Por fim, o SINASEFE assinou o Termo de Compromisso de 2007 e o Termo de Acordo de 2008. Desse modo, o PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, o PROIFES-Federação (2012) passou a ser conhecido como a única entidade que assinou todos os acordos com o governo federal destinados aos docentes das IFES. Os termos destes acordos podem ser visualizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Acordos assinados entre o PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, o PROIFES-Federação (2012) e o governo federal.

<b>Datas</b>	<b>Termos dos Acordos</b>
De 5 de dezembro de 2007	Modificação da denominação da Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus para Carreira do Magistério da EBTT; Revisão da tabela remuneratória da Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus buscando a aproximação com a Carreira do Magistério Superior; Reestruturação da Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus; Incorporação das gratificações de desempenho – a GAE e a Vantagem Pecuniária Individual (VPI) – ao Vencimento Básico; Aproximação dos valores do adicional de titulação para a Carreira do Magistério Superior; Instalação formal de Grupo de Trabalho (GT) para discutir a reestruturação das Carreiras do Magistério Superior e do Magistério do EBTT.
De 20 de março de 2008	Criação da Carreira do Magistério do EBTT; Previsão de transição dos docentes da Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus para a Carreira do Magistério do EBTT por meio de adesão em 90 dias, sem representar descontinuidade para efeito de aposentadoria, da carreira, do cargo e das atribuições desenvolvidas pelo docente; Compromisso do governo federal em realizar a aproximação das tabelas do Magistério Superior e do Magistério do EBTT (como já previsto no Termo de Acordo de 2007); Incorporação da GAE e da VPI ao Vencimento Básico, a partir de julho de 2008; Reajuste Salarial para os anos 2008, 2009 e 2010; Novo enquadramento dos docentes da Carreira do Magistério EBTT; Criação do cargo de Professor Titular na Carreira do Magistério EBTT; Interstício para a progressão de 18 meses; Instalação de GT para discutir a Carreira do Magistério EBTT.
De 20 de agosto de 2011	Reestruturação das carreiras do Magistério do EBTT e do Magistério do Ensino Superior em que realizava a incorporação das gratificações ao Vencimento Básico (no Magistério do EBTT a Gratificação Específica de Atividade Docente do EBTT (GEDBT) e no Magistério do Ensino Superior a Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS)); Acréscimo salarial de 4% em ambas as carreiras; Compromisso de um GT para tratar da segunda etapa da reestruturação das carreiras.
De 3 de agosto de 2012	Aproximação entre as carreiras do Magistério Superior e do Magistério do EBTT por meio de uma alteração na estrutura de classes e padrões; Progressão funcional, de ambas as carreiras, por meio de desempenho acadêmico; Promoção, de ambas as carreiras, por um interstício de 24 meses, além

	de ocorrer promoção por titulação; Compromisso de um GT para tratar sobre diversos temas, entre eles, o acompanhamento do plano de expansão das Universidades e dos IF's.
De 2 de dezembro de 2015	Reajuste Salariais pagos em dois anos; Revisão dos benefícios de auxílio-alimentação, assistência à saúde e auxílio pré-escolar; Progressão e promoção a partir do momento em que o docente cumprir o interstício; Controle de frequência do professor do Magistério do EBTT com o mesmo tratamento dado ao professor do Magistério Superior; Harmonização, redefinição e implementação em três etapas da estrutura salarial das carreiras; Criação de um Comitê de Trabalho para discutir assuntos pendentes desde 2012; Compromisso de negociação de expansão da folha de pagamento do magistério federal no ano de 2018.

Fonte: Adaptado de PROIFES-Federação (2019).

Entre as principais pautas negociadas pelo PROIFES-Fórum, pode ser citado, conforme o Quadro 2, em 2007, o Termo de Compromisso que previa a mudança da denominação da Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus para Carreira do Magistério do EBTT e a revisão de sua tabela remuneratória, buscando aproximá-la do Termo de Acordo da Carreira do Magistério Superior. Em seguida, foi assinado o Termo de Acordo que previa a criação da carreira do Magistério do EBTT em 2008. Também, foi negociada, em 2011, a primeira etapa da reestruturação das carreiras do Magistério do Ensino Superior e do Magistério do EBTT, em que ocorreu a incorporação das gratificações ao Vencimento Básico e o aumento salarial para ambas carreiras.

Em 2012, de acordo com o Quadro 2, o PROIFES-Federação assinou a segunda etapa da reestruturação que envolvia o debate entre uma carreira única para o Magistério do Ensino Superior e o Magistério do EBTT ou duas carreiras equiparadas estruturalmente e em condições salariais. Este acordo culminou na manutenção de duas carreiras com critérios para a progressão e a promoção dos docentes em ambas as carreiras. Por fim, em 2015, foram negociados entre o PROIFES-Federação e o governo federal reajustes salariais em dois anos, bem como reajustes nos benefícios de auxílio-alimentação, no ressarcimento de saúde e no auxílio pré-escolar.

Estes acordos foram assinados pelo PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, o PROIFES-Federação (2012) a partir de consultas eletrônicas realizadas aos docentes. Ademais, os docentes também eram consultados a fim de votar sobre os pontos de reivindicação a serem defendidos pela entidade nas negociações com o governo federal e, por fim, sobre indicativos e realizações de greves. A consulta eletrônica é utilizada como forma adicional de participação, ampliando significativamente a confiabilidade dos processos decisórios (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019). Ainda, é utilizada sob o argumento de democratizar as decisões com a participação dos docentes que não conseguiriam ir às assembleias presenciais para que pudessem ter condições de opinar por meio da votação (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019).

Ainda, a atuação do PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, do PROIFES-Federação (2012), valoriza o diálogo e, como consequência, a negociação tanto com o governo federal quando com os parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Esta prática ocorre por meio de “mobilizações, atos, audiências públicas ou compondo frentes na busca por uma interlocução constante na defesa da educação pública brasileira” (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019, p. 127). Como exemplo, é possível citar a mobilização no Congresso Nacional pela aprovação do Projeto de Lei nº 6368/2005<sup>46</sup>, a participação no ato em defesa da educação no Palácio do Planalto em 2015, a participação no ato da educação em defesa da democracia e contra o golpe em 2016, a mobilização no Congresso Nacional contra a Reforma da Previdência em 2016 e em 2017, a participação na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal em defesa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em 2017, a participação do ato contra a Lei da Mordaza na Câmara dos Deputados em 2019, a participação na Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais em 2019, a participação na audiência pública da Comissão de Educação da Câmara de Deputados em 2019, entre outras.

Esta postura caracteriza-se pelo sindicalismo negocial de Estado, o qual surge no contexto dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, momento em que ganha espaço no cenário sindical a proximidade entre uma parcela do sindicalismo brasileiro e o governo federal. Esta proximidade, conforme Antunes (2018), se deu pelo fato de que vários integrantes do sindicalismo brasileiro, inclusive da CUT, passaram a participar de ministérios e secretarias nos âmbitos federal, estadual e municipal, elegendo-se para cargos de representação parlamentar, atuando ativamente na gestão dos fundos de pensão e nos conselhos de empresas estatais, etc. Como esta simbiose já havia sido demonstrada no capítulo anterior<sup>47</sup>, vale ressaltar, conforme Antunes (2018), seu caráter de integração de representantes da classe trabalhadora na política de conciliação de classes implementada pelos governos petistas (de Lula, entre 2003 e 2010, e de Dilma, entre 2011 e agosto de 2016).

Ao priorizar o diálogo e, como consequência, a negociação, o PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, do PROIFES-Federação (2012), passou a secundarizar o papel da greve dos docentes das IFES como instrumento de luta. Por isso, essa entidade propugnava que a greve devia ser o último recurso a ser utilizado depois de esgotadas todas as possibilidades de negociação. Ainda, o recurso de greve, em muitas situações, não era utilizado e, quando da

---

<sup>46</sup> O Projeto de Lei nº 6368/2005 previa a alteração da estrutura e da remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao PUCRCE. Este Projeto de Lei foi arquivado em 2007.

<sup>47</sup> Refere-se ao capítulo 3.1, denominado DA ANDES AO ANDES-SN: a concepção sindical classista.

realização das greves, sua deflagração se dava de modo posterior a greve já iniciada pelo ANDES-SN<sup>48</sup>. Esta postura do PROIFES-Federação (2019, p. 7) pode ser observada no seguinte trecho em que menciona ser contrário a prática de “deflagrar greves como condição preliminar, e não como último recurso a ser utilizado”. Estas ações sindicais mais moderadas e voltadas para a predominância da proposição (via negociação), combinadas com a recusa de práticas de maior confrontação e mais combativas, são práticas propugnadas pelos sindicatos orientados pelo sindicalismo negocial de Estado.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar que, em determinadas conjunturas de luta mais acirrada, o PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, o PROIFES-Federação (2012) atuou nas ruas para dar visibilidade e voz as suas demandas. Desse modo, esta entidade sindical somou-se às mobilizações, atos, marchas e ações nas ruas, seja na capital federal ou nas cidades em que atuam seus sindicatos federados (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019). Como exemplo disso, é possível mencionar a mobilização em Brasília contra o Projeto de Lei Complementar nº 549/2009<sup>49</sup>, a participação do ato em Brasília em defesa da educação pública em frente ao MEC em 2015, a participação do ato em Brasília contra o Projeto de Lei Complementar nº 257/2016<sup>50</sup>, a participação do ato em Brasília e nos Estados contra o Teto dos Gastos Públicos em 2016, a participação do ato em Brasília contra a Reforma da Previdência em 2016, a participação da marcha de abertura e do ato de encerramento do Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) em Belo Horizonte no ano de 2018, a participação da marcha de encerramento da Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe (CRES) na Argentina em 2018, entre outros.

Como parte da busca pela expansão e consolidação do PROIFES-Fórum, começou a ocorrer o processo de criação dos sindicatos de bases locais, ao mesmo tempo em que, foi criado em 2008, na sede da CUT, o Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal (PROIFES-Sindicato). Os sindicatos criados com bases locais e que buscaram seus registros sindicais foram o Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior do

---

<sup>48</sup> Como exemplo, a greve de 2012 foi deflagrada pelo ANDES-SN em 17 de maio, enquanto que o Conselho Deliberativo do PROIFES-Federação aprovou indicativo de greve para o dia 15 de junho, precedido de plebiscito eletrônico realizado em 12 de junho. A greve de 2015 foi deflagrada pelo ANDES-SN em 28 de maio, ao passo que o PROIFES-Federação, antecedendo a assinatura do acordo de 2015, orientou mobilizações nacionais e, respeitando a autonomia de seus sindicatos federados, greve para aqueles sindicatos que por ela deliberassem.

<sup>49</sup> O Projeto de Lei Complementar nº 549/2009 previa acrescentar dispositivos a Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange a limites às despesas com pessoal e encargos sociais da União, bem como com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública. Este Projeto de Lei Complementar foi arquivado em 2014.

<sup>50</sup> O Projeto de Lei Complementar nº 257/2016 previa um Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, além de medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Este Projeto de Lei Complementar foi aprovado em 22 de dezembro de 2016 na Câmara de Deputados, passando a ser o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2016.

Município de São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri (ADUFSCar-Sindicato) em 2006, o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH-Sindicato) em 2007, a ADUFRGS-Sindical em 2008, o Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB-Sindicato) em 2009, o Sindicato dos Professores das Universidades Federais Brasileiras dos Municípios de Campo Grande, Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul (ADUFMS-Sindical) em 2010, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná (SINDIEDUTEC-PR) em 2010, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG-Sindicato) em 2011 e o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC-Sindicato) em 2012<sup>51</sup> (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019). O PROIFES-Sindicato foi fundado para representar a categoria profissional dos docentes das IFES em todo território nacional<sup>52</sup> e com o intuito de possibilitar uma representação nacional dos docentes das IFES que não optaram por formar sindicatos de base locais (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019).

Durante o 6º Encontro Nacional do PROIFES (2010), dada a necessidade de reunir os sindicatos que estavam buscando sua desfiliação do ANDES-SN, foi aprovada a transformação do PROIFES-Fórum em PROIFES-Federação. Essa transformação ocorreu em 6 de dezembro de 2011, momento em que também houve a instalação dos membros da Conselho Deliberativo desta entidade, o debate e a deliberação sobre seu estatuto e, por fim, a eleição de sua Diretoria Executiva para iniciar seu mandato em 01 de janeiro de 2012 (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019). A partir disso, o PROIFES-Federação está em processo de registro junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindical (CNES) e, até o presente momento, não possui registro sindical enquanto uma Federação Sindical.

O PROIFES-Federação se consolidou aos moldes da estrutura vertical, uma vez que os sindicatos locais representam uma determinada categoria profissional em uma região geográfica (municipal, intermunicipal, estadual e nacional) e se aglutinam em uma Federação de pelo menos cinco sindicatos de uma mesma categoria profissional. Conforme consulta no site do PROIFES-Federação (2022), existem doze sindicatos federados ao PROIFES-Federação, quais sejam: o Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior

---

<sup>51</sup> A complementação dos anos de criação dos sindicatos de base local foi encontrada nos históricos destes sindicatos nos seus respectivos sites.

<sup>52</sup> Vale destacar que existem outros fatores de ordem jurídica-política que estavam envolvidos nesse processo, como a suspensão do registro sindical do ANDES-SN no período de 2004-2009, o qual será abordado no capítulo 5.2.1, intitulado Conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação.

do Município de Pirassununga (ADAFSA-Sindicato); a ADUFSCar-Sindicato; o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN-Sindicato); a ADUFRGS-Sindical; a ADUFG-Sindicato; a APUB-Sindicato; o SINDIEDUTEC-PR, o Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Pará (SINDPROIFES-PA), o Sindicato dos Professores das Universidades Federais do Maranhão (SINDUFMA), o Sindicato do Instituto Federal de Sergipe (SINDIFSE), o Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC Sindical); e o Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal (SINDPROIFES).

Recentemente, o PROIFES-Federação filiou-se à CUT, em cerimônia virtual realizada em 17 de setembro de 2021, com a participação da Diretoria Executiva do PROIFES-Federação, de lideranças estaduais e nacionais da CUT e de entidades sindicais da educação nacionais e internacionais. Porém, como já foi demonstrado ao longo deste capítulo, a simbiose entre ambas entidades não foi constituída desde a filiação da primeira em relação à segunda, mas já existiu desde a criação do PROIFES-Fórum em 2004 e se aprofundou com a criação do PROIFES-Sindicato na sede da CUT em 2008. Para Nilton Brandão, atual Presidente da PROIFES-Federação, esse ato de filiação representou:

a articulação entre PROIFES e CUT retomando os compromissos assumidos com a própria fundação da Federação realizada na sede da CUT em São Paulo. Representa a maturidade do PROIFES em relação a outras forças políticas que compõem a Federação e compreenderam a necessidade de ampliar nossas forças para lutar – e barrar – os ataques que as Universidades e Institutos Federais vêm sofrendo. O ato simboliza também um momento de ampliação da articulação e representação nacional do PROIFES, somando forças a centenas de outras Federações, sindicatos e entidades em torno da Central Única dos Trabalhadores, e contribuindo decisivamente na defesa da Educação e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2021, p.1).

Para além da ampliação e da articulação nacional do PROIFES-Federação, essa filiação decorreu da proximidade tanto da concepção sindical negocial de Estado presente em ambas entidades quanto da prática sindical voltada centralmente para ações sindicais mais moderadas e voltadas, predominantemente, à proposição. Esta última centrada no diálogo e, como consequência, na negociação. Ainda no que se refere à proximidade entre as práticas sindicais da CUT e do PROIFES-Federação, menciona-se que ambas, mesmo citando a defesa dos trabalhadores, defendem-na no sentido da cidadania, uma vez que sua luta se dá pelo combate aos problemas enfrentados pelos cidadãos, tais como a discriminação social, racial, de gênero, de geração, étnica, sem englobar um sentido de classe.

Se nos governos petistas (de Lula e de Dilma), o PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, o PROIFES-Federação (2012) se expande e se consolida como interlocutor do governo federal ao sentar nas mesas de negociação e assinar todos os acordos, essa situação se altera significativamente a partir da deposição<sup>53</sup> da Presidenta Dilma e da chegada de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro a Presidência da República. Isso se deve ao fato destes últimos seguirem à risca a pauta de retirada completa dos direitos da classe trabalhadora exigida pelo grande capital, sem nenhuma alternativa negocial com as organizações de representação dos trabalhadores. Foi assim que o governo Temer buscou privatizar as empresas estatais que ainda restavam e procurou preservar os interesses dominantes ao impor a demolição completa dos direitos trabalhistas no Brasil (ANTUNES, 2018), cujos resultados foram a aprovação da limitação dos investimentos públicos durante 20 anos (EC nº 95/2016), a aprovação da terceirização das atividades-fim e do trabalho temporário (Lei nº 13.429/2017) e a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Em continuidade a essa onda regressiva a classe trabalhadora, inconclusa no governo Temer, o governo Bolsonaro, eleito em 2018, aprofunda a exploração dos trabalhadores por meio da retirada de direitos, cujas decorrências se manifestam na aprovação da Reforma da Previdência (EC nº 103/2019).

Ao longo dos seus dezenove anos (2003 – 2022), a concepção predominante do PROIFES-Federação – negocial de Estado – foi forjada a partir da organização vertical quando da criação de sindicatos de bases locais, os quais se constituíram em uma determinada região geográfica (municipal, intermunicipal, estadual e nacional) e se aglutinaram em uma Federação Nacional de pelo menos cinco sindicatos de uma mesma categoria profissional. Sua concepção foi construída com base em uma conduta que valoriza o diálogo e a negociação com o governo federal, na promoção do diálogo e da aproximação com parlamentares da Câmara de Deputados e do Senado Federal, além da secundarização do papel da greve como instrumento de luta dos docentes das IFES. Ainda, preconiza a defesa do direito a divergência e da diversidade de ideias, bem como defende que a organização da luta da categoria docente se dá diante de seu reconhecimento de sua identidade enquanto professor das IFES. Por fim, a proximidade com a CUT, desde a criação do PROIFES-Fórum em 2004 e, posteriormente, na criação do PROIFES-Sindicato em 2008, culminou na filiação do PROIFES-Federação à CUT em 2021, demonstrando sua aproximação em torno da concepção sindical negocial de Estado.

---

<sup>53</sup> A denúncia envolvia crime de responsabilidade fiscal e culminou na cassação do mandato de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, sem a perda dos seus direitos políticos. No campo da esquerda, convencionou-se chamar a cassação do mandato de Dilma de golpe jurídico-parlamentar.

### 3.3 A fragmentação do movimento sindical docente

A partir do que foi exposto, é possível perceber que existem duas entidades sindicais organizadas no movimento sindical docente do ensino superior: o ANDES-SN e o PROIFES-Federação. Desse modo, o movimento sindical docente passa por um processo de fragmentação. Na literatura acerca do sindicalismo brasileiro, conceitos como da unicidade, da unidade e da fragmentação sindical emergem quando se trata deste tema.

A unicidade sindical corresponde à previsão normativa da existência de um único sindicato representativo dos trabalhadores da mesma categoria profissional em determinada base territorial ou região geográfica. Ela foi estabelecida pelo Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, e determina a delimitação de um sindicato para cada categoria profissional (art. 1), além de seu reconhecimento pelo governo por meio do registro sindical outorgado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (art. 2) (BRASIL, 1931). Posteriormente, a unicidade sindical foi consagrada no Título V da CLT de 1943 ao determinar que não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma mesma base territorial (art. 516). Ainda, contém o conceito de categoria como parâmetro para a organização sindical (art. 511) e seu reconhecimento como sindicato pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (art. 515, art. 519 e art. 520) (BRASIL, 1943).

A unicidade sindical também foi mantida na Constituição Federal de 1988, a despeito das reivindicações que emergiram com o novo sindicalismo, no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, por liberdade e autonomia sindical. O art. 8 enunciou a liberdade de associação sindical ao mencionar que “é livre a associação profissional ou sindical” (BRASIL, 1988). É evidente que esta foi uma conquista do movimento sindical combativo, uma vez que os sindicatos eram submetidos ao controle de seu funcionamento, a fiscalização da forma de arrecadação e uso de suas finanças, a fiscalização de seu processo eleitoral e ao poder de intervenção em suas diretorias. Entretanto, o inciso II do art. 8 restringiu a liberdade de associação ao manter a organização por categoria profissional e a unicidade sindical, como segue:

é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município (BRASIL, 1988).

Ainda, após a Constituição Federal de 1988, o Estado não poderia exigir autorização para a fundação de qualquer sindicato, como consta na letra do inciso I do art. 8 em que “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical” (BRASIL, 1988). Assim, os sindicatos fariam o depósito de seus registros sindicais em cartórios e no Ministério do Trabalho e Emprego (DAL ROSSO, 2013). Entretanto, a ação do Estado ampliou-se para além do recebimento dos registros, no sentido de ser o responsável por dirimir as disputas entre os sindicatos que estavam em um processo de litígio, demanda ou processo judicial e ser encarregado de emitir os certificados de reconhecimento das organizações sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego (DAL ROSSO, 2013).

Não obstante, o Brasil ainda não ratificou a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>55</sup> referente à liberdade sindical e à proteção do direito de sindicalização. Esta convenção prevê a livre organização sindical sem autorização prévia (art. 2), além do direito de elaborar seus estatutos e seus regulamentos, de eleger seus representantes, de organizar sua gestão e suas atividades e de formular seu programa de ação sem a intervenção das autoridades públicas (art. 3) (OIT, 1948).

A ampla liberdade e autonomia sindical possibilita a construção da unidade sindical, uma vez que esta resulta da luta dos trabalhadores pela existência de um sindicato único que represente os trabalhadores sem a imposição ou quaisquer interferências da lei. De acordo com Antunes (1995) a unidade sindical é uma conquista dos trabalhadores, resultado de sua ação concreta. Ela só pode existir em um contexto de ampla liberdade e autonomia sindical frente ao Estado (princípio este consagrado na Convenção nº 87 da OIT). Esta Convenção, conforme Antunes (1995), possibilita tanto a vigência do pluralismo sindical na base (o qual o autor entende como prejudicial para os trabalhadores brasileiros) quanto a existência da unidade sindical (a qual o autor entende como existente em diversos países<sup>56</sup>). Ainda, neste último caso, a construção do sindicato único resulta de uma decisão autônoma e independente dos trabalhadores em suas lutas históricas pela ação e organizações unitárias (ANTUNES, 1995). Desse modo, a unidade sindical é distinta da unicidade sindical. Se, por um lado, a unicidade sindical, como já explicitiei, é a existência de um único sindicato de uma categoria profissional

---

<sup>55</sup> A Convenção nº 87 da OIT foi aprovada na 31ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em São Francisco, em 9 de julho de 1949. Ela entrou em vigor em nível internacional em 10 de agosto de 1950 (OIT, 1948).

<sup>56</sup> Na década de 1990, Boito Jr. (1991) menciona a existência de apenas um organismo sindical constituído pelos trabalhadores na Inglaterra, sem que exista a unicidade sindical. Este sindicato unitário foi constituído pelos trabalhadores em um contexto de pluralismo sindical, logo, não decorrente de uma imposição legal aos trabalhadores.

em uma determinada região geográfica; por outro lado, a unidade sindical é a construção de um único sindicato conquistado pela vontade e escolha da própria classe trabalhadora em seus processos de luta.

A liberdade e a autonomia sindical constituem uma das bandeiras históricas mais importantes do movimento sindical brasileiro (GALVÃO e MARCELINO, 2019). Entretanto, ao longo da história do sindicalismo brasileiro, foi comum que, na cúpula, os organismos de representação da classe trabalhadora atuassem no sentido de reforçar a estrutura sindical (WEFFORT, 1973; GALVÃO, MARCELINO e TRÓPIA, 2015; GALVÃO e MARCELINO, 2019), por isso há uma grande contradição entre o discurso e a prática sindical a esse respeito, bem como uma multiplicidade de compreensões e significados conferidos à liberdade e à autonomia sindical (GALVÃO e MARCELINO, 2019). A liberdade e a autonomia sindical são “condições imprescindíveis para que os sindicatos possam ampliar sua representatividade, tornando-se mais próximos da classe trabalhadora que sempre foi diversificada, mas cuja diversidade compreende a combinação entre novas e velhas formas de contratação” (GALVÃO e MARCELINO, 2019, p. 31).

Não obstante, no Brasil vigora a unicidade sindical. Contraditoriamente, uma prática recorrente no movimento sindical brasileiro, desde a Promulgação da Constituição de 1988, tem sido o surgimento de novas entidades sindicais. Horn (2009), ao caracterizar o processo de crescimento numérico dos sindicatos brasileiros, menciona que o número de sindicatos aumentou no período de 1987 a 2001, passando de 9.118 para 15.961 sindicatos. Nesse período, esse crescimento deve-se a elevação dos sindicatos urbanos, sobretudo, pela transformação das associações em sindicatos – uma vez que os servidores públicos eram impossibilitados de se sindicalizar e constituírem seus próprios sindicatos –, pela criação de novos municípios e pela necessidade de organização de sindicatos em base municipais e intermunicipais que careciam desta representação (HORN, 2009). Não obstante, como já demonstrado neste trabalho, em 2022, existem 17.835 sindicatos no Brasil (MTP, 2022). Desse modo, pode-se afirmar que o sindicalismo brasileiro está passando por um processo de fragmentação sindical.

A fragmentação sindical é a divisão organizativa de um sindicato promovendo a existência de vários sindicatos representativos dos trabalhadores. No contexto da legislação sindical brasileira, isso pode ocorrer pela dissociação, criando assim um novo sindicato no setor, ramo ou categoria profissional ou pelo desmembramento de entidades sindicais mais amplas, criando assim um novo sindicato na mesma categoria profissional, mas em outro espaço geográfico geralmente menor. Diversos pesquisadores, em múltiplas inspirações teóricas e

sobre diferentes bases empíricas, têm demonstrado o fenômeno da fragmentação sindical e têm alertado sobre a necessidade analítica de não o subestimar na compreensão do sindicalismo docente (FERRAZ e GINDIN, 2014). Para citar alguns exemplos, Vicentini e Lugli (2009), no terceiro capítulo do livro *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*, demonstraram que a organização sindical do movimento docente brasileiro é dividida por segmentos de ensino e contém em si divergências, disputas e tensões internas que resultaram em sua fragmentação.

Dal Rosso (2013), preocupado em analisar a ampliação do número de sindicatos, transportou o debate sobre as divisões internas no movimento dos trabalhadores para demonstrá-las no sindicalismo no setor da educação. Neste setor, constatou divisões tanto em função da estrutura tripartite administrativa (federal, estadual e municipal)<sup>57</sup> quanto pelo sistema educacional (público, privado e de outra ordem). No que tange aos docentes do ensino superior, em específico, a organização sindical que seguia, em alguma medida, a estrutura do campo educacional, começa a fragmentar-se com a existência do ANDES-SN e do PROIFES-Federação por motivos de clivagem político-partidária, bem como pelo surgimento do Movimento Docente Independente e Autônomo (MDIA)<sup>58</sup>, um movimento que se diz livre e que planta a raiz de uma outra organização no movimento sindical docente (DAL ROSSO, 2013). Ainda, não pode deixar-se de considerar as divisões configuradas pela heterogeneidade das relações de trabalho em educação devido às classificações de docentes (os contratados de modo temporário, os substitutos, os efetivos, os que atuam no ensino a distância, entre outros) (DAL ROSSO, 2013).

Do ponto de vista estrutural, a fragmentação sindical pode ser considerada como “o legado do combate que o Estado promoveu contra a independência política das organizações dos trabalhadores, cujo objetivo foi enfraquecê-las e facilitar com isso uma maior acumulação da burguesia nacional sem os entraves do sindicalismo combativo na relação capital-trabalho” (SILVA, 2015, p. 103). Pesquisas realizadas têm demonstrado que a fragmentação sindical no Brasil tem ocorrido nos sindicatos, nas centrais sindicais e nos partidos políticos, ou seja, nos organismos de representação da classe trabalhadora como um todo.

---

<sup>57</sup> Em nível federal, a união responsabiliza-se pela oferta do ensino superior e pela formação de docentes e pesquisadores. Em nível estadual, os estados têm a seu cargo a formação de nível intermediário e uma parcela da formação inicial. Em nível municipal, os municípios responsabilizam-se, após a descentralização operada pela LDB e pela Constituição Federal de 1988, pelas etapas iniciais de formação.

<sup>58</sup> O MDIA surgiu em julho de 2012 e, conforme Melo e Tavares (2020), parece não ter prosperado desde fins de 2016, pois não se localizaram evidências de sua participação em atividades sindicais voltadas a categoria docente desde esse período. Inclusive, seu site <<http://www.mdia.org.br/site/index.php>> não está mais disponível.

No que tange aos sindicatos, Silva (2015) realizou sua pesquisa sobre o sindicalismo docente da educação básica do Maranhão e constatou a existência de entidades com um ciclo curto de atuação, com um ciclo médio de atuação e outras que se tornaram perenes. A fragmentação sindical entre as entidades perenes, no caso dos docentes do Maranhão, está associada ao processo histórico de constituição das representações do magistério ao longo do tempo (SILVA, 2015). Ainda, a legislação sindical durante o período do regime militar contribuiu para a fragmentação entre os professores da rede pública e privada do Maranhão, uma vez que os servidores públicos eram proibidos de se sindicalizar e constituírem um sindicato único para todo o magistério de sua região geográfica.

Ademais, Dal Rosso (2013) menciona a crescente fragmentação sindical no âmbito das centrais sindicais, o que tem implicado em perda de capacidade de luta. As primeiras centrais sindicais criadas foram a CUT, em 1983, a CONCLAT, em 1983<sup>59</sup>, e a FS, em 1991. Após 2005, quando o governo de Luíz Inácio Lula da Silva começou a acenar para o reconhecimento de um papel negocial para as centrais sindicais, o que se efetivou por meio da Lei nº 11.648 aprovada em 2008<sup>60</sup>, o número de centrais sindicais passou de três para doze (DAL ROSSO, 2013). Em 2022, existem treze centrais sindicais<sup>61</sup> registradas no Ministério do Trabalho e Previdência (MTP, 2022). Nesse processo crescente de fragmentação, a criação das centrais sindicais pode acontecer para ocupar espaço para um ou mais partidos políticos, uma vez que as centrais sindicais têm se convertido em braços sindicais de partidos políticos (DAL ROSSO, 2013).

Também, o Brasil se encontra entre os países que possuem um dos sistemas partidários mais fragmentados do mundo (REBELLO, 2015; CARDOSO, 2015) e é o país que possui maior fragmentação partidária da América do Sul (ANASTASIA, MELO e SANTOS, 2004; REIS, 2011). Em 2022, por exemplo, o número de partidos políticos existentes no Brasil registrados no Tribunal Superior Eleitoral foi de 32<sup>63</sup> (TSE, 2022).

---

<sup>59</sup> A CONCLAT, em 1986, denominou-se CGT.

<sup>60</sup> Ainda, a Lei nº 11.648/2008 possibilitou que as centrais sindicais tivessem acesso aos recursos da conta Emprego e Salário na proporção de 10% do imposto sindical.

<sup>61</sup> Dentre elas, pode-se citar a CUT; a Central Feral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB, ex-CGT); a FS; a Nova Central de Trabalhadores (NCST); a União Sindical dos Trabalhadores (UST); a União Geral dos Trabalhadores (UGT); a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); a Central das Entidades de Servidores Públicos (CESP); a Central da Classe Trabalhadora (Intersindical); a Pública Central do Servidor (PÚBLICA); a CSP-Conlutas; e a Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT-Nacional) (MTP, 2022).

<sup>63</sup> Dentre eles, pode-se citar, por data de deferimento: em 1981, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT); em 1982, o PT; em 1988, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB); em 1989, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); em 1990, o AGIR, o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido de Mobilização Nacional (PMN); em 1992, o Cidadania; em 1993, o Partido Verde (PV); em 1994, o AVANTE; em 1995, o

No movimento sindical docente, a fragmentação sindical decorre da existência do ANDES-SN e do PROIFES-Federação. Esta fragmentação, além de ser resultado da crise do próprio sistema capitalista, das mutações no mundo do trabalho, da cooptação de setores dos trabalhadores e de suas organizações por parte dos governos petistas, também se deu em função da existência de concepções sindicais díspares no interior do sindicalismo brasileiro. Conforme evidenciou-se neste capítulo, o movimento sindical docente é composto, por um lado, pela concepção sindical predominante classista do ANDES-SN e, de outro lado, pela concepção sindical predominante negocial de Estado do PROIFES-Federação.

Se, por um lado, o ANDES-SN buscou se organizar pela base nos locais de trabalho dos docentes do ensino superior público, por outro lado, o PROIFES-Federação foi constituído a partir da criação de sindicatos locais que buscaram sua desfiliação do ANDES-SN. Para além da diferença no que tange à organização sindical de ambas entidades, cabe, ainda, ressaltar o que as distingue em termos de concepções sindicais. O ANDES-SN se opõe à estrutura sindical tutelada pelo Estado, luta em prol da liberdade e da autonomia sindical, defende a independência entre sindicato e partidos políticos, governos e administrações universitárias e luta por uma sociedade sem exploração, ao passo que o PROIFES-Federação valoriza o diálogo e a negociação com o governo federal, o diálogo e a aproximação com parlamentares e, por fim, secundariza o papel da greve como instrumento de luta.

Estas concepções díspares culminam em práticas sindicais distintas entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação. Por exemplo, no que tange à aproximação entre ambas entidades sindicais e centrais sindicais as trajetórias são completamente díspares. Os docentes organizados no ANDES-SN, em um primeiro momento, forjaram sua identidade com a classe trabalhadora ao filiarem-se à CUT em 1989. Em um segundo momento, não se questionando mais se integravam a classe trabalhadora, mas como sua partícipe, os docentes se desfiliam da CUT (2005) e passaram a buscar alternativas de reorganização da classe trabalhadora, como a Conlutas (2007) e a CSP-Conlutas (2011). De modo distinto, o PROIFES-Federação filia-se à CUT em 2021, embora sua trajetória seja marcada pela proximidade entre ambas, o que pode ser evidenciado tanto na fundação do PROIFES-Fórum em 2004 com apoio da CUT quanto na criação do PROIFES-Sindicato em 2008 na sede da CUT. Esta filiação também corresponde à

---

Progressistas (PP) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); em 1996, o PCB; em 1997, o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), o Democracia Cristã (DC), o Partido da Causa Operária (PCO) e o Podemos (PODE); em 2005, o REPUBLICANOS e o PSOL; em 2006, o PL; em 2011, o PSD; em 2012, o PATRIOTA; em 2013, o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e o SOLIDARIEDADE; em 2015, o Partido Novo (NOVO), o Rede Sustentabilidade e o Partido da Mulher Brasileira (PMB); em 2019, a Unidade Popular pelo Socialismo (UP); e, em 2022, o União Brasil (UNIÃO), resultado da fusão entre o Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL).

proximidade de concepções sindicais, uma vez que a CUT deslocou suas práticas de confrontação e mais combativas em direção a uma conduta propositiva e negocial, priorizando o caminho da luta por direitos aos cidadãos, desprovida de um caráter de classe.

Por fim, a fragmentação no movimento sindical docente, em função de concepções sindicais díspares no interior do sindicalismo brasileiro, tem implicado em perda de capacidade de luta dos docentes, além de obstaculizar seu reconhecimento enquanto partícipe da classe trabalhadora. A fragmentação sindical implica em perda de capacidade de luta dos docentes, uma vez que dificulta a coordenação da ação coletiva dos docentes e, conseqüentemente, dispersa a luta dos docentes. A fragmentação sindical também obstaculiza seu reconhecimento enquanto partícipe da classe trabalhadora, dado que dificulta a percepção do docente sobre o que o unifica com os demais trabalhadores<sup>64</sup>, além de estimular a ênfase dos docentes acerca das reivindicações de sua categoria profissional em detrimento de reivindicações do conjunto da classe trabalhadora.

---

<sup>64</sup> Como, por exemplo, a precarização e a intensificação do trabalho que tanto os docentes quanto os demais trabalhadores estão submetidos.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresento o caminho que percorri no desenvolvimento desta pesquisa. Organizei esta apresentação com base em três etapas: na primeira explicito os momentos de aproximação com o campo de estudo; na segunda apresento a realização de pesquisa e análise documental sobre o movimento sindical docente do ensino superior; e, por fim, na terceira etapa exponho o processo de realização e análise das entrevistas semiestruturadas. Mesmo que o modo de exposição dos procedimentos metodológicos tenha sido realizado em três etapas, a fim de deixar claro o processo de pesquisa, esse caminho não foi realizado de modo linear. Essa não linearidade deveu-se ao fato de que o desenvolvimento desta tese foi construído a partir de escolhas – em que muitas das opções no percurso do ensaio teórico e do projeto de pesquisa foram sendo reorientadas no sentido de concluir a presente tese –, de momentos em que realizei a análise da pesquisa documental em conjunto com a análise das entrevistas semiestruturadas, de novas leituras e reflexões que foram surgindo ao longo da presente pesquisa.

Na primeira etapa da pesquisa realizei a aproximação com o campo de estudo ao participar do *XVIII Encontro da Regional RS do ANDES-SN* com o tema Trabalho Docente, militância e autonomia sindical, realizado na cidade de Santa Maria/RS, sediado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (SEDUFSM), nos dias 27 e 28 de abril de 2018. Também participei do *Seminário de História e Memória do movimento docente: lutas por autonomia e liberdade, ontem e hoje*, organizado pelo Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente (GTHMD) do ANDES-SN, realizado na cidade de Rio Grande/RS, sediado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG), nos dias 29 e 30 de novembro de 2019.

No primeiro encontro conheci a organização das Seções Sindicais do Rio Grande do Sul, uma vez que neste Estado existem seis Seções Sindicais organizadas no ANDES-SN, entre elas, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPEL), a Seção Sindical do ANDES-SN no IFRS (SINDOIF), a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pampa (SESUNIPAMPA), a APROFURG e a SEDUFSM. Ainda, me chamou a atenção a preocupação dos participantes sobre a comunicação integrada entre estas Seções Sindicais e sobre a importância de espaços de formação sindical para os novos docentes que ingressaram nas universidades públicas gaúchas.

No segundo evento tive contato com a história nacional do movimento sindical docente. Neste evento foi abordada a trajetória do ANDES-SN, os desafios passados e atuais do processo de reorganização da classe trabalhadora e uma breve aproximação ao debate sobre o surgimento

do PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, do PROIFES-Federação (2012). A Figura 1 contém imagens destas aproximações com o campo de estudo.



Figura 1 – Aproximações com o campo de estudo.

Fonte: Site Institucional da SEDUFSM (SEDUFSM, 2018) e Site institucional do ANDES-SN (ANDES-SN, 2019c)

Na segunda etapa realizei pesquisa documental com o objetivo analisar as concepções sindicais do movimento sindical docente do ensino superior. Ela envolveu análise de documentos do ANDES-SN e do PROIFES-Federação. Os documentos que utilizei do ANDES-SN foram consultados em seu site e foram enviados por e-mail pelo Centro de Documentação (CEDOC), entre eles, as *Cartas do ANDES: Congresso do Sindicato Nacional* (2020), as *Cartas do ANDES: Conad do Sindicato Nacional* (2020), as circulares dos setores, as circulares nacionais, os materiais produzidos pelos GT's, os InformANDES, a Revista Universidade e Sociedade, as notícias publicadas no site do Sindicato Nacional, os Cadernos ANDES e as cartilhas produzidas. Os documentos que utilizei do PROIFES-Federação foram o livro *PROIFES-Federação 15 anos: lutas e conquistas* (2019) e as notícias publicadas no site da Federação Nacional. Vale ressaltar que não foi possível ter acesso as resoluções congressuais dos Encontros Nacionais do PROIFES-Federação. As mesmas foram solicitadas, por e-mail, em dois momentos: em julho de 2020 para o PROIFES-Federação e em abril de 2022 para um dirigente sindical da ADUFRGS-Sindical; em ambos os momentos, não foram encaminhados os documentos solicitados.

Ao realizar a análise da pesquisa documental levei em consideração que os documentos produzidos tanto pelo ANDES-SN quanto pelo PROIFES-Federação são produtos situados em um momento histórico, social, econômico e político. Ao mesmo tempo em que são construídos para manter a organização sindical interna coesa e estruturada, também são produtores de

orientações políticas para a base docente, os demais sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, entre outros. Assim, os documentos nunca são inertes ou neutros, na medida em que atuam como agentes ativos em esquemas de interação humana (PRIOR, 2004). Ainda, contém um duplo movimento entre a lembrança – o que é contado – e o esquecimento – aquilo que não é descrito.

Levando em consideração que o movimento sindical docente em nível nacional se organiza a partir da existência de duas entidades representativas (o ANDES-SN e o PROIFES-Federação), o caso de análise que se mostrou coerente para estudo foi o do movimento sindical docente de Porto Alegre, uma vez que o rebatimento desta organização nacional se dá na existência da ADUFRGS-Sindical, entidade vinculada ao PROIFES-Federação, e a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, organizada no ANDES-SN.

Na sequência, na terceira etapa da pesquisa realizei entrevistas semiestruturadas com docentes do movimento sindical docente de Porto Alegre. As entrevistas semiestruturadas tiveram início com sindicalizados e dirigentes sindicais da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. Para complementação, aconteceram entrevistas com os demais atores do movimento sindical docente, sendo eles, os dirigentes da ADUFRGS-Sindical e os dirigentes do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande Do Sul (SINPRO-RS).

A primeira entrevista ocorreu com um sindicalizado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e, ao final dela, o entrevistado indicava outros integrantes do movimento sindical docente para dar sequência as entrevistas. Desse modo, cheguei aos demais docentes entrevistados sindicalizados e dirigentes sindicais da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e, inclusive, nos dirigentes sindicais da ADUFRGS-Sindical, haja vista que, alguns docentes sindicalizados da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS militaram com os dirigentes sindicais da ADUFRGS-Sindical antes de 2008. Ademais, ao entrevistar os(as) dirigentes sindicais da ADUFRGS-Sindical, os mesmos, citaram em suas entrevistas a disputa de representação dos docentes do setor privado entre o ANDES-SN e os SINPRO's, o que me levou a entrevistar alguns dirigentes sindicais do SINPRO-RS. Os roteiros das entrevistas semiestruturadas realizadas com os sindicalizados e os dirigentes da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS (ANEXO I) e com os dirigentes da ADUFRGS-Sindical (ANEXO II) encontram-se após as Referências.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas entre fevereiro a maio de 2022 e, devido à pandemia de Covid-19, os entrevistados escolheram por participar da pesquisa de modo presencial ou on-line via software Zoom. Ao total foram realizadas 15 entrevistas, 8

entrevistas foram presenciais e 7 entrevistas foram on-line. Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente transcritas, exceto no caso de uma entrevistada que optou pela não realização da gravação e, assim, como forma de registro combinamos as anotações em um bloco de notas durante sua realização. O Quadro 3 contém a identificação dos entrevistados, o tempo de realização das entrevistas e sua participação no movimento sindical docente.

Quadro 3 – Entrevistados.

<b>Entrevistado(a)</b>	<b>Tempo</b>	<b>Participação no movimento sindical docente</b>
Entrevistado 1	1'14''	Sindicalizado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical
Entrevistada 2	1'02''	Sindicalizado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS
Entrevistada 3	49''	Sindicalizado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS
Entrevistado 4	1'50''	Dirigente Sindical da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS
Entrevistada 5	2'28''	Dirigente Sindical da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS
Entrevistado 6	1'24''	Dirigente Sindical da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e já foi sindicalizado na ADUFRGS-Sindical
Entrevistado 7	1'28''	Dirigente Sindical da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS
Entrevistada 8	1'07''	Dirigente Sindical da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e já foi sindicalizada na ADUFRGS-Sindical
Entrevistado 9	1'33''	Sindicalizado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS
Entrevistado 10	1'13''	Sindicalizado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS
Entrevistado 11	1'11''	Sindicalizado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS
Entrevistado 12	1'23''	Dirigente Sindical da ADUFRGS-Sindical
Entrevistada 13	2'06''	Dirigente Sindical da ADUFRGS-Sindical
Entrevistado 14	1'30''	Dirigente Sindical do SINPRO-RS
Entrevistado 15	46''	Dirigente Sindical do SINPRO-RS

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A análise das entrevistas semiestruturadas levou em consideração a existência de conflitos entre os entrevistados da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical. Estes conflitos se expressaram em afirmações acerca do nome do ANDES-SN, uma vez que os entrevistados sindicalizados e dirigentes da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS mencionaram a transformação da Associação Nacional (a ANDES) em Sindicato Nacional (o ANDES-SN) e os dirigentes da ADUFRGS-Sindical enfatizaram que chamam até hoje esta entidade de Associação Nacional, a ANDES. O plano de fundo deste conflito se expressa na existência de duas entidades representativas dos docentes do ensino superior federal que reivindicam, cada uma a seu modo, a história do movimento sindical docente desde o seu surgimento na década de 1980.

## 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 5.1 Estrutura Organizativa do Movimento Sindical Docente em Porto Alegre e suas Práticas de Organização

Neste capítulo discuto a estrutura organizativa da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical. Como ambas entidades representativas dos docentes do ensino superior da UFRGS integram, respectivamente, o ANDES-SN e o PROIFES-Federação, também explico sua estrutura organizativa em nível nacional. A partir disso, analiso as práticas de organização da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical.

#### 5.1.1 Estrutura Organizativa da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

O ANDES-SN é um Sindicato Nacional organizado a partir dos locais de trabalho dos docentes, ou seja, nas IES Federais, Estaduais e Municipais, incluindo aquelas pertencentes às IF's. Os docentes realizam sua sindicalização em seus locais de trabalho (nas Seções Sindicais)<sup>65</sup> e, ao mesmo tempo, associam-se ao ANDES-SN. Os docentes que podem requerer sua sindicalização são aqueles que exercem atividades no magistério superior da rede pública<sup>66</sup>, bem como aqueles docentes aposentados, em disponibilidade ou desempregados. Assim, após seus 40 anos de existência, o ANDES-SN conta com 81.816 sindicalizados (ANDES-SN, 2020e) e está organizado em 121 Seções Sindicais em todos os estados brasileiros (ANDES-SN, 2022b).

A estrutura organizativa do ANDES-SN é composta por instâncias deliberativas e não deliberativas. As instâncias deliberativas são as Seções Sindicais (menor instância deliberativa e organizativa), o Congresso (instância deliberativa máxima), o Conad (instância deliberativa intermediária) e a Diretoria Nacional (instância executiva). Além destas instâncias, ainda fazem parte de sua estrutura organizativa os GT's e os Setores, porém eles não são instâncias deliberativas, portanto não têm poder de deliberação.

---

<sup>65</sup> Em caso de não haver uma Seção Sindical constituída no local de trabalho do docente ou de não haver decisão da Seção Sindical em se filiar ao ANDES-SN, o mesmo pode requerer sua sindicalização por intermédio de uma Secretaria Regional.

<sup>66</sup> Os docentes da rede privada podiam se sindicalizar ao ANDES-SN até junho de 2009. Sobre a suspensão da representatividade do ANDES-SN no setor privado, irei tratar mais detalhadamente no capítulo 5.2.1 Conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação.

As Seções Sindicais, como menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SN, têm por finalidade defender os direitos e os interesses dos docentes, discutir os problemas gerais e da vida universitária posicionando-se sobre eles, estabelecer relações com outras entidades sindicais, defender a livre circulação e o debate das ideias, defender a autonomia universitária, zelar pelo livre exercício do trabalho docente e da pesquisa científica, defender maior participação nos processos decisórios da universidade, promover o intercâmbio científico, cultural e social entre os docentes, reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração dos docentes, prestar atendimento às necessidades de seus associados, sindicalizar os docentes e representá-los perante autoridades administrativas e judiciais, fixar a contribuição financeira dos docentes, receber e repassar à Primeira Tesouraria do ANDES-SN as contribuições financeiras estabelecidas nos Congressos e nos Conads e, por fim, divulgar as atividades do ANDES-SN e promover seu fortalecimento (ANDES-SN/UFRGS, 2013). Elas são indissociáveis das demais instâncias do ANDES-SN, tanto pelo motivo que as Seções Sindicais possuem regimento próprio aprovado em AG, que deve respeitar o Estatuto do ANDES-SN, quanto pelo fato de que as Seções Sindicais possuem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira nos limites do Estatuto do ANDES-SN.

A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS é organizada pela Diretoria e pelo Conselho de Representantes. A Diretoria, como instância executiva, atua na definição da política geral da Seção Sindical; traça planos, faz propostas e avalia as atividades desenvolvidas pela Seção Sindical; trabalha para elevar o número de filiados da Seção Sindical; cumpre e faz cumprir o regimento da Seção Sindical e o Estatuto do ANDES-SN, assim como as deliberações das AG's e do Conselho dos Representantes; convoca a AG Extraordinária; organiza os serviços da Seção Sindical; elabora o projeto de orçamento anual, além de seu relatório; decide sobre a admissão de sócios; e delibera sobre a alienação dos bens da Seção Sindical (ANDES-SN/UFRGS, 2013). O Conselho de Representantes, composto por docentes das unidades da UFRGS, atua no sentido de promover e aprofundar a ligação entre os docentes e a Seção Sindical (ANDES-SN/UFRGS, 2022a).

A eleição para a Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS ocorre em conformidade com seu Regimento Interno, por meio de inscrição de chapa, com especificação do nome dos candidatos e seus respectivos cargos, além da apresentação do programa eleitoral que irá nortear as práticas da Diretoria eleita. A eleição para o Conselho de Representantes acontece sem registro de candidaturas, uma vez que são os docentes por unidades que escolhem

seus representantes. Ambas as eleições são realizadas presencialmente por meio de votação nominal e secreta, sendo vedada a utilização de votos por procuração.

Cabe à Diretoria em interlocução com o Conselho de Representantes viabilizar a organização dos docentes nos seus locais de trabalho, ou seja, nas unidades ou departamentos da UFRGS. De acordo com a Entrevistada 5, o Conselho de Representantes é um modo de organização que funciona em dois sentidos: a) encaminhar as reivindicações dos docentes para a Diretoria; e b) direcionar as deliberações da Diretoria, da Regional, da Nacional para a unidade. As reivindicações nas unidades ou departamentos são constituídas em torno de condições de trabalho, carreira docente, questões salariais e democracia no local de trabalho, conforme evidenciou o Entrevistado 10.

Entretanto, a organização do Conselho de Representantes possui baixa adesão nas unidades na UFRGS. Das 29 unidades existentes da UFRGS, apenas 6 unidades (Campus Litoral Norte, Instituto de Psicologia, Faculdade de Educação, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Colégio de Aplicação e Escola de Administração) possuem Conselho de Representantes eleitos para o Biênio 2021-2023<sup>67</sup>. Em conjunto a isso, a organização dos docentes nas unidades da UFRGS é heterogênea. O Entrevistado 4 relatou que “algumas unidades são muito organizadas, fazem reuniões, conversam e tal. Outras não”, o que se manifesta no fato de que algumas unidades são mais ativas do que outras – como a Escola de Administração, a Faculdade de Educação, o Instituto de Psicologia, o Instituto de Matemática e o Instituto de Letras –, outras unidades têm uma atuação mais modesta, mas estão presentes, lutam e participam – como o Instituto de Biociências e o Instituto de Biblioteconomia e Comunicação – e outras unidades são muito pouco presentes – como a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Medicina.

A organização do Conselho de Representantes possui baixa adesão nas unidades e a organização dos docentes nas unidades da UFRGS é heterogênea, demonstrando que uma grande parte dos docentes sindicalizados não se envolvem na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. O não envolvimento dos docentes também se materializa no fato de que os mesmos não participam ou participam pouco das AG's, pois conforme o relato do Entrevistado 6, que já foi dirigente sindical da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, “para levar para uma assembleia trinta pessoas é um esforço hercúleo”. Ainda, conforme a explanação do Entrevistado 1 e da Entrevistada 3, os mesmos não participaram de nenhuma AG, enquanto a

---

<sup>67</sup> Considerando o Biênio de 2015-2017, o Conselho de Representantes foi eleito em 5 unidades (Instituto de Psicologia, Faculdade de Educação, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Escola de Administração e Instituto de Letras).

Entrevistada 2 participou de algumas AG's virtuais (no período da pandemia do Covid-19), porém percebeu a baixa participação dos docentes nestas AG's.

Eu nunca fui. Então o máximo que eu ouvia falar eram notícias dos colegas e alguma ou outra foto que aparecia das assembleias. Então eu te confesso que eu nunca fui assim, então eu não sei te dizer. A minha percepção ela é da distância assim, né? É da notícia a distância assim. (ENTREVISTADO 1).

Eu nunca participei, eu acho. Eu participei de reuniões, ah, umas duas no remoto e essa que eu te disse [reunião promovida pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS antes da entrevistada ser sindicalizada], que eu não me lembro se era uma assembleia, mas acho que não porque era para pessoas que não eram sindicalizadas também. Então acho que eu não cheguei a participar. (ENTREVISTADA 3).

Eu participei de Assembleias Virtuais, porque foi isso, eu entrei na UFRGS no final de... foi em outubro de 2019, então digamos que eu tive cinco meses de trabalho presencial e depois já foi para o remoto assim, né? Então eu não participei de assembleias naquele momento lá no final de 2019 e participei de algumas assembleias no período remoto. [...] Pouca participação dos professores nas Assembleias Gerais que eu participei, né, sei lá, devia ter o que? Um quinze pessoas mais ou menos, né, nas poucas que eu participei e isso no remoto, né? Então eu acho que acaba que eu percebo que a base não se envolve tanto e digo por mim, eu estou ali, mas, assim, não falo muito, eu estou mais ouvindo para ir entendendo também esse lugar onde eu estou entrando, né, quais são as ideias, as coisas que estão colocadas e tal. (ENTREVISTADA 2)

As AG's são a instância deliberativa máxima da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e são convocadas mediante edital, com antecedência mínima de cinco dias, contendo a indicação do local, data e horário da primeira e segunda chamadas e com a indicação dos pontos de pauta (ANDES-SN/UFRGS, 2013). As AG's são realizadas com a finalidade de proporcionar o debate e a deliberação sobre os pontos de pautas que, a depender da conjuntura, compreendem assuntos sobre as condições de trabalho dos docentes, as reivindicações salariais, os problemas da vida universitária e da comunidade acadêmica, as adesões a greves da educação e dos trabalhadores, os indicativos de estado de greve e de greve da categoria docente, as paralisações e as mobilizações da categoria docente, a construção de textos de apoio e textos de resoluções para os Congressos e os Conads, as eleições de delegados para participar dos Congressos e dos Conads, entre outros.

Ainda, as AG's podem ser convocadas de modo Ordinário e Extraordinário. As AG's Ordinárias acontecem uma vez por ano para apreciação do relatório e prestação de contas apresentado pela Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e, quando for o caso, para a apreciação do relatório das eleições em conjunto com a posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Seção Sindical. As AG's Extraordinárias ocorrem eventualmente com o intuito de reformar o Regimento da Seção Sindical e destituir os membros do Conselho de

Representantes e da Diretoria, podendo ser convocadas pela Diretoria da Seção Sindical, pelo Conselho dos Representantes e por, no mínimo, um quinto dos sindicalizados.

Nas últimas chamadas para as AG's, de acordo com o relato do Entrevistado 4, os pontos de pautas foram construídos pela associação entre os temas mais procedimentais – como a eleição de delegados e observadores para os Congressos e os Conads do ANDES-SN, entre outros – e os temas de maior interesse dos docentes – como questões salariais, de condições de trabalho, de organização de uma greve e de uma paralisação, entre outros. A Figura 2 contém as pautas de algumas AG's em que essa estratégia foi utilizada.



Figura 2 – Pautas de AG's da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS de 2019 e 2022  
Fonte: site institucional da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS (ANDES-SN/UFRGS, 2019; 2022b).

Conforme o Entrevistado 7, as AG's são consideradas um espaço legítimo de organização dos docentes, uma vez que são chamadas para a ampla participação dos sindicalizados e dos não sindicalizados. As AG's são organizadas por meio de uma mesa diretora, a qual conduz os trabalhos, organiza a ordem das falas e votações das deliberações<sup>68</sup>, enquanto os docentes possuem o direito à fala e ao voto. Elas acontecem de modo presencial na UFRGS<sup>69</sup>, uma vez que a presencialidade possibilita o debate e o contraditório.

De acordo com o Entrevistado 4, as AG's são um momento de reunião dos docentes, de troca de experiências e impressões, de realização da análise de conjuntura, de apresentação de alternativas e de organização da luta. Ainda, conforme o relato do Entrevistado 7, a partir das AG's são construídas as pautas de encaminhamento que se materializam no cotidiano dos docentes, seja por meio de panfleteações, de exposições, de campanhas, de fixação de faixas e

<sup>68</sup> Conforme o Estatuto do ANDES-SN, é vedado o voto não presencial, tal como o virtual ou por procuração, nas instâncias deliberativas do Sindicato Nacional, como as AG's (ANDES-SN, 2020d).

<sup>69</sup> Durante a pandemia do Covid-19, as AG's passaram a ser realizadas de modo on-line, em caráter excepcional, em função dos cuidados sanitários dos participantes.

cartazes, de audiências públicas, de suporte jurídico e de orientação aos docentes, de moções, de construção de greves, de pautas conjuntas com os demais trabalhadores, entre outras.

O Congresso, como instância deliberativa máxima, tem como função deliberar sobre os posicionamentos políticos estratégicos para o movimento docente, apontar as diretrizes do trabalho do sindicato para cada período e aprovar o plano de lutas anual do sindicato e dos setores (IFES, IEES e Instituições Municipais de Educação Superior (IMES)). Por fim, o Conad, como instância deliberativa intermediária, tem como função avaliar a atuação do sindicato frente às ações estabelecidas no Congresso anterior, avaliar e atualizar o plano de lutas do sindicato e dos setores (IFES, IEES e IMES) e avaliar questões organizativas e financeiras do sindicato, especialmente, no que se refere à sua prestação de contas.

A partir da convocação dos Congressos e dos Conads pela Diretoria do ANDES-SN, os docentes enviam, em um prazo fixado, propostas de Textos de Apoio (TA's) e Textos de Resolução (TR's)<sup>70</sup> para compor o Caderno de Texto e o Anexo ao Caderno de Texto dos eventos nacionais deliberativos. Estas contribuições são escritas entre docentes da mesma Seção Sindical ou de Seções Sindicais distintas, desde que sejam assinadas por pelo menos cinco sindicalizados. Também, os docentes, reunidos em AG's em cada Seção Sindical, constroem e aprovam TA's e TR's a serem remetidos aos Congressos e aos Conads, além dos enviados pelas Diretorias das Seções Sindicais e pela Diretoria Nacional do ANDES-SN.

Formado o Caderno de Texto e o Anexo ao Caderno de Texto dos Congressos e dos Conads, estes ficam disponíveis aos docentes para leituras e debates durante as AG's ou as reuniões abertas. Também, ocorrem AG's nas Seções Sindicais para a eleição dos delegados que irão representar os docentes nos eventos nacionais deliberativos. De acordo com a Entrevistada 5, a opção de liberar o voto do delegado ou condicioná-lo ao que foi debatido nas AG's ou nas reuniões abertas fica a critério de cada Seção Sindical. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS opta por:

questões em que a gente debate ou já tem acúmulo, tem questões muito importantes, vai com uma posição. Mas para várias outras tem que ir aberto o voto, porque senão mandava por correspondência o voto, se não vale o que eu vou ouvir lá para refazer, né? E aí depois, claro, os delegados vão prestar contas. Olha esse voto aqui a gente acabou votando contra porque entendemos tal e tal coisa. (ENTREVISTADA 5).

O Congresso acontece entre os meses de janeiro e a primeira quinzena do mês de março, enquanto o Conad ocorre entre os meses de junho e agosto; o Congresso reúne uma maior

---

<sup>70</sup> Os TA's cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento sindical docente, e os TR's apresentam o que é novo em termos de propostas.

quantidade de delegados do que o Conad; e ambas as instâncias contam com a participação de delegados oriundos da base escolhidos segundo uma regra única nacional. Nos Congressos participa um delegado de cada Diretoria de Seção Sindical; participam os delegados de base de cada Seção Sindical, eleitos em AG's ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizados, e os delegados representativos dos sindicalizados via secretarias regionais indicados, ambos em número proporcional ao número de sindicalizados em sua base<sup>72</sup>; participam também os observadores de base da Seção Sindical e das Secretarias Regionais, com direito à voz; e, por fim, participa o Presidente do Sindicato Nacional, que preside o Congresso, com direito à voz e voto nas sessões (ANDES-SN, 2020d). Enquanto que, nos Conads, participa um delegado de cada Seção Sindical escolhido na forma deliberada por sua AG; participa um delegado representativo dos sindicalizados via Secretaria Regionais; participam os observadores de base da Seção Sindical e das Secretarias Regionais, com direito à voz; participam os demais membros em exercício na Diretoria, exceto aqueles cujo âmbito de competência limita-se à Secretaria Regional, com direito à voz; e participa o Presidente do Sindicato Nacional, que preside o Conad, com direito à voz e ao voto nas sessões (ANDES-SN, 2020d).

O Congresso inicia com o credenciamento dos delegados e dos observadores, os quais recebem um cartão de identificação e/ou votação, com cores distintas, a fim de identificar sua participação no evento. A **Plenária de Abertura** corresponde à abertura oficial do Congresso, com participação de alguns membros da Diretoria do ANDES-SN, incluindo o Presidente, além de contar com a presença da central sindical à qual o Sindicato Nacional é filiado, de organizações internacionais, de representantes do movimento estudantil, de outros sindicatos parceiros na luta e de movimentos sociais, com direito à fala seguida pelo discurso do Presidente do ANDES-SN. Após a abertura oficial do Congresso, ocorre a **Plenária de Instalação**, a qual tem como principal função informar a quantidade de Seções Sindicais, delegados, observadores e membros da Diretoria do ANDES-SN que estão participando do Congresso, bem como deliberar sobre as pendências ou não no credenciamento dos participantes; discutir e deliberar sobre a proposta de cronograma e pauta do Congresso, como também sobre o Regimento do Congresso e as inclusões de TA's e TR's no temário do evento nacional.

---

<sup>72</sup> O sistema de proporcionalidade é composto por: a) até quinhentos (500) sindicalizados, um (1) delegado por conjunto de cem (100) ou fração; b) de quinhentos e um (501) a mil (1.000) sindicalizados, um (1) delegado por conjunto de duzentos e cinquenta (250) ou fração; c) a partir do milésimo sindicalizado, um (1) delegado por conjunto de quinhentos (500) ou fração (ANDES-SN, 2020d).

A seguir, a estrutura deliberativa do Congresso baseia-se na utilização de três tipos de espaços, quais sejam: os Grupos Mistos, a Preparação das Plenárias e a Realização das Plenárias<sup>73</sup>. A **Plenária do Tema I** tem como função proporcionar o debate entre os participantes sobre a conjuntura e sobre o movimento docente, além de eleger a centralidade da luta para aquele ano. Em seguida, os participantes são divididos nos Grupos Mistos para debater o **Tema II** – Plano Geral de Lutas, o **Tema III** – Plano de Lutas dos Setores (IFES, IEES/IMES) e o **Tema IV** – Questões Organizativas e Financeiras. A partir da realização dos Grupos Mistos e da Preparação das Plenárias, ocorre a Realização das Plenárias dos Temas II, III e IV, em que ocorrem debates e deliberações que culminam nas Resoluções dos Congressos do ANDES-SN. Por fim, a **Plenária de Encerramento** contempla a deliberação das moções encaminhadas pelos participantes dos eventos e a leitura de sua carta final correspondente.

Assim como o Congresso, o Conad inicia com o credenciamento dos delegados e observadores, com a realização da **Plenária de Abertura** e da **Plenária de Instalação**. Além disso, no Conad, ocorre o ato de posse da diretoria eleita por voto secreto dos sindicalizados do ANDES-SN a cada biênio e nos anos pares. Como a função do Conad é distinta do Congresso, sua **Plenária do Tema I** corresponde à avaliação entre os participantes sobre a atuação do ANDES-SN frente às deliberações estabelecidas no Congresso anterior. Os participantes são divididos nos Grupos Mistos para discutir sobre o **Tema II** – Avaliação e Atualização do Plano Geral de Lutas, o **Tema III** – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: Setores e o **Tema IV** – Questões Organizativas e Financeiras. Após a realização dos Grupos Mistos e a Preparação das Plenárias, ocorre a realização das Plenárias sobre os temas II, III e IV, em que todos os participantes debatem e deliberam as propostas encaminhadas pelos Grupos Mistos, culminando na aprovação das Resoluções do Conad do ANDES-SN. Ao final, ocorre a realização da **Plenária de Encerramento**, que tem como principal função a deliberação das

---

<sup>73</sup> Os Grupos Mistos têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento. Cada Grupo Misto é conduzido por uma Mesa Coordenadora (composta por um Coordenador, um Relator e um Secretário), eleita pelos delegados que compõem cada Grupo Misto. Cabe ao Relator, em um prazo de três horas após o encerramento da reunião, elaborar o Relatório Consolidado do Grupo Misto com os encaminhamentos que serão submetidos à deliberação nas Plenárias e entregá-lo à Comissão Diretora. Em seguida, ocorre a Preparação das Plenárias, a qual tem como tarefa fundamental consolidar os encaminhamentos dos Grupos Mistos, uma vez que todos os Grupos Mistos debatem todos os temas. Esta consolidação reúne as propostas aprovadas por maioria simples, por um mínimo de 30% dos votos dos delegados presentes em pelo menos um dos grupos mistos e que tiveram sua redação compatibilizada pela comissão diretora e os relatores. Este trabalho é realizado pelos diretores, que são responsáveis pela condução da mesa dirigente das Plenárias, com o apoio dos relatores dos grupos. E, por fim, a Realização das Plenárias tem como função primordial deliberar, sobre as propostas encaminhadas pelos Grupos Mistos, pelo voto da maioria dos delegados. Esta última revela dinâmicas variáveis segundo o temário, o conteúdo e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas.

moções encaminhadas pelos participantes do Conad e a leitura de sua carta final correspondente.

Desse modo, a organização dos Congressos e dos Conads é construída de forma a assegurar a participação democrática dos docentes. Conforme os relatos da Entrevistada 5 e do Entrevistado 9, esta participação democrática se dá por meio da existência de um espaço para pontuar os posicionamentos políticos dos participantes, de ouvir as divergências políticas e disputar os rumos do Sindicato Nacional. Ainda, a partir da participação democrática dos delegados das Seções Sindicais nos espaços dos Conads e dos Congressos é possível obter a construção das deliberações do Sindicato Nacional, o qual unifica a luta coletiva de todos os docentes em âmbito nacional a partir de sua atuação em seus locais de trabalho, conforme demonstrado na fala do Entrevistado 4.

Eu vou dizer assim, eu demorei para entender como funcionava. Então, eu acho que a primeira vez que eu participei eu fui indo. Vai para lá, vai para cá. Eu acho que foi assim, a partir da segunda, terceira vez, que eu entendi. [...] É, mas, enfim, indo, participando e observando eu pude ver que são vários mecanismos para assegurar que tem uma construção realmente mais coletiva, democrática no sentido de espaço no mínimo para se colocar, se ouvir as divergências, né? O espaço para disputa, né? Que como eu disse, não vamos despolitizar [...] Sim, é política, é o campo para isso, primordial para isso. (ENTREVISTADA 5).

A primeira vez que eu fui em um Congresso do ANDES-SN foi em Belém do Pará em 2019. E foi naquele momento que eu entendi o que era o ANDES-SN. Até aquele momento eu não sabia o que era o ANDES-SN. [...] Então essa questão ela fica muito clara, naquele momento, quando você está no Congresso do ANDES-SN, né? Que o ANDES-SN é muito grande, o ANDES-SN é enorme, o ANDES-SN tem uma força incrível, é absurdamente cansativo participar de um Congresso do ANDES-SN. As coisas não têm hora para acabar, você não consegue almoçar direito, não consegue descansar direito, é sempre corrido, sempre tem embates, tem disputas, mas quando você termina o Congresso, olha para o Plano de Lutas e fala assim, é isso que a gente vai fazer agora esse ano todo mundo, você consegue propor um Plano de Lutas que veio de baixo para cima, ou seja, os sindicalizados do ANDES-SN do Brasil inteiro propuseram ações, propuseram teses que foram consolidadas, que foram debatidas, que foram escolhidas, que foram alteradas e que vão voltar para essa base agora como um Plano para ser cumprido. Isso é de uma riqueza incrível. (ENTREVISTADO 4).

A organização dos Congressos Nacionais tu percebe de cara que eles são muito rígidos, muito rígidos. Mas quando a gente fala de rigidez significa que existe um rigor absoluto pela democracia e para que nenhuma voz seja esquecida. [...] Então, o Congresso é organizado de tal maneira, em grupos e plenárias, para que todos os assuntos sejam discutidos. Não tem assunto que fique de fora. [...] Então ele tem uma estrutura, quem olha de fora muito rígida, mas é exatamente para respeitar o direito de todo mundo se manifestar. (ENTREVISTADO 9).

Para os entrevistados 6 e 8, os Congressos e os Conads são tidos como uma escola de formação dos quadros do sindicato e um espaço de crescimento pessoal e político, respectivamente. O papel dos Congressos e dos Conads na formação de quadros e no

crescimento pessoal e político vai ao encontro de uma renovação dos docentes que participam do Sindicato Nacional, uma vez que foi identificado, na presente pesquisa, que alguns docentes adentraram no trabalho universitário e, em concomitância, passaram a integrar as fileiras do ANDES-SN e a participar de seus eventos nacionais deliberativos por indicação das AG's nas Seções Sindicais.

Ao mesmo tempo, os Congressos e os Conads também são considerados um espaço inóspito para a maioria dos docentes inseridos no ambiente acadêmico, conforme o Entrevistado 6, e um espaço que gera uma certa burocracia sindical ao contar com a presença constante de alguns militantes que sempre estão presentes, de acordo com o Entrevistado 10. O aspecto de ser um espaço inóspito para a maioria dos docentes diz respeito ao fato de que os Congressos e os Conads são construídos com base no disputado debate dos rumos do Sindicato Nacional, algo que é distante do cotidiano dos docentes no seu trabalho. Por fim, o aspecto de ser um espaço que gera uma certa burocracia sindical diz respeito ao fato de que nos Congressos e nos Conads existe a permanência da participação de militantes históricos do movimento sindical docente, algo que, conforme nos conta o Entrevistado 10, dificulta a democracia e a formação de novos quadros para sua participação nos espaços deliberativos do Sindicato Nacional<sup>74</sup>.

É um processo muito rico, acaba aprendendo muita coisa que você nunca ouviu falar, você acaba discutindo ali, é uma escola de formação, portanto muito bom. Por outro lado, diria que é um modelo que só militante raiz consegue segurar aquilo, né? E é isso. Se eu não tivesse feito o movimento estudantil, eu não faria aquilo, de jeito nenhum. Impossível, ficar oito horas discutindo tese, né? E aí tese na disputa. E aí pede inscrição, outra inscrição, questão de encaminhamento, questão de ordem. Bem, quem está acostumado com isso é quem fez muito movimento partidário de esquerda, né? Direita não existe. Ou o movimento estudantil também muito forte. Do contrário, não dá, não aguenta, aquilo ali é muito pesado, é muito duro, né? A gente aprende muito, mas é muito duro. Então, não é um ambiente, diria que aconchegante para a média dos docentes superior, aquilo ali não é um ambiente agradável, não é? Não é. [...] É muito fora do que a academia faz. Então, se por um lado ele é horizontal e é, por outro ele é inóspito. Ele é muito duro. Então, ele não é agregador. (ENTREVISTADO 6).

Então, o crescimento pessoal de poder fazer amizade ou estreitar mais os laços, isso é muito importante. E o próprio crescimento político, nesse sentido que eu te falei de uma Assembleia, um diz uma coisa, outro diz outra, tem um esclarecimento mútuo e no Congresso é uma coisa assim também, né? E tu fica conhecendo mais um grupo político que defende tal posição, outro grupo defende outra posição, né? Então o crescimento tanto pessoal quanto político, né? [...] É muito bom, mas também gera uma burocracia sindical num sentido de que tu vais num Congresso, isso eu me lembro de ter observado, né? Tu vais num Congresso tem o fulano de tal [...] que é um militante do sindicato que está também há 25, 30 anos e que está sempre ali, aquela

---

<sup>74</sup> Entretanto, não se pode desconsiderar a renovação dos quadros que vem ocorrendo no ANDES-SN em conjunto com a interlocução de experiências com os militantes históricos. Estes últimos trazem consigo a história do Sindicato Nacional e suas bandeiras de luta, as compartilhando com os docentes que ingressaram nos últimos 10 anos nas universidades e nos IF's.

peessoa, né? Daí tu fica: ah, de novo! Isso sem pensar a questão do posicionamento político, né? Mas acaba gerando uma certa burocracia sindical e que é alguma coisa que não ajuda muito a questão da democracia e, nesse sentido, da renovação dos quadros. (ENTREVISTADO 10).

A Diretoria Nacional, como órgão executivo, representa o Sindicato Nacional e defende os interesses dos docentes, além de garantir a concretização das deliberações dos Congressos e dos Conads. Ela é constituída por docentes efetivos organizados entre as seguintes atribuições: a) Presidência, em número de 4, incluindo o Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente e Terceiro Vice-Presidente; b) Secretaria, em número de 4, incluindo Secretário-Geral, Primeiro Secretário, Segundo Secretário e Terceiro Secretário; c) Tesouraria, em número de 3, incluindo Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro e Terceiro Tesoureiro; d) 12 Secretarias Regionais<sup>75</sup>, em número de 6 integrantes, incluindo o Primeiro Vice-Presidente Regional e o Segundo Vice-Presidente Regional, os quais assumem também atividades de âmbito nacional, bem como o Primeiro Secretário Regional, o Segundo Secretário Regional, o Primeiro Tesoureiro Regional e o Segundo Tesoureiro Regional, os quais possuem atuação e competência limitada ao âmbito da respectiva regional (ANDES-SN, 2020c).

Assim, a Diretoria Nacional é composta por 83 membros com paridade de gênero<sup>76</sup>, sendo que 35 assumem tarefas nacionais e 48 se dedicam às tarefas das Secretarias Regionais. As Secretarias Regionais realizam a mediação entre a Diretoria Nacional e as Seções Sindicais, além de viabilizar a articulação entre as Seções Sindicais no âmbito regional (ANDES-SN, 2020c). Esta articulação ocorre por meio da realização de Encontros organizados pelas Secretarias Regionais, em conjunto com as Seções Sindicais, com o intuito de ser um momento de debate sobre o desdobramento das deliberações dos Congressos e dos Conads para o cenário de cada uma das regionais. No caso do Encontro da Regional RS do ANDES-SN, este já está em sua 23ª edição no ano de 2022.

---

<sup>75</sup> As Secretarias Regionais foram criadas para realizar as mediações entre as Seções Sindicais e a Diretoria Nacional do ANDES-SN na região de sua jurisdição, como segue: 1) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima; 2) Norte II: Pará, Amapá; 3) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí; 4) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; 5) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia; 6) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins; 7) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 8) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais; 9) Rio de Janeiro; 10) São Paulo; 11) Sul: Paraná e Santa Catarina; e 12) Rio Grande do Sul (ANDES-SN, 2020c).

<sup>76</sup> A discussão entre os delegados do ANDES-SN sobre a paridade de gênero para a Diretoria Nacional ocorreu no 38º Congresso (2019) e foi embasada a partir do TR, proposto pela Diretoria do ANDES-SN do biênio 2018-2020, intitulado “Por uma diretoria paritária no ANDES-SN”. Este foi aprovado, promovendo alterações no Estatuto do ANDES-SN, com a seguinte redação: na composição dos cargos da Presidência, da Secretaria e da Tesouraria, será assegurada a participação de no mínimo 6 mulheres; e, na composição dos cargos de todas as Secretarias Regionais, será garantida a presença de mulheres, totalizando no mínimo 36, garantido a presença de mulheres em no mínimo um cargo de Primeiro e Segundo Vice-Presidente de todas as regionais.

A eleição para a Diretoria Nacional do ANDES-SN é realizada de maneira direta, por meio de voto secreto, universal e presencial dos sindicalizados, no interior das IES. Todos os docentes sindicalizados que estejam em pleno gozo de seus direitos podem participar da eleição para a Diretoria Nacional do ANDES-SN. Ela é realizada no mês de maio dos anos pares e é convocada pelo Presidente em exercício<sup>77</sup> em conformidade com o Regimento Eleitoral aprovado durante a realização do Congresso no ano da eleição. Durante os Congressos, são definidas as normas e os procedimentos para a eleição da Diretoria do ANDES-SN de acordo com o estabelecido pelo Estatuto do Sindicato Nacional. A Entrevistada 5 foi bem clara ao afirmar que o Congresso realizado no ano da eleição passou a ser conhecido como Congresso Eleitoral, pelo fato de mobilizar os docentes para as eleições da Diretoria Nacional do ANDES-SN.

A disputa pelo sindicato, ela é forte e ela realmente toma muito do tempo, do espaço e da energia política das pessoas. Eu acho muito engraçado que tem a expressão Congresso Eleitoral, que é o Congresso do ano que vai ter eleição. E é uma expressão cristalizada no uso. [...] vai estar ali a disputa desde o regimento do regimento eleitoral que vai estar discutido e aprovado em Congresso. Ali já acho que começa a disputa. Mas eu acho que mostra o quanto isso pode mobilizar. (ENTREVISTADA 5).

As eleições para a Diretoria do ANDES-SN ocorrem por meio do registro de chapas com docentes localizados em todos os estados da federação e com paridade de gênero, o que demonstra a necessidade das chapas possuírem capilaridade e amplitude para a constituição dos 83 membros. Seu critério de eleição é formado pelo sistema majoritário de votos, o que significa que a chapa que obtiver a maioria dos votos dos docentes estará à frente do Sindicato Nacional durante os próximos dois anos. Este critério foi objeto de questionamento durante o 43º Conad (2001), o 21º Congresso (2002) e o 44º Conad (2002), em um primeiro momento, e entre o 34º Congresso (2015) ao 37º Congresso (2018), em um segundo momento. No primeiro momento, foi proposta a discussão nas bases sobre a implementação do sistema de proporcionalidade tanto na Diretoria Nacional quanto nas Diretorias das Seções Sindicais como forma de possibilitar a participação mais democrática das diferentes correntes sindicais no interior do movimento sindical docente. No segundo momento foi proposta a proporcionalidade qualificada de chapas como forma de propiciar que as diferentes posições representativas das correntes sindicais

---

<sup>77</sup> A primeira eleição, que aconteceu durante o I CNDU (1981) para a Direção Provisória da ANDES 1981-1982, foi realizada cargo a cargo, passando as eleições subsequentes a serem diretas por definição do 1º Congresso (1982). Desse modo, a ANDES foi uma das primeiras associações a realizar eleições livres e diretas para sua Diretoria Nacional, buscando superar posições que tradicionalmente dominavam o sindicalismo oficial (VERGARA, 2003).

também estejam representadas dentro da Diretoria Nacional do ANDES-SN, na proporção e no peso que elas têm na base da categoria. Entretanto, nestes dois momentos, estas propostas não foram aceitas nos Congressos e nos Conads.

As correntes sindicais que se organizaram no interior do ANDES-SN foram a ANDES-AD<sup>78</sup> e a ANDES-SIND<sup>79</sup>. No início dos anos 2000, com a chegada do PT à Presidência da República, ocorreram reconfigurações nas forças políticas da esquerda nacional e, ao mesmo tempo, houve o surgimento do PROIFES-Fórum em 2004. A corrente sindical ANDES-SIND foi responsável pela articulação para a criação do PROIFES-Fórum, o qual se transformou em PROIFES-Federação em 2012. A corrente sindical ANDES-AD, por conter concepções e práticas distintas em seu interior, dissolveu-se no 31º Congresso (2012). Mais recentemente, surgiram coletivos docentes organizados no interior do ANDES-SN, sendo eles: o Coletivo ANDES em Luta (CAEL) em 2013; o Coletivo Docente ANDES de Luta e pela Base (ALB) em 2013; o Coletivo Graúna em 2015; o Renova ANDES em 2016; e o Coletivo Rosa Luxemburgo no ANDES-SN em 2019.

O Entrevistado 4 relatou a existência destes coletivos docentes organizados no interior do ANDES-SN, ressaltando que as disputas eleitorais para a Diretoria Nacional do ANDES-SN têm ocorrido entre o coletivo ALB e o coletivo Renova ANDES, com vitória do primeiro sobre o segundo, como segue:

Tem o ANDES de Luta e pela Base que nas últimas diretorias tem conseguido manter a sua posição, né? Então, as últimas diretorias têm sido compostas de membros do ANDES de Luta e pela Base. Essa corrente é multipartidária e também de independentes, né, de pessoas ligadas a diversos partidos políticos como o PSOL, o PCB e alguns PT, mas minoria. Enfim, diversos partidos de esquerda. Tem o Renova ANDES, o Fórum Renova ANDES que é um fórum conduzido por pessoas do PT e do PCdoB, mas é majoritariamente pelo PT, tá? Que tem uma proposta em tese de renovar o ANDES-SN. Eles são a principal oposição do ANDES de Luta pela Base. Tem a Rosa Luxemburgo que é uma corrente que saiu do ANDES de Luta pela Base, ela tem um grupo de professores que estiveram inclusive já em diretorias do ANDES-SN e eram do ANDES de Luta pela Base, discordando de algumas... de alguns caminhos que o ANDES de Luta pela Base tomou. Eles se retiraram desse coletivo e fundaram um coletivo próprio, talvez em 2019. É recente. Tem o Graúna que é vinculado ao PSTU e o Graúna teve uma dissidência agora, um grupo, no final do ano

---

<sup>78</sup> A ANDES-AD formalizou-se enquanto corrente sindical no ano de 1986, muito embora sempre esteve inserida nas disputas do movimento sindical docente: em 1981, na composição da primeira Diretoria Provisória da ANDES; em 1986, quando de sua formalização durante o 5º Congresso (1986); entre 1986 a 1998, esteve à frente da Diretoria Nacional da ANDES e do ANDES-SN, sendo eleita seis vezes consecutivamente; e, por fim, entre 2000 a 2008, esteve à frente da Diretoria Nacional do ANDES-SN, sendo eleita quatro vezes consecutivamente.

<sup>79</sup> A ANDES-SIND, com sua formalização tardiamente no interior do sindical docente em comparação a ANDES-AD, sempre esteve inserida na trajetória da entidade nacional: em 1981, na composição da primeira Diretoria Provisória da ANDES; em 1986, durante a primeira disputa eleitoral para a Diretoria da ANDES em que se apresentou como Andes Hoje; em 1994, na formação do Fórum Andes Plural; em 1998, quando venceu pela primeira e única vez a disputa eleitoral para a diretoria do ANDES-SN; e em 2001, quando ocorreu sua formalização enquanto ANDES-SIND durante o 20º Congresso (2001).

passado [2021], um grupo de colegas fez uma carta se retirando do Graúna. Então não sei como ficou a composição do Graúna agora. E tem um outro que é bem pequeno também [...] Isso, é o CAEL, que também tem vínculos com partidos de esquerda também, mas é o CAEL. Mas eu não tenho certeza qual a composição do CAEL hoje, tá? Ele é bem pequeno. [...] Eu vejo as eleições do ANDES-SN claramente com dois grupos que disputam, né? Que é o Renova ANDES e o ANDES de Luta e pela Base. Esses são os grupos mais antagônicos, tradicionalmente são esses grupos que tem disputado entre si nos últimos anos com vitória do ANDES de Luta e pela Base, mas não sei como isso fica para as próximas eleições. (ENTREVISTADO 4).

Após a criação do PROIFES-Fórum não houve disputas eleitorais para a Diretoria Nacional do ANDES-SN durante seis biênios consecutivos (entre o Biênio 2006-2008 até o Biênio 2016-2018). Nos Biênios 2018-2020 e 2020-2021 as disputas eleitorais têm acontecido, principalmente, entre os coletivos ALB<sup>80</sup> e Renova ANDES<sup>81</sup>. Desta disputa, conforme o Entrevistado 4, o coletivo ALB tem conseguido manter sua posição na Diretoria Nacional do ANDES-SN, enquanto o Renova ANDES tem sido o principal coletivo de oposição ao ALB.

Além destas instâncias deliberativas do ANDES-SN, como as Seções Sindicais, os Congressos e os Conads e a Diretoria Nacional, as instâncias não deliberativas do Sindicato Nacional são os GT's e os Setores. Os GT's são espaços de formulação, produção de estudos e formação política sindical sobre assuntos que dizem respeito às suas temáticas, assim como são objeto de discussão e deliberação nos Congressos e nos Conads. Eles estão previstos desde o primeiro Estatuto da ANDES (1981), se constituindo a critério da Diretoria Nacional e por deliberação nos Congressos<sup>82</sup> e nos Conads; entretanto, na prática, essas iniciativas têm surgido como proposição das Seções Sindicais ou da Diretoria Nacional, sendo a sua constituição referendada nos Conads e nos Congressos (NAVARRO, 2001).

O funcionamento dos GT's é baseado na coordenação das atividades pelos Diretores Nacionais articulado com sua existência nas Seções Sindicais. Em nível nacional, existem 11 GT's<sup>83</sup>, que são organizados a partir de uma coordenação de Diretores Nacionais, a qual se

---

<sup>80</sup> O Coletivo ALB é constituído por docentes filiados no PSOL, no PCB e no PT (ainda que minoria), além de englobar pessoas independentes (ENTREVISTADO 4).

<sup>81</sup> O Renova ANDES é composto por docentes majoritariamente filiados ao PT (uma de suas correntes é O Trabalho), além de englobar docentes filiados ao PCdoB (ENTREVISTADO 4).

<sup>82</sup> Por deliberação do 10º Congresso (1991), a constituição dos GT's também pode ocorrer durante os Congressos do ANDES-SN.

<sup>83</sup> O Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE); o Grupo de Trabalho de Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria (GTSSA); o Grupo de Trabalho de Verbas (GTVerbas); o Grupo de Trabalho de Carreira (GTCarreira); o Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTCeT); o Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA); o Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS); o Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente (GTHMD); o Grupo de Trabalho de Fundações (GTFundações); o Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA); e o Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) (ANDES-SN, 2020c).

reúne periodicamente com o pleno, ou seja, os representantes dos GT's das Seções Sindicais<sup>84</sup>. Cada um destes GT's difere em periodicidade das reuniões, número de encontros realizados, materiais produzidos, número de Seções Sindicais participantes, etc. Já em nível local, cada GT se organiza e funciona sob responsabilidade e autonomia das Seções Sindicais.

A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS não possui GT's locais consolidados em função da baixa quantidade de sindicalizados (Entrevistado 6) e de seu processo de reorganização em 2009 (Entrevistada 5). Além do mais, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS também tinha dificuldades de participar das reuniões dos GT's em nível nacional em razão de questões financeiras (Entrevistado 4). Durante a pandemia do Covid-19, como as reuniões se tornaram on-line, a Seção Sindical organizou a atuação de alguns docentes nos GT's em nível local e nacional, como no GTPE, GTPCEGDS, GTPAUA e GTCarreira, embora estes GT's não estejam consolidados, conforme explicou o Entrevistado 4.

Com a pandemia os GT's se tornaram online e a gente conseguiu ter colegas que estão atuando nos GT's. A gente tem pelo menos cinco GT's, quatro GT's com certeza que tem colegas que estão atuando, né? O de Política Educacional, de Diversidade, de Questões Ambientais e de Carreira. Falta um eu acho. Acho que são quatro ou cinco GT's que a gente está atuando. Mas a gente não tem GT's consolidados na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, tá? Por que o que acontece? Geralmente os GT's acontecem nacionalmente, mas as Seções Sindicais também tem seus rebatimentos locais dos GT's nacionais. E a gente não consegue ter isso aqui, a gente não conseguiu se organizar ainda para isso. (ENTREVISTADO 4).

Nas Seções Sindicais maiores eu acho que tem algum outro trabalho, por exemplo, a ideia de GT's que o ANDES-SN tem é bastante interessante que na UFRGS nunca funcionou, em grande medida por conta da escala. É muito pouca gente. [...] você conseguir um grupo de trabalho com cinco, seis é muito difícil, de forma contínua. Eu falo isso porque eu sei que Santa Maria consegue, eu sei que Pelotas consegue. E é isso, são entidades sindicais maiores e mais antigas e, aí, portanto, alguns GT's que dão vida e dinâmica interna para o movimento e para a própria Seção Sindical são mais fortes e gera uma outra forma de horizontalidade que é essa discussão temática sendo discutida e encaminhada com base na discussão de um grupo de trabalho. Então, acho isso interessante. (ENTREVISTADO 6).

Essa horizontalidade mencionada pelo Entrevistado 6 decorre do fato de que os docentes estudam e formulam propostas sobre os temas nos GT's em nível local e, a partir destes acúmulos das bases, seus representantes contribuem com as formulações de propostas de políticas nos GT's em nível nacional. Sua produção e formulação são debatidas e deliberadas durante os Conads e os Congressos, auxiliam a Diretoria Nacional do ANDES-SN e disponibilizam, ao conjunto dos sindicalizados, o acesso ao material elaborado coletivamente

---

<sup>84</sup> As inscrições dos representantes dos GT's das Seções Sindicais nos GT's Nacionais ocorrem durante os Congressos do ANDES-SN.

no âmbito dos GT's. Alguns dos materiais produzidos pelos GT's são as cartilhas e os Cadernos ANDES<sup>85</sup>.

Além da existência dos GT's em nível local e nacional, o ANDES-SN também é constituído por Setores. Eles foram criados a partir das especificidades das IES que compõem o ANDES-SN formando-se assim: o Setor de Instituições Estaduais de Ensino Superior, Instituições Municipais de Ensino Superior (Setor das IEES/IMES) e o Setor de Instituições Federais de Ensino Superior (Setor das IFES)<sup>86</sup>. As reuniões dos Setores têm como finalidade analisar a conjuntura, organizar eventos, discutir indicativos de greves, realizar campanhas e ações unificadas (ANDES-SN, 2020c). De acordo com a Entrevistada 5, estas reuniões são antecedidas por reuniões de GT's e seminários temáticos com a função de formação dos docentes e qualificação dos debates que irão ocorrer durante as deliberações e votações destas reuniões. Ademais, elas têm como função possibilitar um espaço para os informes das Seções Sindicais e da Diretoria Nacional, em um movimento de encontro entre as especificidades de cada Seção Sindical e a unidade de um Sindicato Nacional, segundo o relato da Entrevistada 5.

A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS compõe o Setor das IFES. Para a reunião do setor, são enviados docentes que compõem a Diretoria da Seção Sindical e, às vezes, docentes que compõem sua base, conforme a Entrevistada 5. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS sempre contou com o apoio financeiro das demais Seções Sindicais do Rio Grande do Sul para estar presente nas reuniões do Setor das IFES, conforme o relato do Entrevistado 4, fato que demonstra a dificuldade de participação da Seção Sindical nos espaços nacionais em função de sua condição financeira. Diante destas dificuldades e de que a maioria das Seções Sindicais no ANDES-SN são pequenas, durante o 38º Congresso (2019), foi aprovada a

---

<sup>85</sup> O GTPE produziu, recentemente, a Cartilha *Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta* (vol. 1, 2016; vol. 2, 2019; vol. 3, 2020; vol. 4, 2020); a Cartilha *As políticas de desmonte da educação pública* (2017); a Cartilha *A Contrarreforma do Ensino Médio: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei nº 13.415/2017* (2017); o Cadernos ANDES 28 intitulado *Neoliberalismo e política de C&T no Brasil: um balanço crítico* (2018); e a Cartilha *Um pouco de história, pois o futuro não se constrói só com o presente* (2018). O GTSSA produziu a Cartilha *Regime de Previdência Complementar Funpresp* (2ª ed., 2013); a Cartilha *Orientação para a realização de pesquisa sobre saúde docente* (outubro de 2016); e a Cartilha *Financeirização nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) nos estados: Tendências enunciadas na estruturação do sistema e legislação* (vol. 1, 2020). O GTCeT produziu a Cartilha *Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil* (2017). O GTPFS produziu a Cartilha *Abaixo a intervenção do governo e da CUT: em defesa do ANDES-SN* (2008); e a Cartilha *Conhecendo o ANDES-SN: quem sabe mais, luta melhor!* (2020). E, por fim, o GTPCEGDS produziu a Cartilha *Em defesa dos direitos das mulheres, dos indígenas, das/os negras/os e das/os LGBT* (2016); a Cartilha *Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, dos/as indígenas, dos/as negras/os, dos/das LGBT* (2017); e a Cartilha *Combate ao Racismo* (2019). Vale ressaltar a atuação conjunta do GTPE, GTCeT e GTVerbas na produção da Cartilha *Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública* (2018).

<sup>86</sup> O Setor das IPES foi desativado, uma vez que o ANDES-SN foi impedido de representar legalmente os docentes da educação superior privada por decisão judicial em 2009.

resolução de financiamento da participação de duas Seções Sindicais que tenham até 200 sindicalizados<sup>87</sup> nas reuniões dos setores das IFES e das IEES/IMES com recursos do Fundo Único – montante de mobilização – do ANDES-SN.

Por fim, ao tratar da estrutura organizativa da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS foi possível compreender que esta entidade representativa, por ser uma Seção Sindical organizada no ANDES-SN, se insere em um modelo organizativo nacional. Esse modelo rompe com a estrutura sindical vigente na realidade brasileira<sup>88</sup>, uma vez que possui como pressuposto a organização pela base a partir do local de trabalho. Assim, são constituídas Seções Sindicais nos locais de trabalho dos docentes, ou seja, nas IES Federais, Municipais e Estaduais, incluindo aquelas pertencentes às IF's. As Seções Sindicais possuem como instância deliberativa máxima as AG's e são organizadas pela Diretoria e pelo Conselho de Representantes. Nas AG's são eleitos os docentes das Seções Sindicais que irão participar dos Congressos – local em que ocorre a deliberação sobre os posicionamentos políticos, as diretrizes de trabalho e o plano de lutas do sindicato e dos setores – e dos Conads – local onde ocorre as deliberações sobre a avaliação da atuação, a avaliação e a atualização do plano de lutas do sindicato e dos setores, bem como a avaliação das questões organizativas e financeiras do Sindicato Nacional. Estas deliberações retornam às Seções Sindicais como diretrizes a serem executados durante o período e são executadas pela Diretoria Nacional do ANDES-SN. Ainda, este modelo organizativo nacional é composto pelos GT's que existem nas Seções Sindicais articulados com os GT's Nacionais e pelos Setores composto pelas Seções Sindicais a partir das especificidades das IES Federais e Municipais/Estaduais. As práticas de organização da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS serão analisadas na Seção 5.1.3, intitulada As Práticas de Organização.

### 5.1.2 Estrutura Organizativa da ADUFRGS-Sindical

O PROIFES-Federação é uma Federação Nacional que aglutina sindicatos de docentes do Ensino Superior Público Federal e docentes do EBTT. O PROIFES-Federação, após seus 17 anos de existência, conta com doze sindicatos federados (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2022). Dentre eles, a ADAFA-Sindicato, de base municipal; a ADUFSCar-Sindicato, a ADURN-

---

<sup>87</sup> As prioridades de participação destas duas Seções Sindicais serão definidas com base: a) nas Seções Sindicais com menor número de participações nos últimos doze meses; b) nas Seções Sindicais com menor número de docentes sindicalizados; c) na ordem de chegada das indicações das Seções Sindicais; e d) no critério eliminatório adimplência com a Tesouraria Nacional (ANDES-SN, 2019a).

<sup>88</sup> A estrutura sindical vigente na realidade brasileira foi estabelecida pela CLT de 1943, em que o sindicato é municipal, a federação é estadual e a confederação é nacional.

Sindicato, a ADUFRGS-Sindical, de base intermunicipal; a ADUFG-Sindicato, a APUB-Sindicato, o Sindiedutec-PR, o Sindproifes-PA, o SINDUFMA, o SINDIFSE, a APUFSC Sindical, de base estadual; e o Sind-PROIFES, de base nacional. Assim, congrega sindicatos autônomos de base municipal, intermunicipal, estadual e nacional que se filiam ao PROIFES-Federação.

A ADUFRGS-Sindical é um dos sindicatos federados ao PROIFES-Federação. Sua estrutura organizativa é composta das seguintes instâncias de decisão: as AG's (órgão supremo de deliberação), a Diretoria (órgão de deliberação, gestão e representação), o Conselho de Representantes (órgão de representação) e o Conselho Fiscal (órgão fiscalizador e de controle). Ainda, sem ser instância de decisão, existem os GT's que cumprem a função de assessoria da Diretoria da ADUFRGS-Sindical.

A ADUFRGS-Sindical tem por finalidade representar e defender os direitos e os interesses de seus associados, da categoria profissional e seus pensionistas; discutir os problemas gerais da vida acadêmica e da comunidade, além de posicionar-se em relação a eles; estabelecer relações com associações da mesma natureza; defender a livre circulação e o debate das ideias e a autonomia universitária; zelar pelo livre exercício profissional; defender a participação dos docentes nos processos decisórios das IFES; promover atividades culturais e sociais entre os docentes; tratar de problemas sobre ensino, pesquisa e extensão; reivindicar boas condições de trabalho e remuneração; e promover, dentre suas possibilidades, ampla assistência aos associados (ADUFRGS-SINDICAL, 2016).

Como a ADUFRGS-Sindical visa representar seus sindicalizados do ensino superior no Rio Grande do Sul, os docentes que podem se associar neste sindicato são aqueles que trabalham na UFRGS, na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL). Entre estes docentes, existem os ativos – que são aqueles que trabalham nas universidades e nos institutos federais – e os aposentados – que são aqueles que se aposentaram trabalhando nas universidades e nos institutos federais. O Entrevistado 12 explicou a quantidade de docentes filiados na ADUFRGS-Sindical e sua distribuição nas universidades e nos institutos federais, como segue:

Hoje a ADUFRGS-Sindical tem... um número exato assim, eu não vou saber te dizer agora, mas é na casa de 3.680. [...] Desses filiados nós temos algo como, nessa ordem, tá, 180 filiados no Instituto Federal, 300 e poucos filiados na UFCSPA e o restante aí, os 3.000, mais ou menos, na UFRGS. Nós temos uma separação assim de mais ou menos 2.100 filiados ativos, 1.500 filiados aposentados, mais ou menos isso. [...] A ADUFRGS-Sindical que, ao que eu saiba, isto tu podes verificar, mas ao que eu saiba

é o maior sindicato de professores federais do Brasil. [...] E, portanto, nós somos o maior sindicato da federação, que é o PROIFES-Federação, porque somos o maior do Brasil, tem que ser o maior do PROIFES-Federação também, né? Obviamente. (ENTREVISTADO 12).

Os associados da ADUFRGS-Sindical são divididos em três categorias, os sócios fundadores, os efetivos e os colaboradores. Os sócios fundadores são aqueles que assinaram a ata de constituição da ADUFRGS-Sindical em 1979, os sócios efetivos são todos os demais docentes ativos ou aposentados que integram a base de representação da entidade e os sócios colaboradores são aqueles docentes substitutos e pensionistas de docentes da base de representação da entidade. O Entrevistado 12 relatou a existência destas três categorias de associados:

A ADUFRGS começou com 111 filiados. São os sócios fundadores. Se tu for olhar o estatuto das ADUFRGS-Sindical ela divide os sócios em três tipos. Sócio fundador, sócio efetivo, sócio colaborador. Eu sou efetivo, que eu não sou fundador, até porque em 1978 eu tinha nove anos, então eu não podia ser filiado a ADUFRGS-Sindical. (ENTREVISTADO 12).

Os associados da ADUFRGS-Sindical possuem direito a assessoria jurídica e contábil, além de uma série de convênios. Por exemplo, a assessoria jurídica em parceria com o Escritório Bordas oferece auxílio e orientações sobre Direito Administrativo e Direito Previdenciário aos associados da ADUFRGS-Sindical. A assessoria jurídica civil em parceria com o Escritório Chuy Advocacia disponibiliza esclarecimento sobre temas referentes à vida funcional dos associados da ADUFRGS-Sindical. Também, a assessoria contábil em parceria com a empresa Contafr Contabilidade e Assessoria oferece auxílio e orientação em relação a elaboração do Imposto de Renda dos associados da ADUFRGS-Sindical. E, por fim, os convênios garantem uma série de benefícios aos seus associados em serviços de saúde, em farmácias, em comércio solidário e saudável, em educação, em lazer, em serviços, em comércio, em gastronomia e em hotelaria<sup>89</sup>. Conforme o Entrevistado 1 e o Entrevistado 11, dentre a assistência prestada pela ADUFRGS-Sindical, destaca-se a assessoria jurídica.

---

<sup>89</sup> O convênio com serviços de saúde oferece descontos em operadores de planos de saúde, em planos odontológicos, em consultórios médicos e em centros de diagnóstico odontológico. O convênio com farmácias oferece descontos em redes de farmácias e em farmácias de manipulação. O convênio com comércios solidários e saudáveis oferece descontos em empreendimentos que comercializam alimentos de origem vegetal, natural, orgânica e agroecológica, em feiras de economia solidária, em cooperativas, em lojas de produtos artesanais, entre outras. O convênio na área de educação oferece desconto em escolas particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O convênio em lazer oferece descontos em associações recreativas, em clubes, em cinemas e em profissionais da área de dança. O convênio em serviços oferece descontos em transportes, em estacionamentos, em serviços estéticos, em terapias alternativas. O convênio em comércio oferece descontos em concessionárias, em livrarias e em ópticas. O convênio em gastronomia oferece descontos em empresas de bebidas,

Eles passam uma boa segurança de um setor jurídico bom deles, entendeu? Então isso para os professores é uma coisa importante. [...] De eu usar o jurídico da ADUFRGS-Sindical, eu nunca usei, entendeu? Eu nunca usei diretamente, né, mas a gente tem reflexos de ações que eles acionaram e que tem reflexos, por exemplo, na nossa progressão de carreira, tem uma decisão judicial que está em vigor que foi algum processo que foi feito por alguém, né? Então vem a decisão junto, então tu percebes que tem rastros, né, de uma movimentação também que ela não é só, não é direta minha, mas ela é de um coletivo, né? Ou seja, afeta um coletivo, entendeu? (ENTREVISTADO 1).

A ADUFRGS-Sindical, desse ponto de vista, justamente da defesa jurídica cumpre o seu papel, não tem problema. (ENTREVISTADO 11).

A Diretoria da ADUFRGS-Sindical, em interlocução com o Conselho de Representantes, desempenha o papel de organização da entidade sindical. A Diretoria, como órgão de deliberação, gestão e representação, atua na definição da política geral do sindicato; traça planos, faz propostas e avalia as atividades desenvolvidas pelo sindicato; trabalha para a ampliação do quadro social do sindicato; cumpre e faz cumprir o Estatuto do sindicato, assim como as decisões das AG's; convoca a AG de modo ordinário e de modo extraordinário; organiza os serviços do sindicato; elabora o projeto de orçamento anual, assim como seu relatório anual; decide sobre a admissão de associados; encaminha ao Conselho de Representantes processo de penalização do associado que descumprir o Estatuto do sindicato; delibera sobre aquisição e alienação de bens móveis e utensílios do sindicato; e contrata auditoria contábil para cada exercício fiscal (ADUFRGS-SINDICAL, 2016). O Conselho de Representantes, composto pelo Presidente da ADUFRGS-Sindical, pelos representantes dos docentes aposentados e pelos representantes dos docentes ativos nos órgãos representados<sup>90</sup>, possui como competência propor e avaliar as atividades desenvolvidas pela ADUFRGS-Sindical; convocar AG Extraordinária; fiscalizar o cumprimento do Estatuto do sindicato; avaliar propostas de penalização dos associados; e eleger os membros do Conselho Fiscal (ADUFRGS-SINDICAL, 2016).

A eleição para a Diretoria da ADUFRGS-Sindical ocorre em conformidade com seu Edital de Convocação, por meio de registro de chapas, com a nominata completa e seus respectivos cargos, além do programa das chapas inscritas. A eleição para o Conselho de Representantes é realizada por meio da escolha de 5 representantes dos associados aposentados

---

de produtos naturais e pizzarias. E, por fim, o convênio em hotelaria oferece descontos em hotéis localizados em cidades turísticas.

<sup>90</sup> Os órgãos representados são definidos nas unidades, como no caso da UFRGS que é estruturada por unidades e a UFCSPA que é estruturada por departamentos; e nos campi, como no caso do IFRS e IFSUL estruturados por campi.

e 1 representante para cada 50 associados em cada órgão representado, podendo cada um dos eleitos possuir um suplente. A primeira é realizada por votação direta em processo eletrônico, enquanto a segunda é realizada nos órgãos representados da maneira que os associados entendam ser mais adequada a realidade de cada local (por urna, em reunião, em acordo ou por e-mail).

Entretanto, a organização do Conselho de Representantes da ADUFRGS-Sindical possui baixa adesão em seus órgãos representados. Nas eleições referentes ao Triênio 2022-2025, das 29 unidades da UFRGS, apenas 11 unidades<sup>91</sup> possuem Conselho de Representantes eleitos; dos 16 departamentos da UFCSPA, apenas 6 departamentos<sup>92</sup> possuem Conselho de Representantes eleitos; e, por fim, foram eleitos Conselho de Representantes em 3 campi<sup>93</sup> do IFRS. Ademais, no Triênio 2022-2025 houve diminuição na quantidade de órgãos representados que realizaram eleições para o Conselho de Representantes em comparação ao Triênio 2019-2022, haja vista que 19 unidades<sup>94</sup> da UFRGS, 5 campi<sup>95</sup> do IFRS e 1 campi<sup>96</sup> do IFSUL elegeram Conselho de Representantes. Na UFCSPA houve eleição em 6 departamentos<sup>97</sup> no Triênio 2019-2022, ou seja, a mesma quantidade de departamento elegeu seu Conselho de Representantes quando comparado com o Triênio de 2022-2025.

A organização do Conselho de Representantes possui baixa adesão em seus órgãos representados, demonstrando que uma grande parcela dos docentes nas unidades da UFRGS, UFCSPA, IFRS e IFSUL não se envolvem na ADUFRGS-Sindical. Ao mesmo tempo, a

---

<sup>91</sup> As unidades que elegeram membros para o Conselho de Representantes na UFRGS foram: a Faculdade de Arquitetura; a Faculdade de Ciências Econômicas; o Instituto de Física; a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; o Instituto de Química; a Escola de Enfermagem; a Escola de Engenharia; a Faculdade de Educação; a Faculdade de Odontologia; o Instituto de Matemática e Estatística; e a Faculdade de Medicina.

<sup>92</sup> Os departamentos que elegeram membros para o Conselho de Representantes na UFCSPA foram: o Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicada; o Departamento de Educação e Humanidades; o Departamento de Farmacociências; o Departamento de Enfermagem; o Departamento de Fisioterapia; o Departamento de Fonoaudiologia;

<sup>93</sup> Os campi que elegeram membros para o Conselho de Representantes no IFRS foram Porto Alegre, Restinga e Feliz.

<sup>94</sup> As unidades que elegeram membros para o Conselho de Representantes na UFRGS foram: o Campus Litoral Norte; a Escola de Administração; a Escola de Enfermagem; a Escola de Engenharia; a Faculdade de Agronomia; a Faculdade de Arquitetura; a Faculdade de Ciências Econômicas; a Faculdade de Educação; a Faculdade de Medicina; a Faculdade de Odontologia; o Instituto de Biociências; o Instituto de Ciências Básicas da Saúde; o Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos; o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; o Instituto de Física; o Instituto de Geociências; o Instituto de Letras; o Instituto de Matemática; e o Instituto de Química.

<sup>95</sup> Os campi que elegeram membros para o Conselho de Representantes no IFRS foram Porto Alegre, Restinga, Alvorada, Caxias do Sul e Rolante.

<sup>96</sup> O campi que elegeu membro para o Conselho de Representantes no IFSUL foi Sapucaia do Sul.

<sup>97</sup> Os departamentos que elegeram membros para o Conselho de Representantes na UFCSPA foram: o Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicada; o Departamento de Educação e Humanidades; o Departamento de Enfermagem; o Departamento de Fisioterapia; o Departamento de Fonoaudiologia; e o Departamento de Psicologia.

realização de AG's para discutir e deliberar sobre as reivindicações dos docentes ocorre com pouca frequência e, na maioria das vezes, a consulta eletrônica é utilizada como recurso para a tomada de decisão, deixando de lado, por sua vez, o debate sobre os acordos e as discordâncias das reivindicações docentes. Como a realização das AG's ocorre com pouca frequência, a Entrevistada 5, dirigente sindical da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, menciona que a atuação da ADUFRGS-Sindical é pautada pelo dirigismo.

A ADUFRGS-Sindical tem mais dirigismo, né? Se pauta por essa visão de... a própria estrutura da federação, né, somos independentes, mas temos reuniões de cúpula. (ENTREVISTADA 5).

As AG's, órgão supremo de deliberação da ADUFRGS-Sindical, são convocadas por meio de edital, com indicação de local<sup>98</sup>, data e hora de sua instalação, com divulgação dos pontos de pauta a serem discutidos e com, no mínimo, 5 dias de antecedência. Entre os pontos de pautas, a depender da conjuntura, os docentes discutem e deliberam sobre temas referentes a carreira docente, as campanhas salariais, as condições de trabalho, os assuntos jurídicos por intermédio da assessoria jurídica, as ações coletivas encaminhadas pelo sindicato, o andamento do diálogo e das negociações com o governo federal, a realização de mobilizações, paralisações e greves da categoria docente, as adesões a paralizações e as greves chamadas pelos demais trabalhadores, os relatos sobre o Encontro Nacional do PROIFES-Federação, entre outros. Ainda, podem ser convocadas AG's para destituir os administradores da ADUFRGS-Sindical, para alterar seu Estatuto e para dissolver a entidade sindical.

Ademais, as AG's podem ser convocadas de modo Ordinário e Extraordinário. As AG's Ordinárias ocorrem uma vez por ano, por convocação do Presidente da ADUFRGS-Sindical, a fim de deliberar sobre a prestação de contas da Diretoria, sobre a previsão orçamentária e sobre a posse da Diretoria e do Conselho de Representantes. As AG's Extraordinárias podem ser convocadas pela Diretoria, pelo Conselho de Representantes – em comum acordo com a Diretoria – e por no mínimo um quinto dos associados, desde que contenham a indicação dos pontos de pauta a serem tratados.

Em alguns pontos de pauta – acerca do posicionamento da entidade nos conselhos superiores da UFRGS, sobre a realização e a adesão da entidade em torno de mobilizações, paralisações e greves, entre outros – ocorre a deliberação por parte dos presentes pela instalação

---

<sup>98</sup> Durante a pandemia de Covid-19, as AG's foram convocadas de modo online. A partir da vacinação dos docentes e o retorno gradual das atividades presenciais na UFRGS, na UFCSPA, no IFRS e no IFSUL, a ADUFRGS-Sindical passou a convocar AG's de modo presencial e online simultaneamente.

de consulta eletrônica para decidir sobre os encaminhamentos da ADUFRGS-Sindical. Quando aprovada a utilização deste recurso, os docentes deliberam sobre seus critérios<sup>99</sup> e os termos do questionamento aos demais docentes, com indicação de início e término da votação. Ademais, a AG que utiliza o recurso das consultas eletrônicas só tem seu encerramento a partir da proclamação dos resultados, os quais são divulgados por meio de vídeos ou de notícias no site e nas redes sociais da ADUFRGS-Sindical. A Figura 3 contém duas consultas eletrônicas realizadas a partir da deliberação de AG's Extraordinárias.



Figura 3 – Consultas Eletrônicas realizadas pela ADUFRGS-Sindical em 2018 e 2019. Fonte: Portal Adverso (2018; 2019a).

Os GT's, como instância de assessoria da Diretoria da ADUFRGS-Sindical, têm como função assessorar e elaborar documentos de apoio e orientação ao sindicato e à comunidade acadêmica, além de auxiliar a Diretoria do sindicato na organização de eventos relacionados as suas temáticas. Desde 2020, existem 3 GT's constituídos na ADUFRGS-Sindical, os quais atuam em consonância com os GT's do PROIFES-Federação<sup>100</sup>. A ADUFRGS-Sindical retomou as atividades do GT Educação e constituiu o GT em Saúde, ambos em 2020, além de lançar o GT Direitos Humanos em 2021 (JORNAL ADVERSO, 2022).

O GT de Educação, em 2020, realizou estudos e análises das políticas públicas em educação que estavam em pauta na Câmara de Deputados e no Senado<sup>101</sup>; em 2021, atuou no

<sup>99</sup> Um dos critérios já utilizados pela ADUFRGS-Sindical para a validação da consulta eletrônica é a participação de, pelo menos, 20% dos sindicalizados votantes.

<sup>100</sup> Os GT's em funcionamento no PROIFES-Federação serão abordados ainda neste capítulo.

<sup>101</sup> Entre as políticas públicas em educação analisadas podem ser citadas o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as Diretrizes curriculares para reformulação dos cursos de Pedagogia nas Universidades e nos IF's, o PL sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE), além de investigações sobre o impacto da pandemia de COVID-19 na evasão de estudantes dos cursos de licenciatura (JORNAL ADVERSO, 2022).

Centenário do Educador Paulo Freire (1921-2021)<sup>102</sup>; e, em 2022, está organizando o livro sobre o ano do *Centenário de Paulo Freire na ADUFRGS-Sindical* (JORNAL ADVERSO, 2022). O GT Direitos Humanos iniciou ações que envolvem o acompanhamento, o estudo e o mapeamento sobre as ações afirmativas nas Universidades e nos IF's, além de produzir informações e conteúdos sobre a revisão da Lei de Cotas nº 12.711/2012 que tramita no Congresso Nacional (JORNAL ADVERSO, 2022). O GT Saúde tem participado das discussões sobre a pandemia de COVID-19 e suas repercussões no ensino superior, além de elaborar documentos para apoiar a Diretoria da ADUFRGS-Sindical e de participar das reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre afim de representar a Diretoria do sindicato (JORNAL ADVERSO, 2022).

Por fim, o Conselho Fiscal, como órgão fiscalizador e de controle, tem como atribuição elaborar parecer sobre o relatório financeiro anual da Diretoria da ADUFRGS-Sindical que é apresentado em AG Ordinária para a base dos docentes. Ele é composto de 3 membros titulares e 3 membros suplentes escolhidos na primeira reunião do Conselho de Representantes. Não há incompatibilidade entre ser membro do Conselho Fiscal e ser eleito em um órgão de representação do Conselho de Representantes. Na prática, o Conselho Fiscal eleito para o Triênio 2022-2025 é composto por representantes de unidades das UFRGS, de departamentos da UFCSPA, de campis do IFRS e dos aposentados, todos eleitos para o Conselho de Representantes neste Triênio.

Mencionada a estrutura organizativa da ADUFRGS-Sindical, como esta entidade é um dos sindicatos federados do PROIFES-Federação, será exposto, a seguir, a estrutura organizativa deste último. Assim, a estrutura organizativa do PROIFES-Federação compreende o Conselho Deliberativo (instância decisória máxima), a Diretoria Executiva (instância decisória e executiva), o Encontro Nacional (instância de caráter deliberativo) e o Conselho Fiscal (instância fiscalizadora e de controle). Ainda, como instância de assessoria da Diretoria Executiva, são criados GT's pelos membros da Diretoria.

O Conselho Deliberativo, como instância decisória máxima do PROIFES-Federação, têm por competência cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o regimento e as normas da Federação Nacional; determinar as ações a serem implementadas pela Diretoria Executiva e rever as decisões tomadas pela mesma, uma vez que é a instância decisória superior a Diretoria

---

<sup>102</sup> Entre as iniciativas, podem ser citadas uma série de Webinários Comemorativos mensais em torno da obra e do pensamento de Paulo Freire entre junho e setembro de 2021, transmitidos por um novo canal criado pela ADUFRGS-Sindical para reunir e guardar o registro da atuação do sindicato em torno desta data. Também foi aberto um espaço-memória no site do sindicato intitulado Centenário Paulo Freire afim de manter o registro, a obra e o pensamento de Paulo Freire (JORNAL ADVERSO, 2022).

Executiva; eleger e dar posse a Diretoria Executiva e dar posse ao Conselho Fiscal; analisar e aprovar a proposta de Orçamento Anual e Execução Financeira da Federação Nacional; apreciar as diretrizes propostas pelo Encontro Nacional; destituir membros da Diretoria Executiva; e alterar o Estatuto da Federação Nacional (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2018).

A Diretoria Executiva, como instância decisória e executiva, representa a Federação Nacional e defende os interesses dos seus sindicatos federados, além de cumprir o Estatuto e realizar as atividades aprovadas pelo PROIFES-Federação. Ela é composta pelas seguintes funções: 1 Presidente e 1 Vice-Presidente; 1 Secretário e 1 Segundo Secretário; 1 Tesoureiro e 1 Segundo Tesoureiro; além de 12 Diretores (de Comunicação, de Aposentadoria, de Assuntos Educacionais do Magistério Superior, de Assuntos Educacionais do EBTT, de Assuntos Jurídicos, de Assuntos Sindicais, de Relações Internacionais, de Políticas Educacionais, de Assuntos Educacionais das Escolas Militares, de Direitos Humanos, de Ciência e Tecnologia e de Seguridade Social) (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2018). Desse modo, a Diretoria Executiva do PROIFES-Federação é composta por 18 membros e 1 membro na qualidade de vogal, sem cargo definido.

O Conselho Deliberativo do PROIFES-Federação é indicado por cada um dos sindicatos federados para um mandato de três anos. Seus membros são indicados por um sistema de proporcionalidade<sup>103</sup> e, quando ocorre sua posse, entre seus membros, é realizada a eleição para cada um dos cargos da Diretoria Executiva. Esta eleição ocorre com base em um sistema de proporcionalidade<sup>104</sup> definida no Estatuto do PROIFES-Federação. O mandato da Diretoria Executiva corresponde a três anos, assim como do Conselho Deliberativo.

O PROIFES-Federação não tem eleição direta porque ele não é uma representante de professores, ele é uma representante de sindicatos de professores locais. Então são os sindicatos que indicam a Direção, indicam o Conselho Deliberativo da Federação. (ENTREVISTADO 12).

---

<sup>103</sup> Os sindicatos federados indicam membros para o Conselho Deliberativo na seguinte proporção: os sindicatos federados com menos de quinhentos (500) filiados indicam dois (2) membros; os sindicatos federados com número igual ou superior a quinhentos (500) filiados e com menos de dois mil (2000) filiados indicam três (3) membros; os sindicatos federados com número igual ou superior a dois mil (2000) filiados e com menos de três mil (3000) filiados indicam quatro (4) membros; os sindicatos federados com número igual ou superior a três mil (3000) filiados indicam cinco (5) membros; e cada sindicato indica um (1) membro suplente (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2018).

<sup>104</sup> Os sindicatos federados possuem membros eleitos para a Diretoria Executiva na seguinte proporção: sindicatos com menos de mil (1000) filiados indicam um (1) membro; sindicatos com número igual ou superior a mil (1000) filiados indicam dois (2) membros; caso os cargos para a Diretoria Executiva não sejam preenchidos, os sindicatos com até mil (1000) filiados, na ordem decrescente de filiados, indicam mais um (1) membros até o limite das vagas (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2018).

Os GT's, como instâncias de assessoria da Diretoria Executiva, têm como objetivo “abordar, de maneira aprofundada e técnica, temas específicos dentro do vasto universo de possibilidades de estudo e ação nos assuntos relativos à educação brasileira e latino-americana” (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019, p. 224). Eles cumprem um triplo papel no PROIFES-Federação: 1) contribuem para qualificar a ação da Federação, formando posições e estimulando o debate destas pautas em cada um dos sindicatos federados; 2) orientam a tomada de decisão e as ações do Conselho Deliberativo da Federação; e 3) atraem e agregam novos docentes ao debate dentro do movimento sindical, com o intuito de formar e reforçar quadros para as lutas mais amplas da Educação Brasileira, unindo demandas e pautas mais próximas da sociedade à academia e aos sindicatos (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019).

Desta instância participam especialistas, estudiosos e docentes interessados em debater seus assuntos, buscando a transversalidade entre os GT's e os pontos de conexão entre os temas dos GT's e os tópicos gerais de debate e ação do PROIFES-Federação. Existem 6 GT's<sup>105</sup> em funcionamento na Federação, os quais foram criados pelos membros da Diretoria Executiva, após sua aprovação pelo Conselho Deliberativo. Se, por um lado, são os Diretores que possuem a responsabilidade de criar, organizar e coordenar cada GT, por outro lado, cabe aos sindicatos federados indicar os sindicalizados de sua base para participar de cada GT constituído. O funcionamento de cada GT se dá por meio do debate e formulação de recomendações sobre os assuntos que dizem respeito a suas temáticas e, a partir disso, a Diretoria analisa estas recomendações<sup>106</sup> e cada GT tem a responsabilidade de concretizá-las.

Ao Conselho Fiscal, como instância fiscalizadora e de controle do PROIFES-Federação, compete analisar a proposta de Orçamento Anual e Execução Financeira apresentados pela Diretoria Executiva e elaborar o relatório detalhado sobre os mesmos, além de poder solicitar a contratação de empresa de auditoria quando necessário (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2018). Os membros do Conselho Fiscal são indicados pelos sindicatos federados<sup>107</sup> para um mandato de três anos. Nenhum dos integrantes do Conselho Fiscal poderá pertencer a Diretoria Executiva ou ao Conselho de Representantes, uma vez que este primeiro deve ter autonomia e independência em relação aos últimos.

---

<sup>105</sup> O GT Direitos Humanos, Raça/Etnicidade, Gênero e Sexualidade; o GT Ciência e Tecnologia; o GT Educação; o GT Políticas Sindicais; o GT Assuntos de Aposentadoria; e o GT Previdência Social.

<sup>106</sup> Caso a Diretoria Executiva considere necessário, encaminha as recomendações para análise do Conselho Deliberativo.

<sup>107</sup> Cada sindicato federado indica um (1) membro para compor o Conselho Fiscal do PROIFES-Federação (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2018).

O Encontro Nacional, como instância de caráter deliberativo, tem como função ser um espaço de discussão política com o intuito de auxiliar e contribuir na proposição de diretrizes para a atuação do PROIFES-Federação. O Encontro Nacional é organizado com base em eixos temáticos definidos pela Comissão Organizadora. Cada eixo temático contém textos de contextualização elaborados pelos coordenadores dos eixos, os quais são encaminhados para os sindicatos federados a fim de convidá-los para a realização de Pré-Encontros preparatórios ao Encontro Nacional. Os Pré-Encontros são organizados e coordenados pela Diretoria de cada sindicato federado ou por comissão designada por ela e são realizados no formato de debates entre os sindicalizados, debates com palestrantes convidados, workshops e reuniões conduzidas pelos GT's locais.

A partir da realização dos Pré-Encontros preparatórios os textos que irão compor as discussões do Encontro Nacional são enviados pelos sindicatos federados ou pelos associados, com indicação de sua filiação sindical, para a Comissão Organizadora. Estes textos contém a contextualização do assunto específico que desejam abordar, a análise ou argumentação do assunto e as propostas de ação a serem conduzidas pelo PROIFES-Federação. A Comissão Organizadora sistematiza a versão preliminar dos Anais do Encontro Nacional, além de divulgá-la aos sindicatos federados. Durante o Encontro Nacional poderão ser enviadas novas propostas, as quais são incorporadas ao conjunto das demais propostas e colocadas em debate e apreciação. Após o evento, a versão final dos Anais do Encontro Nacional é disponibilizada pela Comissão Organizadora aos sindicatos federados.

O Encontro Nacional ocorre uma vez por ano, preferencialmente no mês de julho. Nele participa um delegado da diretoria de cada um dos sindicatos federados, com direito a voto; participam os delegados de base de cada um dos sindicatos federados, eleitos por seus pares<sup>108</sup>, com direito a voto; participam os observadores, podendo cada sindicato federado indicar quantos observadores julgar necessário, com direito a voz; participam os integrantes do Conselho Deliberativo, com direito a voz; e participam os convidados a critério do Conselho Deliberativo.

O Encontro Nacional inicia com o credenciamento dos delegados e dos observadores. Em seguida ocorre a **Solenidade de Abertura**, a qual corresponde a abertura oficial do Encontro Nacional. Esta conta com a participação do Presidente do PROIFES-Federação, a presença da

---

<sup>108</sup> A eleição dos delegados de base de cada um dos sindicatos federados pode ser realizada por meio de eleição eletrônica, de votação em urna, de AG ou de qualquer outro procedimento, desde que seja considerada a proporção de um (1) delegado para cada cinquenta (50) sindicalizados ou fração de participantes do respectivo processo de escolha.

central sindical que a Federação é filiada, de seus parceiros nacionais e internacionais, de representantes da instituição que está sediando o evento, entre outros. Após isso, acontece uma **mesa de discussão** sobre um tema escolhido para, então, iniciar os debates em torno de cada um dos **eixos temáticos** do Encontro Nacional. Essas discussões são realizadas pelos delegados e observadores dos sindicatos com base nos textos enviados para cada eixo do Encontro Nacional. Ao final dos debates de cada um dos eixos temáticos, todas as propostas são votadas pelos delegados e encaminhadas para serem avaliadas, posteriormente, pelo Conselho Deliberativo do PROIFES-Federação para então compor a agenda de lutas da entidade.

Por fim, ao discutir a estrutura organizativa da ADUFRGS-Sindical foi possível compreender que esta entidade representativa, por ser vinculada ao PROIFES-Federação, se insere em um modelo organizativo federativo. Este modelo reafirma a estrutura sindical vigente na realizada brasileira, uma vez que é baseado na existência de sindicatos municipais, intermunicipais, estaduais e nacionais que se filiam a uma Federação Nacional. A ADUFRGS-Sindical, um dos sindicatos federados ao PROIFES-Federação, possui como órgão supremo de deliberação as AG's e é organizada pela Diretoria e pelo Conselho de Representantes. As AG's são híbridas – presenciais e online – e quando deliberado pelos docentes, é realizado uma consulta eletrônica para votação sobre diversos temas. A Diretoria, como órgão de deliberação, gestão e representação, faz cumprir as decisões tomadas nas AG's e o Conselho de Representantes propõe e avalia as atividades desenvolvidas pela ADUFRGS-Sindical, entre outras atividades. Os GT's têm como função assessorar a Diretoria da ADUFRGS-Sindical e atuam em consonância com os GT's do PROIFES-Federação. Por fim, o Conselho Fiscal atua no sentido de fiscalizar e controlar as atividades desenvolvidas pela ADUFRGS-Sindical. Já o PROIFES-Federação tem como instância decisória máxima o Conselho Deliberativo e como instância decisória e executiva a Diretoria Executiva. O Encontro Nacional, o qual ocorre anualmente, é precedido pela realização dos Pré-Encontros nos sindicatos federados ao PROIFES-Federação. A partir destes Pré-Encontros, os sindicatos federados ou os associados destes enviam textos para discussão no Encontro Nacional. Ocorrido os debates e as votações acerca das propostas do Encontro Nacional, elas são avaliadas pelo Conselho Deliberativo para compor a agenda de lutas da entidade e serem colocadas em prática pela Diretoria Executiva do PROIFES-Federação. Por fim, os GT's têm como função assessorar a Diretoria Executiva de maneira técnica e aprofundada e o Conselho Fiscal atua na fiscalização e no controle das atividades desenvolvidas pelo PROIFES-Federação. As práticas de organização da ADUFRGS-Sindical serão analisadas na Seção 5.1.3, intitulada As Práticas de Organização.

### 5.1.3 As Práticas de Organização

Como pudemos perceber nos capítulos anteriores, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical possuem estruturas organizativas distintas, uma vez que a primeira se insere em um modelo organizativo nacional, e a segunda se insere em um modelo organizativo federativo. A partir desta compreensão, neste capítulo, analiso as práticas de organização de ambas entidades representativas dos docentes da UFRGS. A fim de realizar esta análise, neste capítulo irei abordar, inicialmente, as formas de tomada de decisão (Tabela 4) e, em sequência, as formas de luta (Tabela 5) da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical.

A Tabela 4 trata sobre as formas de tomada de decisão e contém as categorias instituições representadas, objetivos enunciados, instâncias locais, instâncias nacionais e o modelo organizativo da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical.

Tabela 4 – As formas de tomada de decisão da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical

<b>Categorias</b>	<b>Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS</b>	<b>ADUFRGS-Sindical</b>
Instituições representadas	UFRGS	UFRGS, UFCSPA, IFRS e IFSUL
Objetivos enunciados	Defender os direitos e os interesses dos docentes; discutir os problemas gerais e da vida universitária posicionando-se sobre eles; estabelecer relações com outras entidades sindicais; defender a livre circulação e o debate das ideias; defender a autonomia universitária; zelar pelo livre exercício do trabalho docente e da pesquisa científica; defender maior participação nos processos decisórios da universidade; promover o intercâmbio científico, cultural e social entre os docentes; reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração dos docentes; prestar atendimento às necessidades de seus associados; sindicalizar os docentes e representá-los perante autoridades administrativas e judiciais; fixar a contribuição financeira dos docentes; receber e repassar à Primeira Tesouraria do ANDES-SN as contribuições financeiras estabelecidas nos Congressos e nos Conads; e divulgar as atividades do ANDES-SN e promover seu fortalecimento.	Representar e defender os direitos e os interesses de seus associados, da categoria profissional e seus pensionistas; discutir os problemas gerais da vida acadêmica e da comunidade, além de posicionar-se em relação a eles; estabelecer relações com associações da mesma natureza; defender a livre circulação e o debate das ideias e a autonomia universitária; zelar pelo livre exercício profissional; defender a participação dos docentes nos processos decisórios das IFES; promover atividades culturais e sociais entre os docentes; tratar de problemas sobre ensino, pesquisa e extensão; reivindicar boas condições de trabalho e remuneração; e promover, dentro suas possibilidades, ampla assistência aos associados.
Instâncias Locais	AG's presenciais, Diretoria, Conselho de Representantes e GT's locais.	AG's híbridas, Diretoria, Conselho de Representantes, Conselho Fiscal e GT's.

Instâncias Nacionais	Congressos e Conads, Diretoria Nacional, GT's nacionais e Setores.	Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Encontro Nacional, Conselho Fiscal e GT's.
Modelo Organizativo	Sindicato Nacional	Federação Sindical

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Sobre as instituições representadas, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS busca representar os sindicalizados da UFRGS, uma vez que o ANDES-SN se organiza por local de trabalho. Esta organização pela base procura assegurar o debate acerca de questões que reflitam as reivindicações de sua categoria e a sua realidade local atrelada à totalidade da classe trabalhadora. De outra forma, a ADUFRGS-Sindical visa representar os sindicalizados do ensino superior público do Rio Grande do Sul, uma vez que pleiteia ser um sindicato intermunicipal. Essa organização parte da compreensão de que é necessário aglutinar os docentes da UFRGS, da UFCSPA, do IFRS e do IFSUL a fim de atuar pela pauta específica dos docentes destas IFES.

No que tange aos objetivos enunciados da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical, ambas, à primeira vista, são semelhantes. As duas entidades sindicais defendem os direitos e os interesses de seus sindicalizados, discutem os problemas da vida universitária e se posicionam sobre eles, fazem planos, propostas e avaliam suas atividades desenvolvidas, buscam elevar a quantidade de docentes filiados, reivindicam condições de trabalho e remuneração dos docentes, estabelecem relações com outras entidades sindicais, defendem a livre circulação e o debate das ideias, lutam pela autonomia universitária, organizam os serviços prestados aos seus associados, convocam as AG's e fazem cumprir suas deliberações, entre outros. Embora em muitas questões haja proximidade nos objetivos enunciados entre ambas as entidades sindicais, as duas apresentam, na realidade, práticas distintas. Para citar alguns exemplos, é possível mencionar as diferenças sobre a destinação de verbas públicas para a educação pública e sobre a participação da comunidade universitária para a reitoria da UFRGS<sup>109</sup>.

A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS defende a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, o que significa que esta entidade sindical luta para que as verbas públicas sejam destinadas exclusivamente para a educação pública, pela sua gratuidade, pela sua qualidade e para que a educação pública trilhe o caminho dos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, a ADUFRGS-Sindical defende a educação pública, gratuita

---

<sup>109</sup> Vale mencionar que existem outras práticas que diferenciam estas entidades, mas neste momento optou-se por abordar estas duas.

e de qualidade, o que significa que esta entidade sindical luta pela educação pública – e não necessariamente para que as verbas públicas sejam destinadas exclusivamente para a educação pública –, pela sua gratuidade e pela sua qualidade. Nesse sentido, as práticas distintas dizem respeito à destinação de verbas públicas para a educação pública.

Ainda, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS reivindica que os processos decisórios na universidade tenham a mesma participação para os membros da comunidade universitária (docentes, TAE's e estudantes), ao passo que a ADUFRGS-Sindical defende a maior participação dos docentes nos processos decisórios na universidade. Para exemplificar, no painel *A percepção das entidades* realizado em dezembro de 2019 para debater questões que envolvem o formato de consulta para a reitoria da UFRGS<sup>110</sup>, a representante da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS defendeu a paridade na consulta para a reitoria, enquanto o representante da ADUFRGS-Sindical defendeu a forma de escolha do reitor com base na proporcionalidade de 70% dos votos aos docentes, 15% dos votos aos TAE's e 15% dos votos aos estudantes (UFRGS, 2019a). Desse modo, as práticas distintas de ambas as entidades dizem respeito à participação da comunidade universitária na consulta para a reitoria da UFRGS.

Ainda sobre os objetivos enunciados, cabe citar que os docentes entrevistados mencionaram sua percepção acerca das diferenças entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical. A primeira destaca-se por seus posicionamentos políticos, por sua articulação nacional e pela construção de mobilizações, paralisações e greves na UFRGS, ao passo que a segunda se distingue pela assessoria jurídica, pela assessoria contábil e pela política de convênios oferecida aos seus associados. Estas diferenças ficam claras a partir das falas do Entrevistado 1, da Entrevistada 2 e da Entrevistada 3, como segue:

Eu fiz a escolha de estar nos dois [...] Tu escutas colegas dizendo assim: ah, mas tu já falaste como o sindicato para saber disso, né? Já perguntou para o sindicato como é que ficou, como é que é essa parte, né? Se tem, manda teus cálculos para o sindicato te ajudar. Então, tem um imaginário assim de que o sindicato está muito voltado para isso, né? E isso muito em relação a própria ADUFRGS-Sindical. É isso que eu estou falando, entendeu? As pessoas direcionam isso para a ADUFRGS-Sindical. Eu nunca vi direcionarem isso muito para a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS assim, né? A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS ela tem outras referências vamos dizer assim, né? Ah, vamos falar de greve, vamos falar de alguma paralisação, vamos

---

<sup>110</sup> No ano de 2020, a consulta para a reitoria da UFRGS ocorreu com base na manutenção do modelo eleitoral vigente da UFRGS, ou seja, o peso dos votos dos docentes de 70%, dos TAE's de 15% e dos estudantes de 15%. Estes últimos também contaram com um fator redutor de acordo com o percentual de sua participação. A paridade na consulta para a reitoria da UFRGS é uma reivindicação dos estudantes, dos TAE's e de uma parcela dos docentes, a qual significa que o peso de cada segmento da universidade na consulta para a reitoria seria de 33,3%. No modelo paritário, como a parcela de estudantes na UFRGS é maior do que os docentes e os TAE's, consequentemente, o peso do voto de cada estudante ainda seria menor quando considerado o peso dos votos dos docentes e TAE's.

falar de alguma movimentação, vamos falar de... E parece que daí a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS toma mais a frente assim nesse imaginário assim da circulação. (ENTREVISTADO 1).

Tem alguns posicionamentos que a gente vai vendo na medida assim da caminhada que a gente vai se identificando mais com uma ou com a outra. No geral, eu acho que o que me deixa mais tranquila assim de buscar a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS é por pensar um movimento mais nacional assim mesmo, né, talvez de pensar essa carreira de forma mais nacional. Me parece que no outro sindicato fica uma coisa mais local assim. (ENTREVISTADA 2).

Eu precisei abrir um processo quando eu não era sindicalizada ainda e gostei muito da assessoria que o Escritório Bordas me deu, que é o advogado do sindicato da ADUFRGS-Sindical. E, foi umas das coisas que... assim como eu tinha uma relação com aquele escritório de advocacia, foi uma das coisas que eu fiquei pensando: bah, eu vou para a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS mas eu tenho os processos que eu abri anteriormente, que já terminaram anos, tem relação com o advogado da ADUFRGS-Sindical e tinha uma boa relação, me ajudaram muito. Mas essas questões de posicionamento político me pesaram mais. Claro, ouvi que o advogado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS é uma pessoa que está sempre disponível. (ENTREVISTADA 3).

A assessoria jurídica é um ponto importante para os docentes na UFRGS. Uma manifestação concreta disso é que tanto a ADUFRGS-Sindical quanto a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS possuem parceria com escritórios de advocacia para prestar assessoria jurídica aos docentes. Vale destacar que o Entrevistado 10 mencionou que ambas as entidades sindicais prestam sua assessoria jurídica de modo qualificado, com profissionais capacitados e que resolvem as questões jurídicas dos docentes. No entanto, conforme o relato do Entrevistado 4, existe um empenho muito grande da ADUFRGS-Sindical em torno de sua assessoria jurídica, o que tem levado alguns docentes a não se desfiliarem e continuarem na ADUFRGS-Sindical por causa da assessoria jurídica prestada aos seus associados.

Eu tenho vários colegas que falam: ah não, é importante manter a filiação na ADUFRGS-Sindical porque sempre entra um dinheiro, que eles processam a universidade por uma coisa ou outra e entra um dinheiro. E eu me pergunto: bom, então a filiação a ADUFRGS-Sindical é uma maneira de aumentar a sua renda, talvez, né? Claro, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS tem assessoria jurídica também, os advogados defendem os professores da UFRGS em várias ações e tal. Mas, tem uma aposta muito forte, muito alta da ADUFRGS-Sindical no seu departamento judiciário, no escritório de assessoria jurídica, né? E eu já vi também uma pessoa a dizer: ah, não, porque o escritório da ADUFRGS-Sindical é muito bom, e por isso que eu não posso sair da ADUFRGS-Sindical. (ENTREVISTADO 4).

Agora, uma coisa que sempre me chamou muita atenção, né? Como que tu podes se tornar uma... tu ter um patrimônio que te torna muito mais um clube, uma associação de benefícios, né? E principalmente uma, no nosso caso de docente e da UFRGS também, uma questão de representação jurídica individual que é, né, vou me filiar para ter o desconto do escritório que vai representar a minha ação particular. Então, eu não estou falando de ações coletivas, né, estou falando de ações individuais de cada docente. Então, tem outros exemplos, eu sei de históricos de... que tem associações que tem uma sede campestre que é o charmariz, tem outras que é um plano de saúde

que é o chamariz. Então, não são associações por uma motivação, uma disponibilidade para luta, para o movimento docente, né? E aqui eu vejo que a questão desse clube de serviços, tenho desconto aqui e ali, não sei o quê e plano odontológico e a questão da representação. Muitas pessoas procuram a sindicalização em função da necessidade de judicializar algo (ENTREVISTADA 5).

Ainda, a Entrevistada 5 deu ênfase no fato de que muitos docentes da UFRGS se filiam a ADUFRGS-Sindical em função de sua assessoria jurídica e, complementa que estes docentes realizam esta filiação para buscar respaldo em suas ações individuais e não necessariamente para representá-los em ações coletivas. Por fim, cabe mencionar que a prática sindical propugnada pela ADUFRGS-Sindical prioriza a prestação de serviços assistenciais a fim de tratar das questões individuais e mais imediatas dos docentes, assim como busca aglutinar as reivindicações dos docentes em suas especificidades enquanto professores das IFES. Por sua vez, a prática sindical da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS busca aglutinar os docentes em mobilizações, paralisações e greves a fim de envolvê-los em atividades coletivas, assim como na organização da luta nos locais de trabalho em articulação com as reivindicações nacionais dos docentes das universidades municipais, estaduais e federais e do conjunto dos trabalhadores.

Acerca das instâncias locais, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS se organiza por meio das AG's presenciais, da Diretoria – eleita de modo direto por meio de votação secreta e presencial dos docentes – e do Conselho de Representantes – eleito pelos docentes nas unidades na UFRGS de modo secreto e presencial. A ADUFRGS-Sindical se organiza por meio das AG's híbridas, da Diretoria – eleita por votação direta por meio de um processo eletrônico - do Conselho de Representantes – eleito nos órgãos representados por meio de votação em urna, em reunião, em acordo ou por e-mail – e, por fim, do Conselho Fiscal – escolhido na primeira reunião do Conselho de Representantes entre seus membros. Ademais, ambas entidades sindicais organizam GT's, sendo que, na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, participam alguns docentes de quatro GT's em processo de constituição e, na ADUFRGS-Sindical, participam alguns docentes de três GT's constituídos.

A organização das AG's na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e na ADUFRGS-Sindical é marcada por práticas distintas. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS convoca AG's presenciais a partir da compreensão de que a presencialidade possibilita o debate entre os pares e a escuta do contraditório a fim de tomar decisões conjuntas que são conduzidas pelo voto entre os presentes. A ADUFRGS-Sindical convoca as AG's de modo híbrido (presencial no auditório do sindicato e virtual em plataforma escolhida) a partir da percepção de que esse

formato viabiliza a participação dos docentes do local em que estiverem, além de possibilitar que as decisões sejam tomadas por votação por procurações ou por consultas eletrônicas.

Estas práticas distintas são citadas pela Entrevistada 5 e pelo Entrevistado 11. A Entrevistada 5 conta que a ADUFRGS-Sindical não se estrutura com base em AG's, uma vez que as realiza com pouca frequência e que, ao longo do tempo, foi aumentando os dispositivos regimentais de seu estatuto para dificultar sua realização. Ademais, a Entrevistada 5 menciona a existência de um discurso por parte da ADUFRGS-Sindical de que as AG's são uma metodologia ultrapassada e, por isso, justifica a criação de consultas eletrônicas como forma de deliberar sobre os assuntos mais importantes desta entidade sindical. Por fim, tanto a Entrevistada 5 quanto o Entrevistado 11 citam críticas à realização das consultas eletrônicas por parte da ADUFRGS-Sindical cujo cerne é a ausência do debate entre os docentes, como segue:

Eu acho que a assembleia é um outro ponto que marca bastante a diferença sindical no caso da UFRGS entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS para a ADUFRGS-Sindical, né? Porque a ADUFRGS-Sindical realmente não se estrutura em cima de assembleia. Eles vão chamar no último, dos últimos casos, né? E só foram ao longo dos anos aumentando os dispositivos regimentais para dificultar a ocorrência de assembleias. Eu ouço assim, bom enquanto eu era diretoria, propunha a assembleia e claro que tu esperas que as pessoas venham, apareçam, participem. E aí tu vais ouvir as razões para não estarem. Então, eu acho que tem um discurso da ADUFRGS-Sindical de que a assembleia também é uma metodologia ultrapassada. [...] Mas, enfim, e aí aqui a ADUFRGS-Sindical criou o plebiscito eletrônico que para mim é super problemático. Por quê? Primeiro, ele reduz as coisas a sim e não, a favor e contra, na maioria das vezes; segundo, ele é muito cômodo porque é um clique. A parte de ser cômodo não seria problemático, que bom que tudo pudesse ser cômodo na vida. Mas eu acho que o que falta é o debate. Acho que esse é um dos sentidos da assembleia. (ENTREVISTADA 5).

A Assembleia Geral é para ser um espaço onde as pessoas estão presentes, olho no olho, argumentam e contra-argumentam, né? Porque uma coisa é tu receber um material, se tu tens a possibilidade de reunir e fazer um debate, por que tu não vais fazer? Então, essa é uma questão para mim central, né? [...] votação eletrônica eu não acho muito legítima por isso, porque atomiza, as pessoas tomam suas posições baseado, pode ser em textos, que eu acho que a maioria não lê, né? Mas mesmo que leiam, a possibilidade existe, que nem não há um debate de ouvir argumentos e contra argumentos. (ENTREVISTADO 11).

Como podemos perceber, a diferença nas práticas sindicais na organização das AG's entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical se dá em torno do modo de participação dos docentes neste espaço deliberativo. A presencialidade para a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS faz parte da concepção de democracia desta entidade, uma vez que possibilita a manifestação, a escuta de posições contrárias e a construção coletiva dos encaminhamentos. Já para a ADUFRGS-Sindical, a presencialidade é facultada, porque existe a possibilidade de participação de modo híbrido e de deliberação por meio da consulta

eletrônica, o que faz parte da compreensão da entidade de que o formato híbrido facilita a presença dos docentes ao proporcionar que os mesmos participem do local que escolherem e de que a consulta eletrônica aumenta a participação dos docentes nas decisões acerca dos rumos desta entidade sindical.

Reconhecidos os benefícios de cada uma destas práticas acerca da organização das AG's, é importante ressaltar que a crise do sindicalismo e a baixa participação dos docentes nas AG's dificultam a tomada de decisão acerca dos rumos de ambas as entidades sindicais. Por um lado, na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, a realização de AG's presenciais pode provocar um problema de participação e, ao mesmo tempo, de representação, no sentido de que em muitas AG's são quase sempre os mesmos docentes (e poucos) que deliberam sobre os encaminhamentos da Seção Sindical. Por outro lado, na ADUFRGS-Sindical, a existência de AG's híbridas também pode provocar um problema de participação e, ao mesmo tempo, de representação, uma vez que dificulta a manifestação, a escuta de posições contraditórias e a construção coletiva. Ainda, na ADUFRGS-Sindical, a existência da consulta eletrônica também pode provocar um problema de participação, ao mesmo tempo, de representação, uma vez que o modo como é realizada a pergunta pode ocasionar viés nas respostas dos docentes e, ao mesmo tempo, reforçar o dirigismo nesta entidade sindical.

O formato das eleições para a Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical também é marcado por práticas distintas. A eleição para a Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS é organizada por meio de chapas, em que todos os sindicalizados podem votar de modo presencial e secreto. A formação de chapas na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, conforme conta o Entrevistado 4, tem sido realizada de maneira consensual entre os docentes. Ainda, o Entrevistado 4 acrescenta que não existe disputas entre os coletivos docentes na UFRGS, uma vez que existe organizado somente um núcleo do ALB na UFRGS.

A eleição para a Diretoria da ADUFRGS-Sindical é organizada por meio de chapas, em que apenas os associados fundadores e os efetivos podem se candidatar e votar de modo direto por meio eletrônico no site institucional do sindicato. Desde a desvinculação da ADUFRGS-Seção Sindical do ANDES-SN<sup>111</sup> em 2008, o mesmo grupo político se manteve na diretoria do sindicato, embora tenham ocorrido três processos eleitorais com disputas entre as chapas de

---

<sup>111</sup> A desvinculação da ADUFRGS-Seção Sindical do ANDES-SN será tratada detalhadamente no capítulo 5.2.2, intitulado conflitos entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical.

situação e de oposição, referentes ao Biênio 2009-2011<sup>112</sup>, ao Triênio de 2013-2016<sup>113</sup> e ao Triênio 2019-2022<sup>114</sup>.

Entre os pontos que dificultam a disputa da Diretoria da ADUFRGS-Sindical foram citados, pelo Entrevistado 6, a busca de perpetuação de um grupo político na entidade e a articulação da oposição só no momento eleitoral e, pelo Entrevistado 10, o aparelhamento da entidade por um grupo político e o pensamento conservador dos docentes da UFRGS. Ademais, o Entrevistado 6 e o Entrevistado 10 citam a existência de mecanismos criados pela Diretoria da ADUFRGS-Sindical para manter o mesmo grupo político no poder, o qual compreende a existência de unidades da UFRGS em que este grupo político possui grande influência e é bastante conhecido e, por isso, possui uma votação expressiva, dificultando, desse modo, a entrada da oposição.

depois que eu me filiei na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, falei então: como tem a disputa e tinha alguns colegas que queriam disputar ainda a ADUFRGS-Sindical, eu me filiei a ADUFRGS-Sindical também. Então eu fui durante acho que uns seis anos, sete anos filiado aos dois. Eu me filiei aos dois, tá? Portanto, em algumas assembleias da ADUFRGS-Sindical eu ia lá e ia como filiado da ADUFRGS-Sindical, né? E sei que isso também é uma posição diferente, uma posição mais delicada, mas o que eu resolvi é que eu nunca escondi isso, sempre deixei claro, né? Eu estou na ADUFRGS-Sindical para disputar a ADUFRGS-Sindical para que ela deixe de ser do PROIFES-Federação. É isso. Essa é a minha posição, né? E bem, quando eu me desfiliei há dois anos, porque vi que não, não tem, ali não tem espaço de... eles montaram... eles blindaram a entidade de tal modo que ali eles vão se perpetuar para todo o sempre, né? A mecânica que eles criaram para a eleição, ali não tem muito o que fazer. Então não vou ficar pagando para um sindicato que eu não acredito quando não tem força e também a oposição, por outro lado, os meus companheiros nunca botei fé, não consegui botar fé na articulação que eles tinham lá dentro. Era muito frágil, né? Então vinha só no momento da eleição e eu falo: gente só no momento da eleição não adianta, né? Se quiser fazer alguma coisa não dá para ficar só esperando a eleição para mostrar chapa e é isso que acabou acontecendo quase todo o tempo. Então, cansei de tentar lá na ADUFRGS-Sindical e fiquei agora só na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS (ENTREVISTADO 6).

Tem um certo aparelhamento da ADUFRGS-Sindical e de sei lá, currais eleitorais de diferentes unidades, por exemplo, na Engenharia e na Medicina. Eles conseguem uma certa mobilização e conseguem um grande número de votos nessas duas e outras também, né? Mas que eu me lembro mais claramente é nesse sentido assim de que a camada ou então o número de professores da UFRGS que tem pensamento conservador é muito grande, é muito grande. E, então, eu não via muita possibilidade

---

<sup>112</sup> No Biênio 2009-2011 a eleição para a Diretoria da ADUFRGS-Sindical contou com 1.183 votantes. A Chapa 1, com integrantes da situação, recebeu 700 votos (59,2%); a Chapa 2, com integrantes da oposição, alcançou 469 votos (39,6%); os votos brancos foram 7 (0,6%); e os votos nulos foram 7 (0,6%) (ADVERSO, 2009b).

<sup>113</sup> No Triênio 2013-2016 a eleição para a Diretoria da ADUFRGS-Sindical contou com 1.212 votantes. A Chapa 1, com integrantes da situação, alcançou 875 votos (72,2%); a Chapa 2, com integrantes da oposição, obteve 274 votos (22,6%); os votos brancos foram 37 (3,1%); e os votos nulos foram 26 (2,1%) (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2013).

<sup>114</sup> No Triênio 2019-2022 a eleição para a Diretoria da ADUFRGS-Sindical contou com 1.246 votantes. A Chapa 1, com integrantes da situação, recebeu 787 votos (63,2%); e a Chapa 2, com integrantes da oposição, alcançou 459 votos (36,8%) (PORTAL ADVERSO, 2019b).

numa eleição com esses moldes que é feito, né? Ter alguma coisa, ter chances. (ENTREVISTA 10).

A respeito das instâncias nacionais, o ANDES-SN se organiza por meio dos Congressos e dos Conads, ambos com a participação de delegados oriundos da base escolhidos segundo uma regra única nacional, além da Diretoria Nacional eleita de modo direto, secreto, universal e presencial pelos docentes. O PROIFES-Federação se organiza por meio do Conselho Deliberativo – o qual é indicado por cada um dos sindicatos federados –, da Diretoria Executiva – a qual é eleita entre os membros do Conselho Deliberativo –, do Encontro Nacional – com participação de delegados oriundos dos sindicatos federados – e do Conselho Fiscal – o qual é indicado por cada um dos sindicatos federados. Ainda, tanto o ANDES-SN quanto o PROIFES-Federação possuem os GT's, sendo que, no primeiro, eles são coordenados pelos Diretores Nacionais e constituídos pelos docentes que são os representantes dos GT's nas Seções Sindicais; no segundo, eles são criados, organizados e coordenados pelos membros da Diretoria Executiva e são constituídos por especialistas, estudiosos e docentes interessados em debater seus assuntos. Por fim, o ANDES-SN também é constituído por Setores (o Setor das IFES e o Setor das IMES/IEES), os quais possuem participação dos docentes e Diretores das Seções Sindicais de seus respectivos setores.

O formato das eleições para a Diretoria Nacional do ANDES-SN e a Diretoria Executiva do PROIFES-Federação também é marcado por práticas distintas. A Diretoria Executiva do PROIFES-Federação é composta por membros do Conselho Deliberativo, sendo que, os membros deste último são indicados pelos sindicatos federados. Após esta indicação, durante a posse do Conselho Deliberativo ocorre a eleição dos cargos de cada um dos membros da Diretoria Executiva conforme proporcionalidade definida em seu Estatuto. Por outro lado, as eleições para a Diretoria Nacional do ANDES-SN são realizadas de modo direto, com voto secreto, universal e presencial de todos os sindicalizados que estejam em pleno gozo de seus direitos.

A principal vantagem das eleições indiretas para o Conselho de Representantes e, consequentemente, da Diretoria Executiva do PROIFES-Federação diz respeito a possibilidade de várias forças políticas estarem representadas nestes espaços de deliberação, uma vez que poderia englobar diversos posicionamentos políticos sobre os rumos desta Federação Nacional. Ao passo que, a principal vantagem das eleições diretas para a Diretoria Nacional do ANDES-SN diz respeito ao fato de que os docentes, em seus locais de trabalho, conseguem conhecer o

programa político de cada uma das chapas em disputa, uma vez que este demonstra suas visões acerca dos rumos do Sindical Nacional.

Entretanto, as regras para a realização das eleições nacionais do PROIFES-Federação e do ANDES-SN dificultam ou quase inviabilizam a rotatividade de poder. Na Federação Sindical, se a oposição consegue estar à frente de uma das Diretorias de um sindicato federado ou mesmo de poucos sindicatos federados, ela ainda vai ser minoria no Conselho Deliberativo e, por conseguinte, na Diretoria Executiva, ocasionando a manutenção do mesmo grupo político nas instâncias deliberativas do PROIFES-Federação. No Sindicato Nacional isso ocorre pela necessidade de capilaridade e de amplitude para a constituição de uma chapa eleitoral, não mantendo as mesmas pessoas, mas o mesmo grupo político da Direção do ANDES-SN, como fica explícito na fala do Entrevistado 6.

Na estrutura de eleições nacionais, a Diretoria Nacional ela é muito hermética, muito hermética. Ou seja, para formar uma chapa você tem que ter gente no país inteiro. Não tem como formar uma chapa para a Diretoria Nacional, se você tiver contato apenas em dez estados, você não forma uma chapa nacional. É isso, não é. Veja, aí fica muito difícil ter oposição. Muito difícil você ter grupos diferentes disputando dentro do ANDES-SN e pior ainda para ter alguma rotatividade de poder. Então, diria que ele acaba engessando, né? A estrutura é muito engessada. Assim como eu falei daqui da ADUFRGS-Sindical, no ANDES-SN, de uma forma distinta, você tem regras internas que dificultam ou quase inviabilizam a rotatividade de poder. Então, diria que acaba verticalizando nesse sentido, porque você perpetua não as pessoas necessariamente, mas o mesmo grupo político. O mesmo grupo de ideias ali naquela estrutura. (ENTREVISTADO 6).

A estrutura do ANDES-SN foi feita de tal forma, para não deixar na época da ditadura que o pessoal da ditadura ganhasse a eleição lá dentro. O problema é que aí o grupo que se apodera, qualquer grupo que consegue se apoderar da estrutura, é difícil derrubar depois. (ENTREVISTADA 13).

Ainda, tanto a Diretoria Nacional do ANDES-SN quanto a Diretoria Executiva do PROIFES-Federação são organizadas de forma presidencialista. Isso significa que a prática de ambas as entidades sindicais não conseguiu escapar dos vieses que marcam o exercício do poder político nas instituições capitalistas e, particularmente, da formação social brasileira organizada de modo presidencialista. A forma presidencialista não é o único modo de organizar a diretoria dos sindicatos, uma vez que outras entidades representativas da educação pública se estruturam no formato de Coordenação Geral – composta por três sindicalizados. Como exemplo, a

FASUBRA-Sindical se organiza por meio de 13 Coordenações<sup>115</sup>, e o SINASEFE se organiza por meio de 10 Coordenações<sup>116</sup>.

Por fim, a tomada de decisão na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e na ADUFRGS-Sindical é marcada por práticas distintas. A tomada de decisão na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, por ser uma Seção Sindical organizada no ANDES-SN, se insere em um modelo organizativo nacional pautado pela tomada de decisão que tem início nos locais de trabalho por meio da realização de AG's presenciais, segue para deliberação nacional nos Congressos e nos Conads com o debate, a alteração e a definição dos rumos do ANDES-SN para o próximo ano e, por fim, retorna aos locais de trabalho como forma de mobilização para a luta coletiva dos docentes. Inicialmente, os docentes discutem e deliberam sobre os rumos da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS por meio da realização de AG's presenciais. Anualmente, ocorre a realização dos Congressos e dos Conads do ANDES-SN a partir das contribuições de textos escritos por docentes da mesma Seção Sindical ou de Seções Sindicais distintas, por docentes reunidos em AG's, pela Diretoria das Seções Sindicais e pela Diretoria Nacional. Os delegados escolhidos nas Seções Sindicais discutem e decidem sobre os posicionamentos políticos do ANDES-SN, suas diretrizes de trabalho, seu plano de luta anual, seu plano de luta setorial, bem como sua avaliação e sua atualização durante a realização dos Congressos e dos Conads, os quais são organizados com base na utilização dos Grupos Mistos, da Preparação das Plenárias e da Realização das Plenárias. As deliberações destes eventos nacionais retornam às Seções Sindicais como reivindicações e pautas de lutas unificadas que são colocadas em prática pela Diretoria das Seções Sindicais e do ANDES-SN e pelos docentes sindicalizados em todo o território nacional.

A tomada de decisão na ADUFRGS-Sindical, por ser um sindicato federado ao PROIFES-Federação, se insere em um modelo organizativo federativo que propõe a autonomia dos sindicatos federados. Na ADUFRGS-Sindical as decisões são tomadas a partir da realização de AG's de modo híbrido – presencial e online – e, quando decidido em AG, utilizam-se

---

<sup>115</sup> As Coordenações que compõem a FASUBRA-Sindical são: Coordenação-Geral; Coordenação de Administração e Finanças; Coordenação de Formação e Comunicação Sindical; Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria; Coordenação de Políticas Sociais e Gênero; Coordenação de Organização Sindical; Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho; Coordenação das Estaduais e Municipais; Coordenação da Mulher Trabalhadora; Coordenação LGBTI; Coordenação de Raça e Etnia; Coordenação de Seguridade Social; e Coordenação de Educação (FASUBRA-SINDICAL, 2022).

<sup>116</sup> As Coordenações que compõem o SINASEFE são: Coordenação Geral; Coordenação de Administração e Finanças; Coordenação de Pessoal; Coordenação de Comunicação; Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais; Coordenação de Formação Política e Relações Sindicais; Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho; Coordenação de Políticas para Mulheres; Coordenação de Combate às Opressões; e Coordenação de Inclusão e Acessibilidade (SINASEFE, 2022).

consultas eletrônicas para deliberar sobre os posicionamentos da entidade. Ainda, a Diretoria também possui poder de deliberação sobre as atividades desenvolvidas pela ADUFRGS-Sindical, enquanto o Conselho de Representantes propõe e avalia estas atividades e, por fim, o Conselho Fiscal fiscaliza e controla a situação financeira desta entidade sindical. Já no PROIFES-Federação as decisões são tomadas no Encontro Nacional e, posteriormente, avaliadas pelo seu Conselho Deliberativo e executadas pela sua Diretoria Executiva. Estes Encontros Nacionais são realizados anualmente e são organizados por meio de eixos temáticos definidos pela Comissão Organizadora, além de serem precedidos por Pré-Encontros preparatórios que ocorrem nos sindicatos federados. Nos Pré-Encontros preparatórios são construídos textos que compõem os Anais do Encontro Nacional, os quais podem ser enviados pelos sindicatos federados ou pelos associados. No Encontro Nacional ocorrem as discussões e as votações das propostas em cada um dos eixos temáticos pelos delegados escolhidos nos sindicatos federados. As propostas escolhidas são avaliadas pelo Conselho Deliberativo para compor a agenda de lutas do PROIFES-Federação, a qual é executada pela sua Diretoria Executiva.

A Tabela 5 trata sobre as formas de luta e contém as categorias mobilizações e greves da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical.

Tabela 5 – As formas de luta da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical

<b>Categorias</b>	<b>Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS</b>	<b>ADUFRGS-Sindical</b>
Mobilizações	Participa e organiza AG's da Comunidade Acadêmica na UFRGS, Plenárias Universitárias na UFRGS, atos na UFRGS, aulas públicas na UFRGS e manifestações políticas na UFRGS; participa de atos em Porto Alegre; realiza panfletagens; divulga faixas de protesto; escreve notas; participa nos órgãos superiores da UFRGS; e participa de audiências públicas.	Participa de Plenárias Universitárias na UFRGS e de atos na UFRGS; participa e organiza atos públicos na UFRGS; participa de atos em Porto Alegre; escreve notas e assina manifestos; realiza atividades culturais e debates; participa de órgãos superiores da UFRGS, de reuniões na Câmara de Vereadores, de Fóruns e de reuniões no Conselho Municipal de Educação; apresenta pedidos de providência ao Ministério Público Federal; e realiza campanhas de solidariedade e integra projetos da comunidade.
Greves	Instrumento de luta válido a ser colocado em prática pelos docentes	Instrumento de luta utilizado como última alternativa pelos docentes

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Sobre a mobilizações, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical possuem práticas distintas. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS participa e

organiza AG's da Comunidade Acadêmica da UFRGS e Plenárias Universitárias da UFRGS; participa e organiza atos em frente à reitoria da UFRGS e atos simbólicos na UFRGS; participa e organiza aulas públicas (nas unidades, especialmente a Faculdade de Educação, e em frente à reitoria da UFRGS); e participa e organiza manifestações políticas na UFRGS. Estes, frequentemente, são organizados em parceria com o Diretório Central dos Estudantes da UFRGS (DCE UFRGS), a APG UFRGS, o Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS), a Associação Unidos Terceirizados, entre outros. Ainda, participa de atos que ocorrem em Porto Alegre referente ao Dia Internacional das Mulheres, ao Dia do Trabalhador, ao Dia da Consciência Negra, contra a Ditadura Militar, em favor da Democracia, em defesa da educação pública, contra os cortes na educação pública, entre outros. Realiza panfletagens para entregar para a população em geral e produz faixas com palavras de protesto. Escreve notas de repúdio, de protesto e de solidariedade aos acontecimentos da UFRGS e fora dela. Por fim, participa de órgãos superiores da UFRGS (como o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), entre outros) e participa de audiências públicas (realizadas para debater a educação pelas comissões parlamentares da Câmara de Vereadores de Porto Alegre).

A ADUFRGS-Sindical participa de Plenárias Universitárias na UFRGS e de atos na UFRGS. Ela participa e organiza atos públicos na UFRGS, os quais são organizados em parceria com o SINPRO-RS, com o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS-Sindicato), com a Associação dos Técnicos de Nível Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ATENS UFRGS-Seção Sindical), com a União Estadual dos Estudantes (UEE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a UNE, entre outros. Ainda, participa e auxilia na organização de atos que ocorrem em Porto Alegre realizados no Dia do Trabalhador, em defesa da educação pública e da ciência, contra os cortes na educação pública e na ciência, em defesa da Democracia, entre outros. Escreve notas de repúdio aos acontecimentos da UFRGS e acontecimentos de Porto Alegre, além de assinar manifestos da comunidade acadêmica e fora dela. Realiza atividades culturais e debates, como, por exemplo, referente ao Novembro Negro. Participa de órgãos superiores da UFRGS (como o CONSUN, o CEPE, entre outros), participa de reuniões na Câmara de Vereadores, participa de fóruns (como o Fórum Municipal de Educação, o Fórum Estadual de Educação e o Fórum Popular de Educação do Rio Grande do Sul) e participa de reuniões do Conselho Municipal de Educação. Apresenta pedidos de providência ao Ministério Público Federal por meio de sua assessoria jurídica. Por fim, realiza campanhas de

solidariedade (como o Natal Solidário), além de integrar projetos da comunidade (como a Ação promovida pela Cooperativa de Costureiras Univens).

Se, por um lado, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS participa mais intensamente da organização de atividades de mobilização dentro e fora da UFRGS, além da realização de panfletagens e faixas, a ADUFRGS-Sindical participa com menos frequência destas atividades de mobilização dentro e fora da UFRGS. Ainda, a ADUFRGS-Sindical participa de várias reuniões da Câmara de Vereadores, fóruns e reuniões do Conselho Municipal de Educação, ao passo que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS participa com menos frequência de audiências públicas. Vale destacar que a ADUFRGS-Sindical elabora pedidos de providência ao Ministério Público Federal sobre assuntos das universidades e institutos federais, recurso que não é realizado pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.

Sobre as greves, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical possuem práticas distintas. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS compreende a greve como um instrumento de luta válido a ser colocado em prática pelos docentes quando esgotados as possibilidades de negociação. A ADUFRGS-Sindical entende a greve como um instrumento de luta utilizado como última alternativa posta aos docentes depois de esgotados todos os mecanismos de negociação. A questão é que ambas as entidades sindicais negociam e fazem greves, embora a ADUFRGS-Sindical entre em greve de modo posterior a Seção Sindical do ANDES-SN<sup>117</sup>, mas o que as diferencia são os pressupostos que orientam a negociação e a greve. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, por ser uma Seção Sindical vinculada ao ANDES-SN e, portanto, classista, busca a negociação e a greve a partir dos pressupostos deliberados em suas AG's e nas rodadas de deliberação do Comando Nacional de Greve (CNG). A ADUFRGS-Sindical, por ser um sindicato federado ao PROIFES-Federação, e, portanto, negocial de estado, admite mais facilmente a possibilidade de consensos e de celebrar acordos que são levados para deliberação dos docentes, muitas vezes, em AG's híbridas e em consultas eletrônicas.

Na UFRGS, existem relatos que circulam entre os docentes acerca da compreensão da greve como instrumento de luta de modo distintos entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical. Por exemplo, a Entrevistada 5, quando iniciou seu trabalho na UFRGS, menciona que um representante da ADUFRGS-Sindical foi em sua unidade para

---

<sup>117</sup> Como demonstrei no capítulo 2.2, intitulado do PROIFES-Fórum ao PROIFES-Federação: concepção sindical negocial de Estado, o PROIFES-Fórum (2004) e, posteriormente, o PROIFES-Federação (2012), em muitas situações, não utilizava o instrumento de luta greve e, quando da realização das greves, sua deflagração se dava de modo posterior ao ANDES-SN.

realizar uma palestra sobre a história desta entidade sindical e do movimento sindical docente na UFRGS e, ao adentrar no debate sobre as greves, citou que “teve as greves dos anos 1980 [...] chegava ali até o final dos anos 1990 e aí falava assim, mas isso aí agora, não estou falando *ipsis litteris*, né, ficou na memória que ele falou alguma coisa tipo assim, mas isso aí agora, greve né, é método ultrapassado, isso é coisa do passado né, a gente não faz mais”. Assim, a Entrevistada 5 argumenta que a ADUFRGS-Sindical compreende a greve como algo ultrapassado, que não vai dar certo e que não é para agora, ao passo que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS entende a greve como um instrumento de luta que possui eficácia e que não se apresentou nenhum outro instrumento para colocar em seu lugar, como segue:

Bom, eu acho que fechando com o que eu falei no início, como ambas enxergam a greve como um instrumento de luta nesse momento, tá? Tem bastante diferença, a ADUFRGS-Sindical como algo ultrapassado, ou que não vai dar certo, não é pra agora. E a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, acho que mesmo com todas as críticas que se possam ser feitas, as análises do que era uma greve há trinta anos atrás, o que é hoje, enfim, as transformações do sindicato, de movimento docente, né? Mas a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS entende que tem uma eficácia que não se apresentou nada para ser colocado nesse lugar ainda, nesse momento. Talvez no futuro a gente encontre outra forma. Mas que não tem nesse momento, enfim. (ENTREVISTADA 5).

Por fim, a repercussão da fragmentação sindical se dá pela existência de práticas organizativas distintas entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical. Estas práticas organizativas distintas foram analisadas com base em suas formas de tomada de decisão e em suas formas de luta. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, por se organizar por local de trabalho, busca assegurar o debate que reflita as reivindicações de sua categoria atrelada à totalidade da classe trabalhadora. Ela é conhecida entre os docentes da UFRGS por seus posicionamentos políticos, por sua articulação nacional e pela construção de mobilizações, paralisações e greves. As instâncias locais existentes na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS são as AG's presenciais, a Diretoria, o Conselho de Representantes e os GT's locais, ao passo que as instâncias nacionais são os Congressos e Conads, a Diretoria nacional, os GT's Nacionais e os Setores. Assim, a tomada de decisão da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, por ser uma Seção Sindical organizada do ANDES-SN, parte das decisões nos locais de trabalho, segue para a deliberação nos Congressos e Conads e retorna aos locais de trabalho como forma de mobilização coletiva dos docentes, além de ser executada pela Diretoria Nacional do ANDES-SN. Para finalizar, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS atua mais diretamente nas atividades de mobilização dentro e fora da UFRGS, realiza panfletagens e divulga faixas de protesto, além de atuar nas instâncias institucionais da UFRGS

e em algumas fora dela. Ainda, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS negocia e faz greves a partir dos pressupostos deliberados em suas AG's e nas rodadas de deliberação do Comando Nacional de Greve (CNG).

A ADUFRGS-Sindical, ao representar os seus associados do ensino superior público do Rio Grande do Sul, busca atuar em torno da pauta específica dos docentes das IFES. Ela é conhecida pelos docentes da UFRGS pela sua assessoria jurídica, pela sua assessoria contábil e pela política de convênios oferecida aos seus associados. As instâncias locais da ADUFRGS-Sindical são as AG's híbridas, a Diretoria, o Conselho de Representantes, o Conselho Fiscal e os GT's. Enquanto as instâncias nacionais do PROIFES-Federação são o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva, o Encontro Nacional, o Conselho Fiscal e os GT's. Portanto, a tomada de decisão da ADUFRGS-Sindical, por ser um sindicato federado ao PROIFES-Federação, é autônoma em relação a Federação Nacional, o que significa que os sindicatos federados tomam suas decisões em âmbito local e a Federação Nacional toma sua decisão em âmbito nacional. Por fim, a ADUFRGS-Sindical atua com mais intensidade nas instâncias institucionais da UFRGS e fora dela, embora também atue em mobilizações dentro e fora da UFRGS. Ademais, a ADUFRGS-Sindical negocia e faz greve – mesmo que este último recurso seja utilizado de modo posterior a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS –, a partir da possibilidade de consensos e de celebrar acordos que são levados para deliberação dos docentes, muitas vezes, em AG's híbridas e em consultas eletrônicas.

## **5.2 Conflitos no Movimento Sindical Docente em Porto Alegre e suas Repercussões**

Neste capítulo discuto os conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação, assim como entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical. A partir disso, analiso as repercussões destes conflitos no diálogo intersindical entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical, bem como entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação.

### **5.2.1 Conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação**

O movimento sindical docente é organizado, em nível nacional, pelo ANDES-SN e pelo PROIFES-Federação. Este último, foi criado em 2004, em função dos seguintes conflitos que ocorreram no interior do ANDES-SN: da crescente separação entre os defensores da estrutura sindical vertical e horizontal, da discordância acerca do indicativo de greve contra a Reforma

da Previdência em 2003, da divergência sobre o papel do sindicato no governo Lula e da disputa eleitoral para a Diretoria Nacional do ANDES-SN no Biênio 2004-2006.

O primeiro elemento da criação do PROIFES-Fórum esteve associado a crescente separação entre os defensores da estrutura sindical vertical e horizontal, uma vez que os fundadores do PROIFES-Fórum retornam a ideia da organização sindical baseada em sindicatos locais, seguido por federações e, em última instância, as confederações sindicais. Este modelo vertical, aos moldes do sindicalismo atrelado ao Estado, conforme apresentado no Capítulo 2, havia sido rejeitado pela maioria dos docentes durante a fundação da Associação Nacional em 1981 e durante sua transformação em Sindicato Nacional em 1988. Entretanto, com a fundação do PROIFES-Fórum em 2004, a estrutura sindical federativa se torna presente no movimento sindical docente do ensino superior. O Entrevistado 12, dirigente da ADUFRGS-Sindical, menciona a criação do PROIFES-Fórum aos moldes da estrutura sindical federativa, como segue:

Até que em 2004 se funda o PROIFES-Fórum [...] e o PROIFES-Fórum, ele retoma a ideia de uma federação. Durante os anos aí de 2004 até 2012 ele funcionou como uma associação civil, como um fórum, que congregava os sindicatos que foram se tornando independentes ao longo daquela década. [...] nós defendíamos uma entidade plural e principalmente nós defendíamos um modelo federativo, aquele que criou o movimento docente pós-ditadura, lá no final dos anos 70, que era o movimento com os sindicatos autônomos e uma federação nacional que era composta a partir de sindicatos. (ENTREVISTADO 12).

O segundo elemento, por sua vez, diz respeito a discordância entre os docentes pertencentes a correntes sindicais distintas acerca do indicativo de greve contra a Reforma da Previdência em 2003. No 22º Congresso (2003) foi aprovado e encaminhado à imediata apreciação das Seções Sindicais dos três setores (IFES, IEES/IMES e IPES) sobre o indicativo de greve, caso fosse retomada a tramitação da Reforma da Previdência. O conflito quanto a decisão sobre o indicativo de greve se deu entre o campo majoritário organizado na corrente sindical ANDES-AD favorável ao indicativo de greve e a corrente sindical ANDES-SIND que era contra a realização de uma greve nos primeiros meses do governo Lula. Estas discordâncias estão expressas nas falas do Entrevistado 12 e da Entrevistada 13:

A greve que a ANDES determina contra o governo Lula em março de 2003, em um Congresso em Teresina no Piauí. Esse eu estava presente também, não foi preciso que ninguém me contasse. Nós achamos que era um absurdo, nós que éramos um grupo minoritário dentro do sindicato, que era um absurdo que o Sindicato Nacional fizesse uma greve com um mês de governo e cuja justificativa era que o Lula tinha feito um governo de coalizão de classe, que tinha lá no governo o Henrique Meirelles, tinha no governo mais não sei quem lá. Isso foi um racha grande dentro do Congresso, tanto

assim que a votação naquele Congresso foi uma votação muito complicada (ENTREVISTADO 12).

A outra coisa lá no Piauí que para mim chocou, Congresso aquele do Piauí, foi o Congresso que o Lula iria assumir ou tinha recém assumido. O Lula nem tinha terminado de fazer o... é que eu não me lembro a data do Congresso, mas foi meio junto, próximo da posse ou pouco antes ou pouco depois. E o Lula nem tinha tido tempo de pensar em dizer qualquer coisa, eles já estavam chamando greve contra o Lula. [...] tinha que esperar para declarar greve contra o Lula, esperar ainda, ver o que ele ia fazer, né, não já sair no início do governo do cara chamando uma greve. Então essa era a nossa posição. Entendeu? Até porque a gente estava sentindo naquele momento que... hein, o Lula entrou, vamos, vamos, vamos apoiar, né, tentar ver se ele melhora a situação da gente. (ENTREVISTADA 13).

O terceiro elemento da criação do PROIFES-Fórum diz respeito a divergência sobre o papel do Sindicato Nacional frente ao governo Lula. A corrente sindical ANDES-AD defendia a autonomia do sindicato perante o governo, enquanto que a corrente sindical ANDES-SIND entendia que era o momento do movimento sindical docente precisava ser propositivo e aproveitar os espaços de negociação que se formaram a partir do governo, tais como a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)<sup>118</sup> e o FNT<sup>119</sup>, ambos criados em 2003. Esta divergência é sinalizada pelo Entrevistado 12, o qual é dirigente sindical da ADUFRGS-Sindical, como segue:

E de certa maneira esse racha, quando acontece o governo Lula, ele quase fica insolúvel. A ideia de que a ANDES tinha que ser um aparelho de oposição ao governo dos trabalhadores e um outro grupo que entendia que é preciso negociar com o governo dos trabalhadores posto que era um momento que se colocava para a possibilidade de negociação. E a ANDES, ele em 2004, 2003, 2004, ele assume uma postura de franca oposição ao contrário do que acontecia com outras federações que entenderam o processo e começaram a negociar. [...] Cada um com o seu papel como o próprio presidente da época, o Lula, dizia, o governo governa, o sindicato syndicateia, né, no jeito dele de falar. Então nós entendíamos que era isso, que o sindicato tinha que syndicatear, mas aproveitando os espaços de negociação que se criaram. (ENTREVISTADO 12).

---

<sup>118</sup> A MNNP foi criada em 2003 constituída pela bancada governamental (Administração Pública Federal) e bancada sindical (Entidades Sindicais representativas dos SPF's dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) com o objetivo e finalidade de constituir um espaço de negociação dos conflitos e das demandas decorrentes das relações de trabalho (temas como plano de carreira, salários, condições de trabalho, direitos dos SPF's e metas) (MPOG, 2003).

<sup>119</sup> O FNT foi criado em 2003 como um organismo tripartite constituído por representantes de trabalhadores, empregadores e governo federal com o objetivo de debater a reforma sindical e trabalhista. Para Galvão (2007) a reforma sindical representava uma novidade no governo, pois, embora desde o período em que Lula se destacava como líder sindical, a crítica à estrutura sindical corporativa fizesse parte do novo sindicalismo, sua alteração pouco figurou entre os projetos governamentais; enquanto que a reforma trabalhista representava um tema recorrente na política brasileira, pois entre os governos de Collor e Lula houve várias iniciativas destinadas a modificar a legislação trabalhista. O governo Lula iniciou as discussões no FNT pela reforma sindical, com o discurso de que seria necessário fortalecer os sindicatos para, depois, negociar a reforma trabalhista (GALVÃO, 2007).

Por fim, o quarto elemento da criação do PROIFES-Fórum decorreu da disputa eleitoral para a Diretoria Nacional do ANDES-SN no Biênio 2004-2006. Nesta eleição, houve a inscrição de três chapas para disputar a Diretoria do Sindicato Nacional, sendo elas, a *Chapa 1: Educação e Revolução*, que não concorreu as eleições; a *Chapa 2: Uma nova ANDES é possível* apresentada em nome da corrente sindical ANDES-SIND; e a *Chapa 3: ANDES-AD* que, como o nome já diz, foi apresentada pela corrente sindical ANDES-AD. A Chapa 2 recebeu 10.537 votos e a Chapa 3 recebeu 11.413 votos, alçando a docente Marina Barbosa Pinto à presidência do ANDES-SN pela corrente sindical ANDES-AD.

A partir desta eleição, conforme a Entrevistada 13, a corrente sindical ANDES-SIND avaliou que a estrutura organizada para as eleições do ANDES-SN dificultava a vitória eleitoral da oposição para a Diretoria Nacional. Além disso, o Entrevistado 12 também mencionou que a corrente sindical ANDES-SIND compreendeu ter ganho as eleições no Setor das IFES e perdido no cômputo final a partir dos votos no Setor das IPES e no Setor das IEES/IMES, levando-os ao entendimento de que era necessário criar o PROIFES-Fórum e, com isso, fazer uma discussão a partir do ponto de vista dos trabalhadores das universidades públicas federais. O Entrevistado 12 e a Entrevistada 13, ambos dirigentes da ADUFRGS-Sindical, relataram esta divergência acerca deste processo eleitoral:

E aí decidimos em setembro, outubro de 2004 fundar uma outra coisa, que na época nós inclusive nem sabíamos bem o que era ainda, não tínhamos uma visão de que queríamos sair da ANDES, nós ainda tínhamos uma visão de que queríamos continuar na ANDES. Tanto assim que disputamos a eleição de 2004, naquele ano, ainda tínhamos essa visão e nós ganhamos a eleição nas universidades federais. Só que perdemos a eleição nas entidades privadas e estaduais. [...] Então como nós éramos majoritários nas federais, nós entendíamos que era preciso fazer uma discussão a partir do ponto de vista dos trabalhadores das universidades federais. (ENTREVISTADO 12).

Sou parte da fundação, fiz parte da fundação da ANDES-SIND e depois...bem, aí a partir daí a gente discutiu, ainda a partir da ANDES-SIND ainda tentamos disputar uma eleição por dentro do ANDES-SN e se viu que também era impossível. [...] Eram brigas de foice, cada eleição daquelas era um sufoco. Bem, a gente acabou que nas reuniões lá, que ia para Brasília, o nosso grupo daí aproveitava para fazer reuniões, a gente assistia as reuniões do ANDES-SN, participava de tudo, aí na madrugada ia fazer reunião nossa para começar a pensar, fazer coisas. Ou chegava mais cedo, passamos a nos organizar, eu fui uma que ajudei nas várias organizações dessas. Por exemplo, Congresso do Piauí, combinei com o pessoal que era das AD's que nos apoiavam da gente ficar todos no mesmo hotel para facilitar e fazer reunião nesse hotel. Só um, em Salvador também fizemos a mesma coisa, eu que organizava [...] E ao longo desse tempo, nessas reuniões paralelas que a gente foi fazendo, a gente começou... não só construímos a ANDES-SIND, aí se marcava a presença dentro do ANDES-SN como em determinado momento a gente viu que a ANDES-SIND não... a coisa era muito fechada, né, a forma, a estrutura do ANDES-SN não tinha como ganhar eleição lá dentro. Quando se viu que não tinha como ganhar por dentro a gente começou a pensar em formas alternativas. E aí começou-se a trabalhar para fazer a

ANDES-SIND virar um sindicato nacional, um sindicato alternativo. (ENTREVISTADA 13).

Não obstante os conflitos citados acerca da criação do PROIFES-Fórum no setor das federais, o ANDES-SN estava com seu registro sindical suspenso por meio da publicação no Diário Oficial da União em 23 de junho de 2004 em função das disputas jurídicas em torno da representação dos docentes no setor privado. O registro sindical do ANDES-SN era contestado desde a década de 1990 pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC) e pela CONTEE, esta última que congrega os SINPRO's.

Dada a suspensão do registro sindical do ANDES-SN, o PROIFES-Fórum, em AG Extraordinária realizada em 6 de setembro de 2008, funda o PROIFES-Sindicato como forma de possibilitar uma representação nacional dos docentes das IFES (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019). A criação do PROIFES-Sindicato, em um contexto de suspensão do registro sindical do ANDES-SN, visava a conquista de seu registro sindical como único representante legal dos docentes do ensino superior público federal junto aos órgãos competentes e ao Ministério do Trabalho. O Entrevistado 12, dirigente sindical da ADUFRGS-Sindical, menciona a criação do PROIFES-Sindicato:

Nós decidimos, em seis de setembro de dois mil e oito, nós fundamos um sindicato interestadual chamado PROIFES-Sindicato, que hoje é o SIND-PROIFES. Ele foi fundado na sede da CUT nacional, nesse dia aí, seis de setembro de 2008, por quê? Porque a ANDES, essa entidade nacional, ela teve registro sindical apenas por um curtíssimo período de tempo no ano de 2003. Logo que o Lula assume no poder em 2003, a ANDES não tinha registro sindical. Porque ela não tinha registro sindical? Porque ela pleiteava ser o sindicato de todos os professores públicos do Brasil. De todas as esferas, públicos e privados. Na realidade se pleiteava quase que ser o único sindicato de professores do ensino superior no Brasil. Isso conflitou com a existência dos SINPRO's e da CONTEE, que é a confederação que eles congregam, né? (ENTREVISTADO 12).

Durante a realização desta AG Extraordinária, docentes sindicalizados ao ANDES-SN no setor das IFES foram até a sede da CUT para contestar a criação do PROIFES-Sindicato. Conforme a Diretoria Nacional do ANDES-SN no texto *A farsa cutista de 6 de setembro e a defesa do ANDES-SN*, somente sete docentes entraram na AG Extraordinária durante o período de 45 minutos em função de dificuldades no credenciamento, enquanto os demais não conseguiram adentrá-la. Desse modo, foi realizada fora da CUT uma reunião assemblear que deliberou pela reafirmação do ANDES-SN como legítimo representante dos docentes das IES brasileiras, pelo repúdio aos fatos e aos procedimentos praticados pela CUT e pelo PROIFES-

Fórum e pelo voto contrário à criação de um novo sindicato na base de atuação do ANDES-SN (ANDES-SN, 2008). Já a AG Extraordinária de fundação do PROIFES-Sindicato, realizada na sede da CUT, aprovou sua fundação e seu respectivo Estatuto Social, elegeu sua Diretoria e seu Conselho Fiscal provisórios e, por fim, autorizou as providências visando o registro sindical do novo Sindicato junto aos órgãos competentes e ao Ministério do Trabalho e Emprego (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019).

No entanto, o PROIFES-Sindicato não teve êxito na busca por providências em torno de seu registro sindical, pois houve o reestabelecimento do registro sindical do ANDES-SN no que concerne à representatividade da categoria dos docentes em ensino superior do setor público em 04 de junho de 2009. Ainda, desse processo, o ANDES-SN teve vedada a representação dos docentes das universidades, centros universitários e faculdades privadas. Atualmente, o ANDES-SN possui registro sindical para representar a categoria profissional dos docentes em ensino superior do setor público<sup>120</sup> (MTP, 2022). Dentre as categorias não representadas juridicamente pelo ANDES-SN, pode-se mencionar a existência de disputas jurídicas entre o ANDES-SN e algumas entidades sindicais, como, por exemplo, a ADUFSCar-Sindicato<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> Exceto: os docentes do ensino superior da rede municipal de ensino no município de Belo Horizonte; os docentes em ensino superior da rede pública, na base territorial do Município de Rio Verde/Goiás; os docentes do ensino superior da rede pública municipal de Inocência no Estado de Mato Grosso do Sul; os docentes em Instituições Federais de Ensino Superior em Araras, São Carlos e Sorocaba, Estado de São Paulo; os docentes em ensino superior no Município de Aracajú, no estado de Sergipe; os docentes das Universidades Federais brasileiras dos Municípios de Campo Grande, Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Navirai, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas no Estado de Mato Grosso do Sul; os docentes das Universidades Federais no Estado de Goiás; os Docentes ativos e aposentados das Universidades Federais nos Municípios de Caicó, Currais Novos, Macaíba, Macau, Natal, Nova Cruz e Santa Cruz/Rio Grande do Norte; os trabalhadores técnicos administrativos e os professores de 1º e 2º Grau da Universidade Federal de Rondônia; os Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior que exerce funções acadêmicas em instituições federais que oferecem curso de nível superior, independente da forma de vínculo contratual, incluindo os professores aposentados nos Municípios de Ananindeua, Abaetuba, Belém, Bragança e Cametá, do Estado do Pará; e a categoria dos servidores públicos municipais ativos e inativos, dos poderes executivo, inclusive professores municipais e legislativo, da administração direta e autárquica, nos termos do Art. 30 da Portaria 326/2013 (MTP, 2022).

<sup>121</sup> Em 2015, o ANDES-SN requereu a suspensão do registro sindical concedido à ADUFSCar-Sindicato pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 12 de dezembro de 2014. Ainda em 2015, foi aceito o pedido de liminar e houve a suspensão do registro sindical desta entidade, o qual foi sendo confirmado em todas as instâncias judiciais posteriores até que em junho de 2021 foi mantida a anulação do registro sindical da ADUFSCar-Sindicato (ADUFSCAR-SINDICATO, 2022a). Diante desta situação, a Diretoria do Biênio 2021-2023 realizou duas reuniões abertas (em 09 de setembro de 2022 e em 05 de outubro de 2022) em que surgiram duas posições políticas por parte dos associados: o reinício do processo de solicitação do registro sindical da ADUFSCar-Sindicato junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e, conseqüentemente, a manutenção de sua vinculação ao PROIFES-Federação ou a reabertura da ADUFSCar Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFSCAR-SINDICATO, 2022b). A partir disso, foram produzidos textos escritos que subsidiaram a realização de uma terceira reunião ampliada, em 07 de novembro, a qual teve como encaminhamento a realização de um Encontro da ADUFSCar, em 29 e 30 de novembro, para aprofundar o debate sobre o registro sindical da entidade com a participação de representantes do PROIFES-Federação e do ANDES-SN (ADUFSCAR-SINDICATO, 2022b). O debate acerca destas duas posições políticas está em andamento.

Ao mesmo tempo em que foi criado o PROIFES-Sindicato para representar a categoria profissional dos docentes das IFES em todo território nacional, teve início o processo de criação dos sindicatos de bases locais. Estes sindicatos, quando criados, passaram a buscar seus registros sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego e, conseqüentemente, a desmembrar o território geográfico que anteriormente o ANDES-SN representava pela outorga do registro sindical. Estes desmembramentos resultaram na existência de disputas jurídicas entre os sindicatos de bases locais e o ANDES-SN. Ainda, a existência de sindicatos de bases locais possibilitou a transformação do PROIFES-Fórum em PROIFES-Federação em 2012, a fim de reunir os sindicatos criados nas IFES com base municipal, intermunicipal, estadual e nacional.

Estes conflitos no movimento sindical docente em nível nacional tiveram como consequência a proliferação de entidades representativas dos docentes do ensino superior público federal, uma vez que foram criados fóruns – como o PROIFES-Fórum –, federações – como o PROIFES-Federação –, sindicatos de base local – como a ADUFRGS-Sindical – e refundadas Seções Sindicais – como a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. Estes últimos serão abordados no próximo capítulo. Vale destacar que se proliferam as entidades representativas dos docentes do ensino superior público federal, o que não implica necessariamente em elevar a capacidade de luta destes docentes como um todo.

### 5.2.2 Conflitos entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical

Os conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação tiveram rebatimento na existência de conflitos entre os docentes partícipes do movimento sindical docente da UFRGS. Desde a criação do PROIFES-Fórum, em 2004, houve o acirramento das divergências entre os docentes filiados a ADUFRGS-Seção Sindical, uma vez que a Diretoria desta buscou transformá-la em Sindicato Municipal. O fato é que, em 2008, a ADUFRGS-Seção Sindical se transformou em ADUFRGS-Sindical e, em 2011, obteve seu registro sindical e participou da transformação do PROIFES-Fórum em PROIFES-Federação, ao passo que, em 2009, alguns docentes decidiram refundar a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e, em 2010, obtiveram seu reconhecimento enquanto Seção Sindical do ANDES-SN.

Antes, vale destacar que a ADUFRGS foi fundada em 17 de junho de 1978, no auditório do IAB, com a participação de 22 docentes (SCHMIDT, 2004). O Entrevistado 11 conta que a criação da ADUFRGS se deu a partir da conversa individual com os docentes, uma expansão artesanal, mas que “na greve de 1980, daí houve realmente uma expansão significativa, até o pessoal da medicina começou a participar, mas foi muito por razões bem corporativas, salário,

etc..., né? E deu resultado, né? Teve resultado com esse movimento que foi dirigido pela ANDES”. A ADUFRGS foi uma das AD’s partícipes da fundação da ANDES em 1981 e, posteriormente, de sua transformação no ANDES-SN em 1988. Desse modo, em 1992 a ADUFRGS transformou-se em Seção Sindical do ANDES-SN por meio da realização de uma AG Extraordinária. Nesta, foi aprovada a alteração do artigo 1º de seu Estatuto, em que a denominação desta entidade sindical passou a ser considerada ADUFRGS-Seção Sindical, e a transformação de seu Estatuto em Regimento.

A partir da criação do PROIFES-Fórum, em 2004, as discordâncias políticas na ADUFRGS-Seção Sindical se tornam mais acirradas. A inflexão ocorre, justamente, pelo fato de que a Diretoria 2004-2006 da ADUFRGS-Seção Sindical estava alinhada ao entendimento de que o Sindicato Nacional precisava ter capacidade de negociação e, o principal motivo das discordâncias políticas, era favorável a criação do PROIFES-Fórum. O Entrevistado 11 conta que, mesmo favorável a necessidade do ANDES-SN ter capacidade de interlocução com o governo federal, ele era contrário à criação de um sindicato paralelo, o PROIFES-Fórum, como segue:

Na realidade, a Direção Nacional na época tinha, no meu ponto de vista, um certo grau de intransigência na relação com o governo, com o patrão, tá. E a intransigência, no caso, representava para mim uma falta de capacidade de negociar, que para negociar tu precisas ter... reconhecer aquele que é... representa o patrão. Então, no caso, eu me alinhava... não sei se é o termo me alinhava, mas eu estava mais próximo das pessoas que achava que a gente tinha que ter uma certa capacidade de interlocução. E com o tempo até esse negócio foi mudando, sabe? Eu não sei, mesmo antes dessa ruptura que a ADUFRGS-Seção Sindical teve. Já estava acontecendo isso. [...] Diminuiu aquela, digamos, intransigência que eu me referi antes, né. Então essa coisa já vinha acontecendo, tá. E eu particularmente, eu acho que a gente não, mesmo antes que a coisa continuava nesse padrão de intransigência, tu não podes tentar resolver isso deixando de participar, criando uma estrutura paralela, um sindicato paralelo. Um caso, que foi o caso do PROIFES-Fórum. Eu sou contra isso. Então isso aí acabou me afastando desse pessoal aí da ADUFRGS. (ENTREVISTADO 11).

Vale destacar que na criação do PROIFES-Fórum, em 2004, nenhum docente da UFRGS esteve presente e, portanto, foi eleito para a Diretoria Provisória do PROIFES-Fórum. Entretanto, de modo posterior a criação do PROIFES-Fórum, a ADUFRGS-Seção Sindical buscou se vincular a este Fórum. A primeira tentativa de constituição de um Sindicato Municipal por parte da Diretoria 2004-2006 da ADUFRGS-Seção Sindical ocorreu em uma AG presencial realizada em 08 de dezembro de 2005. Nesta, foi rejeitada a proposta de criação de um Sindicato Municipal, sendo que, 21 docentes votaram de modo contrário a esta proposta, 12 docentes foram favoráveis e 2 docentes se abstiveram (COMITÊ DOCENTE DA UFRGS EM DEFESA DA ADUFRGS-SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN, 2009a). Este resultado

demonstra que havia divergências entre os docentes quanto a criação de um Sindicato Municipal. Além da transformação da ADUFRGS-Seção Sindical em Sindicato Municipal, a questão fundamental que estava colocada nesta AG era sua desvinculação do ANDES-SN e, conseqüentemente, sua vinculação ao PROIFES-Fórum.

Na eleição para a Diretoria 2006-2008 da ADUFRGS-Seção Sindical, o mesmo presidente da Diretoria 2004-2006 foi reconduzido, o que demonstra a preocupação em dar continuidade ao programa da diretoria anterior. Em 30 de abril de 2008, houve a cessação do repasse das contribuições financeiras da ADUFRGS-Seção Sindical ao ANDES-SN, por deliberação dos docentes em AG (ADVERSO, 2011). A cessação do repasse destas contribuições financeiras foi aprovada sob o argumento da Diretoria da ADUFRGS- Seção Sindical de que o ANDES-SN não possuía registro sindical<sup>122</sup>. Essa medida, em um primeiro momento, propiciou o aprofundamento do distanciamento entre a ADUFRGS-Seção Sindical e o ANDES-SN. Ademais, nesta AG também foi deliberado pela realização de uma consulta eletrônica sobre a transformação da ADUFRGS-Seção Sindical em ADUFRGS-Sindical (ADVERSO, 2009a). Em 13 de agosto de 2008 foi realizada a primeira consulta eletrônica<sup>123</sup> organizada pela Diretoria da ADUFRGS-Seção Sindical. Desta consulta participaram 596 docentes, sendo que, 452 votaram a favor da transformação da ADUFRGS-Seção Sindical em ADUFRGS-Sindical, 128 votaram contra e 16 votaram em branco (ADVERSO, 2011).

Destaca-se que pela primeira vez na história da ADUFRGS-Seção Sindical, esta entidade utilizaria o recurso da consulta eletrônica para questionar os docentes sobre uma deliberação. Isso significou uma inflexão nas práticas de tomada de decisão da ADUFRGS-Seção Sindical, uma vez que, tradicionalmente, as deliberações sempre haviam sido tomadas por AG presencial passando, naquele momento, a implementação da consulta eletrônica como uma nova prática de tomada de decisão. Ainda, uma parcela dos docentes da UFRGS aderiu a esta nova prática sindical de tomada de decisão, uma vez que 596 docentes participaram desta votação eletrônica.

Ainda, vale enfatizar que os docentes da UFRGS contrários tanto a desfiliação da ADUFRGS-Seção Sindical do ANDES-SN quanto a criação de um Sindicato Municipal organizaram o Comitê Docente da UFRGS em defesa da ADUFRGS-Seção Sindical do ANDES-SN. Um dia antes da realização da consulta eletrônica, em 12 de agosto de 2018, este

---

<sup>122</sup> A suspensão do registro sindical do ANDES-SN foi tratada no capítulo anterior (5.2.1 Conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação).

<sup>123</sup> A consulta eletrônica questionava se o sindicalizado era a favor da transformação da ADUFRGS-Seção Sindical no Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre (ADUFRGS-Sindical), com as opções de resposta Sim ou Não.

Comitê lançou um manifesto com a assinatura de docentes da UFRGS intitulado *Porque Defender a ADUFRGS – Seção Sindical do ANDES-SN* argumentando que a consulta eletrônica sobre a transformação da ADUFRGS-Seção Sindical em Sindicato Municipal significaria o rompimento desta entidade com o ANDES-SN, bem como sua extinção em favor da criação de um Sindicato Municipal em Porto Alegre<sup>124</sup>.

Após a realização da consulta eletrônica, em 3 de setembro de 2008, este Comitê também divulgou texto intitulado *Continua viva a luta em defesa da ADUFRGS-Seção Sindical do ANDES-SN!* em que denunciou a realização de uma consulta eletrônica para contornar as exigências regimentais do Estatuto da Seção Sindical, além de evitar o debate coletivo propiciado em uma AG. Ademais, também denunciou a taxa de 79% dos docentes que não participaram da consulta eletrônica por não reconhecê-la como legítima e por não estarem adequadamente informados sobre o tema. Por fim, buscou mobilizar os docentes para estarem informados sobre o tema em pauta, sobre a gravidade da situação e sobre os perigos e as consequências da implementação da transformação da ADUFRGS-Seção Sindical em um Sindicato Municipal.

Mesmo assim, a Diretoria da ADUFRGS-Seção Sindical convocou uma AG em 3 de dezembro de 2008 para deliberar sobre alterações estatutárias da ADUFRGS-Seção Sindical, a criação da ADUFRGS-Sindical com abrangência municipal e a indicação da atual Diretoria da ADUFRGS-Seção Sindical para compor a Diretoria Provisória da ADUFRGS-Sindical. Esta última AG foi perpassada por discordâncias quanto à utilização de votos por procuração. Os docentes favoráveis à criação da ADUFRGS-Sindical com abrangência municipal compreendiam que os votos por procuração não eram proibidos pelo Estatuto da ADUFRGS, somente era proibido o voto por procuração nas eleições da entidade, como segue:

Em 2008, sim, ela faz uma grande assembleia, que teve votos presenciais e votos por procuração, que é algo que o Código Civil brasileiro autoriza desde que o estatuto não proíba e o estatuto da ADUFRGS-Seção Sindical não proibia, ele só proibia voto por procuração nas eleições. Inclusive, isso foi objeto de arguição judicial e nós derrubamos todas as arguições judiciais porque ficou muito claro que o legislador lá de 1978, se ele entendeu que não podia votar para diretoria por procuração, o resto podia. (ENTREVISTADO 12).

---

<sup>124</sup> Ademais, o manifesto também denunciava que: 1) o patrimônio da ADUFRGS-Seção Sindical seria transferido para a ADUFRGS-Sindical; 2) a proposta de criação de um Sindicato Municipal significaria, na verdade, a constituição de uma entidade nacional paralela ao ANDES-SN; 3) as tentativas de criação de sindicatos locais não obtiveram registro sindical até o momento, sendo improvável que um Sindicato Municipal de Porto Alegre o obtenha, pelo menos em curto prazo; e 4) o açodamento e a precipitação da Diretoria da ADUFRGS-Seção Sindical em torno desta transformação, bem como as condições precárias e desiguais – consideradas antidemocráticas – no debate e na convocação da consulta eletrônica (COMITÊ DOCENTE DA UFRGS EM DEFESA DA ADUFRGS-SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN, 2008).

Os docentes contrários a criação da ADUFRGS-Sindical com abrangência municipal contestavam a utilização de procurações para a votação durante a AG, pois contrariava o Regimento da ADUFRGS-Seção Sindical e o Estatuto do ANDES-SN, assim como sua concepção de democracia (Entrevistado 9, Entrevistado 10 e Entrevistado 11).

Mas em 2008 com esse argumento de que o ANDES-SN não tinha carta sindical, se tira numa assembleia aqui na UFRGS, numa assembleia com procurações que contraria o estatuto do sindicato. Ou seja, o sindicato não diz que as assembleias vão ser feitas por procurações. Então numa assembleia com procurações tu tinha uma assembleia, eu não vou ter esses números exatos, tá? Mas tu tinhas, sei lá, vamos imaginar, com 220 professores presentes na assembleia, tu tinhas uns 40 que eram a favor, tá? E tu tinha 180, mais ou menos nessa proporção, que eram contrários presente em assembleia. Essa assembleia foi bastante polêmica, por quê? Porque a base votou contra a constituição da mesa diretora, né? As assembleias do ANDES-SN, sempre, qualquer, se coloca em primeira votação é: nós somos aqui a mesa, alguém tem alguma coisa contra a mesa? Então nesse momento já tinha, nós somos a mesa, não, não queremos essa mesa. E aí já começou a polêmica [...] Só que claro, as pessoas compareceram, disseram não, eles quando a mesa que foi legitimamente montada pela assembleia diz estar encerrada a reunião, eles recomeçam com aqueles 40 que estavam lá. E aí aparecem as tais procurações. Eles tiram cada um uma procuração ali e aparecem um número sei lá de 200 procurações, 300 procurações, tá? E fazem uma nova assembleia e desfiliam com esse argumento de que o sindicato não poderia permanecer no ANDES-SN porque não tinha carta sindical e isso seria um problema para as negociações futuras com o governo, tá? Isso é uma falácia, foi em 2008, em 2010 [2009], o ANDES-SN recupera a carta e ninguém muda. Não tem uma assembleia para votar. Olha, agora o ANDES-SN, né? Eles já estavam filiados no PROFES-Fórum. (ENTREVISTADO 9).

Como resultado dessa AG, sob forte conflito, foi criada a ADUFRGS-Sindical. Desse modo, esta entidade passou a representar os docentes da UFRGS, da UFCSPA e do IFRS, campus Porto Alegre<sup>125</sup>, ou seja, os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior Público Federal de Porto Alegre. A ADUFRGS-Sindical manteve sua estrutura e seu patrimônio (Entrevistada 5, Entrevistado 4, Entrevistado 10), permaneceu com o nome da ADUFRGS que carrega as histórias do movimento sindical docente local (Entrevistada 5, Entrevistado 4) e a maioria dos docentes continuaram sindicalizados na ADUFRGS-Sindical (Entrevistado 11). A justificativa para a continuidade dos docentes na ADUFRGS-Sindical, conforme o Entrevistado 11, é de que o maior interesse dos docentes se tratava das questões materiais (demandas salariais e por condições de trabalho) em conjunto com a assessoria jurídica que permaneceu, a despeito das questões envolvendo querelas sindicais.

---

<sup>125</sup> Em 26 de junho de 2010 houve a criação do Campus Restinga, do IFRS, localizado em Porto Alegre. Desse modo, a ADUFRGS-Sindical passou a representar os docentes do IFRS do Campus Porto Alegre e do Campus Restinga.

A ADUFRGS-Sindical obteve o seu registro sindical em 2011 para representar a categoria profissional dos professores das instituições federais de ensino superior público federal do Município de Porto Alegre/RS (MTP, 2022). Neste mesmo ano, a ADUFRGS-Sindical também participou da transformação do PROIFES-Fórum em PROIFES-Federação, sendo um de seus sindicatos federados.

Vale destacar que, em 18 de dezembro de 2015, a ADUFRGS-Sindical realizou uma nova AG para a ampliação de sua base territorial de representação para mais onze municípios (Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Farroupilha, Feliz, Sapucaia do Sul, Tramandaí, Osório e Viamão), além de Porto Alegre. Esta AG contou com 312 votos favoráveis a expansão de base, 8 votos contrários e 3 abstenções (ADVERSO, 2015). A ratificação desta AG ocorreu por meio de consulta eletrônica realizada entre 3 a 31 de março de 2016, em que 754 docentes votaram a favor da expansão da base da ADUFRGS-Sindical e 82 docentes votaram contra, totalizando 836 votos (ADVERSO, 2016). Assim, em 31 de março de 2016, foi aprovada a expansão da ADUFRGS-Sindical para mais onze municípios e a alteração do nome da entidade para Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADVERSO, 2016). O Entrevistado 12, dirigente sindical da ADUFRGS-Sindical, menciona como ocorreu a AG de expansão de base e sua tramitação no Ministério do Trabalho e Emprego, como segue:

Finalmente, em 2016, se faz uma assembleia geral ali na FABICO [Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação] e os professores de onze municípios decidem aderir ao nosso sindicato, conforme a lei, conforme a regra. E aí esse processo de expansão de base que até hoje está tramitando por conta destes vários Ministérios do Trabalho e tal. A gente espera que esse processo aconteça e termine em algum momento aí, com a concessão então do registro sindical para a expansão de bases da ADUFRGS-Sindical para outros municípios. (ENTREVISTADO 12).

Em contrapartida, os docentes contrários a desfiliação da ADUFRGS-Seção Sindical do ANDES-SN e a criação de um Sindicato Municipal passaram a discutir, em AG's, o que fazer diante da situação que se estabelecia no movimento sindical docente local. Se questionavam se iriam disputar as eleições para a ADUFRGS-Sindical afim de seu retorno ao ANDES-SN ou se iriam criar um novo instrumento de organização dos docentes na UFRGS. Como encaminhamento destas discussões, em 15 de dezembro de 2009, realizou-se uma AG de professores da UFRGS, convocada pela Secretaria Regional do Rio Grande do Sul do ANDES-SN, em que foi deliberado pela reorganização da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, foi ratificado seu regimento e foi eleita sua Diretoria Provisória (COMITÊ DOCENTE DA

UFRGS EM DEFESA DA ADUFRGS-SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN, 2009b). A decisão de reorganização da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS entre alguns docentes na UFRGS demonstra sua identidade com o ANDES-SN, uma vez que estes possuem alinhamento com as concepções e práticas do Sindicato Nacional, como pode ser observado nas falas do Entrevistado 4, do Entrevistado 9 e do Entrevistado 11:

Quando a gente tem essa saída da ADUFRGS-Seção Sindical do ANDES-SN um grupo de colegas militantes pensa: não, eles saíram do ANDES-SN, mas o ANDES-SN não vai deixar de existir por causa disso, né? Então, se reorganiza a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS que começa com um grupo não muito grande de professores, mas um grupo ainda assim muito militante, muito aguerrido. E, essa força, né, ela foi muito importante para organizar algumas lutas e ainda é para organizar algumas lutas na universidade. (ENTREVISTADO 4).

E se ficou em 2008 a 2009 se discutindo internamente em assembleias chamadas pelos professores que estavam lá, o que nós vamos fazer? Nós, nós temos que ganhar as eleições dentro desse sindicato, não nós temos que ganhar... nós temos que fazer um novo sindicato. Já se percebeu que havia um aparato constituído, um aparato formado por essa nova diretoria e a reitoria. [...] é uma coisa complicada, mas assim ó, também a eleição de 2008 do reitor foi consagrada pelo sindicato, né? [...] Então esse casamento sindicato e reitoria aqui era insolúvel. A gente não teríamos... não teríamos novas... ah, vamos disputar por dentro que seria impossível ganhar, já tinha uma máquina montada, entende, com a reitoria para não se tirar mais esse sindicato. Então a única solução foi a refundação. Já que eles não são filiados, nós temos o direito de fazer um novo sindicato. (ENTREVISTADO 9)

a gente simplesmente refundou e criou a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS em cima das pessoas que politicamente estavam de acordo. Quando eu falo politicamente estavam de acordo, são aquelas pessoas que também tem uma percepção militante da questão, entende? (ENTREVISTADO 11).

Em 2010, o 29º Congresso (2010) reconheceu a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS como Seção Sindical do ANDES-SN. A decisão deste Congresso foi tomada em razão da manutenção da representação sindical ativa dos docentes da UFRGS e da existência de violações legais, estatutárias e regimentais no processo de transformação da ADUFRGS-Seção Sindical em ADUFRGS-Sindical (ANDES-SN, 2010).

A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS se consolidou entre os docentes da UFRGS na greve de 2012. O ANDES-SN havia deflagrado a greve dos docentes das IFES em 28 de maio, cujos principais eixos de reivindicação eram sobre a universidade pública e o trabalho docente; a autonomia, o financiamento e as vagas docentes; a democratização das instituições e das relações de trabalho; condições de trabalho, capacitação e seguridade; a carreira única docente; a política salarial; e a proposta salarial dos docentes das IFES (ANDES-SN, s.d.). Como o PROIFES-Federação não estava em greve, a ADUFRGS-Sindical não havia realizado AG's para debate-la. Assim, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS fez edital, convocou

uma AG de toda a categoria e os docentes participaram em grande quantidade e votaram pela deflagração da greve.

Ao final da greve, na UFRGS, foi realizada uma AG conjunta entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical, em que a pauta de deliberação era a continuidade ou o encerramento da greve a partir de uma das propostas do governo federal. Os docentes votaram pela posição da ADUFRGS-Sindical, uma vez que conforme o Entrevistado 9, a máquina estava a serviço, os Pró-Reitores da UFRGS convocaram os docentes dos departamentos e foi realizada uma AG com a participação de 400 professores, em que a ADUFRGS-Sindical tinha por volta de 30 docentes a mais presente. Diante disso, o PROIFES-Federação assinou um termo de acordo com o governo federal, o qual culminou com o encaminhamento do PL nº 4.368/2012<sup>127</sup> ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2012. Entretanto, ao final desta greve, a Seção Sindical do ANDES-SN passa a realizar eleições bianuais na UFRGS, pois possuía até aquele momento uma Diretoria Provisória, e passa a ser reconhecida com legitimidade entre os docentes.

Mas só em 2012, concretamente, porque aí apareceu uma greve nacional. Em 2012 teve uma greve nacional. E como é que vai ter uma greve nacional? Aí qual foi a postura deles imediatamente, não tem greve nacional, o PROIFES-Federação não está em greve em 2012. Não está em greve. A UFRGS anuncia não estar em greve em programa de rádios e não está em greve. E a gente estava fazendo as assembleias. O que aconteceu? As pessoas vieram as nossas assembleias. Eles não tinham assembleias. [...] Nós somos organizados, fizemos uma assembleia, fizemos edital de acordo com a lei, foi convocada essa assembleia, bom e as assembleias começaram a encher de pessoas. E essas assembleias, nós levamos... exatamente a nossa insegurança naquele momento era insegurança jurídica porque a gente pode ou não pode, pode, não pode, a gente está refundando, ainda é uma associação provisória. Bom, naquele momento, se concretizou. As pessoas votaram pela greve, né, e isso foi reconhecido pelo Sindicato Nacional, né, e a gente foi reconhecido até pelo reitor na época, né? [...] Aquela Sessão, aquela Diretoria que tinha um caráter provisório daí para frente já teve eleições seguintes. (ENTREVISTADO 9).

Para tirar da greve, eles tiveram que chamar Assembleia Geral junto com a gente, aí tivemos que articular com eles. Foi um momento que, para você ver, até nesse sentido, lá na mesa de contagem de votos eu era representante da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e o [...] era o representante da ADUFRGS-Sindical, né? Junto daí, é verdade, né, tinha que fazer umas reuniões com eles antes, agente um pouco acertou. [...] Mas eles botaram mais professores e cumprimos, fizemos a votação e encerramos a greve. A gente botou em greve e eles nos tiraram de greve, né? E aí, portanto, conjuntamente, agente teve que fazer conjuntamente. (ENTREVISTADO 6).

---

<sup>127</sup> Este PL foi transformado em Lei Ordinária 12.772/2012, dispondo sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico); sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; sobre a alteração da remuneração do Plano de Cargos TAE's; e dá outras providências (BRASIL, 2012).

Desde a criação da ADUFRGS-Sindical e a refundação da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, a primeira tem atuado no âmbito legal, com ênfase em possuir o registro sindical para representar os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior Público Federal do Município de Porto Alegre/RS e, a segunda, tem buscado construir sua legitimidade no movimento e na institucionalidade da UFRGS. Especificamente, a legitimidade no movimento tem sido construída com pautas de mobilizações conjuntas com as entidades representativas dos estudantes – o DCE UFRGS e a APG UFRGS – e com a entidade representativa dos TAE's – a ASSUFRGS – e a legitimidade na institucionalidade da UFRGS tem sido estabelecida ao eleger representantes docentes no CONSUN e no CEPE. Esta diferença na atuação da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical fica expressa na fala do Entrevistado 12, dirigente da ADUFRGS-Sindical, e do Entrevistado 6, dirigente da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, como segue:

Então a UFRGS, na realidade hoje, ela é representada legalmente pela ADUFRGS-Sindical. Existe um grupo de colegas que não entende assim e que resolveram há uns anos atrás fundar uma Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, mas ela não tem registro legal, não tem registro sindical. Até porque não pode ter dois, né? Só pode ter um registro sindical por local, por região, por micro, então municípios (ENTREVISTADO 12).

Tem uma disputa [na UFRGS] para saber quem pode, quem não pode falar. E, claramente com posições diferentes e eu ajudei um pouco a construir também parte disso, né? Porque a ADUFRGS-Sindical entra pelo lado legal, né, eles tentam o tempo inteiro dizer que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS não tem legalidade. Essa é a intervenção deles, né? E o que eu falei que eu ajudei a construir é que deixa eles falarem e vamos fazer justamente aquilo que eu acho que o sindicato tem que ter, que é a legitimidade, né? Então se a legalidade está na justiça e está e tem dúvidas sobre isso, esse não é nosso problema e isso não é o principal da luta sindical. A nossa questão principal é legitimidade, portanto, o que eu acabei fazendo, né? Vamos chegar junto da ASSUFRGS, do DCE, da APG e é com eles que a gente tem que construir e acabou. Ponto, né? A partir disso a gente tem a legitimidade do movimento. Nós apoiamos o movimento e acabamos por outro lado tendo respaldo desse próprio movimento. (...) E, aí é verdade, na intercepção do movimento com a institucionalidade, a gente conseguiu também eleger representantes, são filiados ou os próprios dirigentes nossos, no Conselho Universitário, no CEPE e aí de novo fazendo as dobradinhas com os estudantes e os trabalhadores. Então a nossa legitimidade também institucional, porque uma coisa no movimento, mas a gente também foi para o institucional com os representantes docentes e na mesma linha. Então, se precisar defender direitos de trabalhador e de estudante a gente vai defender todos e vamos estar junto com eles, né? (...) Então para mim está aí a diferença que se firmou, a ADUFRGS-Sindical sendo mais burocrática, mais legalista e a gente indo mais para o movimento e buscando legitimidade política dentro da institucionalidade. (ENTREVISTADO 6).

Por fim, os entrevistados (Entrevistado 4, Entrevistada 5, Entrevistado 6, Entrevistado 9 e Entrevistado 11) mencionam a existência de disputas judiciais entre a ADUFRGS-Sindical e a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e, conseqüentemente, o ANDES-SN. Se, por um

lado, a ADUFRGS-Sindical possui uma ação judicial contra a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS por não reconhecer sua legalidade, por outro, o ANDES-SN entrou com um recurso no Ministério do Trabalho para verificar a questão da territorialidade da ADUFRGS-Sindical, uma vez que esta última, durante a realização de uma AG em 2016, decide por realizar uma expansão de sua base geográfica a fim de tornar-se um sindicato intermunicipal.

Estes conflitos no movimento sindical docente da UFRGS repercutem no diálogo intersindical entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical, conforme será tratado no próximo capítulo.

### 5.2.3 As Repercussões destes Conflitos

O objetivo deste capítulo, dando continuidade à explicitação dos conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação em nível nacional e seu rebatimento na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e na ADUFRGS-Sindical, é analisar as repercussões destes conflitos no diálogo intersindical entre estas entidades sindicais. A fim de realizar esta análise, neste capítulo irei abordar o diálogo intersindical entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical, bem como entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação.

Dados os conflitos entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação, em âmbito nacional, e suas repercussões no movimento sindical docente da UFRGS, em âmbito local, o diálogo intersindical entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical é inexistente. Conforme o Entrevistado 15, o diálogo intersindical entre ambas entidades é considerado “um diálogo de surdos...não tem diálogo”. Assim, ambas as entidades sindicais, a partir de suas pautas de reivindicação, constroem espaços de mobilização – como discussões, notas, atividades e paralizações – em separado.

Entretanto, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical são chamadas para eventos institucionais da UFRGS, e os representantes de ambas entidades sindicais participam. Como exemplo, em 2019, ambas participaram no debate Autonomia e financiamento das Universidades Públicas, promovido pelo Gabinete da Reitoria em comemoração aos 85 anos da UFRGS (UFRGS, 2019b) e na discussão sobre a formato da consulta para escolha da reitoria da UFRGS em 2020 (UFRGS, 2019a).

Quando acontecem mobilizações, manifestações, atividades e debates organizados por entidades da UFRGS ou por entidades externas da UFRGS, em que as pautas de reivindicação entre ambas as entidades sindicais convergem, ocorre a participação conjunta da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical. Por exemplo, ambas entidades sindicais



mandato do Rui Opermann, tiveram uma ou duas situações em que houve o convite para estarmos à mesa, né, estarmos que eu digo a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. E isso certamente contrariou muito a diretoria da ADUFRGS-Sindical na época. E ao mesmo tempo, a ADUFRGS-Sindical tenta fingir que não existe a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, né? (ENTREVISTADO 4)

A ADUFRGS-Sindical busca ignorar a existência da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, uma vez que atua no sentido de ser a representante legal dos docentes das universidades e dos IF's de Porto Alegre. Por outro lado, quando a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS organiza alguma mobilização, no âmbito da UFRGS, procura convidar a ADUFRGS-Sindical para participar, muito embora esta última não se faça presente. O Entrevistado 4 e a Entrevistada 5 mencionam a existência destes convites por parte da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS direcionado para a ADUFRGS-Sindical, como segue:

E aí bom, do lado da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, eu posso falar como ex-diretor da Seção Sindical e membro da diretoria, a gente sempre que organizava alguma manifestação, alguma luta, agente mandavam um convite pra ADUFRGS-Sindical, né? Então fizemos uma plenária da comunidade uma vez pra debater o FUTURE-SE, mandamos pra eles um convite, não teve sequer resposta, né? O argumento deles: ah, porque a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS define as pautas, conversas com o sindicato, a ASSUFRGS, né? Conversa com a APG UFRGS e o DCE UFRGS e depois comunica para gente, quer que a gente vá com um prato pronto, né? Então essa é uma crítica que se faz da ADUFRGS-Sindical à Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS em espaços docentes assim, em grupos de WhatsApp e tal, né? (ENTREVISTADO 4).

Acho que a parceria com as entidades representativas, inclusive sempre que possível com a ADUFRGS-Sindical, né. Acho que quem participa dos espaços pode atestar que nunca a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS se manifestava de: não, se chamar a ADUFRGS-Sindical a gente não vem, não vamos chamar a ADUFRGS-Sindical. Inclusive várias vezes sendo a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS... apesar de que circula esse discurso, né, várias vezes sendo a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS a pautar e dizer vamos convidar a ADUFRGS-Sindical, né? (ENTREVISTADA 5).

Mas, então, de que modo a mobilização da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical vem ocorrendo? A partir deste questionamento, irei abordar como ocorre a articulação de ambas entidades sindicais com as entidades da educação da UFRGS e com as entidades da educação de Porto Alegre (Tabela 6).

Tabela 6 – Articulação da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical

Articulação	Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS	ADUFRGS-Sindical
Entidades da educação da UFRGS	DCE UFRGS, APG UFRGS, ASSUFRGS e Associação Unidos Terceirizados	ATENS UFRGS-Seção Sindical, UEE, UBES e UNE
Entidades da educação de Porto Alegre	-	SINPRO-RS e CPERS-Sindicato

Fonte: elaborada pela autora (2022).

A articulação da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical ocorre por meio do diálogo com entidades de educação da UFRGS distintas. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS articula a construção das lutas na UFRGS em conjunto com as entidades representativas dos estudantes – o DCE UFRGS e a APG UFRGS –, com a entidade representativa dos TAE’s – a ASSUFRGS – e, recentemente, com a entidade representativa dos terceirizados – Associação Unidos Terceirizados –, esta última, criada em 2022. Ainda, com menos frequência, essa articulação ocorre em determinadas lutas, com a UEE, a UBES e a UNE. O Entrevistado 4 conta como ocorre essa articulação das lutas entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e as demais entidades da educação da UFRGS, como segue:

Quando a gente pensa no movimento estudantil da graduação, especificamente, né, as disputas partidárias me parecem muito mais acirrada e essas disputas acabam às vezes, ao meu ver, criando empecilhos para a própria organização da entidade, né? Ah, não sou contra, imagina pelo contrário, né, que as lideranças das associações estudantis, dos grêmios representativos sejam de partidos, militem em partidos, atuem e tal, isso é muito rico, isso é muito rico. Mas eu acho que tem uma falta de pensar para além das diferenças. [...] E eu acho que isso dificulta também a organização, a articulação entre as entidades estudantis e as docentes. Também temos a questão das entidades de técnicos, né, elas também são um pouco mais organizadas, elas estão acho que um pouco mais parecidas com as de docentes, né? A gente tem a FASUBRA que é uma federação, que é importante, que consegue movimentar bem e tal. Acho que os técnicos conseguem avançar um pouco mais nisso do que os estudantes da graduação. A pós-graduação depende muito, eu acho que tem alguns momentos sim, outros não, a pós-graduação ela tem uma mobilização mais errante, sabe? E eu acho que nesse momento da pandemia a mobilização da pós ficou muito prejudicada, porque as pessoas estão... continuam fazendo suas dissertações, suas teses, suas pesquisas, cada uma em um canto isoladas, deslocadas e essa articulação acabou ficando bem prejudicada. (ENTREVISTADO 4).

A ADUFRGS-Sindical articula a construção das lutas na UFRGS em conjunto com as entidades representativas dos estudantes – a UEE, a UBES e a UNE – e com a entidade representativa dos TAE’s – a ATENS UFRGS-Seção Sindical. Ainda, quando as pautas de reivindicação da ADUFRGS-Sindical convergem com as atividades organizadas pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, com o DCE UFRGS, com a APG UFRGS, com a ASSUFRGS e com a Associação Unidos Terceirizados, esta entidade participa destas

atividades. A Figura 5 contém a articulação entre a ADUFRGS-Sindical e a UEE, a UBES, a UNE e a ATENS UFRGS-Seção Sindical.



Figura 5 – Articulação conjunta entre a ADUFRGS-Sindical e a UBES, a UEE, a UNE e a ATENS UFRGS-Seção Sindical.

Fonte: Site da ADUFRGS-Sindical (ADUFRGS-SINDICAL, 2022b; ADUFRGS-SINDICAL, 2022c).

O que unifica, por um lado, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e, por outro lado, a ADUFRGS-Sindical com diferentes entidades da educação da UFRGS é o entendimento de como a luta precisa ocorrer, suas concepções acerca da universidade pública e da educação pública. Também, em alguns contextos de organização da luta, as proximidades políticas-partidárias trazem consigo marcadores que facilitam e/ou dificultam o diálogo entre estas entidades representativas. Por exemplo, se em determinado momento a diretoria de entidades estudantis se altera em função das eleições, a proximidade político-partidária pode ser ora mais próxima da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, ora mais próxima da ADUFRGS-Sindical.

Também, a mobilização da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical ocorre por meio do diálogo com entidades da educação de Porto Alegre de modo distinto. A articulação da luta conjunta entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS com as entidades da educação de Porto Alegre – com o CPERS-Sindicato e com o SINPRO-RS – não tem ocorrido, ao passo que a ADUFRGS-Sindical articula lutas em conjunto com estas entidades. O Entrevistado 6 relata que o diálogo entre o CPERS-Sindicato e o SINPRO-RS se dá com a ADUFRGS-Sindical, uma vez que os mesmos são filiados à CUT e organizam as lutas conjuntamente. Desse modo, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, conforme o

Entrevistado 6, tem dificuldades de integração e construção das lutas conjuntas com as entidades da educação de Porto Alegre, como segue:

Porque, por outro lado, e aí tem as questões partidárias, etc. Claramente a ADUFRGS-Sindical fez um movimento... claramente fechou uma integração com o CPERS-Sindicato, por exemplo. O CPERS-Sindicato os chamava para tudo, eles chamavam tudo o CPERS-Sindicato e o CPERS-Sindicato nunca nos citava, nos falava para coisa nenhuma. Então eles fecharam, quando tinha um movimento maior da área da educação, eles nos excluía basicamente das organizações. [...] Mas para gente isso significou e significa uma dificuldade de integração, né? Falei do CPERS-Sindicato, mas é a mesma coisa com o SINPRO-RS, exatamente a mesma coisa. Pega uma base cutista, cutista-petista e juntam por ali e aí, portanto, nos excluem das informações dos movimentos, das reuniões. A princípio ADUFRGS-Sindical é ADUFRGS-Sindical, tá? E aí a gente tem problemas reais de conseguir entrar. (ENTREVISTADO 6).

Essa dificuldade de integração, no entanto, não impede a realização de manifestações de solidariedade por parte da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS em relação à categoria do magistério estadual. Nesse sentido, a Entrevistada 5 menciona que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS sempre teve um olhar de solidariedade com o magistério estadual o que se manifesta no apoio às pautas do CPERS-Sindicato, mesmo que este último não se organize na mesma central sindical que a Seção Sindical. Ainda, por essa dificuldade de integração com as entidades de educação de Porto Alegre, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS busca articular as lutas com as demais Seções Sindicais do ANDES-SN no Rio Grande do Sul, entre elas, a APROFURG, a ADUFPEL, a SEDUFMS, a SESUNIPAMPA e o SINDOIF. Esta articulação tem ocorrido por meio dos Encontros da Regional Rio Grande do Sul, os quais têm promovido debates sobre a conjuntura política, econômica e social, além de abordar questões referentes à educação a fim de articular ações conjuntas. A Entrevistada 5 e o Entrevistado 6 citam esta articulação, como segue:

Dentro do próprio sindicato acho que sempre teve... a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS também sempre foi uma apoiadora, uma incentivadora de boas relações, de parceria com a Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN, né, então fazer ações articuladas. Inclusive, nos últimos anos, alguns movimentos acabaram até sendo um exemplo de possibilidade para o ANDES-SN. Por quê? Encontros de regional todas as regionais fazem, mas dali tirar um encontro específico com um tema, como a gente teve comunicação, e aí a partir disso lançar campanhas unificadas, uma divisão de tarefas e onde todos vão divulgar o mesmo material, todos vão noticiar a mesma notícia naquela semana, todos vão divulgar o mesmo card. Então campanhas específicas sobre temas específicos. (ENTREVISTADA 5).

As entidades de educação, a gente se focava muito mais nas entidades federais das universidades, então é isso, né, com a APROFURG – da FURG –, a ADUFPEL, a SESUNIPAMPA, a SEDUFMS. É isso, a gente estava um pouco fechado com as filiais do ANDES-SN no Rio Grande do Sul. (ENTREVISTADO 6).

No que tange ao diálogo com as entidades da educação de Porto Alegre, é possível perceber que a ADUFRGS-Sindical dialoga com o CPERS-Sindicato e com o SINPRO-RS por proximidades políticas-partidárias, fato que dificulta o diálogo entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS com estas entidades de educação de Porto Alegre. Desse modo, esta última tem construído as mobilizações em diálogo com as demais Seções Sindicais do ANDES-SN no Rio Grande do Sul.

Da mesma maneira que o diálogo intersindical é inexistente entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical, o mesmo ocorre entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação. Assim, como tratei do modo como a mobilização vem ocorrendo em nível local, demonstrarei também como a mobilização vem ocorrendo em nível nacional. A Tabela 7 trata da articulação do ANDES-SN e do PROIFES-Federação com as organizações da educação em nível nacional, com as entidades dos SPF's, com as centrais sindicais e com as organizações internacionais.

Tabela 7 – Articulação do ANDES-SN e do PROIFES-Federação

<b>Articulação</b>	<b>ANDES-SN</b>	<b>PROIFES-Federação</b>
Organizações da educação em nível nacional	Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública, já!, o qual foi transformado em CONEDEP	FNE e construção do FNPE.
Entidades dos SPF's	Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos (FONASEFE), CNESF, a qual foi transformada em Coordenação Nacional dos Servidores Públicos (CNESP)	FONASEFE
Centrais Sindicais	CSP-Conlutas	CUT
Organizações Internacionais	-	Internacional da Educação (IE) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Fonte: elaborada pela autora (2022).

No que se refere às organizações da educação em nível nacional, o ANDES-SN e o PROIFES-Federação constroem esta mobilização com organizações distintas. O ANDES-SN constrói o CONEDEP, criado em 2016, o qual antes era chamado de Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, já!, criado em 2013. O Comitê foi responsável pela organização do I ENE (2014) e do II ENE (2016) e o CONEDEP pelo III ENE (2019). O PROIFES-Federação constrói o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), criado em 2017, a partir da descaracterização do Fórum Nacional de Educação (FNE) por Michel Temer naquele mesmo ano. O FNE coordenou a I Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010 e a II CONAE em em 2014, e o FNPE coordenou a organização da CONAPE em 2018 e da

CONAPE em 2022. A construção de organizações da educação em nível nacional distintas ocorre em função de avaliações divergentes sobre as políticas educacionais implementadas pelo governo de Lula e pelo governo de Dilma, de avaliações díspares acerca do investimento público exclusivamente destinado à educação pública e de avaliações diferentes acerca da destinação de recursos públicos para instituições privadas.

No âmbito das entidades dos SPF's, o ANDES-SN e o PROIFES-Fórum participam do FONASEFE de modo distinto. O FONASEFE é organizado horizontalmente, sem coordenação, com reuniões cuja periodicidade é definida pelas demandas da conjuntura e com decisões encaminhadas por consenso (ANDES-SN, 2019a). A partir de 2017, este Fórum passou a se organizar em um sistema de cotas a serem rateadas de acordo com o tamanho de cada entidade e, como consequência, as entidades que não entram no rateio se tornam inadimplentes e passam a não ter poder de veto das decisões (ANDES-SN, 2019a). O ANDES-SN se mantém construindo este Fórum, ao passo que o PROIFES-Federação está em situação de inadimplência (ANDES-SN, 2019a). Também, o apoio da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical às atividades propostas pelo FONASEFE ocorre de modo distinto. Por um lado, conforme o relato da Entrevistada 5, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS sempre apostou muito nas relações do ANDES-SN no FONASEFE e, por isso, sempre se apoiou nas decisões tomadas pelo Sindicato Nacional. Por outro lado, o Entrevistado 4 cita que a ADUFRGS-Sindical, em uma determinada mobilização, ao invés de apoiar a decisão do FONASEFE, optou por propor uma outra agenda de lutas em âmbito local, como segue:

Está todo mundo no Fórum dos Servidores Públicos lutando por uma coisa, o FONASEFE está lá lutando e a maioria do FONASEFE é de cutista. Aí vai um sindicato sozinho, propõe outra agenda, mobiliza sua base para outra coisa, que é propor outra pauta. Isso desmobiliza. Isso diminui a nossa força de luta. E isso exige com que o militante tenha que se dedicar muito mais à luta do que se tivesse todo mundo unido com uma agenda de lutas únicas. (ENTREVISTADO 4).

Desde 2016, por deliberação do 35º Congresso (2016) e do 61º Conad (2016), o ANDES-SN vem pautando a necessidade de debater a perspectiva de rearticulação da CNESF, o qual foi desarticulado a partir de 2003<sup>128</sup>. Houve alguns avanços nesta rearticulação expressos em dois momentos: primeiro, foram realizadas quatro reuniões em 2018 com a participação de

---

<sup>128</sup> Essa desarticulação, conforme Leher et al., (2010), ocorreu por parte das entidades cutistas do setor público – em particular aquelas dirigidas por forças políticas que compunham a base do governo Lula. Ainda, esta desarticulação também ocorreu por causa da estratégia do governo Lula de impor negociações diferenciadas para cada carreira, evitando negociações unificadas (e com pautas políticas) entre os SPF's (LEHER et al., 2010).

seis entidades<sup>129</sup> que foram unânimes na necessidade de reativar a CNESF e, ao mesmo tempo, atuar no FONASEFE (ANDES-SN, 2019a); segundo, na concretização da Reunião Nacional Ampliada de Rearticulação da CNESF em 2019 com a participação de cinco entidades e uma central sindical<sup>130</sup> (ANDES-SN, 2019b). Nesta última reunião, foi aprovado o indicativo de transformação da CNESF em CNESP para abranger entidades estaduais, municipais e entidades representativas dos trabalhadores de empresas estatais (ANDES-SN, 2019b).

Assim, em nível nacional, o ANDES-SN e o PROIFES-Federação participam do FONASEFE de modo distinto, uma vez que o primeiro se mantém atuando no FONASEFE ao mesmo tempo que atuou na rearticulação da CNESF e em sua transformação em CNESP, e o segundo está em inadimplência com o FONASEFE. Vale ainda ressaltar que este Fórum é um espaço para a construção de pautas comuns para a campanha salarial dos SPF's e de outras lutas unitárias – tais como a resistência contra a Reforma da Previdência, contra a terceirização ampla e irrestrita e contra a Reforma Trabalhista, a luta contra novas formas de privatização, a luta pela valorização dos Serviços Públicos, o combate a EC 95/2016, entre outras. Ainda, o ANDES-SN também atuou na rearticulação da CNESF – como um espaço mais estratégico de organização dos SPF's – e na transformação desta última em CNESP – como um espaço de articulação dos servidores municipais, estaduais e federais, partindo da compreensão que é necessário unificar os servidores públicos das diversas esferas para construir ações de enfrentamento aos retrocessos implementados pelos governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, além de unificar a luta em torno de um projeto estratégico para a classe trabalhadora.

No que se refere às centrais sindicais, o ANDES-SN e o PROIFES-Federação são filiados a organizações diferentes. O PROIFES-Federação é filiado à CUT desde setembro de 2021, como já demonstrei no capítulo 3.2, em que argumento que a simbiose entre ambas entidades existe desde o apoio da CUT à criação do PROIFES-Fórum em 2004 e se aprofundou com a criação do PROIFES-Sindicato na sede da CUT em 2008. O ANDES-SN é filiado à CSP-Conlutas desde 2011, como já demonstrei no capítulo 3.1, em que argumento que o Sindicato Nacional se desfilia da CUT em 2005 e, a partir disso, passa a construir a CONLUTAS e, posteriormente, a CSP-Conlutas por ser um polo aglutinador das mais variadas formas

---

<sup>129</sup> As entidades que participaram destas reuniões foram: o ANDES-SN; o Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (ASFOC-SN); o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ASSIBGE-SN); a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE); a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS); e o SINASEFE (ANDES-SN, 2019a).

<sup>130</sup> As entidades e a central sindical que participaram destas reuniões foram: o ANDES-SN; o ASSIBGE-SN; a FENAJUFE; a FENASPS; o SINASEFE; e a CSP-Conlutas (ANDES-SN, 2019b).

organizativas da classe trabalhadora (sindicatos urbanos e rurais, oposições sindicais, movimentos sociais e populares, organizações estudantis, entre outros), além de propor o resgate do sindicalismo autônomo, independente, combativo, classista e socialista.

Desde a filiação do ANDES-SN à CSP-Conlutas, por deliberação dos Congressos e Conads, o primeiro atuou no sentido de fortalecer sua relação com o segundo tanto em âmbito político quanto financeiro, bem como buscou enraizar a CSP-Conlutas nos estados e nas regiões por meio do trabalho nas Seções Sindicais. Entretanto, o ANDES-SN passou a realizar balanço político da CSP-Conlutas a partir do 36º Congresso (2017) e passou a debater sua filiação à CSP-Conlutas a partir do 37º Congresso (2018), culminando na decisão do 14º Conad Extraordinário (2022) de encaminhar ao 41º Congresso (2023) o indicativo de desfiliação do ANDES-SN à CSP-Conlutas. As dificuldades na organização entre o ANDES-SN e a CSP-Conlutas também apareceram nas falas do Entrevistado 4 e do Entrevistado 6. Para o Entrevistado 4, esta filiação não tem ajudado muito o ANDES-SN na organização de suas lutas. Ao passo que, para o Entrevistado 6, a filiação do ANDES-SN à CSP-Conlutas possui poucas vantagens, uma vez que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS não tem espaço para dialogar e colocar suas pautas para discussão em nível estadual.

Se, por um lado, as filiações do ANDES-SN e do PROIFES-Federação representam ou representaram alinhamentos com as concepções e as práticas distintas das centrais sindicais, por outro lado, o desdobramento acerca do indicativo de desfiliação do ANDES-SN à CSP-Conlutas demonstra que esta central sindical enfrenta dificuldades em sua proposta original de ser um polo aglutinador das entidades do campo autônomo, combativo e classista, embora tenha cumprido um papel importante no processo inconcluso de reorganização da classe trabalhadora. Inconcluso porque, no momento atual, a classe trabalhadora se encontra em um momento de refluxo organizativo, além de estar fragmentada em diversos sindicatos e, ao mesmo tempo, em diversas centrais sindicais, colocando no horizonte do ANDES-SN o debate acerca da reorganização da classe trabalhadora e de seus organismos de representação diante do avanço de retirada de direitos dos trabalhadores.

No âmbito das organizações internacionais, o ANDES-SN e o PROIFES-Federação interagem de modo distinto com estas organizações. O ANDES-SN não participa oficialmente de nenhuma organização internacional e o PROIFES-Federação participa de duas organizações internacionais. Embora o ANDES-SN não participe oficialmente de nenhuma organização internacional, o mesmo vem aprofundando o debate acerca de sua filiação a uma entidade internacional dos trabalhadores da educação, conforme deliberação do 39º Congresso (2020) e

do 40º Congresso (2022). Vale enfatizar que o ANDES-SN vem avançando no debate internacionalista a partir da realização do I Seminário Internacional do ANDES-SN em 2019<sup>131</sup> e do II Seminário Internacional do ANDES-SN em 2022<sup>132</sup>. Ainda, no 39º Congresso (2020), foi aprovada a participação do ANDES-SN no Encontro Global da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas<sup>133</sup>, o qual seria realizado em 2020, mas foi adiado em função da pandemia do COVID-19. A Entrevistada 5 e o Entrevistado 9 contam que o ANDES-SN participa de encontros internacionais, entretanto citam a dificuldade desta relação avançar e a dificuldade de construir deliberações do Sindicato Nacional que apontem para direcionamentos de como a luta deve acontecer. Provavelmente, a discussão acerca da filiação a uma entidade internacional, quando se concretizar, irá diminuir estas dificuldades citadas tanto pela Entrevistada 5 quanto pelo Entrevistado 9.

Olha, eu acho que internacionalmente talvez as relações fiquem um pouco mais a cargo realmente do Sindicato Nacional. Antes da pandemia até estava tendo mais esforço nesse sentido, eu lembro que foi aprovado uma ida para um encontro na França que era assim bem trabalhista e tudo mais com os sindicatos. Mas eu acho que... pode ser ignorância minha, pode ser que eu não acompanhe e não saiba, mas sempre me pareceu bastante incipiente e com dificuldade de avançar. (ENTREVISTADA 5).

É, eu acho que a gente ficou um pouco mais distante da questão internacional. Eu acho que, é claro existe uma secretaria de relações internacionais, tem toda uma política, a Diretoria viaja em encontros internacionais, tá, faz prestação de contas, mas eu vou te dizer assim ó, praticamente isso passa pelo lado de fora da cabeça, tá, para usar uma expressão assim. As pessoas vão, vão lá, tem um Congresso na Itália, vai, se discute, se apresenta, se conta o que está acontecendo no Brasil, mas não tem uma deliberação internacional que se diga, olha, a luta vai ter que ser por aqui, né? O chamado internacionalismo dos trabalhadores, ele não acaba passando por essas discussões externas, entende, a gente fica muito focado aqui e acaba tangenciando, ou seja, aquele encontro lá que tem uma pauta que bate com a questão internacional, entende? (ENTREVISTADO 9).

---

<sup>131</sup> Este Seminário foi realizado na UnB e teve como tema o debate acerca da Universidade, Ciência e Classe Numa Era de Crise.

<sup>132</sup> Este Seminário foi realizado nas dependências da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e teve como tema o debate acerca da Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização dos Trabalhadores.

<sup>133</sup> A Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas foi criada em 2013 a partir de necessidade de unificar os trabalhadores e as lutas populares e sociais contra os ataques de governos e patrões de todo o mundo (REDE, 2022). O objetivo da rede é promover ações sindicais de caráter combativo e internacionalista, visando fortalecer a classe trabalhadora na luta contra o capital e os governos, e promover a solidariedade internacional, para fortalecer o sindicalismo anticapitalista, de autogestão, democrático, pelo meio ambiente, independente dos patrões e dos governos, e internacionalista, lutando contra todas as formas de opressão: machismo, racismo, homofobia, xenofobia (REDE, 2022)

Por outro lado, o PROIFES-Federação é membro da IE<sup>134</sup> e compõe a CPLP<sup>135</sup>, setor da educação. O Entrevistado 12, dirigente da ADUFRGS-Sindical, menciona que a proximidade com a IE se deu a partir de 2009, quando o PROIFES-Fórum passa a ter um caráter nacional maior e quando ele passa a ter uma proximidade maior com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e com a CONTEE. Ainda, o Entrevistado 12 cita que a proximidade com a IE também decorreu pelo fato de que esta última tem relação com a Central Internacional dos Trabalhadores (CSI), da qual a CUT faz parte. Por fim, o Entrevistado 12 menciona como ocorre o diálogo tanto com a IE quanto com a CPLP, como segue:

[A IE] é uma central sindical internacional mundial, na realidade, que tem trinta milhões de trabalhadores na base em todo o mundo. A nossa central, ela é dividida por regionais. Então, nós fazemos parte da Internacional da Educação da América Latina. [...] Nós também, do PROIFES-Federação, agora há pouco tempo nós passamos a compor o CPLP-SE, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, setor de educação. [...] Mas ali o nosso debate é muito mais uma relação de proximidade com os países da África, solidariedade sindical, discussão, formação sindical com os países da África e em Portugal, né? E no caso da IE, nós temos relação com o mundo inteiro, o presidente da IE, hoje ele é da Bélgica, é o David Edwards, e ali a gente tem participado de eventos mundiais, participamos de três Congressos Mundiais, um no Canadá, um em Gana e outro na Tailândia e estamos junto discutindo relações... questões ligadas ao movimento pedagógico latino-americano, por exemplo, organizamos todas as questões do Centenário do Paulo Freire. Isso a gente participou junto com eles aqui. (ENTREVISTADO 12).

Até o momento, o ANDES-SN tem participado de encontros internacionais e realizado debates nacionais de caráter internacionalista, embora a decisão sobre a filiação a uma organização internacional, a depender de seus princípios e concepções, poderá avançar no direcionamento de como a luta deve acontecer em âmbito internacional. Por outro lado, o PROIFES-Federação é membro da IE, o que o insere na discussão de que a política de ataque aos direitos dos trabalhadores é algo mundial, de questões relacionadas à privatização da educação e de temas sobre a globalização da educação, entre outros. Ainda, por ser membro da CPLP, o PROIFES-Federação está inserido nas discussões e nas formações sindicais com Portugal e com países africanos que têm como língua oficial a Língua Portuguesa.

---

<sup>134</sup> A IE é uma federação internacional que reúne as organizações dos docentes e outros trabalhadores da educação de todo o mundo. Possuem 383 organizações membros, que representam mais de 32 milhões de docentes e trabalhadores de apoio educacional em 178 países e territórios (IE, 2022).

<sup>135</sup> A CPLP é uma organização internacional que reúne nove Estados-Membros (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) com o objetivo promover a harmonia política e diplomática entre os seus Estados membros, a cooperação entre as nações constituintes em todas as suas formas e o desenvolvimento de projetos de promoção e defesa da Língua Portuguesa (CPLP, 2022).

A repercussão dos conflitos, tratados tanto no capítulo 5.2.1 quanto no capítulo 5.2.2, se dá pela inexistência de diálogo intersindical entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical. Desse modo, a mobilização da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e da ADUFRGS-Sindical vem ocorrendo com entidades da educação distintas e com entidades da educação de Porto Alegre de modo distinto. A Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS dialoga com o DCE-UFRGS, com a APG-UFRGS, com a ASSUFRGS e com a Associação Unidos Terceirizados, enquanto a ADUFRGS-Sindical dialoga com a UEE, com a UBES, com a UNE e com a ATENS UFRGS-Seção Sindical. Este diálogo com diferentes entidades da educação da UFRGS ocorre em função do entendimento de como a luta precisa ocorrer, de suas concepções acerca da universidade pública e da educação pública, bem como em função das proximidades políticas-partidárias. A ADUFRGS-Sindical dialoga com o CPERS-Sindicato e o SINPRO-RS, ao passo que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS não dialoga com estas entidades e, por isso, constrói a luta com as Seções Sindicais do ANDES-SN no Rio Grande do Sul. Este diálogo com as entidades da educação de Porto Alegre de modo distinto decorre de proximidades políticas-partidárias.

Por fim, a repercussão dos conflitos também se dá pela inexistência de diálogo intersindical entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação. Por isso, a mobilização destas entidades nacionais vem ocorrendo a partir da construção de organizações da educação em nível nacional distintas, da participação na mesma entidade dos SPF's de modo distinto, de sua filiação em centrais sindicais diferentes e de sua interação com organizações internacionais de modo distinto. No que tange à construção de organizações da educação em nível nacional, o ANDES-SN atua no CONEDEP e o PROIFES-Federação atua no FNPE, uma vez que as duas entidades sindicais possuem avaliações divergentes sobre as políticas educacionais implementadas pelo governo de Lula e pelo governo de Dilma, avaliações díspares acerca do investimento público exclusivamente destinado à educação pública e avaliações diferentes acerca da destinação de recursos públicos para instituições privadas.

No que diz respeito à participação nas entidades dos SPF's, o ANDES-SN e o PROIFES-Federação participam do FONASEFE de modo distinto, uma vez que o primeiro se mantém construindo este Fórum, e o segundo está em situação de inadimplência com o mesmo. Também, o ANDES-SN atuou na rearticulação da CNESF e em sua transformação em CNESP, apostando na necessidade da unificação dos servidores municipais, estaduais e federais e da luta em torno de um projeto estratégico para a classe trabalhadora. No que se refere às centrais sindicais, o ANDES-SN, mesmo com um indicativo de desfiliação, ainda é filiada a CSP-

Conlutas, e o PROIFES-Federação é filiado à CUT, filiações que representam ou representaram alinhamentos com as concepções e as práticas distintas destas centrais sindicais. No que concerne às organizações internacionais, o ANDES-SN não participa oficialmente de nenhuma organização internacional, ao passo que o PROIFES-Federação é membro da IE – o que possibilita sua inserção nos debates internacionais acerca da educação pública, bem como que a política de ataque aos direitos dos trabalhadores é mundial – e do CPLP – o que proporciona sua inserção nas discussões e nas formações sindicais com Portugal e com países africanos que têm como língua oficial a Língua Portuguesa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo desta tese é o movimento sindical docente do ensino superior público brasileiro. Este é organizado entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação, sendo que, este último foi criado por um grupo de docentes que optou pela dissidência do ANDES-SN. Fato é que as divergências no interior do ANDES-SN se tornaram mais intensas a partir do final da década de 1990, quando um grupo de docentes passa a criticar as posturas da Diretoria Nacional do ANDES-SN de privilegiar o enfrentamento ao invés da negociação e do diálogo com o governo federal. Por isso, a criação do PROIFES-Fórum em 2004, o qual se transformou em PROIFES-Federação em 2012, buscava a representação única e exclusiva dos docentes das IFES, almejava alterar o panorama do movimento sindical docente ao ser uma alternativa ao ANDES-SN e procurava reformular a prática do movimento sindical docente ao valorizar o diálogo e a negociação como meio de solucionar conflitos.

Desse modo, a organização do movimento sindical docente do ensino superior público brasileiro é fragmentada. Esta fragmentação deve-se a existência de concepções sindicais díspares no interior do sindicalismo brasileiro, uma vez que a concepção sindical predominante do ANDES-SN é a classista e a concepção sindical do PROIFES-Federação é a negocial de Estado. A fragmentação do movimento sindical docente, em decorrência das concepções sindicais díspares no interior do sindicalismo brasileiro, tem implicado em perda de capacidade de luta dos docentes, além de dificultar seu reconhecimento enquanto partícipe da classe trabalhadora. Destaco que esta fragmentação não ocorre apenas no movimento sindical docente, dado que ela é um fenômeno que tem ocorrido nos sindicatos, nas centrais sindicais e nos partidos políticos brasileiros. Assim, constata-se que os organismos de representação dos trabalhadores estão cada vez menores em termos de representatividade ao mesmo tempo em que existem em maior quantidade.

O rebatimento desta fragmentação sindical entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação no movimento sindical docente no ensino superior de Porto Alegre se dá pela existência da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, uma das Seções Sindicais organizada no ANDES-SN, e a ADUFRGS-Sindical, um dos sindicatos federados ao PROIFES-Federação. Assim, as repercussões desta organização fragmentada nas práticas do movimento sindical docente no ensino superior de Porto Alegre foram analisadas em dois níveis, quais sejam: de práticas organizativas distintas e de conflitos que impossibilitam o diálogo intersindical no movimento sindical docente no ensino superior de Porto Alegre.

No que tange as práticas organizativas distintas, as mesmas foram analisadas com ênfase nas formas de tomada de decisão e nas formas de luta. A tomada de decisão da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, por ser uma Seção Sindical do ANDES-SN e se inserir em um modelo organizativo nacional, parte das decisões nos locais de trabalho, segue para a deliberação nos Congressos e Conads e retorna aos locais de trabalho como forma de mobilização coletiva dos docentes, além de ser executada pela Diretoria Nacional do ANDES-SN. Ao passo que a tomada de decisão da ADUFRGS-Sindical, por ser vinculada ao PROIFES-Federação e se inserir em um modelo organizativo federativo, é autônoma em relação a Federação Nacional, o que significa que a primeira toma suas decisões em âmbito local e a segunda toma suas decisões em âmbito nacional.

Quando a formas de luta, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS privilegia as atividades de mobilização dentro e fora da UFRGS, realiza panfletagens e divulga faixas de protesto, além de atuar nas instâncias institucionais da UFRGS e em algumas instâncias fora da universidade. Enquanto que a ADUFRGS-Sindical atua com mais intensidade nas instâncias institucionais dentro e fora da UFRGS, embora também atue em mobilizações dentro e fora da UFRGS. Ainda, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS negocia e faz greves a partir das deliberações em suas AG's e nas rodadas de deliberação do CNG, partindo do pressuposto que a greve é um instrumento de luta válido a ser colocado em prática pelos docentes quando esgotadas as possibilidades de negociação. Ao passo que a ADUFRGS-Sindical negocia e faz greves a partir da possibilidade de consensos e de celebrar acordos que são levados para deliberação dos docentes em AG's híbridas e em consultas eletrônicas, partindo do pressuposto de que a greve é um instrumento de luta utilizado como última alternativa posta aos docentes depois de esgotados todos os mecanismos de negociação.

No que tange aos conflitos, os mesmos se deram inicialmente em nível nacional – entre o ANDES-SN e o PROIFES-Federação. Estes, tiveram como consequência a proliferação de entidades representativas dos docentes do ensino superior público federal, uma vez que foram criados fóruns, sindicatos de base local, federações e refundadas Seções Sindicais. Ainda, vale ressaltar que estes conflitos em nível nacional tiveram rebatimento na existência de conflitos entre os docentes partícipes do movimento sindical docente da UFRGS. Estes conflitos repercutem no diálogo intersindical entre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical, visto que ambas entidades não dialogam. Em decorrência disso, ambas dialogam com entidades da educação distintas em função de concepções sobre a luta e concepções sobre o caráter da universidade diferentes e, em decorrência, de proximidades

políticas-partidárias. Também, dialogam com entidades da educação de Porto Alegre de modo distinto em função de proximidades políticas-partidárias.

Muito embora a organização do movimento sindical docente seja fragmentada, compreendo que a mesma representa os docentes e defende a educação pública. Se, por um lado, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS atua no sentido de propugnar práticas classistas, por outro lado, a ADUFRGS-Sindical busca atuar em um campo de práticas que privilegiam o diálogo e a negociação. Ainda, a primeira defende o ensino público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada, ao passo que a segunda defende a educação pública, gratuita e de qualidade. Enfim, uma parcela dos docentes do ensino superior de Porto Alegre se sente representada por estas práticas e concepções distintas, pois, caso contrário, estas entidades sindicais não existiriam e não representariam estes docentes. Entretanto, é inegável que as práticas e concepções sindicais propugnadas por ambas entidades representativas caminham em sentidos opostos e, por isso, os conflitos emergem.

A crise do sindicalismo brasileiro (ALVES, 2014), resultado tanto da reestruturação produtiva quanto da emergência da pragmática neoliberal e da financeirização do capital (ANTUNES, 2018), tem sua expressão no decréscimo do volume de greves dos trabalhadores, na acentuada queda nas taxas de sindicalização e na fragmentação sindical. Esta crise também se manifesta no movimento sindical docente, uma vez que, desde 2017, o ANDES-SN e o PROIFES-Federação não conseguiram negociar com o governo federal tampouco realizar greves em um período de retirada de direitos brutais dos trabalhadores. Ainda, se manifesta na existência de uma parcela significativa dos docentes do ensino superior que não é sindicalizado nem no ANDES-SN e nem no PROIFES-Federação, e na fragmentação do movimento sindical docente. Não se pode deixar de considerar que os desafios do movimento sindical docente também dizem respeito a um contingente cada vez maior de docentes desempregados, precarizados, contratados em tempo parcial, de modo intermitente e ead, entre outros. Dessa maneira, é necessário ao movimento sindical docente atuar no sentido de aglutinar reivindicações econômicas e políticas, avançar na construção unitária de lutas docentes por meio de reivindicações convergentes entre as entidades sindicais e construir lutas que aproximem os docentes da totalidade da classe trabalhadora em direção a emancipação econômica, social e política dos trabalhadores.

No que tange às limitações desta tese, durante a realização da pesquisa documental houve dificuldade de acesso à documentos de uma das entidades sindicais pesquisadas, os quais poderiam ter auxiliado nas reflexões sobre sua concepção sindical predominante, sua estrutura

organizativa e suas práticas organizativas, além de proporcionar maior profundidade no que tange aos conflitos presentes no movimento sindical docente. Também houve dificuldade em dar continuidade a realização de entrevistas em uma das entidades pesquisadas, impossibilidade esta, que modificou em parte os objetivos previamente estabelecidos para a concretização da presente pesquisa. Ademais, o estudo poderia ter sido aprofundado com a realização de mais entrevistas com sindicalizados da ADUFRGS-Sindical, assim como com sindicalizados do SINPRO-RS. Ainda, poderia ter sido ampliada a investigação da presente tese com a realização de entrevistas com docentes não sindicalizados à Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e à ADUFRGS-Sindical acerca de sua percepção sobre as organizações sindicais mais ativas e menos ativas do movimento sindical docente do ensino superior em Porto Alegre.

Como sugestões para estudos futuros, o objeto de estudo – o movimento sindical docente do ensino superior público brasileiro – poderia ser ampliado no sentido de contemplar o ensino superior privado brasileiro, uma vez que este setor registrou crescimento na quantidade de trabalhadores entre 2000 a 2015, passando de 109 mil para 226 mil docentes em exercício e afastado (MEC, 2021), além de receber investimentos expressivos no período do governo de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-agosto de 2016) em função do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) lançado em 2004. Ainda, este setor possui dificuldade de organização sindical em função da truculência do patronato, das formas de contratação e regime de trabalho diversificados, da complementação de renda dos docentes em outros trabalhos flexíveis, informais, uberizados, entre outros. Também, este estudo poderia ser enriquecido com a problematização acerca da destinação dos investimentos públicos operados durante os governos de Lula e Dilma na educação pública e privada brasileira. Enfim, estas questões poderiam auxiliar a refletir sobre a organização sindical do setor privado e sobre o motivo pelo qual o ANDES-SN teve dificuldade de consolidar o setor das IPES após sua transformação em Sindicato Nacional.

Considero importante, também, seguir com a investigação do movimento sindical docente do ensino básico brasileiro, uma vez que sua trajetória organizativa ocorre de modo prévio ao movimento sindical docente do ensino superior. O estudo da trajetória organizativa do movimento sindical docente do ensino básico brasileiro, suas continuidades e rupturas, poderia trazer aportes para refletir sobre a fragmentação sindical neste setor.

## 7. REFERÊNCIAS

ADUFPA. **Governo Lula institui o neo-peleguismo sindical**: o ataque ao ANDES-SN. 1. ed. Belém: Caderno Adufpa, dez. 2004. 54p.

ADUFRGS-SINDICAL. **Estatuto da ADUFRGS-Sindical**. 2016. Disponível em: [https://www.adufrgs.org.br/images//Estatuto\\_ADUFRGS-Sindical-.pdf](https://www.adufrgs.org.br/images//Estatuto_ADUFRGS-Sindical-.pdf). Acesso em: 20 ab. 2022.

ADUFRGS-SINDICAL. **Instagram da ADUFRGS-Sindical**. 2022a. Disponível em: <https://www.instagram.com/adufrgssindical/>. Acesso em: 06 out. 2022

ADUFRGS-SINDICAL. **ADUFRGS-Sindical convida entidades para Ato Nacional em Defesa da Universidade Pública no dia 31 de março**. 2022b. Disponível em: <https://www.adufrgs.org.br/categoria-adfurgs-em-acao/580-adufrgs-sindical-convida-entidades-para-ato-nacional-em-defesa-da-universidade-publica-no-dia-31-de-marco>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ADUFRGS-SINDICAL. **ADUFRGS-Sindical une-se aos estudantes na luta em defesa da educação pública**. 2022c. Disponível em: <https://www.adufrgs.org.br/categoria-adfurgs-em-acao/810-adufrgs-sindical-une-se-aos-estudantes-na-luta-em-defesa-da-educacao-publica>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ADUFSCAR-SINDICATO. ADUFSCar está sem registro sindical desde 2015. **Jornal ADUFSCAR**, São Paulo, ano I, ed. 3, set. 2022a. Disponível em: <https://www.adufscar.org.br/wp-content/uploads/2022/09/jornal-adufscar-edicao-3.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

ADUFSCAR-SINDICATO. **Encontro da ADUFSCar será realizado para aprofundar debate sobre registro sindical**. 2022b. Disponível em: <https://www.adufscar.org.br/encontro-da-adufscar-sera-realizado-para-aprofundar-debate-sobre-registro-sindical-da-entidade/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

ADVERSO. De portas abertas para docentes das IFES de Porto Alegre. **Jornal da ADUFRGS-Sindical**, Porto Alegre, n. 163, p. 5, fev. 2009a. Disponível em: <https://issuu.com/verdeperto/docs/163>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ADVERSO. Sindicato Independente rumo a novas conquistas. **Jornal da ADUFRGS-Sindical**, Porto Alegre, n. 167, p. 05, jun. 2009b. Disponível em: <https://issuu.com/verdeperto/docs/167>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ADVERSO. ADUFRGS obtém Registro Sindical e oficializa o status de Sindicato. **Jornal da ADUFRGS-Sindical**, Porto Alegre, n. 187, p. 8-9, mar. 2011. Disponível em: <https://issuu.com/verdeperto/docs/187>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ADVERSO. Professores aprovam expansão da base territorial da ADUFRGS-Sindical. **Jornal da ADUFRGS-Sindical**, Porto Alegre, n. 217, p. 10, nov./dez. 2015. Disponível em: [https://issuu.com/verdeperto/docs/adverso\\_217](https://issuu.com/verdeperto/docs/adverso_217). Acesso em: 29 ago. 2022.

ADVERSO. Professores filiados aprovam ampliação da base do Sindicato para mais 11 municípios. **Jornal da ADUFRGS-Sindical**, Porto Alegre, n. 219, p. 9-11, mar./abr. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/verdeperto/docs/219>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ANDES/UFRGS. **Regimento Interno**. 2013. Disponível em: <http://andesufrgs.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Regimento-Interno-Sess%C3%A3o-Sindical-Andes-SN-na-UFRGS.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ANDES/UFRGS. **Assembleia Geral Docente nesta segunda (25) avaliará indicativo de estado de greve contra pacote de Bolsonaro e ataques à educação**. 2019. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/2019/11/21/contra-pacote-de-bolsonaro-e-ataques-a-educacao-assembleia-geral-docente-nesta-segunda-25-avaliara-indicativo-de-estado-de-greve/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ANDES/UFRGS. **Conselho de Representantes**. 2022a. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/conselho-de-representantes/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ANDES/UFRGS. **Agenda de lutas e delegação ao 40º Congresso são pauta de Assembleia Docente nesta quinta-feira (24)**. 2022b. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/2022/02/21/agenda-de-lutas-e-delegacao-ao-40o-congresso-sao-pauta-de-assembleia-docente-nesta-quinta-feira-24/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ANDES/UFRGS. **Instagram da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS**. 2022c. Disponível em: <https://www.instagram.com/andesufrgs/>. Acesso em: 06 out. 2022

ANDES. **Boletim Nacional da ANDES nº 1**. Abril de 1981.

ANDES. **Relatório do 1º Congresso da ANDES**. Florianópolis – SC, 01 a 05 de fevereiro de 1982.

ANDES. **Caderno nº 5 – A Andes e a questão sindical**. 1. ed. Juiz de Fora: Zas Gráfica e Editora, out. 1987. 67p.

ANDES. **Relatório do 18º Conad – Conselho do ANDES-SN**. João Pessoa – PB, 12 a 15 de outubro de 1988. 1988a.

ANDES. **Relatório do 2º Congresso Extraordinário do ANDES-SN**. Rio de Janeiro - RJ, 25 a 27 de novembro de 1988. 1988b.

ANDES-SN. **Relatório do 8º Congresso do ANDES-SN**. São Paulo – SP, 14 a 18 de fevereiro de 1989.

ANDES-SN. **Relatório do 10º Congresso do ANDES-SN**. Curitiba – PR, 18 a 23 de fevereiro de 1991.

ANDES-SN. **Relatório do 11º Congresso da ANDES-SN**. Cuiabá – MT, 16 a 22 de fevereiro de 1992. 1992a.

ANDES-SN. **Relatório do 24º Conad – Conselho do ANDES-SN**. Fortaleza – CE, 22 a 27 de junho de 1992. 1992b.

ANDES-SN. **Relatório do 16º Congresso da ANDES-SN.** João Pessoa – PB, 25 de fevereiro a 2 de março de 1997. 1997a.

ANDES-SN. **Relatório do 35º Conad – Conselho do ANDES-SN.** Belém – PA, 23 a 26 de outubro de 1997. 1997b.

ANDES-SN. **Relatório do 20º Congresso do ANDES-SN.** Rio de Janeiro – RJ, 15 a 21 de fevereiro de 2001. 2001a.

ANDES-SN. **Relatório do 42º Conad – Conselho do ANDES-SN.** Uberlândia – MG, 28 de junho a 1 de julho de 2001. 2001b.

ANDES-SN. **Relatório do 43º Conad – Conselho do ANDES-SN.** Brasília – DF, 14 a 16 de dezembro de 2001. 2001c.

ANDES-SN. **Relatório do 21º Congresso do ANDES-SN.** Rio Grande – RS, 23 de fevereiro a 1 de março de 2002. 2002a.

ANDES-SN. **Relatório do 44º Conad – Conselho do ANDES-SN.** Florianópolis – SC, 21 a 23 de junho de 2002. 2002b.

ANDES-SN. **Relatório do 45º Conad – Conselho do ANDES-SN.** Belém – PA, 01 a 03 de novembro de 2002. 2002c.

ANDES-SN. **Relatório do 22º Congresso do ANDES-SN.** Teresina – PI, 8 a 13 de março de 2003.

ANDES-SN. **Relatório do 49º Conad – Conselho do ANDES-SN.** Brasília – DF, 05 a 07 de novembro de 2004.

ANDES-SN. **Relatório do 24º Congresso do ANDES-SN.** Curitiba – PR, 24 de fevereiro a 1 de março de 2005. 2005a.

ANDES-SN. **Caderno nº 21 – Crise política e organização dos trabalhadores.** 1. ed. Brasília: ANDES-SN, n. 21, nov. 2005. 2005b. 51p.

ANDES-SN. **Relatório do 25º Congresso do ANDES-SN.** Cuiabá – MT, 5 a 10 de março de 2006. 2006a.

ANDES-SN. **Relatório do 51º Conad – Conselho do ANDES-SN.** Juiz de Fora – MG, 29 de junho a 2 de julho de 2006. 2006b.

ANDES-SN. **Relatório do 26º Congresso do ANDES-SN.** Campina Grande – PB, 27 de fevereiro a 4 de março de 2007.

ANDES-SN. **Relatório do 29º Congresso do ANDES-SN.** Belém – PA, 26 a 31 de janeiro de 2010. 2010a.

ANDES-SN. **Relatório final do 55º Conad - Conselho do ANDES-SN.** Fortaleza – CE, 24 a 27 de junho de 2010. 2010b.

ANDES-SN. **Relatório do 30º Congresso do ANDES-SN.** Uberlândia – MG, 14 a 20 de fevereiro de 2011.

ANDES-SN. **Relatório do 31º Congresso do ANDES-SN.** Manaus – AM, 15 a 20 de janeiro de 2012.

ANDES-SN. **Relatório do 34º Congresso do ANDES-SN.** Brasília – DF, 23 a 28 de fevereiro de 2015. 2015a.

ANDES-SN. **Relatório final do 7º Conad Extraordinário - Conselho do ANDES-SN.** Brasília – DF, 02 e 03 de maio de 2015. 2015b.

ANDES-SN. **Relatório final do 35º Congresso do ANDES-SN.** Curitiba – PR, 25 a 30 de janeiro de 2016. 2016a.

ANDES-SN. **Relatório final do 61º Conad - Conselho do ANDES-SN.** Boa Vista – RR, 30 de junho a 3 de julho de 2016. 2016b.

ANDES-SN. **Relatório final do 36º Congresso do ANDES-SN.** Cuiabá – MT, 23 a 28 de janeiro de 2017.

ANDES-SN. **Relatório do 37º Congresso do ANDES-SN.** Salvador – BA, 22 a 27 de janeiro de 2018.

ANDES-SN. **Relatório do 38º Congresso do ANDES-SN.** Belém – PA, 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2019. 2019a.

ANDES-SN. **Reunião Nacional Ampliada de Rearticulação da Cnesf, em Brasília.** 2019b. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/reuniao-nacional-ampliada-de-rearticulacao-da-cnesf-acontece-nesta-quinta-211>. Acesso em: 02 jan. 2022.

ANDES-SN. **ANDES-SN promove Seminário sobre a história do movimento docente em Rio Grande.** 2019c. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aANDES-sN-promove-seminario-sobre-a-historia-do-movimento-docente-em-rio-grande1>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ANDES-SN. **Cartas do ANDES: Congressos do Sindicato Nacional.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. 2020a. 199p.

ANDES-SN. **O ANDES-SN em cartas.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. 2020b. 227p.

ANDES-SN. **Conhecendo o ANDES-SN: Quem sabe mais, luta melhor!** 1. ed. Brasília: ANDES-SN, 2020. 2020c. 78p.

ANDES-SN. **Estatuto (atualizado e consolidado até o 39º Congresso).** São Paulo – SP, 4 a 8 de fevereiro de 2020. 2020d.

ANDES-SN. **Relatório do 39º Congresso do ANDES-SN.** São Paulo – SP, 04 a 08 de fevereiro de 2020. 2020e.

ANDES-SN. **A luta sindical a partir das greves do ANDES-SN ao longo da história.** 2022a. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/Anexo-Circ162-22.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2022.

ANDES-SN. **História.** 2022b. Disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/historia>. Acesso em: 09 mai. 2022

ANDES-SN. **Relatório final do 14º Conad Extraordinário - Conselho do ANDES-SN.** Online, 12 e 13 de novembro de 2022. 2022c.

ANDES-SN. **Relatório do 40º Congresso do ANDES-SN.** Porto Alegre – RS, 27 de março a 1 de abril de 2022. 2022d.

ANDES-SN. **Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais – (1980-2012).** [s.d]. 18p.

ALVES, G. **Limites do Sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da Economia Política.** 2. ed. Bauru: Canal 6, 2014. 303p.

ANASTASIA, F.; MELO, C. R.; SANTOS, F. G. M. **Governabilidade e representação política na América do Sul.** 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 207p.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).** 1. ed. São Paulo: Editores Associados, 2005. 172p.

ANTUNES, R. **O continente do labor.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 175p.

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo no Brasil.** 2 ed. rev. São Paulo: Pontes, 1995. 85p.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 325p.

ANTUNES, R. **O que é o sindicalismo.** 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

BALDIJÃO, C. E. M. Os desafios do movimento docente nos dez anos de luta da ANDES-Sindicato Nacional. **Revista Universidade e Sociedade**, ano I, n. 1, 1991.

BOITO JR., A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.** São Paulo: Editora da Unicamp. 1991. 312p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1931]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm). Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de Maio de 1943**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1943]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de Dezembro de 2012**. Brasília: Presidência da República, [2012]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm#:~:text=A%20partir%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20do,na%20forma%20disposta%20nesta%20Lei..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm#:~:text=A%20partir%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20do,na%20forma%20disposta%20nesta%20Lei..) Acesso em: 02 out. 2022.

CARDOSO, H. V. Os Partidos Políticos no Brasil: causas e diagnósticos para a alta fragmentação do sistema partidário. **Revista Três Pontos**, Minas Gerais, v. 12, n. 2, p. 48-58, 2015. Dossiê Estado, Governo e Políticas Públicas.

COELHO, P. R. **Sindicalismo na Universidade**: um estudo do movimento docente. 1.ed. Santa Maria: Sedufsm, 1996. 186p.

COMITÊ DOCENTE DA UFRGS EM DEFESA DA ADUFRGS-SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN. **Porque Defender a ADUFRGS – Seção Sindical do ANDES-SN**. Blog. 2008. Disponível em: <https://defenderadufgrs.wordpress.com/2008/08/12/defender-a-adufgrs/>. Acesso em: 16 set. 2022.

COMITÊ DOCENTE DA UFRGS EM DEFESA DA ADUFRGS-SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN. **A ADUFRGS – Seção Sindical do ANDES-SN Vive!** Blog. 2009a. Disponível em: <https://defenderadufgrs.wordpress.com/2009/02/12/a-adufgrs-secao-sindical-do-andes-sn-vive/>. Acesso em: 16 set. 2022.

COMITÊ DOCENTE DA UFRGS EM DEFESA DA ADUFRGS-SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN. **Carta da Diretoria Provisória da Seção Sindical Local do ANDES-SN**. Blog. 2009b. Disponível em: <https://defenderadufgrs.wordpress.com/2009/12/23/carta-da-diretoria/>. Acesso em: 16 set. 2022.

CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Histórico – Como Surgiu?** Página. [2022]. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DAL ROSSO, S. Fragmentação Sindical. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013.

DONATONI, A. R. **Trajetória do movimento docente do ensino superior**: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da Andes. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

EBERT, P. R. L. **A liberdade sindical no setor público**. 1 ed. São Paulo: LTr, 2017. 133p.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. 1 ed. 4 reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010. 388 p.

FASUBRA-SINDICAL. **Estatuto da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA Sindical.** Página [2018]. Disponível em: <https://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Registro-do-ESTATUTO-FASUBRA-ALTERADO-EM-MAIO-2018.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FERRAZ, M.; GINDIN, J. **Sindicalismo docente no governo Lula:** desafios de protagonismo e fragmentação. *In:* OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. *Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.* Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2014. 404p.

FONSECA, F. F. *Organização Sindical e Movimentos Sociais: um Estudo da Central Sindical e Popular (CSP) Conlutas.* *In:* 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais [...]** Brasília (Ginásio Nilson Nelson), 2019.

GALVÃO, A. **A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula.** *In:* BOITO JR., A.; GALVÃO, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.* São Paulo: Alameda, 2012.

GALVÃO, A. *Burocratização e autonomia sindical: por uma perspectiva não reducionista.* *In:* VIII Colóquio Internacional Marx Engels. **Anais [...]** São Paulo (Centro de Estudos Marxistas), 2015.

GALVÃO, A. *Reformas ou contra-reformas? As reformas sindical e trabalhista do governo Lula.* *In:* XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. **Anais [...]** Guadalajara (Asociación Latinoamericana de Sociología), 2007.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P. *O sindicalismo brasileiro e a Convenção 87 da OIT.* **Carta Social e do Trabalho,** Campinas, n. 39-40, p. 20-34, jan./dez. 2019.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P.; TRÓPIA, P. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2015. 395p.

GALVÃO, A.; TRÓPIA, P. **A CSP-Conlutas em perspectiva.** *In:* OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. *Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.* Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2014. 404p.

HORN, C. H. **A crescente atomização sindical no Brasil:** continuidades e singularidades. *In:* HORN, C. H.; SILVA, S. G. C. L. *Ensaio sobre Sindicatos e Reforma Sindical no Brasil.* São Paulo, LTr, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa sindical.** Página. [2001]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9092-pesquisa-sindical.html?=&t=resultados>. Acesso em: 01 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua:** Características Adicionais do Mercado de Trabalho. Página. [2019]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28549&t=resultados>. Acesso em: 01 out. 2022.

IE. Internacional da Educação. **Quem nós somos.** Página. [2022]. Disponível em: <https://www.ei-ie.org/en/about/who-we-are>. Acesso em: 20 jul. 2022.

JORNAL ADVERSO. Grupos de Trabalho. **Jornal da ADUFRGS-Sindical**, Porto Alegre, ed. Outono, 2022. Disponível em: <https://issuu.com/adufrgs/docs/jornal-adverso-adufrgs-issuu>. Acesso em: 29 ag. 2022.

KONCHINSKI, V. Universidades federais perdem 12% do orçamento durante governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo. Página. [2022]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/16/universidades-federais-perdem-12-do-orcamento-durante-governo-bolsonaro>. Acesso em: 20 out. 2022.

LEHER, R. et al. Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 11, n. 28, p. 49-70, 2010.

MACIEL, O. História da ANDES-Sindicato Nacional – trabalhando a luta, construindo (a) história (I). **Revista Universidade e Sociedade**, ano I, nº 1, 1991.

MACIEL, O. Trabalhando a luta, construindo (a) história (II). **Revista Universidade e Sociedade**, ano II, nº 4, 1992.

MARALEZ, C. P. **Manual Prático do sindicalismo**. São Paulo: LTr. 1999. 398p.

MARCELINO, P.; BOITO JR., A. Novo operariado, velhos desafios: o sindicalismo dos trabalhadores terceirizados. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 341-362, 2011.

MATTOS, M. B. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. 243p.

MATTOS, M. B. O ANDES-SN e os (cada vez maiores) dilemas do sindicalismo brasileiro. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XX, n. 47, p. 97-109, fev. 2011.

MATTOS, M. B. Uma greve, várias lições: a greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, México, v. 4, n. 10, p. 135-142, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior**. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, [2019]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em: 10 out. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo Nacional da Educação Superior**. Brasília: INEP/SEED/MEC, [2021]. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MELO, S. D. G.; TAVARES, R. H. (Des)caminhos do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 563-586, jul.-dez. 2020.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982. 243p.

MIRANDA, K. **Lutas por educação no Brasil recente: o movimento docente da educação superior.** Niterói: Eduff, 2017. 246p.

MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 1.132, de 21 de Julho de 2003. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, n. 139, p. 51, jul. 2003. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GV5cayZrupcJ:https://legis.sigepe.planejamento.gov.br/sigepe-bgp-ws-legis/legis-service/download/%3Fid%3D0000363039-ALPDF/2018&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MTP. Ministério do Trabalho e Previdência. **Entidades Sindicais Cadastradas no MTP.** Página. [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/sindicatos/cadastro-de-entidades/arquivos-entidade-sindical-registrada/arquivos-entidade-sindical-registrada>. Acesso em: 01 set. 2022.

NAVARRO, I. P. **ANDES-SN: Um Sindicato de Intelectuais.** Cuiabá: Coleção Universidade e o Mundo do Trabalho. 2001. 806p.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **C087 – Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de sindicalização.** Página. [1948]. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_239608/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm). Acesso em: 30 fev. 2022.

PORTAL ADVERSO. **Professor, participe da votação sobre a paralisação no Dia do Basta.** Página. [2018]. Disponível em: <https://portaladverso.com.br/noticia/404/professor-participe-da-votacao-sobre-a-paralisacao-no-dia-do-basta>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PORTAL ADVERSO. **Aberta consulta eletrônica sobre escolha de reitores na UFRGS e UFCSPA.** Página. [2019a]. Disponível em: <https://portaladverso.com.br/noticia/1333/aberta-consulta-eletronica-sobre-escolha-de-reitores-na-ufrgs-e-ufcspa>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PORTAL ADVERSO. **Junta Eleitoral divulga o resultado da votação.** Página. [2019b]. Disponível em: <https://portaladverso.com.br/noticia/1088/junta-eleitoral-divulga-o-resultado-da-votacao>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PRIOR, L. **Documents.** In: SEALE, C. et al. (Eds.) *Qualitative Research Practice.* London: Sage, 2004. p. 375-390.

PROIFES-FEDERAÇÃO. **Chapa 1 vence as eleições da ADUFRGS-Sindical.** Página. [2013]. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/chapa-1-vence-as-eleicoes-da-adufrgs-sindical/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PROIFES-FEDERAÇÃO. **Estatuto.** Página. [2018]. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/institucional-proifes/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PROIFES-FEDERAÇÃO. **PROIFES-Federação 15 anos: lutas e conquistas.** Brasília: Ideal, 2019. 283p.

PROIFES-FEDERAÇÃO. **PROIFES-Federação transmite Ato de Filiação à CUT nesta sexta-feira, 17, às 10h.** Página. [2021]. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/proifes->

federacao-transmite-ato-de-filiacao-a-cut-nesta-sexta-feira-17-as-10h/. Acesso em: 20 abr. 2022.

PROIFES-FEDERAÇÃO. **Sindicatos Federados**. Página. [2022]. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/sindicatos-federados/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

REBELLO, M. M. A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza da responsabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v. 23, n. 54, p. 69-90, jun. 2015.

REDE. Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas. **A Rede**. Página. [2022]. Disponível em: <https://laboursolidarity.org/pt/a-rede>. Acesso em: 20 jul. 2022.

REIS, G. S. PT e Frente Ampla: Programas semelhantes, variáveis contrastantes. *In: II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*. **Anais [...]** São Carlos (Universidade Federal de São Carlos), 2011.

ROSSI, W.; GERAB, W. G. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 124 f.

SAVIANI, D. **Educação, Prioridade Nacional no Brasil? Análise Histórica e Situação Atual**. Página. [2019]. Disponível em: <https://farol.ufsm.br/transmissao/transmissao-evento-honoris-causa-prof-dermeval-saviani-e-palestra>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SCHMIDT, B. B. et al. **ADUFRGS 25 ANOS**: histórias e memórias. Porto Alegre: ADUFRGS, 2004. 152p.

SEDUFMS. **Circular nº 127/14, quadro das greves de 1980 a 2012**. Página. [2014]. Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/historico-de-greve#1980>. Acesso em: 08 dez. 2021.

SEDUFMS. **Conheça os encaminhamentos do XVIII Encontro Regional RS do ANDES-SN**. Página. [2018]. Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/noticia/4994-conheca-os-encaminhamentos-do-xviii-encontro-regional-rs-do-andesn#prettyPhoto>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SILVA, R. S. C. **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão**: gênese, lutas e desenvolvimento. *In: DAL ROSSO, S.; FERREIRA, M. O. V. (Org.). Sindicalismo em Educação e relações de trabalho: uma visão internacional*. 3 ed. Brasília: Paralelo, n. 15, 2015. p. 91-110

SINASEFE. **Estatuto do SINASEFE**. Página. [2019]. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/download/estatuto-do-sinasefe-pdf/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos políticos registrados no TSE**. Página. [2022]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Painel discute o formato da consulta para reitor.** Página. [2019<sup>a</sup>]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/painel-discute-o-formato-da-consulta-para-reitor>. Acesso em: 12 out. 2022.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Painéis discutem autonomia e financiamento das universidades públicas.** Página. [2019b]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/paineis-discutem-a-autonomia-e-financiamento-das-universidades-publicas>. Acesso em: 12 out. 2022.

VERGARA, A. J. S. **Ação Sindical do movimento docente universitário:** 1982/2002. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. **História da profissão docente no Brasil:** representação em disputa. 1.ed. São Paulo: Cortês, 2009. 244p.

WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil. **Estudos Cebrap 04**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 66-105, abr./jun. 1973.

**ANEXO I – Roteiro de entrevista semiestruturado desenvolvido com os(as)  
sindicalizados(as) e os(as) dirigentes sindicais na Seção Sindical do ANDES-SN na  
UFRGS.**

**A) Questionamentos introdutórias**

1. Me conta por que você se sindicalizou? Por qual motivo você escolheu se sindicalizar na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS?
2. Me conta como você percebe a existência da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical?
3. Na sua percepção, quais as implicações dessa disputa de representação dos docentes na UFRGS na organização da luta dos docentes?

**B) Questionamentos sobre a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS**

4. O que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS faz nas unidades? E na universidade como um todo?
5. Na sua percepção, como são as Assembleias Gerais organizados pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS? E os Congressos e Conads do ANDES-SN?
6. Na sua percepção, como é a organização dos GT's e das reuniões dos setores na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS?
7. Na sua percepção, como são as eleições para a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS? E para a Diretoria Nacional do ANDES-SN?
7. Me conta como a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS financia suas lutas?
8. Você se questiona sobre o que é a unicidade sindical? E quais são os posicionamentos e as ações da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS em relação a unicidade sindical?
10. Como você avalia a manutenção da estrutura sindical brasileira (baseado nos princípios do imposto sindical, unicidade sindical e a organização sindical por categoria profissional e zona geográfica) na organização da luta dos docentes na Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS?
11. Me conta como são construídas as lutas centrais da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS?
12. Me conta quais foram as principais mobilizações que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS protagonizou no último período?
13. Me conta quais foram as principais mobilizações que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS aderiu e/ou apoiou no último período?
14. Me conta sobre as últimas greves que ocorreram na UFRGS protagonizadas pela categoria docente?
15. Na sua percepção, como você percebe a interlocução da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS com as demais organizações de trabalhadores?
  - com os demais servidores públicos federais?
  - com as demais entidades da educação?
  - com as centrais sindicais?
  - com os movimentos sociais?
  - com as organizações internacionais?

**ANEXO II – Roteiro de entrevista semiestruturado desenvolvido com os(as) dirigentes sindicais da ADUFRGS-Sindical.**

**A) Questionamentos introdutórias**

1. Me conta por que você se sindicalizou? Por qual motivo você escolheu se sindicalizar na ADUFRGS-Sindical?
2. Me conta como você percebe a existência da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ADUFRGS-Sindical?
3. Na sua percepção, quais as implicações dessa disputa de representação dos docentes na UFRGS na organização da luta dos docentes?

**B) Questionamentos sobre a ADUFRGS-Sindical**

4. O que a ADUFRGS-Sindical faz nas unidades? E na universidade como um todo?
5. Na sua percepção, como são as Assembleias Gerais organizados pela ADUFRGS-Sindical? E os Encontros do PROIFES-Federação?
6. Na sua percepção, como é a organização dos GT's na ADUFRGS-Sindical?
7. Na sua percepção, como são as eleições para a ADUFRGS-Sindical? E para o PROIFES-Federação?
8. Me conta como a ADUFRGS-Sindical financia suas lutas?
9. Você se questiona sobre o que é a unicidade sindical? E quais são os posicionamentos e as ações da ADUFRGS-Sindical em relação a unicidade sindical?
10. Como você avalia a manutenção da estrutura sindical brasileira (baseado nos princípios do imposto sindical, unicidade sindical e a organização sindical por categoria profissional e zona geográfica) na organização da luta dos docentes na ADUFRGS-Sindical?
11. Me conta como são construídas as lutas centrais da ADUFRGS-Sindical?
12. Me conta quais foram as principais mobilizações que a ADUFRGS-Sindical protagonizou no último período?
13. Me conta quais foram as principais mobilizações que a ADUFRGS-Sindical aderiu e/ou apoiou no último período?
14. Me conta sobre as últimas greves que ocorreram na UFRGS protagonizadas pela categoria docente?
15. Na sua percepção, como você percebe a interlocução da ADUFRGS-Sindical com as demais organizações de trabalhadores?
  - com os demais servidores públicos federais?
  - com as demais entidades da educação?
  - com as centrais sindicais?
  - com os movimentos sociais?
  - com as organizações internacionais?